



Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCTIC

Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS
Doutorado em Museologia e Patrimônio

ENTRE RELÍQUIAS E QUINQUILHARIAS

***A Feira de Antiquidades da Praça XV como
Patrimônio Ambiental Urbano***

Marilêne Auxiliadora Marinho

UNIRIO / MAST - RJ, Maio de 2020

ENTRE RELÍQUIAS E QUINQUILHARIAS

A FEIRA DE ANTIGUIDADES DA PRAÇA XV COMO PATRIMÔNIO AMBIENTAL URBANO

por

Marilêne Auxiliadora Marinho

*Aluna do Curso de Doutorado em Museologia e Patrimônio
Linha 02 – Museologia, Patrimônio Integral e Desenvolvimento*

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio

Orientador: Professor Doutor Luiz Carlos Borges

UNIRIO/MAST - RJ, Maio de 2020

FOLHA DE APROVAÇÃO

Entre relíquias e quinquilharias: a Feira de Antiguidades da Praça XV como Patrimônio ambiental urbano

Tese de Doutorado submetida ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCTIC, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Museologia e Patrimônio.

Aprovada por



Profa. Dra. _____
Lia Motta – IPHAN



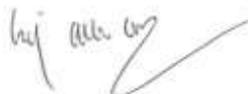
Profa. Dra. _____
Maria da Conceição Alves de Guimaraens – UFRJ



Profa. Dra. _____
Priscila Faulhaber Barbosa - PPG-PMUS / UNIRIO-MAST



Prof. Dr. _____
Bruno César Brulon Soares - PPG-PMUS / UNIRIO-MAST



Prof. Dr. _____
Luiz Carlos Borges (orientador)

Rio de Janeiro, 29 de maio de 2020.

Ficha elaborada pela Bibliotecária Reg. CRB7-6934

M338e Marinho, Marilêne Auxiliadora.

Entre relíquias e quinquilharias: a Feira de Antiguidades da Praça XV como patrimônio ambiental urbano. — Rio de Janeiro, 2020.
235 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Borges.
Referência: f. 206-221.

Tese (Doutorado em Museologia e Patrimônio) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO; Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST, Rio de Janeiro, 2020.

1. Patrimônio cultural. 2. Praça XV de novembro (Rio de Janeiro, RJ). 3. Patrimônio ambiental urbano. 4. Espaços públicos. I. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio II. Museu de Astronomia e Ciências Afins. III. Borges, Luiz Carlos. IV. Título.

CDU: 719

As qualidades humanas da cidade emergem de nossas práticas nos diversos espaços da cidade, mesmo que eles sejam passíveis de cercamento, controle social e apropriação, tanto pelos interesses privados como pelos públicos-estatais (HARVEY, 2011, p.143).

AGRADECIMENTOS

A empreitada do doutorado foi, boa parte do tempo, exaustiva e desgastante; mas também foi prazerosa e, como não poderia deixar de ser, edificante.

Além de tempo, energia e dedicação quase que exclusiva (concomitante a trabalhos paralelos) que demandaram horas de estudo e de escrita dias a fio, seja em bibliotecas, ou em gabinetes e quartos isolados, tal empreitada exigiu investimentos financeiros para, além de viver longe de casa e participar de eventos científicos (congressos, ciclos de debates, seminários ou simpósios), financiar a pesquisa de campo e as idas e vindas à terra natal. E, em se tratando de uma pesquisadora bolsista, tais Investimentos, na maior parte das vezes, demandaram gastos que excederam o orçamento mensal. Mas esse investimento, de certo, não foi em vão. O desenvolvimento acadêmico e a evolução intelectual e sobretudo humana durante a pesquisa e no processo de escrita da tese *não têm preço*.

Nesse sentido, inicio agradecendo ao Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Unirio/Mast – PPG-PMUS e ressaltando a importância de seu projeto interdisciplinar que oportunizou-me ingressar no curso. Meus sinceros agradecimentos aos professores do PPG-PMUS pela acolhida e ensinamentos. Em especial ao meu orientador Prof. Luiz Carlos Borges, cujo papel foi decisivo na construção e consolidação deste trabalho. Agradeço-o por ter acreditado em meu potencial e por me fazer acreditar que eu tivesse algum potencial para desenvolver a pesquisa; pelas sugestões e provocações que foram fundamentais para a ampliação do meu repertório teórico e do meu amadurecimento intelectual.

Agradeço aos colegas e amigos da turma de doutorado PPG-PMUS/2016 pelas parcerias e aprendizado, pelas lutas e pela convivência prazerosa e profícua que tornaram esse caminho menos árduo. Em especial agradeço à Elaine e à Heide pela partilha e solidariedade nos momentos de angústias e incerteza e pela alegria compartilhada nos nossos momentos de encontro e descontração.

Às funcionárias do PPG-PMUS, em especial à Alexandra Durão (Unirio) e à Simone Santos (Mast), agradeço por nos assistirem, com maestria, nas nossas necessidades frente aos processos burocráticos.

Agradeço à CAPES pelo financiamento parcial desta pesquisa, essencial para a conclusão deste doutorado.

À Professora Regina Abreu, com que tive a honra de cursar o Estágio de Docência I, agradeço pelos ensinamentos e pelo incentivo que foram fundamentais para o desenvolvimento da etnografia da Feira.

Agradeço em especial à minha orientadora de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Puc Minas, Profa. Luciana Teixeira de Andrade que, com generosidade, despertou-me o interesse pelo universo da pesquisa e a quem devo as minhas primeiras incursões de pesquisa no âmbito das cidades e o gosto pelas questões urbanas.

Aos componentes da banca examinadora desta tese – Profa. Ceça Guimaraens, Profa Lia Motta, Profa. Priscila Faulhaber, Prof. Bruno Brulon, Prof. Nilson Moraes e Prof. César Baía, agradeço por terem aceitado o nosso convite, pela atenção dispensada e sobretudo pelas valiosas contribuições tanto na ocasião da qualificação quanto na ocasião defesa. Contribuições essas que foram decisivas para a consolidação da versão final desta tese.

As investidas em pesquisa e trabalho de campo oportunizaram-me o contato e uma intensa troca de ideias e de conhecimentos com outras tantas pessoas cujas histórias e realidades eram muito distintas e que, direta ou indiretamente, contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa. O auxílio desinteressado de diversos atores sociais da Feira de Antiguidades da Praça XV, quer seja da “feira oficial” ou do chamado Shopping-Chão, foi de uma importância inestimável para a consolidação deste trabalho. Agradeço a cada um que colaborou, a cada um que se dispôs a conceder-me atenção seja para uma entrevista, seja para uma conversa informal. Em especial, agradeço aos amigos que a Feira de Antiguidades da Praça XV me presenteou: Dona Laura de Jesus, D. Maria da Silva, Durval Rangel, Denner Sherman, *Seu* Gabriel Machado, Antônio César (Cabeludo), *Seu* Francisco Olivar, *Seu* Jerônimo Moscardo e Wmilson Serejo,

Aos meus pais, Joel Marinho e Cecília Marinho, agradeço pela vida toda, pela criação perpassada, pelos valores semeados, pelas orações e pelo pronto socorro nos momentos mais difíceis. Aos meus irmãos e irmãs, agradeço pela paciência comigo durante todo esse processo, por ‘segurarem a barra’ nos momentos em que minhas condições financeiras não me permitiam participar das ações conjuntas que demandaram investimento financeiro de cada um de nós e, sobretudo, pelo incentivo e apoio moral. À minha querida irmã Virgínia (*in memoriam*) – a quem dedico esta tese - agradeço por ter vibrado comigo, compartilhado da minha alegria e ter dado fundamental incentivo e apoio quando soube que eu me mudaria para o Rio de Janeiro para cursar o doutorado.

Mais uma vez agradeço sobretudo a Deus por ter me abençoado nessa caminhada, concedendo-me essa graça de poder chegar até aqui e agradecer. Obrigada, meu Deus!

RESUMO

MARINHO, Marilêne A. Entre relíquias e quinquilharias: a Feira de Antiquidades da Praça XV como patrimônio ambiental urbano.

Orientador: BORGES, Luiz Carlos. UNIRIO/MAST. 2020. Tese.

Tendo como temática as práticas socioespaciais estabelecidas no movimento de produção do espaço público urbano, frente aos processos de acumulação de capital que desencadeiam novos modos de apropriação do espaço público, esta tese tem como objeto de pesquisa a Feira de Antiquidades da Praça XV no centro histórico do Rio de Janeiro. Com foco nas práticas e dinâmicas sociais que se desenvolvem no lugar da referida feira, e tomando os usos do patrimônio como principal fio condutor teórico, buscou-se relacionar dialeticamente os aspectos urbanos estruturais do espaço público *Praça XV de Novembro* com suas dimensões sociais e culturais. E foi considerando a indissociabilidade entre forma e conteúdo na análise do espaço urbano que o conceito de patrimônio ambiental urbano foi tomado como matriz teórica. A tese contempla o patrimônio no contexto das políticas urbanístico-culturais e salienta a inflexão no domínio dessas políticas e os novos instrumentos legais na preservação do patrimônio cultural em consequência da ampliação do conceito de patrimônio. No texto, discute-se as ações práticas no âmbito das políticas de preservação no Brasil, destacando a Praça XV no contexto dos grandes planos urbanos cariocas, no decurso de tempo entre a construção e a demolição do Elevado da Perimetral. Por meio da etnografia da Feira de Antiquidades da Praça XV, procurou-se compreender os motivos e/ou razões que sustentam e dão continuidade à tradição da Feira, analisando os valores normativos e pragmáticos que permeiam os usos e contra-usos da Praça XV como lugar da Feira. Compreendeu-se a Feira como um espaço de cultura e de comércio na cidade; de modo que tanto os indivíduos quanto os objetos expostos, em suas relações (mediadas por objetos), traduzem a essência dessa manifestação cultural. A partir de uma reflexão sobre os espaços públicos nas cidades contemporâneas e tomando por base a discussão de Pierre Bourdieu sobre a natureza das relações sociais, procurou-se, numa confluência interescalar, enquadrar o (micro)território da Feira de Antiquidades da Praça XV numa análise pautada em marcos teóricos do referido autor. Identificou-se um “campo da Feira de Antiquidades”, cuja força criativa advém da disputa de diferentes agentes sociais que conformam a Feira numa instância de legitimação cultural, na medida em que ela se organiza e se desenvolve num contexto hierarquização segundo não apenas o capital cultural de seus agentes, mas também segundo o capital social e o capital simbólico desses agentes.

Palavras-chave: Patrimônio ambiental urbano, Feira de Antiquidades, Praça XV de Novembro, Rio de Janeiro, espaço público.

ABSTRACT

MARINHO, Marilêne A. Among relics and trinkets: the *Feira de Antiquidades da Praça XV* as an urban environmental heritage.

Orientador: BORGES, Luiz Carlos. UNIRIO/MAST. 2020. Tese.

Having as its theme the socio-spatial practices established in the movement of production of the urban public space, in view of the processes of capital accumulation that trigger new modes of appropriation of the public space, this thesis has as its object of research the Feira de Antiquidades da Praça XV in the historic center of Rio de Janeiro. Focusing on the practices and social dynamics that develop in the place of this fair, and taking the uses of heritage as the main theoretical guiding thread, we seekor dialectically relate the structural urban aspects of the public space Praça XV de Novembro with its social and cultural dimensions. And it was considering the indissociability between form and content in the analysis of urban space that the concept of urban environmental heritage was taken as a theoretical matrix. The thesis contemplates the heritage in the context of urban-cultural policies highlights the inflection in the domain of these policies and the new legal instruments in the preservation of cultural heritage as a result of the expansion of the concept of heritage. The text discusses the practical actions within the scope of preservation policies in Brazil, highlighting Praça XV in the context of Rio's great urban plans, in the course of time between the construction and demolition of the Elevado da Perimetral. Through the ethnography of the Feira de Antiquidades da Praça XV, we tried to understand the reasons that sustain the tradition of the Fair, analyzing the normative and pragmatic values that permeate the uses and counter-uses of Praça XV as a place of the Fair. The Fair was understood as a space for culture and commerce in the city; so that both the individuals and the exposed objects, in their relations (mediated by objects) translate the essence of this cultural manifestation. From a reflection on public spaces in contemporary cities and based on Pierre Bourdieu's discussion on the nature of social relations, we sought, in an interscale confluence, to frame the (micro)territory of the Feira de Antiquidades da Praça XV, in an analysis based on theoretical frameworks of the referred author. It was identified a "field of the Antiques Fair", whose creative force stems from the dispute of different social agents that form the Fair in an instance of cultural legitimation, to the extent that it is organized and develops in a hierarchical context, according not only to the cultural capital of its agents, but also according to the social capital and the symbolic capital of the agents.

Keywords: Urban environmental heritage, Antiques Fair, Praça XV de Novembro, Rio de Janeiro, public space.

SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS

- APACs** - Áreas de Proteção do Ambiente Cultural
- CADEG** – Centro de Abastecimento da Guanabara
- CEPACs** - Certificados de Potencial Adicional Construtivo
- CIAM** – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
- CNRC** – Centro Nacional de Referência Cultural
- CONAB** – Companhia Nacional de Abastecimento
- DPHAERJ** - Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio de Janeiro
- DPHAN** - Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- DPI** - Departamento de Patrimônio Imaterial
- DPM** - Departamento de Patrimônio Material
- EMERJ** – Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro
- FEIRARTES** - Feira Especial de Artes
- GOE**- Grupo de Operações Especiais
- IAB-RJ** – instituto de Arquitetos do Brasil – Rio de Janeiro
- ICOMOS** - International Council for Monuments and Sites (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios)
- IFCS-UFRJ** – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – Universidade Federal do Rio de Janeiro
- INCA** - Instituto Nacional do Câncer
- INEPAC** - Instituto Estadual do Patrimônio Cultural
- IPHAN** – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- OUC** – Operação Urbana Consorciada
- PB**- Paraíba
- PPG-PMUS** – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio
- SEOP** - Secretaria Municipal de Ordem Pública
- SHU** – Sítio Histórico Urbano
- SPHAN** - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- SUDEPE**- Superintendência do Desenvolvimento da Pesca

TDC - Transferência do Direito de Construir

TUAP – Taxa de Uso de Área Pública

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

VLT – Veículo Leve sob Trilhos

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Praça XV de Novembro com o Viaduto da Perimetral.....	12
Figura 2: Esquema do Projeto de Restauração da Praça XV, na década de 1980.....	13
Figura 3: Remodelação Urbanística da Praça XV proposta por Oscar Niemeyer.....	16
Figura 4: Gravura (reprodução) da Litografia “Les rafraîchissements de l’après diner sur la Place du Palai” de Jean Baptiste Debret (1768-1848) – uma cena na Praça XV do século XIX, à venda no Shopping-Chão - Feira de Antiquidades da Praça XV	20
Figura 5: Praça XV de Novembro, 1904 (Paço Imperial, Igreja do Carmo, Chafariz do Valentim e Mercado da Candelária).....	22
Figura 6: Vista aérea da Praça XV de Novembro (Destaque Perimetral)	23
Figura 7: Elevado da Perimetral e Mercado Municipal, entre 1960-1962	24
Figura 8: Mapa da Praça VX de Novembro (e entorno) – Rio de Janeiro.....	31
Figura 9: Foto aérea da Praça XV – Rio de Janeiro.....	33
Figura 10: Corredor Cultural – Entorno da Rua da Candelária.....	82
Figura 11: Detalhe do Corredor Cultural da Praça XV.....	82
Figura 12: Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU) da Região Portuária.....	89
Figura 13: Elevado da Perimetral e esplanada da Estação das Barcas, na Praça XV, com monumento a Dom João VI ao centro, s/d	119
Figura 14: Terminal Alfred Agache, Praça XV – Rio de Janeiro, 20 abr./1970	119
Figura 15: Feira do Troca no entorno do monumento a Dom João VI – Praça XV	121
Figura 16: Feira de Antiquários do Albamar – 1978	124
Figura 17: “Feira de Antiquários da Praça XV” - óleo sobre tela (1978), à venda no Shopping-Chão.....	124
Figura 18: Tribo do Skate na Praça XV de Novembro.....	126
Figura 19: Extensão da Feira de Antiquidades da Praça XV ao longo do Viaduto da Perimetral.	127
Figura 20: Feira de Antiquidades da Praça XV sob o Viaduto da Perimetral (metros iniciais da feira), 2013.....	128
Figura 21: Feira de Antiquidades da Praça XV sob o Viaduto da Perimetral (meio/metros finais da feira), 2014	129
Figura 22: Chafariz do Valentim e, ao fundo, o Bolsa de Valores.....	134
Figura 23: Prédio Anexo da Assembleia Legislativa – ALERJ e, ao fundo, o Edifício Cândido Mendes.....	136
Figura 24: Praça XV ocupada pela Feira de Antiquidades (s/d).....	142
Figura 25: Monumento a Dom João VI – Praça XV.....	144
Figura 26: Monumento a General Osório - Praça XV	144

Figura 27: Estátua em homenagem ao marinheiro João Cândido – Praça XV	145
Figura 28: Caminhão carregado de bancas, em frente à fachada principal do Paço Imperial	145
Figura 29: Uma banca do Shopping-Chão da Feira de Antiguidades da Praça XV com objetos que teriam pertencido a Jorge Fernando - 09 nov./2019	153
Figura 30: Shopping-Chão no entorno do Chafariz do Valentim e Esplanada da Praça XV - Feira de Antiguidades da Praça XV, Rio de Janeiro	159
Figura 31: Shopping-Chão na Rua da Assembleia	159
Figura 32: Cartazes de promoções em bancas da Feira de Antiguidades da Praça XV....	172
Figura 34: Par de floreiras na forma de ânfora em vidro azul, com guarnições em metal .	175
Figura 35: Print da página de leilões: “Leilão 976 - Grande leilão do late Clube do Rio de Janeiro”.....	176
Figura 36: Oratório – Óleo sobre madeira (pintura externa e externa, com assinatura), atribuída a Guignard (falsificação)	179
Figura 37: Pintura (acrílico sobre papel) atribuída a Djanira, com assinatura (falsificação)	179
Figura 38: Pinturas em aquarela atribuída a Guignard (falsificação).....	179
Figura 39: Coleção de embalagens de cigarros antigas - Feira de Antiguidades da Praça XV	180
Figura 40: Print da página de leilão do site "Levy Leiloeiro"	181
Figura 41: Carlão, numa banca, analisando uma pequena escultura em madeira	182
Figura 42: Escultura Palatinik encontrada por Durval no Shopping-Chão	183
Figura 43: Desenhos eróticos do século XIX	184
Figura 44: Documento assinado por Lauro Severiano Muller, Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas (1902-1906)	184
Figura 45: Sr. Joaquim saindo da Feira, carregando uma sacola com os LP's que acabara de adquirir depois de pesquisar em barracas especializadas no gênero	185
Figura 46: A Autora inserida no Coletivo de Colecionadores e Freqüentadores da Feira de Antiguidades da Praça XV, que se reúnem todos os sábados na Tabacaria Africana.....	187

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO - A PESQUISA	1
1 CONTEXTUALIZAÇÃO.....	10
1.1 O legado patrimonial da Praça XV	11
1.2 As transformações da Praça XV e o comércio no local.....	19
1.3 Recorte espaço-temporal: entre a construção e a derrubada do Elevado da Perimetral	23
1.4 O recorte temático e o objeto empírico da pesquisa	27
2 A EXPANSÃO DO CONCEITO DE PATRIMÔNIO CULTURAL E O ADVENTO DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL URBANO - POR UMA SUSTENTABILIDADE DO PATRIMÔNIO.....	36
2.1 As diversas facetas do patrimônio	39
2.2 O patrimônio urbano	43
2.3 A ampliação do conceito de patrimônio e as cartas patrimoniais.....	46
2.4 Cultura e Patrimônio Cultural como símbolos de fortuna.....	55
2.4.1 <i>Materialidade e Imaterialidade no campo do patrimônio: dois pesos, duas medidas.....</i>	<i>59</i>
2.5 O advento do Conceito de Patrimônio Ambiental Urbano – por uma sustentabilidade do patrimônio	62
3 “MUDAM-SE OS TEMPOS, MUDAM-SE AS VONTADES” (?): O PATRIMÔNIO NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS URBANAS E O REFLEXO DESSAS POLÍTICAS NA PRAÇA XV.....	71
3.1 A inflexão no domínio das políticas urbanístico-culturais e os novos instrumentos legais na preservação do patrimônio cultural	74
3.2 A Praça XV no contexto dos grandes planos urbanos cariocas: entre a construção e a demolição do Elevado da Perimetral	80
4 ESPAÇO PÚBLICO, PATRIMÔNIO CULTURAL: JOGOS DE FORÇA E RELAÇÕES DE PODER.....	93
4.1 Espaço Público: Identidade, Memória e as dinâmicas sociotemporais	96
4.2 Patrimônio ambiental urbano, microterritorialidade e totalidade: uma confluência interescalar do macro e do micro	102
4.2.1 <i>Espaço público, consumo global e patrimonialização: a Praça XV como (micro)território e lugar da Feira de Antiguidades.....</i>	<i>107</i>
5 ENTRE RELÍQUIAS E QUINQUILHARIAS: UMA ETNOGRAFIA DA FEIRA DE ANTIGUIDADES DA PRAÇA XV	113

5.1 A Praça XV como suporte material da Feira de Antiguidades: mudanças e permanências	115
5.2 A Feira e a Praça	115
5.3 A Feira sob a Perimetral	127
5.4 A Feira por dentro	130
5.5 Ao redor da Feira.....	132
<i>5.5.1 Referências de localização da Feira na Praça XV</i>	<i>142</i>
5.6 Entranhas da Feira	146
<i>5.6.1 A Feira da madrugada</i>	<i>148</i>
<i>5.6.2 Os catadores “sem-teto” ou “sem-terra” do Shopping-Chão</i>	<i>151</i>
<i>5.6.3 Os garimpeiros urbanos</i>	<i>165</i>
5.7 Os objetos e as redes de sociabilidade.....	171
<i>5.7.1 Sábado é dia de Feira</i>	<i>181</i>
6 TECENDO UMA TRAMA: A ECONOMIA DAS TROCAS SIMBÓLICAS NO CAMPO DA FEIRA DE ANTIGUIDADES DA PRAÇA XV.....	189
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	198
REFERÊNCIAS	205

INTRODUÇÃO - A PESQUISA

A presente tese, sob o título “Entre Relíquias e Quinquilharias: a Feira de Antiguidades da Praça XV como patrimônio ambiental urbano”, resulta da pesquisa que teve como principal objetivo problematizar a existência da Feira de Antiguidades da Praça XV - situada no centro histórico da cidade do Rio de Janeiro - como patrimônio ambiental urbano (mediante o conhecimento da história da Feira de Antiguidades da Praça XV e a identificação dos seus principais atores); tendo em vista as complexidades inerentes às relações que aí se põem. Tomou-se como hipótese a existência de um “*campo* da Feira de Antiguidades” (nos termos de Bourdieu 2004), cuja força criativa advém da disputa de diferentes agentes sociais, por meios oficiais ou não; na medida em que ela se organiza e se desenvolve num contexto hierarquização segundo o capital cultural de seus agentes. Partiu-se do princípio de que, conforme aponta Narciso (2009), o espaço público das cidades constitui uma fonte significativa de representação pessoal, cultural e social, por tratar-se de um espaço simbólico onde as tensões presentes numa sociedade se manifestam.

A pesquisa norteou-se, assim, para além da concretude do espaço físico, tomando como foco as práticas e dinâmicas sociais que nele se desenvolvem – no caso, a Feira de Antiguidades da Praça XV de Novembro. Buscou-se, dialeticamente, relacionar os aspectos urbanos estruturais do espaço público *Praça XV de Novembro* com suas dimensões sociais e culturais, tendo em vista, conforme pontua Serpa, que “na análise do espaço público urbano, forma e conteúdo são (...) indissociáveis” (SERPA, 2006, p.22). E é considerando essa indissociabilidade entre forma e conteúdo na análise do espaço urbano que, nesta tese, o conceito de patrimônio ambiental urbano (YÁZIGI, 2012) é tomado como matriz teórica.

A referida pesquisa teve início ainda no final de 2015, quando desenvolvi o Projeto visando uma vaga no Curso de Doutorado do PPG-PMUS. A partir daí, passei a acompanhar a Feira com certa regularidade – pelo menos uma vez por mês. No ano de 2016, enquanto cursava as disciplinas obrigatórias do doutorado, iniciei a pesquisa documental sobre o histórico da Praça XV e o surgimento da Feira, com a finalidade de desenvolver a contextualização do objeto de estudo. Em meados de 2016, dei continuidade aos trabalhos de campo, apresentando-me aos atores sociais da Feira, oficialmente, como pesquisadora. Naquele momento, vésperas de realização das Olimpíadas e recente derrubada do Elevado da Perimetral, a Feira - principal evento sociocultural e urbano (logo também patrimonial) do local - estava sem um lugar definido.

No ano de 2017, os trabalhos de pesquisa etnográfica começaram a tomar corpo, paralelamente ao aprofundamento da pesquisa bibliográfica para construção do arcabouço

teórico. Os trabalhos de observação participante se intensificaram no segundo semestre de 2017, com diversas conversas informais, registros fotográficos e sistematização dos registros no caderno de campo. Em 2018, iniciei os trabalhos de entrevistas em profundidade com expositores da Feira – trabalho que se estendeu até os meses finais de 2019.

Ao longo do trabalho de campo, desenvolvido no espaço de quatro anos, observei periodicamente aquele evento sociocultural e urbano – a Feira, procurando identificar os possíveis nós de uma vasta teia de relações que se desenvolvem nos diversos níveis de uma coletividade e que sustentam a continuidade histórica da Feira de Antiquidades da Praça XV, ou a reinvenção dessa tradição. Um dos objetivos era compreender como a Feira vem sendo reinventada ao longo do tempo e das mudanças urbanas do ‘lugar da Feira’, analisando as representações sociais que exercem mediação simbólica e produzem o sentido da Feira e o sentimento de identidade de seus atores no decorrer dos anos. Nessa perspectiva, a busca pela compreensão da dimensão sensorial e subjetiva daquele evento semanal guiou meu percurso com vistas, ainda, a identificar, na complexidade de relações entre a Feira e o espaço urbano, os impactos das ações de renovação urbana (implementadas ao longo dos anos, desde a construção do Elevado da Perimetral até a consolidação do “Projeto Porto Maravilha”) na dinâmica social e na configuração espacial e simbólica da Feira de Antiquidades da Praça XV.

A pesquisa, essencialmente qualitativa, compreendeu um estudo interdisciplinar com base num aporte teórico-metodológico diversificado. A primeira etapa consistiu na revisão da literatura, que se desenvolveu numa interseção de campos de estudos como Antropologia Urbana, Sociologia Urbana, Patrimônio Cultural, Arquitetura e Museologia. Sob uma abordagem plural e transdisciplinar, com vistas a uma apreensão mais totalizante do objeto da pesquisa – a Feira de Antiquidades da Praça XV -, procurei, por meio de conceitos desses campos supracitados, apreender sobretudo a dimensão sensorial e subjetiva da existência urbana deste que é o principal evento da Praça XV. Tal abordagem possibilitou a construção de uma trama conceitual e metodológica que favoreceu uma visão mais integrada e, conseqüentemente, mais ampla da realidade da Feira.

Paralelamente a essa fase, além do levantamento histórico sobre a Praça XV, foi feita uma extensiva consulta acerca do caráter disciplinador das regulações legais que incidiram sobre a Feira, bem como foi realizado um levantamento acerca das transformações urbanísticas-culturais implementadas na referida praça e que alteraram a dinâmica de ocupação espacial da Feira de Antiquidades ao longo de sua história.

A contextualização histórica se deu no sentido de buscar um enquadramento do momento sócio-histórico em que a Feira surge; os movimentos de resistência da Feira frente

aos processos de requalificação urbana e às tentativas de remoção ou realocação da Feira. Para tanto, foi realizada uma extensiva consulta a estudos que abordam feiras de artes e artesanato, incluindo a própria Feira de Antiguidades da Praça XV, bem como um levantamento histórico sobre a Praça XV, considerando também, como elementos que afetam direta e indiretamente a Feira, os processos de remodelação/renovação urbanas especialmente a partir da década de 1950 – época de construção do Elevado da Perimetral.

A pesquisa documental constituiu-se na identificação e análise de textos legais, imagens e matérias de jornais, no intuito de embasar a pesquisa bibliográfica. Por exemplo, no acervo de edições do Jornal do Brasil, disponibilizadas *online* pelo site da Biblioteca Nacional, a busca foi feita por 'Feira de Antiguidades da Praça XV' e por 'Feira do Troca'. Desta última, as primeiras ocorrências datam de 1976, enquanto a primeira tem sua ocorrência inicial em 1978. A pesquisa documental compreendeu ainda a investida, seja pessoal, seja virtualmente, em arquivos públicos (Arquivo Noronha Santos, Arquivo Nacional, Arquivo Público Municipal do Rio de Janeiro e Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro); além da busca por documentos de particulares, sobre a Feira, junto aos expositores mais antigos da Feira de Antiguidades da Praça XV.

Paralelamente à pesquisa documental, foi lançado mão, como já foi mencionado, do método etnográfico; mais especificamente das técnicas de uma etnografia urbana: observação direta; pesquisa de campo (caderno de notas; conversas informais e formais, entrevistas não-diretivas, registro fotográfico etc.); seguido da teorização. Método de trabalho característico da Antropologia que abre possibilidades de compreensão do fenômeno urbano, "mais especificamente para a pesquisa da dinâmica cultural e das formas de sociabilidade nas grandes cidades contemporâneas" (MAGNANI, 2002, p.11), a etnografia nos possibilitou uma abordagem em espiral. Deste modo, para além de observar, registrar e descrever relações, passagens, paisagens, trocas, conflitos; treinando o olhar e o ouvido, tal abordagem possibilitou ir mais longe e mais fundo ao passar pelos mesmos pontos, ao observar os mesmos cenários.

Para a coleta de dados, além da pesquisa histórica, foram realizadas entrevistas estruturadas ou semiestruturadas e em profundidade, com o auxílio do gravador, como suporte à observação participante; além de inúmeras conversas informais e da captação de imagens e posterior análise comparativa entre diversos locais que a Feira ocupou na Praça. Ao todo foram 30 atores sociais entrevistados formalmente. Também como técnica de recolha de dados, foram utilizadas fotografias da região estudada, seja captando imagens seja recolhendo imagens antigas em arquivos e sites da internet, ou mesmo com atores sociais da Feira de Antiguidades. A utilização da imagem fotográfica e de vídeos sobre a Feira

(disponíveis na internet), além de mapas (Google Street View) possibilitou complementar a dimensão verbal utilizada pelos atores, além de favorecer a análise da dinâmica da Feira e a compreensão da sua conformação naquele território em respostas às diversas transformações urbanas ali implementadas.

As entrevistas informais e as inúmeras conversas livres foram realizadas com os mais diversos atores que integram o corpo social da Feira de Antiquidades da Praça XV, sejam eles expositores formais, expositores informais, ambulantes, visitantes, frequentadores assíduos, curiosos etc. Foram privilegiados os atores sociais que vivenciaram a Feira no período do Viaduto da Perimetral e, em especial, aqueles remanescentes das antigas “Feira do Troca” e “Feira de Antiquários do Albamar” (feiras que deram origem à Feira de Antiquidades da Praça XV¹). A observação participante ocorreu ao longo desses referidos quatro anos. No primeiro ano, eu ainda era uma espécie de *outsider* na Feira, quase uma estrangeira. A minha presença, por vezes, chegou a incomodar alguns expositores, em especial aqueles do Shopping-Chão², tendo em vista que eu fazia registros fotográficos - o que levantou nestes a suspeita de que eu pudesse utilizar aquelas imagens para, de alguma forma, prejudicá-los.

A partir do segundo ano de pesquisa, quando o processo de observação participante se intensificou, pude experimentar a Feira por dentro, como parte integrante de seu corpo social, convivendo e interagindo com vários atores sociais, dentro e fora daquele cenário urbano sabatino. Cabe destacar que, no que tange à coleta de dados, as conversas informais que foram se intensificando ao longo da pesquisa, trouxeram subsídios importantíssimos, muitas vezes mais ricos que os obtidos nas conversas formais gravadas, tendo em vista que a presença do gravador inibia a maioria dos interlocutores.

Ao longo desse tempo, foram coletados dados também através de apontamentos das vivências, da participação em atividades de comércio paralelas à Feira (por exemplo, leilões, a Venda em Residência e a visita a outras feiras, como a de São Cristóvão, da Glória e a da Gávea). Procurei ter uma maior vivência comum ao universo dos expositores, observando como estes interagem, como se relacionam e quais locais frequentam para reabastecimento de suas bancas.

Ao iniciar a pesquisa sobre a Feira de Antiquidades, encontrei apenas um estudo acadêmico de mestrado (2010) realizado sobre esse evento sabatino, e que teve um trabalho de campo de duração não muito prolongada: de 2008 a 2009. Trata-se da dissertação de

¹ Vide capítulos I e V desta tese

² O apelidado “Shopping-Chão” – categoria que veremos mais adiante nesta tese, é formado por expositores, pejorativamente chamados de “sem-terra” ou “sem-teto”, que apresentam suas mercadorias em lonas estendidas no chão. Os sem-teto ou sem-terra são normalmente catadores e/ou garimpeiros que, sem licença municipal como expositor, usam do chão para expor os objetos coletados em caçambas de lixo e/ou obtidos por meio de doações.

Priscila Loretti, do Mestrado em Sociologia e Antropologia do IFCS-UFRJ, cujo foco estava nos objetos expostos na Feira. A pesquisa sobre a Feira de Antiquidades da Praça XV, da qual resulta esta tese, ao contrário, teve como foco as redes de sociabilidade dos atores sociais da Feira, em suas distintas categorias, no contexto da “questão urbana”.

No início da pesquisa, a observação esteve focada nos expositores da Feira de Antiquidades, a feira oficial, até porque naquela ocasião o chamado Shopping-Chão estava bastante fragmentado por conta da Operação Choque de Ordem, que proibia aqueles feirantes de exporem seus objetos no chão para vender. Passadas as Olimpíadas, o Shopping-Chão tomou uma dimensão maior e, conseqüentemente, o objeto da pesquisa se ampliou, ou seja, o objeto da pesquisa foi-se constituindo no decorrer do processo da observação participante.

Ao final da pesquisa, voltando aos arquivos de fotos e documentos relacionados na primeira fase, e depois de ter conversado com vários atores sociais da Feira e de compreender melhor as “relações”, as coisas foram ficando mais inteligíveis. E foi quando pude captar o quanto tudo estava conectado. Assim, metaforicamente, uma “Cinta de Moebius” – como veremos no capítulo 3 - ‘se materializou’ e a conformação daquele “patrimônio ambiental urbano” se fez mais perceptível.

Nesta tese, a Feira é compreendida como um espaço de cultura e de comércio na cidade; de modo que tanto os indivíduos – que, em sua coletividade, conformam o lugar da Feira -, quanto os objetos expostos, traduzem, juntos, a essência dessa manifestação cultural. Diante disso, foi tomado, de início, os conceitos de patrimônio ambiental urbano e de lugar como sendo importantes para análise proposta na pesquisa sobre a Feira de Antiquidades da Praça XV, no centro histórico da cidade do Rio de Janeiro. Além desses conceitos, a pesquisa estabelece uma analogia entre o lugar da Feira de Antiquidades e um museu a céu aberto, ou, mais precisamente, um “museu-narrativa’ a céu aberto”. Considerando nesse caso o museu a céu aberto como uma espécie de “museu-narrativa” – um tipo ideal ou modelo, proposto por Gonçalves (2007). Trata-se de um museu, que “surge e se desenvolve em um contexto urbano onde a relação com o público ainda guarda uma marca pessoal” (GONÇALVES, 2007, p.70).

É válido destacar que a minha motivação em estudar o tema dessa pesquisa vem desde a Especialização em Revitalização Urbana e Arquitetônica, cursado na Escola de Arquitetura da UFMG, nos anos 2007 a 2009. O curso despertou em mim o interesse pelo patrimônio no âmbito das cidades, o que me levou a pleitear uma vaga no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Puc-Minas, na área de concentração “Cidades: Cultura, Trabalho e Políticas Públicas”. Cursei o referido mestrado na linha de

pesquisa “Culturas, identidades e modos de vida”, onde desenvolvi a dissertação intitulada “O Poder de um lugar: memórias, usos e representações do Largo de Coimbra – Ouro Preto/MG”. Ainda durante o mestrado (2012-2014), cujo objeto de pesquisa era a Feira de Pedra-Sabão do Largo de Coimbra, fui orientada por uma das professoras da disciplina de Teoria Antropológica a “esquecer um pouco” o meu objeto de pesquisa e buscar um outro objeto – um espaço público apropriado pelo comércio para treinar o meu olhar e praticar o ‘exercício de estranhamento’, tendo em vista que eu estava, naquele momento, muito envolvida e muito familiarizada com o “lugar” da minha pesquisa. Assim, resolvi fazer esse exercício, nas minhas férias de janeiro de 2013, e escolhi a Feira de Antiquidades da Praça XV, no Rio de Janeiro, - uma feira que fiquei conhecendo anos antes (em 2007), andando fortuitamente numa manhã de sábado pelo centro histórico da cidade. E a minha segunda visita à Feira de Antiquidades da Praça XV foi, então, com um certo olhar de pesquisadora, o que me motivou a buscar saber mais sobre essa feira. A partir daí o meu interesse em estudar aquela feira, aquele fenômeno, só fez aumentar. Terminado o mestrado, retornei ao Rio de Janeiro, no ano de 2015 (quando o Viaduto da Perimetral já havia sido demolido) e, no sábado, fui à Praça XV com o intuito de visitar a Feira de Antiquidades. Na ocasião, havia um considerável número de policiais na Praça, em torno do Paço, e a Feira não estava montada. Algumas pessoas, como eu, inclusive expositores carregando malas e/ou carrinhos cheios de objetos, chegaram à Praça e foram surpreendidas pela notícia de que a Feira estava suspensa. Retornei ao Rio meses depois para também visitar a Feira de Antiquidades. Ainda não tinha visto a Feira montada após a demolição do Viaduto da Perimetral. Dessa vez, ao chegar à Praça XV, minha surpresa foi ver a configuração da Feira – era uma outra feira bastante distinta daquela sob o viaduto, que havia conhecido anos atrás. Foi a partir daí que nasceu esta pesquisa que originou a presente tese, cujo título “Entre Relíquias e Quinquilharias” traz duas palavras que ouvi na minha visita à Feira na ocasião do meu mestrado e que, a meu ver, juntas, expressam bem a “tônica” da Feira de Antiquidades da Praça XV: relíquias e quinquilharias.

A presente pesquisa se vincula à Linha de Pesquisa 02 “Museologia, Patrimônio Integral e Desenvolvimento” do PPG-PMUS, tendo em vista que abarca uma análise, no tempo e no espaço (no contexto do espaço urbano), das relações entre patrimônio cultural e museologia. O primeiro – patrimônio cultural – explorado no contexto do espaço urbano que contempla a “patrimonialização”, que representa “uma reflexão mais precisa sobre os mecanismos de constituição e de extensão do patrimônio” (DESVALLÉES, 2013, p 75) e o segundo – a museologia – no contexto da musealização, que

Segundo o sentido comum, [] designa o tornar-se museu ou, de maneira mais geral, a transformação de um centro de vida, que pode ser um centro de atividade humana ou um sítio natural, em algum tipo de museu. A expressão “patrimonialização” descreve melhor, sem dúvida, este princípio, que repousa

essencialmente sobre a ideia de preservação de um objeto ou de um lugar, mas que não se aplica ao conjunto do processo museológico (DESVALLÉES, 2013, pp.56/57).

Essa pesquisa contemplou políticas e diretrizes para no campo do patrimônio cultural, cujos aspectos têm muita ligação com o *Projeto de Pesquisa 1* (vinculado à Linha de Pesquisa 02) “As comunidades Imaginadas: cultura, sociedade e patrimônio simbólico” ao abranger práticas discursivas (abordando diversos atores) sobre o patrimônio e a museologia “relacionadas às políticas públicas de cultura formuladas, ou propostas, no Brasil como parte das ações sociais intrínsecas aos processos de patrimonialização e de construção de identidades, sejam individuais, coletivas e/ou nacionais”³.

No que tange à construção textual, a presente tese estrutura-se em seis capítulos, além da introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo abrange uma contextualização histórica da Praça XV de Novembro, no centro histórico do Rio de Janeiro, com vistas a compreender o legado patrimonial da Praça e o surgimento da Feira de Antiguidades que ali se instalou na década de 1970. Esse percurso histórico foi construído de forma a favorecer uma noção mais clara do ‘cenário’ e principalmente de algumas das personagens e personalidades urbanas que constituem o corpo social daquele espaço e que nele promoveram mudanças.

O segundo capítulo contemplou uma discussão teórico-conceitual sobre patrimônio ambiental urbano, cujo objetivo é compreender os princípios e procedimentos em que se fundamentam, no Brasil, as políticas públicas de preservação e gestão do patrimônio das cidades e da cidade como patrimônio. Priorizou-se, para tanto, a produção crítica/analítica de teóricos e intelectuais que atuaram junto aos órgãos de proteção no Brasil. A referida discussão foi pautada pelos pressupostos dos principais documentos internacionais normativos acerca do patrimônio, instituídos por organizações internacionais como UNESCO, ICOMOS, CIAM e outros, sobretudo a partir da década de 1950, que, imbuídas de um conceito ampliado de patrimônio, tornaram-se importantes balizadores no acompanhamento dos processos de preservação, especialmente no âmbito da preservação no Brasil. O texto toma criticamente como referência uma modalidade de cultura em sua relação orgânica com o consumo e com relações e regras sociais advindas de um contexto histórico-social no qual as políticas urbanístico-culturais operam sob a lógica de uma estetização e uniformização dos espaços urbanos das cidades.

O terceiro capítulo trata do patrimônio no contexto das políticas urbanas no país, sobretudo a partir da década de 1960 (recorte temporal da pesquisa). Saliencia a inflexão no

³ PPG-PMUS: ppg-pmus.mast.br/inicio.htm

domínio das políticas urbanístico-culturais e os novos instrumentos legais na preservação do patrimônio cultural em consequência da ampliação do conceito de patrimônio. No texto, são discutidas as ações práticas no âmbito das políticas de preservação no Brasil, destacando a Praça XV no contexto dos grandes planos urbanos cariocas, no decurso de tempo entre a construção e a demolição do Elevado da Perimetral. Este capítulo contempla as múltiplas temporalidades das políticas urbanístico-culturais 'presentificadas' na Praça XV a partir do entendimento de que esse supracitado recorte da trajetória das políticas de preservação do patrimônio cultural, conformados na legislação, expressam diferentes referências teóricas vigentes nos diferentes períodos.

O quarto capítulo busca contextualizar o momento histórico do objeto empírico. No contexto da restauração e da renovação urbanas de lugares antigos e a emergência do consumo dos lugares nas últimas décadas, David Harvey, ao tratar da "acumulação flexível", auxiliou na compreensão da apropriação cultural como estratégia de aumento do poder econômico, bem como os significados culturais das localidades. E, a partir de trabalhos de Stuart Hall (2006, 2011), David Harvey (2004, 2005, ...), Manuel Castells (1983, 1999, 2010), Michel de Certeau (1988, 2012), Garcia Canclini (2003, 2008, ...), dentre outros, foi elaborado um conjunto de referências para pensar as identidades culturais no âmbito da globalização e, conseqüentemente, o uso do patrimônio urbano com base em seu valor simbólico e em sua valorização como produto de mercado. Esses autores supracitados vão chamar a atenção para a questão do consumo diferenciado de produtos culturais – que se alimenta de referências globais; o local e o global, associando as identidades culturais e seu consumo, e ainda sobre a inserção dessas identidades no circuito do consumo de massa e das indústrias culturais. A abordagem da questão da separação entre espaço e lugar na modernidade, bem como da transformação de espaço em lugar será desenvolvida a partir dos estudos de Stuart Hall (1995) e David Harvey (1991); seguida de um arcabouço teórico que abrange tendências urbanístico-culturais, buscando refletir sobre os principais impactos dos modelos de renovação urbana de caráter cultural e suas inter-relações com a questão da preservação do patrimônio *versus* renovação urbana, os usos e contra-usos do espaço público, cujo desenvolvimento apoia-se, ainda, em autores como Leite (2004, 2006); Magnani (2002), Fortuna (1999, 2009,...), Serpa (2006,), Gonçalves (2001, 2005, 2007, ...), Arantes (2000, ...).

Ainda neste quarto capítulo é apresentado o conceito de (micro)territorialidade - um conceito expandido de territorialidade, cunhado por Fortuna (2012) -, à luz do processo histórico do ordenamento urbano, que, no âmbito desta tese, favorece a compreensão do lugar da Feira, na medida em que este possibilita "captar dimensões da realidade urbana metropolitana que vão sendo invisibilizadas à medida que esta se torna excessiva (...)" (FORTUNA, 2012, p.203). Partindo do princípio de que a Praça XV é o suporte físico de

significação compartilhada da Feira de Antiguidades da Praça XV; o capítulo em questão aborda, ainda, o conceito de memória coletiva e a importância do espaço relacionados ao conceito de espaço e tempo-espaço, articuladas à questão dos processos de musealização e de patrimonialização dos lugares como estratégias de preservação, numa articulação fundamentada a partir de um arcabouço teórico que contempla autores como Maurice Halbwachs (2006), Michel Pollak (1989, 1992), Eclea Bosi (2004) e Pierre Nora (1993).

O quinto capítulo consiste na etnografia da Feira de Antiguidades da Praça XV, onde o universo da Feira é abordado à luz dos conceitos e do arcabouço teórico levantado nos capítulos anteriores, procurando compreender os motivos e/ou razões que sustentam e dão continuidade à tradição da Feira e analisando os valores normativos e pragmáticos que permeiam os usos e contra-usos da Praça XV como lugar da Feira. Neste capítulo, a tentativa foi de integrar a discussão teórica e metodológica com a exposição empírica, pautando a análise à medida que os desdobramentos dos temas substantivos vinham à tona. Na etnografia, o fio condutor foi formado a partir das conexões das falas dos diversos interlocutores da pesquisa. Desse modo, a opção tomada foi a de escrevê-la em terceira pessoa, com algumas incursões em primeira pessoa, o que reflete, ainda, o estar lá e o estar aqui.

No sexto capítulo, com vistas a tecer a trama da etnografia, a teoria praxiológica de Pierre Bourdieu, bem como os estudos de Mike Featherstone, iluminaram a discussão acerca do universo da Feira de Antiguidades como um campo de distinção, auxiliando na teorização etnográfica e na percepção e análise do “campo da Feira de Antiguidades”, identificado no fazer etnográfico.

De modo geral, com inspiração no teórico do poder simbólico, o presente empreendimento científico baseou-se na convicção da impossibilidade de

capturar a lógica mais profunda do mundo social a não ser submergindo na particularidade de uma realidade empírica, historicamente situada e datada, para construí-la, porém, como ‘caso particular do possível’, conforme expressão de Gaston Bachelard, isto é, como uma figura em um universo de configurações possíveis (BOURDIEU, 1996, p.15).

Destaco, assim, que a análise aqui apresentada nesta tese, que tem a Feira de Antiguidades da Praça XV como referente empírico e a discussão acerca dos usos do patrimônio como principal fio condutor teórico, é apenas um caso particular em um universo de configurações possíveis.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Considerada um dos ícones do patrimônio histórico nacional, a Praça XV de Novembro, no centro histórico do Rio de Janeiro representa um significativo marco da cidade. De extensão da Igreja - espaço religioso católico-, a Centro Político da Capital nas primeiras décadas do século XVIII, lugar de poder por excelência, o local da atual Praça XV abrigou o Pelourinho (ou Polé), a Casa da Moeda, transferida da Bahia em 1699, a casa dos Governadores em 1733 e a Casa de Câmara e Cadeia, inaugurada em 1747, que serviu como prisão até 1808, quando empregados da família real passaram a ocupá-la, enquanto seus patrões, por alguns anos, ocupavam o Paço Imperial. Com vista para o mar, foi porta de entrada do Brasil Império, aliás, desde a abertura dos portos, com a vinda da família real.

A antiga Casa de Câmara e Cadeia foi o local onde, no século XVIII, Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, permaneceu preso até 1792, para ser enforcado. Neste prédio funcionou a primeira representação política em nível nacional, embrião do Parlamento brasileiro - a Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil. A Câmara dos Deputados funcionou ali até 1914, quando foi transferida para o Palácio Monroe. O prédio, que funcionou como depósito após a transferência da Câmara dos Deputados, foi demolido em 1923 para a construção do Palácio Tiradentes, inaugurado em 1926. A Praça XV também abrigou, entre a segunda metade do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX, o Tribunal da Relação – o segundo tribunal de apelação do Brasil.

De lá para cá, a Praça que hoje homenageia a República já foi também conhecida como Terreiro do Carmo, Terreiro da Polé, Largo do Paço e, por fim, Praça D. Pedro II. Sendo essa última denominação atribuída pela Câmara Municipal após o término da Guerra do Paraguai. O Jardim do Largo do Paço foi inaugurado cinco anos depois de finalizada a guerra, em 1875. (*Jornal do Brasil* - Caderno B, 21 de março 1975).

O terreno que deu origem à atual Praça XV de Novembro, no início do século XVII, era fronteiro à antiga Ermida de Nossa Senhora do Ó e do antigo hospício (antes pertencentes aos monges beneditinos). A Câmara Municipal, então proprietária do terreno, cedeu o mesmo aos frades carmelitas ainda no início século XVII (em 1611). No século XVIII, o hospício daria lugar ao Convento dos Carmelitas (em 1750) e no lugar da primitiva ermida, que desabou, iniciaram as obras da atual Igreja do Carmo (em 1761). Ainda nas primeiras décadas do século XVII, a Câmara recompraria os terrenos fronteiros a essas construções e a primeira praça pública do Rio de Janeiro surge com o posterior loteamento desses terrenos. Naquela ocasião, por conta do pelourinho ali construído, a Praça era denominada de “Terreiro da Polé” (*Arquivo Noronha Santos*. Série: Inventário Praça XV de Novembro - LRJ-037.01, p.01-06).

Na época em que o sítio onde se assentou os fundamentos da nova cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro foi transferido para o Morro do Castelo em 1567, a mando de Mem de Sá, o local da atual Praça XV de Novembro era conhecido como Praia da Piaçaba, nome de uma espécie de palmeira nativa da Mata Atlântica. Situada aos pés do antigo Morro do Castelo, a atual Praça XV serviu de Porto para a então recém fundada cidade, constituindo-se como seu importante centro comercial, político e social. Com a transferência da Casa da Moeda de Salvador para o Rio, em 1698, a mando do 23º Rei de Portugal - Dom Pedro II (1638-1706), foi conferido um maior poder econômico à cidade do Rio de Janeiro, que passou a ficar responsável pelo recebimento e pela fundição real para processar o ouro proveniente das Minas Gerais. Isso fez com que a economia essencialmente agrária do Rio de Janeiro (de base canvieira), passasse a um patamar de entreposto de comércio de nível internacional. Assim, no século XVIII, a Praça XV e seus arredores constituíram-se no principal centro exportador do ouro vindo do interior de Minas Gerais. Já no início do século XIX, quando o Rio passou a ser a capital do império português, por determinação de D. José I, em 1808, a referida praça passou a abrigar a sede da Corte e do Império.

O século XIX iniciou trazendo novas e significativas alterações para a cidade do Rio de Janeiro e, em especial, para o então Largo do Paço. A chegada da Corte Portuguesa ao Brasil, em 1808, transformou o Rio na capital do Reino e provocou a ocupação do Paço e de prédios vizinhos pela família real e toda sua comitiva. O Convento Carmelita, por exemplo, foi desocupado para abrigar a Rainha-Mãe, seus criados e outros transmigrados. O Largo do Paço transforma-se no Paço Imperial – “centro das manifestações e comemorações políticas imperiais: aclamações, batizados e desfiles” (CALDEIRA, 2007, p.35). Antes da chegada da família real e de modo a adequar a cidade aos conceitos modernos das capitais europeias, o Vice-Rei Luís de Vasconcelos e Sousa, responsável pela administração da cidade de 1778 a 1790, deu início ao que viria a ser considerada a primeira remodelação urbana do Rio de Janeiro. O Vice-Rei foi responsável pela construção do Passeio Público e pela reurbanização do Largo do Paço – expressões da prosperidade da época (CARVALHO, 2014).

1.1 O legado patrimonial da Praça XV

O Paço Imperial, principal monumento da Praça XV⁴ e um dos principais monumentos da cidade, foi construído em 1733, no lugar correspondente ao antigo Armazém del Rey (onde eram guardados carregamentos de sal e de açúcar) e à Casa da Moeda. O referido prédio foi um dos primeiros bens tombados pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN (atualmente Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN), em abril

⁴ Sobre o Paço Imperial ver: (MICELI, 2011).

de 1938. Além do Paço, foram também tombados naquele mesmo ano: o antigo conjunto conventual da Ordem Terceira do Carmo (abr-1938); a Igreja da Irmandade da Lapa dos Mercadores (abr-1938); a Igreja da Irmandade de Santa Cruz dos Militares (jul-1938); o Chafariz do Mestre Valentim (mai-1938); os Arcos do Teles (jun-1938) e as casas de números 32 e 34, adjacentes a ele (ago-1938). O que reflete a importância da Praça XV e de seu entorno para a cidade e para o país. Tanto é que, no ano de 1990, o IPHAN tombou o conjunto urbano da Praça XV de Novembro, inscrevendo-o no Livro de Belas Artes; no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; e ainda no Livro Histórico.



Figura 1: Praça XV de Novembro com o Viaduto da Perimetral
Fonte: Google Earth, com adaptações

E não foi por acaso que, em 1982, anos antes do tombamento daquele conjunto urbano, o IPHAN desenvolveu um projeto de ‘remodelação’ da Praça XV, com vistas a devolver àquele espaço as suas características do final do século XVIII – época em que o Paço Imperial era sede do palácio dos vice-reis. Cinco anos depois dessa intervenção, durante a administração de Saturnino Braga, a Prefeitura do Rio viria a desenvolver um projeto de “preservação” da Praça XV (de autoria dos arquitetos Claudio Taulois, Sérgio Magalhães e Flávio Ferreira), visando, além de recuperar suas características do período do Império, atrair atividades que garantissem, em especial, movimento noturno e nos finais de semana. O projeto, que não vingou, pretendia, dentre outras coisas, trazer o mar até o Chafariz do Mestre Valentim, recuperar a antiga pavimentação em granito (que formava um “X” cruzando

a Praça), e incluía a reconstrução do antigo Mercado Municipal⁵ que, na década de 1950, fora demolido para a construção do Elevado da Perimetral. O projeto de reconstrução de um novo mercado municipal, a partir de uma de suas antigas torres (a maior delas, onde funcionou o antigo Restaurante Albamar⁶, tombado pelo INEPAC em 1983), previa que o espaço seria ocupado “com bares, restaurantes e comércio voltado para o turismo, lojas, cinema, teatro e outros locais para espetáculos”. O projeto de reconstrução previa ainda um estacionamento de dois pavimentos, no subsolo, com capacidade para cerca de 500 automóveis (Jornal O Globo, 06 de maio de 1987).

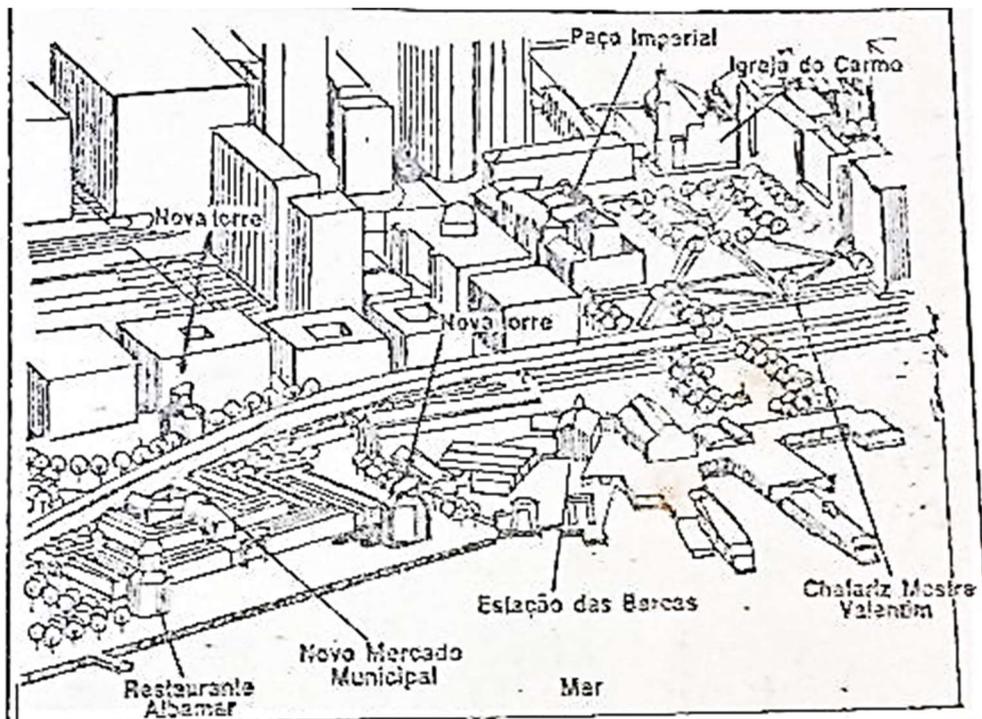


Figura 2: Esquema do Projeto de Restauração da Praça XV, na década de 1980
Jornal O Globo, 06 de maio de 1987 (Fonte: Arquivo Noronha Santos)

O entorno da Praça XV abrigou os mais antigos prédios da cidade do Rio de Janeiro. Muitos desses, no entanto, foram demolidos para execução de obras de embelezamento e modernização da antiga capital (especialmente entre décadas de 1950 e 1960, quando muitos quarteirões foram demolidos para a construção da Avenida Perimetral). É uma das áreas de maior concentração de edificações consideradas de importância histórica e tombadas pelo patrimônio, conforme destacamos anteriormente; além de ser uma área de confluência de importantes caminhos da cidade. Na ocasião da construção do Elevado da Perimetral (fins da

⁵Sobre o Mercado Municipal do Rio de Janeiro ver: (BITAR, 2011).

⁶ Embora o Albamar, em 2016, tenha mudado de nome (Restaurante Ancoramar), optamos aqui por utilizar sua nomenclatura de origem “Restaurante Albamar”. Importante destacar que o imóvel em questão pertence à União e, atualmente, administrado pelo Rio Previdência, está cedido ao empresário José Eustáquio, através de contrato de concessão, até 2027. A mudança do nome do restaurante ocorreu porque um dos antigos funcionários teria patentado a marca Albamar.

década de 1950 a meados dos anos 1960) - que objetivava encurtar os caminhos, ligando a zona norte, a zona sul, a zona oeste, e a Baixada Fluminense e garantido acesso mais direto a importantes pontos da cidade -, os prédios poupados foram aqueles tombados pelo antigo SPHAN. O Mercado Municipal, por exemplo, construído com estruturas metálicas pré-fabricadas de origem francesa e a quase totalidade dos prédios da Exposição do Centenário da Independência, inaugurada no dia 7 de setembro de 1922, foram ao chão (o Morro do Castelo havia sido demolido justamente para dar lugar à construção dos pavilhões e palácios nacionais e estrangeiros da Exposição do Centenário). Foram apenas quatro prédios da exposição que resistiram ao tempo e à especulação imobiliária: o maior deles, o Palácio das Pequenas Indústrias (onde atualmente funciona o Museu Histórico Nacional); o pavilhão da Administração (atual Museu da Imagem e do Som); o pavilhão de Estatística (atual Centro Cultural do Ministério da Saúde) e, mais afastado da Praça XV, o Palácio da França - Petit Trianon (uma réplica do Petit Trianon de Versalhes), situado na Avenida Presidente Wilson, posteriormente doado pelo governo francês para sediar a Academia Brasileira de Letras. Na ocasião da Exposição do Centenário da Independência, o Mercado Municipal abrigou o Pavilhão de Exposições Particulares e, para não 'destoar' do conjunto, recebeu um revestimento provisório em estilo neocolonial.

Além dessas edificações que não foram derrubadas no processo modernizador, a Estação de Hidroaviões, em estilo moderno, localizada na Praça Marechal Âncora, no entorno da Praça XV, também resistiu. Foi tombada em janeiro de 1956, sendo o terceiro tombamento de bens arquitetônicos modernos realizados pelo IPHAN – o primeiro foi o da Igreja de São Francisco da Pampulha em 1947 e o segundo, o do Prédio do Ministério da Educação e Saúde Pública no Rio de Janeiro, em 1948. A Estação de Hidroaviões esteve ameaçada de demolição devido à construção do Elevado da Perimetral. De autoria de Atílio Correia Lima, (com a colaboração de Renato Soeiro, Jorge Ferreira, Renato Mesquita e Tomás Estrela), o projeto da Estação de Hidroaviões foi vencedor de um concurso público nacional para escolha do Projeto da Estação Central de Passageiros. Construída entre 1937 e 1938, a estação foi desativada ainda na década de 1950 e só não foi demolida graças à mobilização do Instituto dos Arquitetos do Brasil que se manifestou contra a construção do Elevado da Perimetral. Foi do arquiteto Lúcio Costa que partiu o pedido de proteção da referida estação (NASCIMENTO, 2015).

Já o Mercado Municipal – em aço e vidro, e em pleno funcionamento –, um importante espaço de sociabilidade e de abastecimento da cidade, não tinha à época o apelo de uma arquitetura moderna (muito menos colonial). Assim, não teve a mesma sorte da Estação de Hidroaviões e não escapou à demolição. Vale ressaltar que partiu também de Lúcio Costa, então diretor da Divisão de Estudos e Tombamentos do SPHAN - que, em 1947, havia dado

parecer contrário a qualquer tipo de construção sobre prédios tombados - a autorização, em 1953, para a construção de um novo edifício de oito andares sobre os Arcos do Teles. O novo edifício, uma vez construído sobre os arcos, alterava drasticamente o gabarito da área e “rompia a espacialidade da trama urbana colonial” (NASCIMENTO, 2018, p. 311) até então preservada.

Lúcio Costa protagonizaria, dez anos depois, em 1963, um novo episódio polêmico. O Convento do Carmo foi vendido ao Banco do Brasil, que construiria ali uma nova sede, o que levaria à demolição do prédio histórico. O convento – uma edificação setecentista - não integrava o conjunto de bens tombados pelo IPHAN em 1938 sob a alegação de sua desfiguração em função dos acréscimos de feições ecléticas resultantes das intervenções do começo do século XX. Um grupo de intelectuais entrou com o pedido de tombamento, justificando a existência de importantes vestígios do século XVIII e, depois de muito embate, foi autorizada a construção nos fundos do terreno, desde que o edifício em questão fosse preservado pelo novo proprietário. Passados alguns anos, o Banco do Brasil desistiu do empreendimento e vendeu o imóvel para o grupo Cândido Mendes, que utilizaria o local para construção de uma faculdade e um centro comercial. Depois de muita negociação, foi aprovada a construção de um edifício de 42 andares e 140m de altura e, em contrapartida, o proprietário reformaria o convento, devolvendo-lhe as feições “originais” do período colonial. Tal decisão foi aprovada por Lúcio Costa que, mais uma vez, contrariando seu parecer de 1947, justifica sua decisão apontando “para a necessidade de superação da melancolia de um passado que mudou” e encerra seu parecer citando um excerto do poema “Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades”, de Luiz de Camões (NASCIMENTO, 2018, p.314-315). O prédio novo, inaugurado em 1978, ficou conhecido como o “Número Dez” - um espigão que rompe completamente com o gabarito da área que, conforme legislação vigente à época, permitia a construção de edifícios de até 12 andares. O edifício colossal, que ganhou fama por ser o mais destoante de todo o conjunto, projeta sombra sobre o prédio mais significativo daquela praça – o Paço Imperial.

Na década de 1990, o arquiteto Oscar Niemeyer chegou a propor um projeto de reurbanização da Praça XV e redondezas, com o intuito de “devolver a harmonia ao conjunto arquitetônico da região - pontilhada por prédios em estilo colonial - e fazer mudanças que atraíssem a população” (CANDIDA, 2015, s/p). Buscando reverter o cenário de degradação da área naquela época, Niemeyer queria trazer de volta à Praça o aspecto colonial do século XVII, em contraste com construções modernas. Dentre as propostas de Niemeyer constavam: pintar de branco a fachada da Igreja de Nossa Senhora do Carmo (Antiga Sé), para que a igreja combinasse mais com os tons claros do Paço Imperial e do Convento do Paço; “esconder” prédios como o da Bolsa de Valores atrás de dois blocos de apartamentos, cuja

arquitetura remeteria ao século XVII”; e, ainda, construir, próximo à estação das barcas, “um grande passeio público com shopping, além de uma espécie de passarela avançando sobre o mar, com alguns prédios, entre eles um teatro e um restaurante” (CANDIDA, 2015, s/p). No projeto de Niemeyer, não havia qualquer alusão ao espigão que rompeu com o gabarito da Praça XV.

O audacioso projeto de Niemeyer ficou só no papel, tendo sido discutido, segundo matéria do Jornal o Globo de 26 de agosto de 2015, durante o seminário “Baía de Guanabara: patrimônio metropolitano”, promovido pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-RJ). (CANDIDA, 2015).

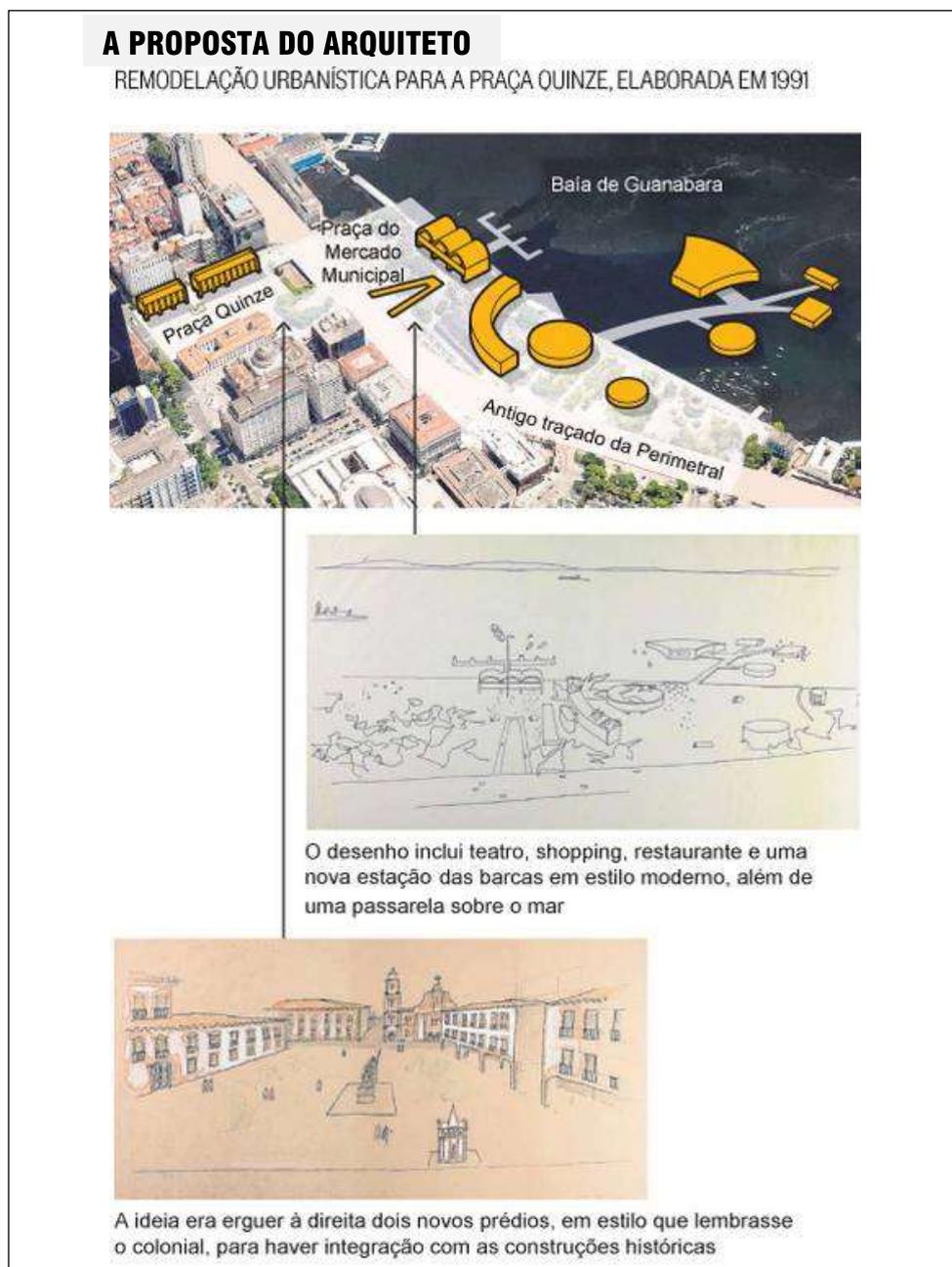


Figura 3: Remodelação Urbanística da Praça XV proposta por Oscar Niemeyer
Fonte: Jornal O Globo, 26 de ago/2015 (CANDIDA, 2015, s/p).

Na história mais recente desse que é considerado o sítio antigo mais significativo da cidade do Rio de Janeiro, houve novas modificações urbanísticas. Em 1996, sob o comando do prefeito Luís Paulo Conde, teve início o Projeto para Remodelação da Praça XV. Na ocasião, o trânsito que cruzava a Praça foi desviado com a construção de uma passagem subterrânea, e a Praça recebeu um novo revestimento para o piso, além da instalação de parte da iluminação dos monumentos. Essas ações integravam uma proposta mais ampla abrangendo desde o Aeroporto Santos Dumont até a Avenida Presidente Vargas, de autoria dos arquitetos Oriol Bohigas, da Espanha e Nuno Porta, de Portugal (MOTTA, 2000). Na percepção de Motta, o referido projeto promovido pelo governo municipal do Rio de Janeiro é, assim como a intervenção no Pelourinho e o Programa Monumenta/BID, exemplo do novo panorama de intervenções urbanas que configuram aquilo que a autora intitula de modelo globalizado (MOTTA, 2000). Motta destaca que esse projeto enfatizava o caráter cenográfico da Praça XV, numa “proposta de apropriação do patrimônio urbano para o consumo visual”, desprovida de um “rigor necessário do ponto de vista das instituições de preservação (...)” (MOTTA, 2000, p.259). Ainda segundo a autora:

A concepção do projeto, associada às estratégias do *modelo globalizado*, está implícita na escolha do local – o mais antigo da cidade, marcado por monumentos já reconhecidos como símbolos da identidade nacional e por vestígios da arquitetura e do traçado urbano antigo – e está explícita em sua apresentação à sociedade, quando o prefeito afirma ‘que nesses tempos de globalização, estamos dialeticamente redescobrimo nossas particularidades e identidades culturais’ (MOTTA, 2000, p.280, grifos da autora).

A Praça XV se configura, assim, como um local que reflete as constantes modificações da trama urbana da cidade do Rio de Janeiro. Não existe um outro local que represente tão bem a metamorfose dessa cidade que, conforme destaca Rangel,

(...) foi objeto de tantas construções e tantas destruições. Lugar onde, muitas vezes foi necessário destruir para refazer espaços reais e simbólicos, criando vazios e possibilidades de novas identidades (RANGEL, 2011, p.305).

Diante desse contexto histórico da Praça XV, é importante ressaltar que, conforme pontua Fonseca (2003), a representação patrimonial que se fez da referida praça à época de sua evocação como legítima representante do patrimônio histórico nacional, suscitada pela evocação do poder real e do poder da igreja, “está longe de evocar plenamente o passado, a sociedade da época e a vida que se desenvolvia naquele espaço” (FONSECA, 2003, p.59). A retórica de construção de uma imagem da nação ignora e silencia as identidades subordinadas ou as minorias étnicas. No Brasil, as demandas desses grupos culturalmente subordinados só passaram a ser incorporadas a partir da década de 1960, sobretudo a partir da redemocratização. Um exemplo disso é que somente na década de 1980 o IPHAN irá

promover as primeiras ações com vistas ao reconhecimento de bens imóveis associados à cultura afrodescendente (ALBATINI, 2017), como o tombamento do Terreiro da Casa Branca, em Salvador (BA), em 1984.

Essas dissonâncias são constantemente veladas e pouco reveladas nas motivações de políticas de preservação do patrimônio, sobretudo quando se trata da dimensão material do patrimônio, ou dos bens imóveis. No Projeto para Remodelação da Praça XV, nos fins da década de 1990, por exemplo, conforme ressaltou Motta (2000), apesar do apelo patrimonial da região da Praça XV como argumentação em favor da liberação de recursos federais para a ‘remodelação’ da área, a proposta estava longe de caracterizar um trabalho de valoração do patrimônio. A autora salienta que

essa proposta revela mecanismos que indicam o isolamento do sítio, nos moldes de um *shopping* – que exclui o cidadão que é sujeito da história – e constrói o cenário propício ao consumo público. Pretende-se a instalação de determinados equipamentos de interesse turístico (hotéis e restaurantes), a demolição de prédios ‘feios’, a construção de um grande aquário, o incentivo à instalação de universidades particulares (a fim de garantir um público noturno seletivo no local), a programação de *shows* e a construção de estacionamentos em volta da área delimitada para intervenção. Já se promovem o embelezamento dos calçamentos e a iluminação feérica dos monumentos. Há também a previsão de deslocamento do píer de embarque da Estação das Barcas do eixo da praça, por onde passam 200 mil pessoas/dia, para local menos nobre, e a extinção do terminal rodoviário existente em suas proximidades. Por sua vez, os mesmos jornais que noticiam e descrevem essas propostas já reivindicam o policiamento da área, preparando a proteção do novo público-alvo (MOTTA, 2000, p.280).

Dentre os alvos da expressão “prédios feios” estava o prédio da Conab, antiga sede da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), ou Entrepósito de Pesca, inaugurado em 1941. Chegou a ser autorizada a sua demolição na ocasião da implantação do recente projeto de renovação da Praça XV, no âmbito do projeto *Porto Maravilha*⁷. A edificação, em estilo art-decô foi tombada pelo INEPAC (Instituto Estadual do Patrimônio Artístico e Cultural), provisoriamente, em 09 de dezembro de 1998, juntamente com outras cinco edificações sob a denominação comum de “Arquitetura do Estado Novo”. A ameaça de demolição do prédio da Conab motivou um grupo de pessoas, lideradas pelo historiador Gustavo Schoor, a recorrer ao instituto do tombamento (INEPAC⁸). Interessante notar que no prédio posterior ao Edifício da antiga Conab, com o qual faz extensão em forma de “L” invertido (e que pertence à Marinha do Brasil), funcionava o Hospital Maternidade Municipal Oswaldo Nazareth, também conhecido como Hospital Maternidade Praça XV, situado bem ao lado do Tribunal Marítimo. O Viaduto da Perimetral passava bem rente ao prédio, e fazia

⁷Projeto Porto Maravilha é o nome fantasia da Operação Urbana Consorciada da Área de Especial Interesse Urbanístico da Região Portuária do Rio de Janeiro (OUC), criada pela Lei Municipal nº101/2009.

⁸Fonte: http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/bens_tombados/detalhar/282, acesso em 03/02/2018.

sombra ao longo da passagem de pedestre, estreita e malcuidada, que dava acesso ao Hospital. Em fevereiro de 2013, já com vistas à demolição do prédio, meses antes da derrubada do primeiro trecho da perimetral, aquele hospital público fechou as portas, encerrando definitivamente suas atividades.

Ainda que a antiga sede do Entrepasto de Pesca tenha escapado à demolição, o que se percebe, em diferentes projetos de remodelação, renovação ou revitalização da Praça, é o desaparecimento das edificações que constituíam um testemunho da vocação comercial daquele local: como o antigo mercado da Candelária e o novo Mercado Municipal em estilo europeu, em ferro e vidro. Esses consecutivos ‘ataques’ às edificações de comércio popular ou de abastecimento, sobretudo em regiões centrais da cidade, mostram como esse tipo de atividade é malvista no que Lia Motta intitula de *modelo globalizado*⁹; ignorando os significados históricos, sociais e simbólicos dessas edificações, bem como o potencial de novos usos.

Vê-se, pelo exposto, que a Praça XV de Novembro mudou tantas vezes de nomes quanto de configuração espacial. Centro político-religioso, trata-se de um local que reúne um forte legado patrimonial, testemunho de diversas mutações urbanas ao longo dos anos. Mas que, apesar das alterações em suas configurações espaciais, preserva suas características intrínsecas, fundadoras (portuárias, comerciais e marítimas). Sobretudo, preserva a sua vocação para lugar de comércio na cidade.

1.2 As transformações da Praça XV e o comércio no local

Um lugar de intenso fluxo de pedestres, desde os primórdios de sua existência (no período colonial, por exemplo, a família imperial teria deixado sua residência no Paço Imperial, se mudando para a Quinta da Boa Vista, especialmente pelo fato de o Largo do Paço ser muito movimentado e barulhento), a Praça XV abriga a Estação das Barcas desde o final do século XIX. A antiga Estação Ferry foi inaugurada em junho de 1862. O prédio atual, em estilo neoclássico, tendo ao centro uma abóbada imponente com relógio, foi construído entre os anos de 1904 e 1912. Atualmente, milhares de pessoas embarcam e desembarcam ali diariamente - algo em torno de 200 mil pessoas/dia. Não é por acaso que ali, também desde os primórdios, tem sido um local de comércio, especialmente o ambulante.

⁹Segundo Motta, no modelo globalizado, as intervenções sobre o patrimônio cultural, “embora incidam sobre as áreas mais antigas das cidades e utilizem a argumentação da preservação” (...) têm como resultado a apropriação cenográfica dos espaços sem a preocupação de considerar as cidades como objeto socialmente construído e seu patrimônio como fonte de conhecimento” (MOTTA, 2000, p.257).

No período colonial, por exemplo, era comum ver negras de tabuleiro (negras de ganho), que circulavam com seus tabuleiros, gamelas e cestas habilmente equilibrados sobre as cabeças, ocupando a Praça, onde vendiam principalmente alimentos feitos por elas; além de mascates volantes. Já no período imperial, era comum a presença de vendedores ambulantes de todo tipo: verdureiro, garrafeiro, fiteiro, jornaleiro, vendedor de pássaros, vendedor de guarda-chuvas e bengalas, vendedores de gêneros alimentícios em geral etc.; muitos desses retratados por Marc Ferrez em cenas cotidianas da Praça XV nos períodos do Império e início da República, entre 1865 e 1918. Em diversas representações pictóricas das primeiras décadas do século XIX, é possível observar, com riqueza de detalhes, a forte presença de práticas comerciais (ambulantes, quitandeiros, negra de tabuleiro, pequenos mercadores etc.) no Largo do Paço, como nas famosas pinturas de Jean Baptist Debret (1768-1848), Johann Jacob Steinmann (1800-1844) e Eduard Hildebrandt (1818-1869).



**Figura 4: Gravura (reprodução) da Litografia “Les rafraîchissements de l’après diner sur la Place du Palai” de Jean Baptiste Debret (1768-1848) – uma cena na Praça XV do século XIX, à venda no Shopping-Chão - Feira de Antiquidades da Praça XV
Fev./2019 – Foto da autora**

Aliás, desde o início do século XIX

(...) já se observa na planta da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, baseada na Planta Régia de 1808/1812, a ocorrência na Praia do Peixe, nas imediações do Largo do Paço (atual Praça XV), de barracas de vendagem de víveres e peixe, demonstrativo de um início de fixação) e ordenação do comércio ambulante (FRANÇA & REZENDE, 2010, p.09).

A mudança na configuração espacial da Praça XV, empreendida no final do século XVII, daria início a uma série de transformações que o então Largo do Carmo estaria sujeito ao longo dos anos. Segundo Caldeira (2007), a construção de edifícios como a Casa da Moeda e os Armazéns del Rey viria a emoldurar o vazio do largo, “criando um cenário

particular” e transformando-o no espaço urbano mais representativo da cidade (CALDEIRA, 2007, p.112).

Posteriormente, em meados do século XVII, a construção de um novo edifício para sediar a Casa dos Governadores, a mando do Governador Gomes Freire – o Conde de Bobadela, sob o traço do Brigadeiro José Fernandes Pinto Alpoim, dava início a “uma série de reformas que iriam conferir ao Largo o título de espaço cívico da cidade” (CALDEIRA, 2007, p.112). Naquela ocasião, Alpoim ainda projetou um conjunto de casas no lado norte e introduziu o chafariz no centro do largo. O Brigadeiro “ordenou visualmente o espaço a partir do chafariz, inserido no centro do largo, e das edificações laterais” (CALDEIRA, 2007, p.112). Assim, com a construção dos novos edifícios e instalação do novo equipamento urbano – (o chafariz), o largo adquiriu uma configuração morfológica mais regular, o que estruturou mais precisamente seus limites e eixos de perspectivas e, conseqüentemente, modificou o uso prioritário daquele espaço. “A construção da Casa dos Governadores marcaria a instalação do poder secular no Largo do Carmo, transformando sua função original: de espaço religioso, passa a abrigar também funções cívicas” (CALDEIRA, 2007, p.14).

Com a transferência da sede administrativa para o Rio de Janeiro, em 1763, o Largo do Paço passaria por novas intervenções. A então Casa dos Governadores transformou-se em Paço dos vice-reis - símbolo do poder civil colonial. Com isso, além de um novo chafariz - de autoria de Mestre Valentim, novas melhorias urbanas seriam implementadas de modo a possibilitar a apropriação do espaço central (CALDEIRA, 2007). Na análise de Caldeira,

Essas transformações não apenas alteraram o cenário do Largo, mas também possibilitaram o surgimento de novas funções, além daquelas existentes, como as atividades do cais do porto. O Largo, além de sediar as atividades religiosas e cívicas, abria-se agora para o comércio e para as atividades militares (CALDEIRA, 2007, p.115).

E, segundo Caldeira, abrigando em suas mediações o Mercado Municipal e o Banco do Brasil, a região do Paço Imperial, ao final do século XIX, “concentraria o comércio mais significativo da cidade, bem como o centro financeiro” (CALDEIRA, 2007, p.123). Com o advento da república, há o remanejamento do centro de poder, até mesmo para silenciar ou “apagar” as marcas da monarquia.



Figura 5: Praça XV de Novembro, 1904 (Paço Imperial, Igreja do Carmo, Chafariz do Valentim e Mercado da Candelária)

Fonte: Acervo Digital da Fundação Biblioteca Nacional (Foto: RIBEIRO, A.)

No começo do século XX, o então prefeito Pereira Passos deu início às reformas urbanas visando a modernização da cidade, inspirado pelas reformas urbanísticas da Paris de Haussmann. Dentre os principais feitos da sua gestão, destaca-se a modernização da Zona Portuária e a abertura da Avenida Rio Branco. Já no início de sua administração como prefeito do Rio, Pereira Passos mandaria construir o pavilhão da Praça XV de Novembro, destinado às retretas das bandas militares. E foi a partir da sua gestão que as obras para a construção de um novo edifício de mercado para a região central da cidade começariam a se concretizar, depois de muito tempo sem sair do papel. Iniciava-se, assim, do lado oposto do antigo Mercado da Candelária (Fig.5) - no aterro da Praia de Dom Manuel (terreno antes ocupado pelo necrotério e onde se situa hoje a Praça Marechal Âncora) - a construção do Novo Mercado da Praça XV.

Mas o Novo Mercado Municipal não resistiria por muito tempo às transformações urbanas implementadas no centro histórico. Em pouco mais de cinco décadas, a construção em estilo europeu viria ao chão para dar lugar àquilo que seria considerado a solução para o trânsito da cidade do Rio de Janeiro: o Viaduto Juscelino Kubitschek ou Elevado da Perimetral que, posteriormente e em nova reforma urbana, também viria a ser demolido. A exemplo do novo Mercado Municipal, o Viaduto da Perimetral também teria sua “vida útil” reduzida. Aliás, durou praticamente o mesmo tempo do Mercado – em torno de cinco décadas e meia.

Esse período entre a construção e a demolição do Elevado da Perimetral e a consolidação do Projeto Porto Maravilha é o recorte temporal desta tese, tendo como foco a Feira de Antiquidades da Praça XV. Vê-se que mesmo com todas as remodelações e consequentes demolições, especialmente de locais de comércio, a atividade comercial se manteve na Praça XV no decorrer de todos esses anos, desde a sua fundação, transformando-se juntamente com a Praça.

1.3 Recorte espaço-temporal: entre a construção e a derrubada do Elevado da Perimetral

Em meados do século XX, na década de 1960, marcada pela expansão da industrialização e o advento das políticas desenvolvimentistas, a Praça XV passaria por outra importante transformação que viria a impactar sobremaneira a sua configuração espacial e, conseqüentemente, os usos daquele espaço: a construção do Viaduto da Perimetral, que teve o seu primeiro trecho projetado e executado pouco tempo antes, em 1957, na administração do Prefeito Negrão de Lima.



**Figura 6: Vista aérea da Praça XV de Novembro (Destaque Perimetral)
Meados da década de 1960 – autor desconhecido
Fonte: Acervo Digital da Fundação Biblioteca Nacional**

O Viaduto Juscelino Kubitschek, ou “Elevado da Perimetral” no centro histórico do Rio de Janeiro, demolido no ano de 2014 (no âmbito do Projeto Porto Maravilha), abrigou por quase duas décadas a Feira de Antiquidades da Praça XV. Construído na década de 1960¹⁰, o traçado do viaduto, segundo Colchete-Filho (2008), pouco diferia do primeiro projeto aprovado ainda em 1938; apesar de ter sido criado, em 1946, um primeiro esboço conceitual que previa uma via sem nenhuma elevação. Em 1955, uma nova versão do projeto da Perimetral contava com trechos elevados - a via expressa seguia por baixo do Mosteiro de

¹⁰ O Elevado da Perimetral (ou Viaduto Juscelino Kubitschek) foi inaugurado duas vezes: em 1960, pelo presidente Juscelino Kubitschek, quando foram concluídas as fases da primeira etapa; e em 1978, pelo presidente Ernesto Geisel, com a finalização da última etapa que foi a ligação do viaduto com a Ponte Rio-Niterói.

São Bento, sendo elevada por cima da Avenida Rodrigues Alves. Além do acesso direto ao Aeroporto Santos Dumont e à Ponte Rio-Niterói, a Perimetral interligava a própria ponte, a Linha Vermelha, a Linha Amarela, a Rodovia Washington Luís, a Via Dutra, a Antiga Estrada Rio-São Paulo e a Rodovia Rio-Santos, garantindo, também, ligação direta com a zona norte, a zona sul, a zona oeste e a Baixada Fluminense (LUCENA, 2016). Inaugurada para ser uma solução para o trânsito do Rio de Janeiro, a Perimetral, ao que parece, não cumpriu bem o seu papel. Além disso, a construção era bastante criticada por bloquear e desvalorizar a vista da frente marítima da região portuária da cidade.

O antigo Mercado Municipal da Praça XV (ou Mercado Central), inaugurado em 14 de dezembro de 1907, situava-se na hoje intitulada Praça Marechal Âncora, nas mediações do Largo do Paço. Era o maior exemplar da arquitetura em ferro montado no Brasil. Projetado por Alfredo Azevedo Marques, em planta quadrada de 150 m de lado, e composto por 24 pavilhões trapezoidais simples, além de cinco pavilhões octogonais (um central e quatro nos vértices), ‘sobreviveu’ à construção do elevador nos dois primeiros anos, sendo demolido em 1962. Em estilo europeu de pavilhão de ferro e vidro, esse mercado, a princípio elitizado, tornou-se um importante espaço de sociabilidade da cidade, funcionando durante muito tempo como o maior centro de gênero alimentício - sobretudo pescados - do Rio de Janeiro. Ali trabalhavam 320 comerciantes que empregavam, direta ou indiretamente em torno de 20 mil trabalhadores.



Figura 7: Elevado da Perimetral e Mercado Municipal, entre 1960-1962
(autor desconhecido) - Fonte: ancoramar.com.br¹¹

A Praça XV abrigou também o primeiro mercado municipal da cidade: o Mercado da Candelária (Fig.5), que precedeu o Mercado Central. Tratava-se também de um importante

¹¹ <http://ancoramar.com.br/restaurante/historia-do-albamar-2/perimetral03a/>. Acesso em 05 nov/2019.

espaço de sociabilidade e de abastecimento. Construído em estilo art-nouveau no ano de 1841, viria a ser demolido sete décadas depois, quando exemplares da arquitetura do século XIX ainda eram menosprezados pelas políticas de patrimônio. A grande motivação da demolição desse mercado, entretanto, não seria por conta do seu estilo, mas especialmente pelas más condições de higiene e conservação; além dos incêndios recorrentes, entre 1899 e 1907 que só fizeram agravar ainda mais as condições de precariedade do mercado (SOUZA, 2015).

A supressão do Mercado Municipal (Fig.7), o segundo Mercado da Praça XV, no início da década de 1960, se deu especialmente em função das políticas de governo que priorizavam o transporte viário. Para os urbanistas daquela época, a via em elevação, ainda que comprometesse importantes exemplares da história do Rio de Janeiro, era a grande solução para o tráfego na capital. Além do Mercado Municipal, a construção do elevador levou à destruição de becos e pequenas ruas nos arredores do Museu Histórico Nacional, remanescentes da ocupação do Morro do Castelo. Levou ainda à demolição do antigo Hotel Pharoux (inaugurado em 1816) que, à época, foi considerado o mais moderno da cidade e uma referência para novos empreendimentos (VILELLA, 2017).

No caso do Mercado Municipal em ferro e vidro, uma de suas quatro torres, a que abrigava o Restaurante Albamar (Fig.7), foi poupada da demolição graças à pressão de “clientela ilustre”, frequentadora assídua daquele local (BITAR, 2016, p.266). Anos após a demolição do mercado, o Restaurante Albamar (inaugurado em 1933) foi tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac) provisoriamente em 1979 e em definitivo no ano de 1983. Justificou-se a patrimonialização, à época, sobretudo pelo fato de o Albamar exprimir “uma representação do Rio Antigo”; simbolizando uma “memória do Mercado Municipal e de seu tempo” (BITAR, 2016, p.266). De acordo com o texto de tombamento do Restaurante Albamar (Torreão do antigo mercado municipal),

O primeiro mercado do Rio de Janeiro foi projetado na primeira metade do século XIX pelo arquiteto francês Grandjean de Montigny, na beira da antiga praia de D. Manuel, junto do largo do Paço, para disciplinar o comércio de gêneros alimentícios – sobretudo peixe – na zona central. Um novo mercado, bem maior, foi inaugurado pelo prefeito Pereira Passos em 1908, como parte das grandes obras de remodelação urbana. Tinha planta quadrada, com pavilhões longitudinais e cinco torreões octogonais – um maior no centro, com relógio, e quatro menores nos ângulos externos. Em 1933, num desses torreões menores, começou a funcionar o restaurante Albamar. Nos anos 50, o mercado foi demolido para a construção do elevador da Perimetral, mas o torreão do restaurante Albamar sobreviveu, solitário, com sua belíssima estrutura metálica importada da Bélgica e da Inglaterra. O interior foi reformado em 1964 pelo arquiteto Roberto da Costa Soares¹².

¹²Disponível em <http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/bens_tombados/detalhar/255>. Acesso em 10 abr/2019.

É digno de nota a declaração do então Prefeito Eduardo Paes na ocasião do evento em comemoração aos 50 anos do Centro de Abastecimento do Estado da Guanabara (CADEG)¹³, em janeiro de 2012, na qual, segundo Bitar (2016), reconheceu o Cadeg como “patrimônio imaterial” da cidade, “não somente pelo seu papel de abastecedor de alimentos, mas por fazer 'lembrar' um 'Rio antigo', pela atuação dos comerciantes e por ser um local de lazer” (BITAR, 2016, p.268-269). Naquele evento, o prefeito assinou o decreto designando o Cadeg como o novo Mercado Municipal e afirmou, ainda, que reconstruiria o Mercado Municipal na Praça XV, como uma espécie de “Mini-Cadeg”. Em seu discurso, registrado por Bitar, Eduardo Paes declarou:

[...] A grande novidade de hoje é que o Mercado Municipal não vai ser só o Mercado Municipal do decreto. É claro que não teremos como fazer da dimensão do antigo Mercado Municipal o novo Mercado Municipal ali [na Praça XV], mas vamos ter sim um Mercado Municipal, assim que a gente derrubar o elevado da Perimetral. O projeto contempla a reconstrução do Mercado Municipal ali, na sua origem, na Praça XV. Eu diria que vai ser um Mini-Cadeg, um espaço onde as pessoas possam lembrar desse Rio antigo, fazer o que se faz muito hoje no Cadeg – hoje o Cadeg virou um espaço fashion da nossa cidade, virou moderno, o Cadeg é uma coisa excepcional. Daí a gente ter uma representação do Cadeg, voltando ao seu espaço original [...]. (Trecho do discurso proferido por Eduardo Paes, em 25 de abril de 2012, *apud* BITAR, 2016, p.268).

Conforme salientou Bitar, a declaração do prefeito expressa a mudança nas concepções urbanísticas contemporâneas voltadas para o turismo. No caso dos mercados de abastecimentos, estes que antes eram considerados “locais anti-higiênicos ou obstáculos ao desenvolvimento das cidades”, agora passam a “ser recuperados como 'patrimônios’” (BITAR, 2016, p.267). Conforme ressaltou a autora, “os usos e a recente valorização do mercado encontraram 'ressonância' (Gonçalves, 2007) nas políticas públicas com o ato do prefeito” (BITAR, 2012, p.269).

Fato é que a supressão do antigo mercado não apagou a vocação comercial do local – não foi preciso muito tempo para que o comércio se restabelecesse no entorno da Praça XV após a derrubada do mercado. Poucos anos após a demolição do Mercado Municipal, quando o Elevado da Perimetral já estava em completo funcionamento, a função comercial da Praça seria retomada. Dessa vez, com o surgimento de duas feiras: A Feira do Troca e a Feira do Albamar (ou Feira de Antiquários), sendo que essa última foi criada com o intuito de dinamizar o centro histórico. Posteriormente, houve uma fusão dessas duas feiras, resultando

¹³ O Cadeg é um mercado privado, construído no terreno da antiga fábrica de cigarros *Veado*, no bairro de Benfica (Zona Norte do Rio). Foi fundado por imigrantes portugueses, italianos e seus descendentes, em sua maioria, no ano de 1962 - (as obras começaram em 1957 e terminaram em 1962) (BITAR, 2014). Sua construção se deu em substituição ao antigo Mercado Municipal da Praça XV, derrubado em 1962 para a construção do Elevado da Perimetral.

na “Feira de Antiguidades da Praça XV”. Realizado semanalmente, aos sábados, esse evento comercial vem resistindo às transformações urbanas na Praça. A última dessas transformações foi realizada no âmbito da Operação Urbana Consorciada da Área de Especial Interesse Urbanístico da Região Portuária do Rio de Janeiro (OUC), ou projeto Porto Maravilha, que teve como uma das principais intervenções a derrubada do Elevado da Perimetral. Essa operação urbana viria a impactar sobremaneira a estrutura e as dinâmicas da referida feira, conforme apresentado nos próximos capítulos desta tese.

1.4 O recorte temático e o objeto empírico da pesquisa

Inserida no centro histórico de uma grande cidade que, ao longo dos anos, passou por intensas transformações em prol da modernização, a Praça XV, com a expansão do conceito de patrimônio, foi incorporando ‘novos patrimônios’ ao seu acervo. Mas esses patrimônios incorporados, de modo geral, continuaram sendo aqueles cujo público-alvo não é formado pelos que têm o bem como fonte de identidade e de história. Nesse sentido, repensar o patrimônio no contexto de uma grande cidade contemporânea, com suas dinâmicas e sua multiplicidade de coletivos sociais que também querem ter reconhecidos seus patrimônios, diversos daqueles de padrão hegemônico, é repensar a própria contemporaneidade dos sujeitos que, em suas coletividades, continuam a produzir cultura e produzem *lugares*¹⁴. E é diante desse dinamismo e das constantes transformações das cidades que tem provocado grandes transformações no espaço público urbano, que a demanda pela evolução das políticas de preservação só faz aumentar.

Diante disso, considerando as constantes e rápidas mudanças características de nosso tempo, uma questão que se coloca é: como conciliar um instrumento de preservação que dê conta de uma manifestação cultural como patrimônio, sem considerar o *lugar* (lugar da manifestação) como sendo, conforme propõe Hall (2006, p.72): “(...) específico, concreto, conhecido, familiar, delimitado (...)”? Isso retrata um pouco o que ocorreu com a Feira de Antiguidades da Praça XV – uma feira, reconhecida recentemente, em dezembro de 2016, como patrimônio imaterial pelo município.

A Feira de Antiguidades da Praça XV de Novembro, há mais de quatro décadas - desde o início da década de 1970, faz parte do cenário sabatino da Praça. Em 19 dezembro de 2016, através da Lei Nº 6.120, a referida feira tornou-se, oficialmente, patrimônio imaterial

¹⁴ Os lugares, na perspectiva dessa pesquisa, constituem-se como demarcações físicas e simbólicas no espaço, cujos usos os qualificam e lhes atribuem “sentidos convergentes, orientando ações sociais e sendo por estas delimitados reflexivamente” (LEITE, 2008, p.17); ou, segundo Hall, “o lugar é específico, concreto, conhecido, familiar, delimitado: o ponto de práticas sociais específicas que nos moldaram e nos formaram e com as quais nossas identidades estão estreitamente ligadas (...). Os lugares permanecem fixos; é neles que temos ‘raízes’” (HALL, 2006, p.72).

da cidade do Rio de Janeiro, “em face de sua relevante produção de práticas culturais fortalecedoras da memória e da identidade da sociedade carioca” (RIO DE JANEIRO, 2016b). O Projeto de Lei de abril de 2013, que deu origem ao *tombamento*, de autoria da então vereadora Laura Carneiro, traz a seguinte justificativa para o tombamento da Feira de Antiquidades da Praça XV como patrimônio imaterial da cidade do Rio de Janeiro:

A Feira de Antiquidades da Praça XV popularmente conhecida por “Feira da Troca” acontece aos sábados, no horário das 06:00 às 16:00, na região da Praça 15 de Novembro, reunindo em torno de 600 expositores cadastrados. Criada em 1976 é considerada a feira de antiguidades mais antiga da América Latina. Com o passar dos anos incorporou-se a esta o apelido de “Feira do Troca”, em razão da prática do escambo largamente adotada no local, sendo possível trocar mercadorias variadas tais como revistas antigas por utensílios domésticos característicos de uma época sempre com a alegria que envolve o comportamento carioca.

Na “Feira da Troca” é possível encontrar de tudo: saboneteiras, roupas de época, moedas de diversos países, relógios antigos, fotografias, peças de máquinas fotográficas raras, vídeo games, quadros, peças de louça e porcelana, gibis, seriados de TV, artigos militares, roupas, brinquedos e outros utensílios das décadas de 70, 80 e 90. **O registro de diferentes épocas através desses variados objetos nos dá a impressão de estar visitando um museu multicultural aberto, no generoso cenário das ruas do Centro Carioca.**

Naquela feira encontram-se colecionadores, turistas, expositores e todas as pessoas que buscam no seu final de semana o prazer de sair garimpando curiosidades, contribuindo para fortalecer o nosso título de Cidade Maravilhosa (PROJETO DE LEI Nº 166 DE 11 DE ABRIL DE 2013, grifo nosso).

No mesmo ano da patrimonialização da Feira de Antiquidades da Praça XV, na gestão do prefeito Eduardo Paes, foi criada a “Feira Especial de Antiquários da Praça Marechal Âncora”, pelo Decreto Nº 42.664 de 14 de dezembro de 2016. O referido decreto “cria a Feira Especial de Antiquários da Praça Marechal Âncora, disciplina seu licenciamento e dá outras providências”, limitando a 400 (quatrocentas) a quantidade de barracas, dentre as quais, no máximo seis poderiam ser destinadas à “comercialização de lanches, doces e salgados, bem como bebidas não alcoólicas, sucos e refrescos, desde que não comercializados em recipientes de vidro” (RIO DE JANEIRO, 2016a, s/p).

Interessante notar que tanto a Lei Nº 6.120 (que tomba a “Feira de Antiquidades da Praça XV” como patrimônio imaterial da cidade), quanto o Decreto Nº 42.664 (que institui a “Feira Especial de Antiquários da Praça Marechal Âncora”), ambos de dezembro de 2016, referem-se à mesma feira. Desde a demolição do Viaduto da Perimetral e antes de ocupar ‘novamente’ as imediações do Albamar, a feira em questão ocupava o Largo do Paço - local para onde retornou, após permanecer por cerca de um ano na Praça Marechal Âncora (onde se localiza o Albamar). E foi em 2017, no último ano do mandato do prefeito Eduardo Paes,

que a coordenação de feiras da Secretaria Municipal de Transportes, sob a gestão do secretário Fernando Luiz Cumplido Mac Dowell da Costa, baixou a Portaria NF/CFE nº150 de 08 de junho, transferindo a localização da “Feira Especial de Antiquidades da Praça Marechal Âncora” para o Largo do Paço. De acordo com a referida Portaria,

(...)

CONSIDERANDO a importância cultural e turística da Feira Especial de Antiquários da Praça Marechal Âncora, criada através do Decreto n.º 42.664/2016;

CONSIDERANDO a necessidade de promover as atividades econômicas exercidas nas feiras da Cidade do Rio de Janeiro, com o uso e a ocupação racional do solo urbano, de forma a proporcionar maior comodidade e facilidade de acesso ao público frequentador da Feira Especial de Antiquários da Praça Marechal Âncora;

RESOLVE:

Art. 1º Fica transferida para a Praça XV a Feira Especial de Antiquários da Praça Marechal Âncora, situando-se no espaço caracterizado pelo quadrilátero limitado entre o Paço Imperial, a murada do Chafariz do Mestre Valentim, a linha férrea do Veículo Leve sobre Trilho (VLT) e a Avenida Primeiro de Março.

(...) (RIO DE JANEIRO, 2017, p.24).

Essa portaria veio responder aos anseios dos expositores, insatisfeitos com a instalação da Feira na Praça Marechal Âncora – local de pouca circulação de pessoas e que teve pouca adesão de expositores, como veremos mais adiante. Desde então, o Largo do Paço passou a ser, novamente, o local da Feira de Antiquidades da Praça XV.

Importante ressaltar que esse "desencontro" de informações entre o decreto e a lei supracitados nos remete à "origem dupla" da Feira de Antiquidades da Praça XV, que resultou da junção entre a chamada “Feira do Troca” e a “Feira de Antiquários” (ou Feira do Albamar). As duas feiras funcionaram paralelamente na Praça XV: a primeira era montada em frente à Estação das Barcas, no entorno da estátua de Dom João VI, e a segunda na Praça Marechal Âncora, no entorno do Restaurante Albamar.

Em um anúncio da Feira do Troca no Jornal do Brasil dos anos 2000, bem como no PL116/2013, consta que a Feira do Troca data de 1976. Já a “Feira de Antiquários do Albamar da Praça Marechal Âncora”, na época mais conhecida como Feira dos Antiquários do Albamar (ou simplesmente Feira do Albamar), foi criada em setembro de 1978, pela Secretaria Municipal de Turismo. Sua inauguração deu-se no âmbito da “3ª Semana Carioca de Turismo” promovida pela referida secretaria. Essa última feira, que funcionava ao lado do Restaurante Albamar, segundo matéria do Jornal o Globo de setembro de 1978, era restrita aos donos de lojas de antiguidades e foi criada com o objetivo de dinamizar o centro da cidade. Desde

então, as duas feiras passaram a funcionar concomitantemente – uma do lado de cá e outra do lado de lá da Praça XV.

Segundo depoimentos de expositores, as feiras eram popularmente chamadas de “feira dos pobres” e “feira dos ricos”, respectivamente. Ainda segundo depoimentos, a “feira dos pobres” contava, no início, com cerca de 32 a 40 barraqueiros. Na década de 1980, a Lei nº 435 de 10 de agosto de 1983 instituiu oficialmente a Feira do Trocas. Além de determinar que não deveria haver intermediação de dinheiro, essa lei determinou o limite de 150 tabuleiros na Feira do Troca, sendo que cada expositor cadastrado teria o direito a um tabuleiro de 3mx2m. Já a “feira dos ricos”, de acordo com uma matéria do Jornal do Brasil de 13 de março de 1988, contava, naquele ano (dez anos após sua criação), com 66 barraqueiros, todos filiados à Associação Brasileira de Antiquários.

Ao que parece a “feira dos pobres” começou a fazer mais sucesso que ‘a dos ricos’. Dentre os motivos estavam os preços pouco acessíveis praticados na então “Feira de Antiguidades” realizada ao lado do Albamar, onde tudo era cotado em dólar. Segundo depoimentos de expositores mais antigos da Feira, muitos dos expositores da Feira de Antiquários compravam peças dos expositores da Feira do Troca (que passou a vender produtos e não apenas a realizar trocas) para abastecerem suas bancas. Com o tempo, o número de expositores da Feira do Troca foi aumentando, ao passo que, em função do abandono e da decadência da Praça Marechal Âncora, a Feira do Albamar foi perdendo adeptos. Diante disso, a Associação Brasileira de Antiquários fundou uma nova feira de antiguidades na Praça Santos Dummont, na Gávea e vários integrantes da antiga Feira do Albamar migraram para a Praça Santos Dummont, onde foi criada a Feira de Antiquários da Gávea, que funciona aos domingos.

Paralelamente a esse ocorrido, com a finalização das obras de remodelação da Praça XV, os expositores da antiga Feira do Troca passaram a ocupar, na recém-revitalizada Praça XV, o espaço sob o Viaduto da Perimetral. Sob o viaduto, a feira atraiu parte dos expositores da Feira do Albamar e juntos formaram a nova feira sob a denominação de “Feira de Antiguidades da Praça XV”, que continuou sendo montada aos sábados sob o viaduto até a demolição deste.

As diversas modificações urbanas na Praça XV, ao longo dos anos, colocaram a Feira de Antiguidades da Praça XV em situação de perigo, desde a época da Feira do Troca – por várias vezes cogitou-se a supressão ou a realocação da Feira para um outro espaço distante do centro histórico. No entanto, como veremos ao longo desta tese, a cada mudança na configuração urbana da Praça, a Feira resistia e reencontrava o seu lugar na própria Praça. Esse evento sabatino da Praça XV já ocupou, além das imediações do píer de desembarque

das Estações das Barcas e o espaço sob o Viaduto da Perimetral, o Largo do Paço, a Rua São José e a Praça Marechal Âncora (nas imediações do Albamar), retornando ao Largo do Paço, como mostrado, em junho de 2017.

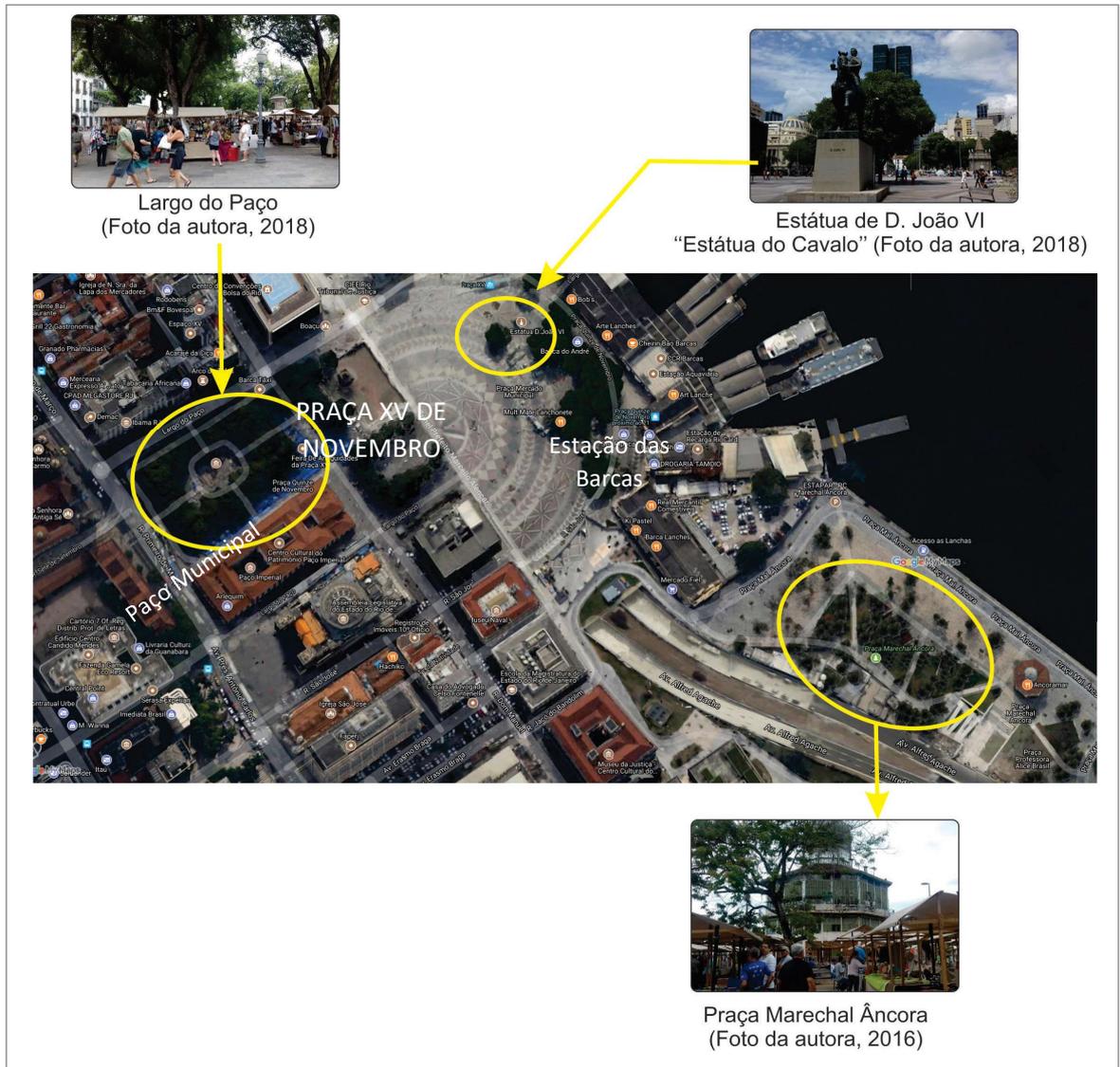


Figura 8: Mapa da Praça VX de Novembro (e entorno) – Rio de Janeiro
Fonte: Google Maps; 11 jun./2018 (com adaptações)

Na última renovação urbana da Praça XV, a Feira chegou a ser suspensa e cogitou-se sua transferência para o Bairro da Tijuca. Houve mobilização de lideranças da Feira que reivindicaram junto ao poder público e a lideranças políticas a permanência da Feira na Praça. Inclusive, o reconhecimento da Feira como Patrimônio Imaterial da cidade foi um dos 'artifícios' encontrados, como veremos mais adiante, para a manutenção da Feira de Antiguidades na praça que lhe empresta o nome. As reivindicações foram aceitas sob algumas condições, dentre as quais estava a redução do número de bancas, que caiu de cerca de 500 para um total de 390 bancas. Vale frisar que, quando era realizada sob o viaduto, a Feira chegou a contar com mais de mil expositores frequentes, ou seja, mais de mil bancas.

Pessoas faziam fila para conseguir locar uma barraca na Feira. Atualmente, sobretudo devido ao preço cobrado pela locação das barracas (que em 2019 estava em R\$80,00 por sábado), esse número reduziu bastante, girando em torno de 250 bancas por semana.

Como mencionado anteriormente, o processo de patrimonialização da Feira, que se deu por iniciativa da então vereadora Laura Carneiro, foi iniciado ainda no ano de 2013, em função das constantes ameaças de remoção dos expositores ou realocação da Feira para outros espaços da cidade, e se concretizou meses após a conclusão do último projeto de renovação urbana pelo qual passou a Praça XV – O Projeto Porto Maravilha. Com o reconhecimento da Feira como Patrimônio Imaterial da cidade do Rio de Janeiro, em 19 de dezembro de 2016, as investidas do poder público municipal para supressão da Feira de Antiquidades da Praça XV, aparentemente, se deram por encerradas.

No entanto, apesar desse reconhecimento da Feira como patrimônio imaterial da cidade, o embate entre o poder público municipal e os expositores do Shopping-Chão continua; e vem promovendo uma espécie de dança urbana, com os referidos expositores, de tempos em tempos, se deslocando de um local para o outro: à medida em que são proibidos de permanecerem em determinado local da Praça, eles logo encontram um outro local e retornam, sempre ao arrabalde da Feira. Esses expositores ('do chão') não são considerados 'oficialmente' como integrantes da Feira, apesar de terem importância fundamental na manutenção dessa, como veremos mais adiante nesta tese. Dentre os "expositores do chão", estão vários que possuíam uma banca na Feira. Inclusive a divisão interna da Feira originou-se de um conflito interno entre uma liderança do Shopping-Chão e o então coordenador da Feira. Desde então, a Feira passou a ser dividida em duas partes: uma que atualmente ocupa o espaço em frente à fachada principal do Paço e a outra, maior (cerca de 75% do total de bancas), que atualmente ocupa o Largo do Paço propriamente dito. A parte maior ficou com o antigo coordenador. A separação da Feira, que é praticamente imperceptível aos olhos dos frequentadores, se dá pelo alinhamento da lateral esquerda do Paço Imperial, numa linha imaginária até o alinhamento do muro frontal que cerca o Chafariz (Fig.9).



Figura 9: Foto aérea da Praça XV – Rio de Janeiro
Fonte: <<http://portomaravilha.com.br/perimetral>>, 11 jun./2018 (com modificações)

É importante notar que o aumento da taxa de locação das barracas para comercialização de mercadorias costuma estar intimamente ligado ao processo de renovação urbana, como forma de disciplinar o uso/consumo do espaço urbano. Tem sido comum, em todo o Brasil, diante da implantação de projetos urbanos com propósitos turísticos, sob a prerrogativa do desenvolvimento e/ou da expansão das cidades, processos de remoção ou de realocação do comércio popular, de maneira geral, e de feiras de modo particular. Muitas das vezes, quando ocorre a remoção ou a realocação, ocorre uma descaracterização desses espaços de sociabilidades no qual essas manifestações culturais, como as feiras, configuram. Outras vezes, ainda que a renovação urbana não implique ‘diretamente’ em remoção ou realocação, é comum que os valores das taxas de uso e ocupação do solo inflacionem, o que acaba também corroborando para uma descaracterização das feiras (principalmente por conta da remoção indireta de expositores). Minimamente, a requalificação urbana ocasiona uma seleção que elimina aqueles considerados indesejáveis ao espaço público ‘renovado’.

E foi neste contexto que a presente pesquisa compreendeu a Feira de Antiguidades da Praça XV como um espaço de cultura e de comércio na cidade; de modo que tanto os indivíduos – que em sua coletividade conformam o lugar da Feira-, quanto os objetos expostos, traduzem, juntos, a essência dessa manifestação cultural. E nesse cenário, a pesquisa ainda estabelece uma analogia entre o lugar da Feira de Antiguidades e um museu

a céu aberto, ou um Museu de Território¹⁵, como um tipo ideal ou modelo de museu que “surge e se desenvolve em um contexto urbano onde a relação com o público ainda guarda uma marca pessoal”, ao qual Gonçalves (2007, p.70) intitula “museu-narrativa”. Na perspectiva de Gonçalves, o museu pode ser um local da experiência e da “descoberta de alguma dimensão de realidade desconhecida, exótica, distante no tempo ou no espaço”, sendo o “museu-narrativa” incompatível com o contexto de uma grande metrópole, ao pressupor uma experiência do tipo *flânerie* (GONÇALVES, 2007, p.68). No entanto, apesar dessa incompatibilidade com o contexto das grandes metrópoles; e considerando que todo museu é, por definição, um museu-narrativa, entendemos que o lugar da Feira, de certo modo, apresenta a possibilidade de fruição de um museu. Isso porque o ambiente da Feira, no nosso entendimento, quebra o ritmo intenso e frenético característico de uma grande cidade e proporciona uma atmosfera que favorece aquele estado de distensão psicológica, propício à *flânerie*. Gonçalves salienta que a fruição num “museu-narrativa” supõe “uma determinada configuração do espaço do museu e dos objetos expostos” e que tal espaço “tende a ser identificado como um interior” (GONÇALVES, 2007, p.70). E o autor acrescenta que nesse espaço do “museu-narrativa”

Uma grande quantidade de objetos são (*sic*) expostos, acumulando-se em salas e vitrines, sem textos que o situem em algum período histórico. O deslocamento dos visitantes se faz com lentidão. Os objetos se impõem à atenção dos visitantes, exercendo seu poder evocativo. Moedas, móveis, espadas, medalhas, louças, quadros, vestuário, um conjunto heteróclito de objetos ocupa amplamente espaços dedicados à exposição. Esses objetos também estão ligados à experiência, pelo menos à experiência de determinados grupos e categorias sociais, por exemplo às famílias de elite. Eles desencadeiam a fantasia no visitante, uma vez que não estão amarrados a qualquer informação definida. Configuram um espaço propício à *flânerie* (GONÇALVES, 2007, p.70, grifo do autor).

Mutatis mutandis, como veremos com mais clareza na etnografia da Feira, a Feira de Antiguidades da Praça XV retrata quase que fidedignamente esse espaço descrito acima por Gonçalves (2007, p.70). Além disso, a rede de relações de natureza interpessoal, “por meio da qual se dá o fluxo de trocas (...)” e através da qual são obtidas grande parte das coleções que figuram o acervo do “museu-narrativa”, pode também ser identificada na Feira. Grande parte dos objetos expostos na Feira de Antiguidades da Praça XV é obtida por meio de uma rede de relações que envolve diversos atores sociais, como os expositores, os

¹⁵ A matriz que fundamenta o conceito de Museu de Território compreende um sentido de museu numa definição mais ampla, em que o museu é percebido como um “fenômeno, identificável por meio de uma relação muito especial entre o humano, o espaço, o tempo” (SCHEINER, 1999 *apud* SCHEINER 2012, p.18); ou como um “lugar de memória” (NORA, 1993), “englobando as instituições, os lugares diversos ou os territórios, as experiências, ou mesmo os espaços imateriais” (DESVALLÉES & MAIRESSE, 2013, p.65).

coleccionadores, os chamados garimpeiros ou catadores (que garimpam peças nos lixos especialmente de bairros da zona sul e da zona oeste da Cidade do Rio de Janeiro), os leiloeiros, dentre outros. E são essas relações que a pesquisa pretendeu também identificar, lançando mão do método etnográfico. Para além de um “museu-narrativa”, a pesquisa vai mostrar que a Feira de Antiguidades da Praça XV – um lugar de memória, exprime um museu em seu sentido mais amplo, identificável na relação “especial entre o humano, o espaço, o tempo” (SCHEINER, 1999) e os objetos.

2 A EXPANSÃO DO CONCEITO DE PATRIMÔNIO CULTURAL E O ADVENTO DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL URBANO - POR UMA SUSTENTABILIDADE DO PATRIMÔNIO.

Assim como a memória, do ponto de vista social, o patrimônio emerge de um campo de disputas, contradições, revelações e omissões, lembranças e esquecimentos, seleções e descartes. O espaço de conflito é inerente ao patrimônio – *locus* de disputa econômica, política e simbólica. E é diante desse campo de disputas que, na avaliação de Poulot (2009, p.15), “o patrimônio contribui, tradicionalmente, para a legitimidade do poder, que, muitas vezes, participa de uma mitologia das origens”.

Associados à ideia de bem coletivo e público e de nação entendida no contexto do moderno individualismo, qual seja, pensar a nação moderna como um coletivo de indivíduos ou como um indivíduo coletivo (ABREU, 2015), os patrimônios culturais apresentam um importante “papel mediador entre distintas dimensões do tempo” (GONÇALVES, 1998, p.267). Da mesma forma que um indivíduo pode ter sua identidade definida pela posse de determinados bens, a nação define-se a partir da posse de seus bens culturais. Deste modo a nação é identificada como indivíduos reais tendo os mesmos atributos destes: caráter, personalidade, autonomia, vontade, memória etc. (GONÇALVES, 1988). Assim, bens antes restritos a determinados grupos de elites foram “eleitos” como aqueles capazes de simbolizar “metaforicamente a ideia abstrata de nação” ou mesmo de humanidade e, patrimonializados, ganharam o status de “bens nacionais” ou “bens da humanidade” (ABREU, 2015, p.67).

Essa “mitologia de origens” pontuada por Poulot seria, considerando a perspectiva de Gonçalves (2003), uma das causas de incongruências para alguns aspectos da *categoria* patrimônio. Isso porque, por vezes e em alguns casos específicos, essa categoria ainda guarda elementos mágicos, advindos de contextos socioculturais de sociedades tradicionais (como *mana* melanésio¹⁶, dentre outros). Gonçalves ressalta o caráter milenar, muitas vezes omitido, da categoria patrimônio. Segundo ele, o fato de não se restringir às modernas sociedades ocidentais, possibilita o trânsito analítico dessa categoria “entre diversos mundos sociais e culturais” (GONÇALVES, 2003, p.22). No entanto, ainda segundo Gonçalves, “do

¹⁶ Em sua obra clássica intitulada *Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas* (1923-1924), Marcel Mauss buscou demonstrar o dom da dádiva: um sistema sustentado pela tripla obrigação: dar, receber e retribuir. Essa tríplice obrigação que é necessariamente, na perspectiva de Mauss, um fenômeno total e universal, estabelece uma força, um laço de energia espiritual entre os atores da dádiva. E está nessa força espiritual ou na sua expressão simbólica, relacionada a uma ação ou transação, a explicação da retribuição da dádiva. A essa força - tratada por Mauss como uma *categoria inconsciente do entendimento* ou uma categoria mágica, de difícil apreensão, abrangente e circunscrita a uma determinada cultura não restrita às sociedades “arcaicas”, mas presente em todas as sociedades já existentes na história humana -, que Mauss dará o nome polinésio de *mana* (SABOURIN, 2008).

ponto de vista dos modernos, a categoria 'patrimônio' tende a aparecer com delimitações muito precisas", com fronteiras que, de uma perspectiva técnica, tendem a ser bem delimitadas (como patrimônio econômico e financeiro, o patrimônio cultural, o patrimônio genético). Ou seja, é possível tomar os bens de natureza patrimonial ou econômica ou jurídica ou estética separadamente. Já do ponto de vista das sociedades ditas tradicionais, e/ou daquelas que não dispõem de um aparelho estatal (o que não quer dizer que não tenham alto grau de complexidade), a categoria patrimônio "(...) define-se de modo amplo, com fronteiras imprecisas e com poder especial de estender-se e propagar-se continuamente", coincidindo, assim, com categorias mágicas (GONÇALVES, 2003, p.23).

Nesse segundo caso, "a noção de patrimônio confunde-se com a de propriedade". Ou seja, na classificação dos bens materiais, há uma inseparabilidade entre o objeto e seus proprietários, de tal forma que esses bens são, simultaneamente, de natureza econômica, política, jurídica, moral, mágica, estética etc. (GONÇALVES, 2003, p.23). Nesse sentido, a incongruência se dá nesse trânsito analítico entre culturas distintas, onde, por vezes, são atribuídos contornos semânticos não condizentes com determinados contextos históricos e culturais. Desse modo, determinados bens culturais que têm um forte lastro mágico para a coletividade que os detém, são percebidos não apenas como símbolos ou como representações de uma identidade cultural, mas sobretudo como uma forma específica de manifestação mágica, inerente ao próprio existir. E isso certamente traz desafios intransponíveis quando se trata de preservação do patrimônio.

Tudo isso sem contar o trânsito analítico da categoria patrimônio entre sistemas de linguagens distintos: os bens patrimoniais, enquanto signos, podem estar associados à música, à arquitetura, às artes plásticas, à arqueologia etc.; cada qual com suas especificidades e seus próprios códigos de funcionamento, cumprindo distintas funções na vida social e econômica (FONSECA, 2009).

Por outro lado, há ainda que se levar em conta que, muitas vezes, o patrimônio é tomado como instrumentalização política, por exemplo, no caso estatal – o patrimônio enquanto objeto de uma política pública. Com a instrumentalização, agrega-se à categoria de pensamento "patrimônio" (GONÇALVES, 2003), uma carga semântica e político-administrativa instituída pelo Estado, realizada pelas instituições estatais responsáveis pelas políticas e processos de patrimonialização. Isso de tal modo que tais políticas e processos não são atos desinteressados.

Nessa perspectiva, a identificação do patrimônio resulta, portanto, de um complexo processo de negociação, de maneira que sua preservação, na prática, não legitima necessariamente os sentidos socialmente atribuídos arraigados no cotidiano da sociedade.

São colocados em prática critérios e concepções de valores defendidos por técnicos e especialistas e outros agentes autorizados – como representantes da iniciativa privada. Desse modo, as decisões das instituições de preservação, não raramente, estão em desacordo com os valores vigentes locais (ARANTES, 2006). Nesse sentido, a incongruência reside na “distância” entre os valores atribuídos pelos grupos sociais detentores dos bens e os valores atribuídos a esses bens pelo Estado (ou pelos organismos/instituições estatais). Ou seja, ainda que nem todos os bens culturais de uma sociedade tenham o mesmo valor para todos os membros dessa sociedade, não raras vezes, aquilo que é considerado patrimônio pelas instituições de preservação não possui ressonância, tampouco aderência¹⁷ pela coletividade que o detém (ou seja, pela maioria dos membros) e vice-versa.

Fato é que, desde os anos finais da década de 1980, com o advento da “patrimonialização das diferenças”¹⁸, que passou a representar um novo agenciamento dos processos de patrimonialização, a participação no campo do patrimônio passa a integrar organismos da sociedade civil, além dos estatais (ABREU, 2015). E a Unesco¹⁹ (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) teve papel preponderante nesse domínio da disseminação da “patrimonialização das diferenças”, especialmente a partir do lançamento da Recomendação de Salvaguarda das Culturas Tradicionais e Populares em 1989,

(...) quando as políticas preservacionistas passam a ser normatizadas por fóruns internacionais, com a predominância da Unesco, estimulando uma dinâmica globalizada de identificação, proteção, difusão e circulação de valores e signos patrimoniais (ABREU, 2015, p.69).

É a partir daí que, com a visibilidade promovida pela Unesco, é dada atenção especial à noção de singularidade e/ou de especificidade local. Assim, a identificação e definição do que deveria ser patrimônio, especialmente na sua dimensão imaterial, não fica restrita à especialistas ou agentes autorizados. Conforme ressalta Abreu,

(...) a grande novidade advinda neste período é que o campo da patrimonialização abarcará diálogos em rede entre representantes de novos organismos – agências locais, nacionais e internacionais e, sobretudo, movimentos sociais, organizações não-governamentais, coletivos de indivíduos oriundos de camadas populares e um sem número de sujeitos coletivos – favorecidos pelas novas tecnologias, trazendo um novo elemento

¹⁷Sobre ressonância e aderência, ver Borges e Campos, 2012.

¹⁸ Ver Abreu, 2015.

¹⁹A Unesco é uma organização internacional criada em 16 de novembro de 1945 (após a segunda Guerra Mundial) que é vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU). Seu principal objetivo é contribuir para a paz, o desenvolvimento sustentável e os direitos humanos, por meio da cooperação intelectual entre as nações, acompanhando o desenvolvimento mundial e auxiliando os Estados-Membros – hoje são 193 países – na busca de soluções para os problemas que desafiam nossas sociedades (<https://nacoesunidas.org/agencia/unesco/>).

como contraponto para a quase exclusividade das instituições estatais neste domínio até então (ABREU, 2015, p.69).

Mas no que tange à dimensão material do patrimônio – que não deveria estar descolada de sua dimensão imaterial, esse diálogo com os *novos agentes do patrimônio* (coletivos ou organismos da sociedade civil, oriundos das camadas populares detentores dos bens) ainda se configura como uma excepcionalidade. Nesse âmbito, a valoração do patrimônio ainda recai nos significados dos lugares a partir de sua materialidade e não sobre as práticas sociais que lhes conferem sentido.

2.1 As diversas facetas do patrimônio

No processo de instrumentalização política do patrimônio, a nova subcategorização do patrimônio cultural em material (ou tangível) e imaterial (intangível), que se desenvolveu ao longo do século XX, possibilitou, na atualidade, uma mudança radical na forma de entender e de se relacionar com o patrimônio. As possibilidades de salvaguarda foram substancialmente ampliadas. Para além de monumentos, cidades inteiras ou grandes extensões de áreas naturais, passam a ser considerados passíveis de preservação expressões culturais intangíveis de uma comunidade. Contudo, a dicotomia material, imaterial não consegue dar conta da integralidade do patrimônio, visto não haver patrimônio material sem a dimensão imaterial e vice-versa. A diferença entre uma e outra categoria é que na primeira, uma concepção mais tradicional, a ênfase recai na dimensão física e estética do bem. A segunda abarca lugares, religiões, festas, formas de medicina popular, culinária, música, dança, folclore, técnicas; em que a ênfase recai “nos aspectos ideias e valorativos dessas formas de vida” (GONÇALVES, 2003, p.28). A noção de patrimônio imaterial, conforme pontua Gonçalves (2003, p.27), de certo modo “expressa a moderna concepção antropológica de cultura” na qual a cultura²⁰ é entendida como algo simbólico. Concepção essa que, desde o decorrer do século XX, vem impondo novos desafios no âmbito político, econômico, social e ideológico aos mecanismos de preservação.

²⁰ Para a presente discussão, a cultura é compreendida a partir de uma concepção antropológica “(...) na qual a ênfase está nas relações sociais, ou nas relações simbólicas, mas não especificamente nos objetos materiais e nas técnicas” (GONÇALVES, 2005, p.21). Utilizaremos, assim, o conceito dado por Sodré: cultura é “um modo de relacionamento com o real -isto é, aquilo que “apresenta-se ou faz-se ver como um conjunto de ordenações do homem (intelecção, memória, fantasias, representações) que pressupõe uma ordem de possíveis, (...) ou [seja] tudo que não repugna o existir” -, visível numa variedade de repertórios (representações, ideias, mitos, saberes) circulantes na vida social” (SODRÉ, 2009, p.132). Desse modo, apreende-se a ‘cultura global’ como uma construção discursiva, uma vez que absolutização e relativização completas não circunscrevem ao conceito de cultura. E, como apontam alguns teóricos (como FEATHERSTONE, 1996; GIDENS, 2013; YÚDICE, 2001), o processo de globalização não ocasiona o surgimento de uma cultura global unificada, absoluta. Pelo contrário, tende a produzir um cenário de expressão e de afirmação das diferenças.

O poder de evocação da categoria “patrimônio” e o conceito ampliado de patrimônio cultural vêm abrangendo um universo cada vez mais heterogêneo e dinâmico. E esse “ecletismo patrimonial” muitas vezes “redonda em contradições ou leva a incoerências”, como alerta Poulot (2009, p.10). Exemplo disso é o caso da proteção de costumes locais ou de habilidades artesanais que, não raras vezes, é tomada no mesmo plano de “certos gêneros de vida ameaçados de extinção...” (POULOT, 2009, p.10). Caso em que produtores e produtos de cultura são assimilados à categoria dos entes naturais.

O fato de o termo “patrimônio” abranger elementos que, outrora, não eram recobertos, na tradição brasileira, pela categoria “pedra e cal”, ampliou o campo da história do patrimônio em uma multiplicidade de objetos de investigação que vão desde os monumentos, passando por novos subcampos como o patrimônio etnológico, biológico ou natural, genético, subaquático, astronômico etc. A polissemia do termo patrimônio impõe desafios à legislação contemporânea, bem como acarreta uma diversidade de temas de estudo.

Com essa ampliação nos conceitos, no âmbito do patrimônio como uma realidade instituída pelo Estado, há, conforme observa Magnani, uma vinculação das diversas facetas do patrimônio - arquitetônico, histórico, artístico, arqueológico e imaterial - a um especialista da área, “encarregado de definir critérios, fixar normas, estabelecer delimitações” (MAGNANI, 2013, p.11). No que tange à definição do bem que merece a tutela da preservação do patrimônio, estudos recentes (MENESES, 2012, 2017; MOTTA, 2017; SANT’ANNA, 2017) mostram que, no âmbito da dimensão material do patrimônio (sobretudo do patrimônio edificado), as políticas públicas patrimoniais, por vezes, ainda deixam de fora os novos agentes: o não-especialista, os movimentos sociais, as organizações não-governamentais, os coletivos de indivíduos oriundos de camadas populares, as identidades subordinadas ou as minorias étnicas, os detentores dos bens e suas referências culturais. Segundo Sant’Anna, isso se dá, em grande parte, em decorrência de uma cultura interna dos órgãos oficiais de preservação, arraigada e sedimentada, que privilegia o patrimônio construído com concentração de recursos financeiros e humanos. Decorre, ainda, e conseqüentemente, “da dificuldade de se transformar uma prática institucional ainda muito centrada no especialista e no seu saber técnico, em outra, de cunho mais aberto e participativo, a exemplo do que já é feito na área do patrimônio cultural imaterial” (SANT’ANNA, 2017, p.101).

Segundo Magnani (2013), nesse processo de vinculação das diversas facetas do patrimônio a um especialista, o antropólogo teria sido o último a entrar na fila, atento aos saberes e fazeres, festas e celebrações, dentre outros, principalmente no segmento da cultura popular tradicional. Obviamente é ele – o antropólogo - o grande responsável pela concepção da cultura como tendo igualmente um inalienável componente simbólico, superando a visão

reificada de cultura como um “conjunto de coisas”, e que, conseqüentemente, reverberou numa concepção mais ampliada de patrimônio cultural.

Desse modo, graças ao contributo da Antropologia que, numa perspectiva relativizadora, amplia a noção de cultura, que passa a ser compreendida como um *processo*, superando a visão reificada de cultura como um “conjunto de coisas”, a noção de “patrimônio cultural” também sofre uma importante expansão (CASTRIOTA, 2007, p.17). Assim, produtos e processos culturais de grupos e segmentos sociais - que em geral se encontravam à margem da fração cultural dominante - são integrados ao patrimônio cultural; tais como o saber e o fazer populares, os utensílios presentes na dinâmica da vida cotidiana, juntamente com os bens móveis e imóveis, bens de criação individual e componentes do acervo artístico, e outras manifestações culturais populares (CASTRIOTA, 2007). Entra em cena o tema do patrimônio imaterial ou intangível e políticas públicas especialmente voltadas para essa modalidade de patrimonialização começam a ser colocadas em prática, no final da década de 1980, por muitos dos estados-membros da Unesco. Uma das principais conseqüências disso no campo do patrimônio será o advento dos organismos não-governamentais, que passaram a ter representatividade nos fóruns internacionais, especialmente aqueles promovidos pela Unesco, bem como no âmbito de governos democráticos de diversos países. É nesse contexto que “segmentos sociais oriundos das camadas populares e de sociedades tradicionais” entram na cena pública, e a categoria “patrimônio” começa a ser disseminada e popularizada (ABREU, 2015, p.70). Com isso,

o campo da patrimonialização abarcará diálogos em rede entre representantes de novos organismos – agências locais, nacionais e internacionais e, sobretudo, movimentos sociais, organizações não-governamentais, coletivos de indivíduos oriundos de camadas populares e um sem número de sujeitos coletivos – favorecidos pelas novas tecnologias, trazendo um novo elemento como contraponto para a quase exclusividade das instituições estatais neste domínio até então (ABREU, 2015, p.69).

No entanto, no que tange à dimensão material do patrimônio, como salientamos anteriormente, falta diálogo com os *novos agentes do patrimônio*, de modo que os processos de patrimonialização ainda são atributos de algumas falas autorizadas legitimadas no aparelho do Estado.

O patrimônio arquitetônico, representante do “pedra e cal” (no qual também se incluem a pintura e a escultura), cuja concepção inicial ainda estava muito atrelada à tradicional ideia de monumento histórico, passa, paulatinamente, por uma expansão conceitual, tanto em termos do conceito de arquitetura quanto do próprio campo de estilos e tipos de edifícios considerados merecedores de preservação. Assim, o primeiro e o mais consolidado dos patrimônios, cujo paradigma no Brasil são as edificações emblemáticas do barroco luso-

brasileiro (MAGNANI, 2013; MOTTA, 2017), tem seus atributos expandidos e, com o tempo, passa a abranger os conjuntos arquitetônicos na sua totalidade, incluindo a arquitetura rural, a arquitetura vernacular e até mesmo os então menosprezados exemplares da arquitetura do século XIX – o ecletismo e o Art Nouveau - e também a arquitetura contemporânea do século XX. O espaço urbano da cidade, como um todo, passa a ter importância – a preocupação com a ambiência, o entorno e o significado é incorporada aos critérios históricos e estilísticos (CASTRIOTA, 2007; MOTTA, 2017). Isso embora tenha havido, com a inserção dos antropólogos nesse campo do patrimônio, uma polarização entre esses e os arquitetos: enquanto os bens patrimoniais materiais ficaram a cargo dos arquitetos, os bens patrimoniais imateriais ficaram a cargo dos antropólogos.

Em termos de conjuntos urbanos/acervos urbanos no Brasil, com a criação, na década de 1970, do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), sob a gestão de Aloísio Magalhães, “o IPHAN priorizou ações sobre o patrimônio arquitetônico e urbano que levassem à sua apropriação como parte do cotidiano dos moradores” (MOTTA, 2017, p.95). Deu-se início, assim, às discussões acerca da ampliação da noção de patrimônio e do conceito de bem patrimonial. É importante ressaltar que nessas discussões entram em pauta os valores que dizem respeito à diversidade cultural de diferentes grupos que formam a nação brasileira. As ideias e formulações no âmbito do CNRC (que são anteriores ao supracitado advento dos organismos não-governamentais que, frente à disseminação e popularização da categoria “patrimônio”, passaram a ter representatividade nos fóruns internacionais) vão possibilitar a valorização das referências culturais das comunidades para as quais os bens culturais deviam fazer sentido, conferindo às manifestações culturais um caráter mais dinâmico e processual. A ideia de referência cultural²¹ proposta por Aloísio Magalhães vai propiciar a valorização daquele patrimônio tido como “não consagrado”; assegurando, por exemplo, a atribuição de valor patrimonial ao sítio urbano a partir da referência à memória, identidade e ação do cidadão e não sob a perspectiva de imagem idealizada de cidade. Aloísio Magalhães referia-se a uma “ambiência cultural” que levava em conta um ambiente que não se constituía “apenas em natureza – vegetação, relevo, rios e lagos, fauna e flora etc. – e de um conjunto de construções, mas sobretudo de um processo cultural (...)” (MOTTA, 2017, p.95). O esforço conceitual à época possibilitou, por exemplo, já na década de 1980, o tombamento do Terreiro da Casa Branca, em Salvador (BA) – um bem “não consagrado”, e o tombamento da cidade de Laguna, em Santa Catarina – uma cidade de características não tão “uniformes” quanto as das cidades coloniais tombadas até então (MOTTA, 2017, p.95). No entanto, conforme ressalta Motta, apesar do esforço conceitual que possibilitou o tombamento de bens tidos como “não consagrados” ou dos “novos tipos de bens”, “são insignificantes os exemplos de

²¹ O CNRC trabalhava com a noção de “bem cultural” em lugar da noção de patrimônio cultural (CHUVA, 2012).

uso da ideia de referência cultural na valoração e proteção de bens materiais” (MOTTA, 2017, p.96). Ainda predomina aquilo que Meneses intitula de “prática esquizofrênica”

em que as novas diretrizes constitucionais parecem valer só para o patrimônio imaterial e as antigas, que foram constitucionalmente invertidas, continuam em vigor nas ações relativas ao patrimônio material. Aí, continuamos a trabalhar como se o valor cultural fosse identificável exclusivamente a partir de certos traços intrinsecamente presentes nos bens. É deslocamento de significados, reificação, fetichização (MENESES, 2012, p.34).

Por sinal, essa expansão conceitual ainda deixa de fora aquele que deveria ser o personagem principal: o cidadão. Conforme destaca Meneses, “há tempos que, dentro da mencionada revascularização de critérios, a arquitetura vernacular ganhou status de cidadania; seu parente próximo, o habitante vernacular, apenas dispõe da condição de residente permanente” (MENESES, 2017, p.198). Ou seja, é apenas na condição de residente permanente, e não de agente histórico, qual seja, de cidadão em sua plenitude, que o cidadão entra como coadjuvante nos planejamentos e processos de patrimonialização urbanos.

Meneses (2017) reafirma que tanto o valor histórico quanto o valor estético continuam sendo dois critérios fundamentais da prática cotidiana do profissional do patrimônio. O autor ressalta, no entanto, que “paradoxalmente, pouco se conhece das percepções do habitante urbano” (MENESES, 2017, p.201). Isso pode ser notado, conforme aponta Castriota (2007), no âmbito da trajetória do SPHAN (atual Instituto do Patrimônio Histórico Nacional – IPHAN) – segundo esse autor, ainda que a referida instituição absorva, ao longo dos anos, esses novos conceitos de patrimônio em seus discursos, especialmente a partir da influência da Carta de Veneza (sobre a conservação e restauro dos monumentos e dos sítios - 1964), na prática, ela continua a tomar a cidade como objeto estético a se preservar, “sem considerar de forma conveniente a questão de seu desenvolvimento sócio-econômico” (CASTRIOTA, 2007, p.16).

Ou seja, apesar de o patrimônio, enquanto fato social, exigir uma “moldura de conceitos e categorias para, dentro dela, balizar o tratamento das inúmeras facetas envolvidas e articuladas” (MENESES, 2006, p.35), ele ainda é, por vezes, tomado à parte das práticas sociais que lhe conferem sentido e das quais é fruto.

2.2 O patrimônio urbano

A expansão desordenada das cidades e sua conseqüente especialização espacial, desencadeadas especialmente pelos processos de industrialização, modernização e urbanização, sob a égide do modo capitalista de produção e civilização – com a reorganização

maciça dos ambientes construídos - a partir do século XIX, colocaram o espaço urbano em evidência e a necessidade de preservação urbana em permanente conflito com a necessidade de renovação urbana. As cidades (especialmente as antigas) começam a ser vistas como “conjuntos urbanos” e não apenas como meras depositárias de monumentos históricos e artísticos. Isso porque, até meados do século XIX, os estudos acerca do espaço urbano das cidades giravam em torno dos monumentos, “símbolos cuja importância varia segundo os autores e os séculos” (CHOAY, 2001, p. 178). Do ponto de vista dos estudos históricos, as cidades, até então, não eram abordadas sob a ótica de sua morfologia, de seus espaços urbanos como um todo. Conforme destaca Choay, entre o final da 2ª Guerra Mundial e a década de 1980, “o número de historiadores e historiadores da arte que trabalharam a propósito do espaço urbano” (CHOAY, 2001, p.178) é quase inexpressivo.

A ampliação do conceito de patrimônio, então, dar-se-á concomitante à fundação de uma nova disciplina – o urbanismo; isso apesar de “a invenção do patrimônio histórico e urbano e de sua proteção” não se confundir de forma alguma com “a história das doutrinas do urbanismo e de suas aplicações concretas”. Choay salienta que, todavia, essas “duas aventuras são solidárias” (2001, p.179), e que

a conversão da cidade material em objeto de conhecimento histórico foi motivada pela transformação do espaço urbano que se seguiu à revolução industrial: perturbação traumática do meio tradicional, emergência de outras escalas viárias e parcelares. É então pelo efeito da diferença e, (...), por *contraste*, que a cidade antiga se torna objeto de investigação. Os primeiros a considerá-la em perspectiva histórica, e a estudá-la segundo os mesmos critérios que as formações urbanas contemporâneas são os fundadores (arquitetos e engenheiros) da nova disciplina [em seguida viriam os geógrafos], à qual Cerdá dá o nome de urbanismo (CHOAY, 2001, p.179, grifos da autora).

Assim, a “noção do patrimônio urbano histórico”, na percepção de Choay, constituiu-se dialeticamente antagônica ao processo de urbanização dominante. Isso, no sentido de que, foi tornando-se obstáculo “ao livre desdobramento de novas modalidades de organização urbana” (CHOAY, 2001, p.179) que o urbanismo propiciou a “identidade conceitual” que as formações antigas adquiriram, quer movido a destruir os conjuntos antigos quer movido a preservá-los (CHOAY, 2001, p.179). Ou seja, a noção de “patrimônio histórico urbano” surgiu em contraponto ao avançado processo de urbanização.

Nesse aspecto, o que Choay denomina de “figura historial” da cidade, que para ela supera a “figura memorial” e a “figura histórica”²², suas precedentes, constitui aquilo que seria

²² Segundo Choay (2001), a figura memorial e a figura histórica foram abordagens sobre o patrimônio urbano que precederam a abordagem de Giovannoni. A primeira delas, a memorial, que pregava a sobrevivência da cidade pré-industrial tinha John Ruskin como seu maior representante. A segunda, histórica, defendia a cidade pré-

o alicerce de toda a indagação em relação ao contraste entre “preservação” e “renovação”. Gustavo Giovannoni - arquiteto, urbanista, engenheiro e historiador italiano - foi o precursor dessa figura, ao atribuir aos conjuntos urbanos um valor de uso e um valor museal, simultaneamente, “integrando-os numa concepção geral da organização do território” (CHOAY, 2001, p.194). Foi ele quem usou pela primeira vez o termo *patrimônio urbano*, e foi também o primeiro a perceber um avanço na “urbanização generalizada e difusa” das antigas cidades. A instauração de uma “nova entidade espacial” (CHOAY, 2001, p.198) nas cidades e o advento da cidade em movimento, cuja escala era incompatível com a dos conjuntos antigos, exigia, assim, na visão do teórico italiano, um novo modo de conservação dos conjuntos urbanos. Giovannoni entendia que o urbanismo precisava, obviamente, expandir sua escala e passar a conceber a cidade, na sua dimensão territorial, como “organismos cinéticos” (e, também, estéticos), e não mais apenas como “entidades urbanas”, densas, centralizadas, circunscritas no espaço (CHOAY, 2001, p.195-196).

Ainda de acordo com Choay, Giovannoni defendia que a sociedade (que naquele tempo era de “comunicação multipolar” – isto é, aquela “que, à época, ainda não é nem informatizada, nem midiática, nem “de lazer”(...) [CHOAY, 2001, p.197]) -, necessitava de unidades de vida cotidiana, e que os centros, os bairros e os conjuntos de quarteirões antigos poderiam cumprir com essa função. Isso, desde que recebessem um tratamento conveniente, compatível com a sua morfologia. Assim, na perspectiva giovannoniana, as malhas urbanas antigas passam a ganhar status de “monumentos históricos”, portadoras de valores históricos, artísticos e pedagógicos; sendo integradas “numa doutrina sofisticada da conservação do patrimônio urbano” (CHOAY, 2001, p.198).

Ao tratar desse contraste entre a cidade do passado e a cidade ‘do presente’, Choay (2001, p.179) alerta que contrapor as duas “não significa, no entanto, querer conservar as primeiras”. E, nesse sentido, Santos (1986) faz uma provocativa reflexão em seu ensaio “Preservar não é tomar, renovar não é por tudo abaixo” que traduz bem isso. Trata-se de uma dicotomia que vai estar presente no âmbito das políticas de patrimônio, especialmente a partir de meados da década de 1960, onde o desafio maior é traçar estratégias que compatibilizassem desenvolvimento e preservação do patrimônio. E será sob essa dualidade que o patrimônio ambiental urbano irá se desenvolver; não como categoria específica, mas no lastro dessa ampliação do conceito de patrimônio.

industrial como ‘modelo’ estético e artístico para produção de espaços, tinha como representantes Camilo Sitte e Viollet Le Duc. Além dessas abordagens, existiu ainda a abordagem museal, dos viajantes, cientistas e estetas, que defendia a sobrevivência da cidade pré-industrial.

2.3 A ampliação do conceito de patrimônio e as cartas patrimoniais

Como vimos, o conceito expandido de patrimônio amplia a gama de objetos passíveis de preservação, o que vai repercutir nas chamadas cartas patrimoniais – documentos de caráter prescritivo e não normativo, produzidos por organismos internacionais ou nacionais, nesse último caso referentes às condutas e diretrizes válidas para um determinado país²³; com vistas a estabelecer diretrizes e critérios no âmbito da preservação do patrimônio e que contribuiram para a consolidação do campo de atuação do patrimônio mundo afora. No entanto, os instrumentos de preservação em voga até então, entre as décadas de 1960-1970, não eram suficientes para conter as ameaças dos avanços desenvolvimentistas ao patrimônio.

É somente a partir da década de 1970 que o patrimônio que até então, desde os anos 30, era institucionalmente legitimado pela história e pela estética, vai ganhar “uma clara inflexão política (enquanto emblema de identidades diferenciadas) e ambiental (à medida em que foi associado à qualidade de vida)” (ARANTES, 2006, p.429).

A provocação de Santos (1986) "Preservar não é tomar, renovar não é por tudo abaixo" (SANTOS, 1986, p.59), anteriormente mencionada, nos remete, em termos de Brasil, ao período entre as décadas de 1950 e 1960, que foi marcado pela aceleração desenvolvimentista, industrial e urbana especialmente durante o governo de Juscelino Kubitschek (1955-1961). O acelerado processo de desenvolvimento então em curso, se por um lado ia ao encontro das necessidades de crescimento, por outro, apresentava uma grande ameaça aos bens patrimoniais, especialmente aqueles sob os quais ainda não incidiam ações sistematizadas de preservação.

Já no âmbito internacional, importantes documentos preservacionistas vigoravam naquele período: a Recomendação de Paris - 1962, promovida pela Unesco e relativa à salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios; as Normas de Quito - 1967, formulada pela Organização dos Estados Americanos, no âmbito da Reunião sobre conservação e utilização de monumentos e sítios de interesse histórico e artístico; e a Recomendação de Paris – 1968, elaborada no âmbito da 15ª Conferência Geral da Unesco, sobre a conservação dos bens culturais ameaçados pela execução de obras públicas ou privadas (LEAL, 2016).

A Recomendação de Paris de 1962, por exemplo, dentre seus princípios, orienta quanto à necessidade da salvaguarda das paisagens e sítios se estender aos domínios das

²³ Como exemplos de cartas patrimoniais nacionais, podemos citar a Carta Italiana de Restauro (1932), específica da Itália, ainda que seus preceitos possam ser adotados em outros países; e a Carta de Petrópolis (1985) e o Compromisso de Salvador (1971), referentes a condutas e diretrizes válidas para o Brasil.

paisagens e sítios urbanos, especialmente os ameaçados pela especulação imobiliária. As Normas de Quito ressaltam que "a tutela do Estado pode e deve estender-se ao contexto urbano, ao ambiente natural que o emoldura e aos bens culturais que encerra" (QUITO, 2004, p.106). Já a recomendação de Paris de 1968, apresenta uma definição de "bens culturais"²⁴ que engloba o entorno de tais bens e se estende àqueles bens que não são "reconhecidos nem protegidos, assim como os sítios e monumentos recentes de importância artística ou histórica" (PARIS, 2004, p,126).

Nessa esfera da preservação das cidades – centros históricos e conjuntos urbanos (o chamado “patrimônio ambiental urbano”) -, é a partir dos trabalhos de Giovannoni, que as questões referentes às intervenções em centros históricos e conjuntos urbanos passaram a tomar corpo nos documentos prescritivos internacionais de preservação do patrimônio. Giovannoni (1931), com seu conhecimento holístico e integrado do fenômeno urbano, tornou-se o pioneiro na associação dos aspectos de restauro ao planejamento urbano (dimensão urbana do patrimônio, considerados em sua dimensão paisagística, com os seus “planos orgânicos de desenvolvimento” para as novas aglomerações e “planos reguladores” para as cidades antigas (CHOAY, 2011, p.150)). Na perspectiva *giovannoniana*, o planejamento urbano não se restringiria a problemas urbanísticos – esse devendo ser tratado, também, como questão de restauro. Para esse pensador, um dos princípios da conservação e restauração no âmbito urbano é o respeito à morfologia e à escala dos conjuntos urbanos antigos, bem como a preservação de suas relações originais com a malha urbana – e isso tudo requer procedimentos específicos de preservação e de restauração. Concebia o ordenamento dos territórios como arquitetura integral. As contribuições de Giovannoni representam uma ampliação do objeto patrimonial no âmbito da conservação e do restauro. E, apesar dessas questões referentes ao debate preservacionista urbanístico terem sido discutidas na Itália desde a década de 1930 e de suas ideias marcarem a conferência de Atenas (1930), é somente a partir da década de 1960 que essas serão explicitadas nas cartas patrimoniais.

A Carta de Veneza, de 1964, aprovada no âmbito do II Congresso Internacional de Arquitetura e Técnicos dos Monumentos Históricos, representa um marco desse processo de ampliação do conceito de patrimônio cultural. O documento, marcado pelas ideias de Giovannoni (CHOAY, 2011), aponta a consolidação da inseparabilidade do monumento de

²⁴ Bens Culturais: "bens imóveis, como sítios arqueológicos, históricos ou científicos, edificações ou outros elementos de valor histórico, científico, artístico ou arquitetônico, religiosos ou seculares, incluídos os conjuntos tradicionais e os vestígios de civilizações anteriores que possuam valor etnológico. Aplicar-se-á tanto aos imóveis do mesmo caráter que constituam ruínas ao nível do solo como os vestígios arqueológicos ou históricos descobertos sob a superfície da terra. A expressão 'bens culturais' se estende também ao entorno desses bens; (...)" (PARIS, 2004, p.125-126).

seu entorno: “O monumento é inseparável da história de que é testemunho e do meio em que se situa” (VENEZA, 2004, p.93). O entorno dos monumentos passa então a ser tomado como referência em documentos posteriores. A referida carta tornou-se referência para diretrizes internas de conservação do patrimônio em diversos países (como Espanha e Austrália) e motivou a criação de uma legislação específica de preservação dos patrimônios adaptada às necessidades culturais e tradicionais desses países. Vale ressaltar que o II Congresso Internacional de Arquitetura e Técnicos dos Monumentos Históricos, que deu origem à mencionada Carta de Veneza, estabeleceu 13 resoluções. A primeira delas foi a carta internacional de restauro - a Carta de Veneza; e a segunda previa a criação de um conselho internacional para monumentos e sítios. E foi abraçando essa segunda resolução que a Unesco criou o Icomos – uma organização não governamental internacional que tem como missão promover a conservação, proteção, uso e valorização de monumentos, centros urbanos e sítios²⁵.

Importante destacar que, por serem juridicamente mais vinculativas, as convenções da Unesco exercem maior influência nas políticas patrimoniais mundo afora. A Carta de Veneza (1964), a Carta de Washington (1987) e Carta de Burra (1980) são os três principais documentos do Icomos, conforme veremos mais adiante.

Desse modo, é na década de 1960 que uma nova visão de intervenção sobre o patrimônio é formulada e a ideia de preservação dá lugar à ideia de conservação (CASTRIOTA, 2007). Surge também nessa década “um novo marco legal das políticas do patrimônio” (CASTRIOTA, 2007, p.18, grifos do autor): a percepção das “áreas de conservação”, que tem a Lei Malraux da França, em 1962, como precursora, acrescentando a questão da conservação dos centros históricos à noção da preservação monumental. Como consequência dessa Lei, foi elaborado um Plano de Salvaguarda, que uniu especialistas da Cultura e urbanistas do Ministério de Infraestrutura. O Plano determinava os usos do solo, bem como aquilo que deveria ser mantido, eliminado ou construído (AZEVEDO, Paulo Orindo. *In* MENESES, 2006, p.65). A mencionada lei, segundo Choay (2001), teria sido modificada em sua redação e orientação, mas, na sua origem, era “uma medida de urgência inspirada pela figura museal da cidade” (CHOAY, 2001, p.194).

Conforme resalta Castriota (2007), no novo modelo de conservação, apesar da referência aos diversos atores envolvidos e de se perceber a necessidade de participação desses (comunidades e iniciativa privada) no processo de conservação, ainda cabe ao Estado o papel de protagonista. No entanto, a ação estatal passa a ser mais contínua, integrada ao processo de planejamento urbano, e não mais uma ação reativa a casos excepcionais, como

²⁵ Fonte: www.icomos.org

no caso da preservação (CASTRIOTA, 2007). Isso exprime a relação entre estado e patrimônio.

E é nesse contexto, no Brasil, que no ano de 1963 foi criado o primeiro órgão estadual de preservação do patrimônio: a Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio de Janeiro – DPHA-RJ, da Secretaria de Estado da Educação e Cultura; que veio a se tornar, em 1975, o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro - INEPAC. Diferentemente da noção até então predominante de preservação pautada no modelo de preservação federal, o órgão trouxe uma nova visão sobre a política de tombamento e assumiu critérios para definição dos bens a serem tombados, pautados em paradigmas diferentes daqueles que vigoravam no IPHAN (TEIXEIRA, 2008). Já se nota, na atuação desse órgão, as influências dos paradigmas das cartas patrimoniais vigentes à época, bem como a adoção de uma noção mais ampliada do conceito de patrimônio. Isso pode ser percebido, por exemplo, no primeiro tombamento do instituto: o Parque Henrique Lage (1965), cujo tombamento se deu não apenas ao bem de estilo eclético, mas se estendeu ao parque/jardim de todo o entorno da casa. Segundo a avaliação de Teixeira, "para os modelos vigentes na época, este seria um tombamento impossível" (TEIXEIRA, 2008, p.6).

Enquanto nos anos 1960 a perspectiva mundial era de crescimento econômico, considerava-se "razoável que os planejadores se ocupassem em controlar e canalizar as variadas demandas concorrentes por espaço nas cidades" (CASTRIOTA, 2007, p.19). Ao contrário disso, a década de 1970 trouxe a estagnação econômica em função da crise de energia. Isso explica a diminuição no ritmo das demolições e esquemas de redensolvimento, "o que também, por motivos opostos, inibe as tentativas de se produzir crescimento econômico para se revitalizar as áreas" (CASTRIOTA, 2007, p.19). Foi nessa década que, no Brasil, a "supremacia do tratamento físico do patrimônio", que, segundo Motta (2000, p.268), vigorava até então nas políticas de patrimônio, deu lugar a valoração de sítios urbanos como documentos.

No contexto internacional, na década de 1970, especificamente a partir de 1975, segundo Choay (2001), a questão da integração dos conjuntos históricos à vida coletiva entra em cena. Em 1975, a Declaração de Amsterdã inaugura o entendimento da importância do planejamento como instrumento de conservação e renovação dos centros históricos. A referida declaração recomenda que

a conservação do patrimônio arquitetônico deve ser considerada não apenas como um problema marginal, mas como objetivo maior do planejamento das áreas urbanas e do planejamento físico-territorial (AMSTERDÃ, 2004, p.200).

A Declaração de Amsterdã propõe, assim, o conceito de “conservação integrada”, numa referência à necessidade de a conservação ser pensada como um dos objetivos centrais do planejamento urbano e principia o entendimento mais ampliado de patrimônio cultural associado ao meio-ambiente, às necessidades sociais e à gestão urbana. Essa declaração reforça a necessidade de encorajar a participação de organizações privadas nas tarefas de conservação integrada e alerta para a necessidade de fomento a políticas urbanas, requerendo medidas legislativas, administrativas e financeiras apropriadas e pautadas por compromissos e ações em prol do desenvolvimento econômico-social.

Outros documentos internacionais de preservação do patrimônio, como a Resolução de São Domingos (OEA, 1974), pioneira no reconhecimento da função social enquanto a principal dimensão ‘salvadora’ no plano da preservação de bens patrimoniais, também numa perspectiva integral, ressaltam a função econômica dos bens patrimoniais. As Normas de Quito (1967), anteriores à Resolução de São Domingos, defendem a exploração dos monumentos em função do turismo, como forma de assegurar sua salvaguarda.

No entanto, a Recomendação de Nairóbi - documento final da 19ª Conferência da Unesco, realizada em Nairóbi (Quênia) no ano de 1976, que se refere à “salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea” (NAIRÓBI, 2004, p.217) -, de acordo com Choay, “continua sendo a exposição de motivos e argumentação mais complexa em favor de um tratamento não museal das malhas urbanas contemporâneas” (CHOAY, 2001, p.222). A Recomendação aponta que, no ritmo da urbanização moderna, o perigo de destruição de conjuntos históricos, quer seja diretamente ou indiretamente através da destruição da ambiência e da identidade histórica do entorno, é um risco iminente. Dessa forma, recomenda que esses conjuntos sejam harmoniosamente integrados à vida contemporânea, combatendo a “uniformização dos assentamentos humanos no mundo inteiro” (NAIRÓBI, 2004, p.221). Segundo o documento, os conjuntos históricos e sua ambiência podem “contribuir extraordinariamente para a manutenção e o desenvolvimento dos valores culturais e sociais peculiares de cada nação e para o enriquecimento arquitetônico do patrimônio cultural mundial” (NAIRÓBI, 2004, p.221). Choay ressalta que, na Recomendação de Nairóbi, num texto lúcido

pela primeira vez, a conservação viva dos conjuntos antigos é apresentada como um meio de lutar não apenas pela proteção de particularismos étnicos e locais, mas também contra o processo planetário de banalização e estandardização das sociedades e de seu meio (CHOAY, 2001, p.222).

Na Recomendação de Nairóbi é possível identificar uma alusão à conservação integrada, mas é no Manifesto de Amsterdã (Carta Europeia do Patrimônio Arquitetônico), realizado antes da Conferência em Nairóbi, que essa expressão aparece como princípio de

conservação, ou "um dos pressupostos do planejamento urbano e regional" (AMSTERDÃ, 2004, p.214).

Na década de 1980, a Carta de Burra (Icomos, Austrália, 1980) traz uma noção expandida de bem cultural, designando um bem como sendo

um local, uma zona, um edifício ou outra obra construída, ou um conjunto de edificações ou outras obras que possuam uma significação cultural, compreendidos, em cada caso, o conteúdo e o entorno a que pertence (BURRA, 2000, p.247).

Essa definição expressa a noção de patrimônio urbano, apesar de a referida carta não utilizar tal expressão. Ainda de acordo com a Carta de Burra, a conservação de um bem tem por objetivo preservar a sua significação cultural, de modo que "o termo significação cultural designará o valor estético, histórico, científico ou social de um bem para as gerações passadas, presentes ou futuras" (BURRA, 2000, p.247). Apesar de se tratar de um documento regional, a Carta de Burra, ao reconhecer o "papel global" da importância cultural na gestão do patrimônio, adquiriu importância internacional.

Já a Carta de Washington (1987) - ou "Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas" - adotada no âmbito da 8ª Assembleia Geral do Icomos, é um documento complementar à "Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro dos Monumentos e Sítios" (Veneza 1964). Essa carta

define os princípios e os objetivos, os métodos e os instrumentos de ação apropriados a salvaguardar a qualidade das cidades históricas, a favorecer a harmonia da vida individual e social, e a perpetuar o conjunto de bens que, mesmo modestos, constituem a memória da humanidade (WASHINGTON, 2004, p. 282)

A Carta de Washington preconiza que a salvaguarda de cidades e bairros históricos só é eficaz à medida em que haja uma política coerente de desenvolvimento econômico e social que esteja integrada à política de salvaguarda. Preconiza, ainda, a necessidade de o plano de salvaguarda ser considerado junto ao planejamento físico-territorial e junto aos "planos urbanos em todos os seus níveis" (WASHINGTON, 2004, p.282). O documento ressalta a necessidade da adesão dos habitantes aos planos de salvaguarda, sendo o primeiro dos documentos internacionais de preservação a levar em consideração o conceito de patrimônio como motor de desenvolvimento sustentável.

No Brasil, na década de 1980, a Carta de Petrópolis (1985), consolidada no âmbito do 1º Seminário Brasileiro para preservação e revitalização de centros históricos, realizado na cidade fluminense de Petrópolis, vai refletir sobre os princípios da conservação integrada que estavam em pauta na Europa na década de 1970, preconizados nas Carta de Amsterdã e de

Nairóbi. O documento nacional trouxe o conceito de “sítio histórico urbano” – SHU como sendo “o espaço que concentra testemunhos do fazer cultural da cidade em suas diversas manifestações” (PETRÓPOLIS, 2004, p.285). De acordo com o documento, o SHU

é parte integrante de um contexto amplo que comporta as paisagens natural e construída, assim como a vivência de seus habitantes num espaço de valores produzidos no passado e no presente, em processo dinâmico de transformação, devendo os novos espaços urbanos ser entendidos na sua dimensão de testemunhos ambientais em formação (PETRÓPOLIS, 2004, p.285).

A Carta de Petrópolis ressalta a polifuncionalidade de um SHU, recomendando uma preservação que não se dê à custa de exclusividade de usos, mas que abrigue “os universos de trabalho e do cotidiano, onde se manifestam as verdadeiras expressões de uma sociedade heterogênea e plural” (PETRÓPOLIS, 2004, p.286). Reforça a necessidade de uma ação integrada dos órgãos federais, estaduais e municipais na preservação do SHU, ressaltando a necessidade de viabilizar e estimular mecanismos institucionais que assegurem uma gestão democrática da cidade, com o fortalecimento da participação de lideranças civis. O documento assevera que, “na diversificação dos instrumentos de proteção”, é “essencial a predominância do valor social da propriedade urbana sobre sua condição de mercadoria” e destaca o inventário como “ferramenta básica para o conhecimento do acervo cultural e natural” (PETRÓPOLIS, 2004, p.286-287). Propõe que a proteção legal do SHU se dê por meio da utilização de instrumentos de diferentes tipos, “tais como: tombamento, inventário, normas urbanísticas, isenções e incentivos, declaração de interesse cultural e desapropriação” (op.cit).

O patrimônio intangível ganha mais foco nos primeiros anos do século XXI, sobretudo em termos de políticas patrimoniais, concomitantemente a uma integração maior entre o valor cultural e o valor ambiental. Os pressupostos da sustentabilidade socioambiental com vistas ao desenvolvimento sustentável que, em termos de ações práticas, entraram em cena na década anterior, favoreceram a integração entre políticas de preservação do meio ambiente e políticas do patrimônio cultural. Entra em pauta a interação entre patrimônio e meio ambiente. Nesse sentido, a Declaração de Xi’an, documento da XV Assembleia Geral do ICOMOS, realizada na cidade de Xi’an, na China, em 2005; e que versa sobre a Conservação do Entorno Edificado, Sítios e Áreas do Patrimônio Cultural, vai significar um avanço em termos de entendimento do entorno. Tal documento reconhece “a contribuição do entorno para o significado dos monumentos, sítios e áreas de patrimônio cultural”, definindo esse entorno como sendo “o meio característico seja de natureza reduzida ou extensa, que forma parte de – ou contribui para – seu significado e caráter peculiar” (ICOMOS, 2006, s/p). De acordo com tal declaração, para além dos aspectos físicos e visuais,

o entorno supõe uma interação com o ambiente natural; práticas sociais ou espirituais passadas ou presentes, costumes, conhecimentos tradicionais, usos ou atividades, e outros aspectos do patrimônio cultural intangível que criaram e formaram o espaço, assim como o contexto atual e dinâmico de natureza cultural, social e econômica (ICOMOS, 2006, s/p).

Nessa definição de entorno, importa as diferentes dimensões deste, de modo a conjugar, harmonicamente, o caráter, os valores e a relação do entorno com o bem cultural. Posterior à *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Intangível (2003)* e apoiada nas premissas desta, a *Declaração de Xi'an*, que se ocupa exclusivamente das questões relativas ao entorno, vai trazer mais imbricadas as dimensões material e imaterial do patrimônio, numa abordagem multidisciplinar que integra um conjunto de valores tangíveis e intangíveis do entorno, de modo que um ou outro valor tenha a mesma importância.

No que tange à gestão do entorno das edificações – ou “a gestão sustentável do o entorno”, a Declaração de Xi'an, além de alertar para a necessidade de se desenvolver instrumentos normativos e de planejamento eficazes e adequados “às particularidades locais e culturais”, recomenda a necessidade de se estabelecer

(...) alguns indicadores de natureza qualitativa e quantitativa que permitam avaliar a contribuição do entorno para o significado de uma edificação, sítio ou área caracterizada como bem cultural. Os indicadores adequados de gestão devem contemplar aspectos materiais como a distorção visual, as silhuetas, os espaços abertos, e a contaminação ambiental e acústica, assim como outras dimensões de caráter econômico, social e cultural (ICOMOS, 2006, s/p).

Tal recomendação, também pautada nas premissas de uma conservação integrada, nos remete a um entendimento de patrimônio que vai ao encontro do conceito de “patrimônio ambiental urbano”.

A denominada conservação integrada, cujos preceitos podem ser identificados nas cartas patrimoniais que sucederam a Carta de Veneza, e surgiu na Itália entre as décadas de 1960/1970, "colocou o habitante como protagonista dos planos de urbanização e de desenvolvimento" (MENESES, 2017, p.197). As classes mais desguarnecidas eram favorecidas prioritariamente ao mesmo tempo em que a necessidade de *integrar* os mais diversos atores presentes no território urbano - "capitalizados pela expressão patrimônio ambiental urbano"- foi introduzida no planejamento urbano (MENESES, 2017, p.197). Ainda de acordo com Meneses,

a difusão do imperativo de conservação integrada produziu verdadeira revascularização do pensamento patrimonial, internacionalmente, e abriu perspectivas para aceitação da natureza social do patrimônio e de suas funções sociais, reforçadas com a obrigação da sustentabilidade (MENESES, 2017, p.197-198).

Apesar dessa revascularização do pensamento patrimonial que Meneses destaca e que, internacionalmente, inaugurou um entendimento amplo de patrimônio cultural associado ao aspecto da sustentabilidade e às necessidades sociais da gestão urbana, a prerrogativa do fomento e valorização do turismo e o estímulo à participação da iniciativa privada (seu apoio financeiro) para a conservação e preservação dos centros históricos se torna um imperativo.

Essas normativas desencadearam, então, em vários países, o desenvolvimento de políticas de preservação do patrimônio atreladas ao desenvolvimento turístico e econômico. No caso do Brasil, essas políticas começaram a tomar corpo em meados da década de 1960²⁶, quando estavam em voga as discussões e debates sobre os impactos da industrialização, do crescimento urbano e das políticas desenvolvimentistas, que apontavam no cenário nacional já desde a década de 1950. Com isso, o patrimônio começa a ser

(...) reivindicado por amplos setores sociais, por seu valor econômico ou como recurso simbólico na construção de sentidos de lugar e desenvolvimento de produtos com valor cultural agregado, em um riquíssimo e frequentemente conflituoso processo cultural de formação de tradições reinventadas (...) (ARANTES, 2006, p.429).

E, nessa perspectiva, apesar dos alertas de diversos estudiosos no âmbito do patrimônio cultural - alerta esse materializado em algumas das cartas patrimoniais (como por exemplo, na já citada Recomendação de Nairóbi) - sobre o potencial também destrutivo do turismo e sobre consequências nefastas da especulação imobiliária, é notório que a adoção das recomendações dos documentos patrimoniais na formulação de políticas públicas é muitas vezes tomada numa 'exaltação' à dimensão econômica do patrimônio em detrimento de diversas outras recomendações e advertências.

Nesse contexto, vê-se a prerrogativa de ampliação do conceito de patrimônio não para abarcar aqueles bens patrimoniais que não respondem às exigências de excepcionalidade artística ou singularidade estética – os “não-consagrados”, mas para embasar processos de promoção do desenvolvimento econômico, onde a dimensão social (desenvolvimento social) é deixada em segundo plano. Nesse aspecto, vê-se negligenciada “a intricada teia de relações econômicas, sociais e culturais que marca a vida urbana e que caracteriza o seu patrimônio” (CASTRIOTA, 2009, p.174).

Desse modo, na medida em que a noção de patrimônio cultural se expande em função da noção ampliada de cultura, e incorporando a noção de sustentabilidade, conforme assinalamos anteriormente, será no bojo da expansão e diversificação da cultura que o

²⁶ Ver Leal, 2016

patrimônio cultural passa a ter um *status* de símbolo de fortuna. Apesar dos avanços em termos conceituais e práticos, os patrimônios passaram a ser tomados sob a lógica do mercado, onde ações de preservação inúmeras vezes escamoteiam os males consequentes de uma disputa onde predominam interesses econômicos e financeiros, fomentando o conhecido “mercado da cultura”.

2.4 Cultura e Patrimônio Cultural como símbolos de fortuna

Segundo Choay (2001), é a partir da década de 1960 que a palavra “cultura” se difunde no âmbito das políticas públicas de “culto à cultura”; e a criação de um ministério para assuntos culturais – que logo se torna o Ministério da Cultura-, começa a ser adotado como modelo pela maioria dos países europeus e atravessa os mares. Em 1962, a criação das Casas de Cultura, ou *Maisons de la Culture*, por André Malraux, coloca a França na vanguarda desse movimento. E, “ao passo que a ‘cultura’ se diversifica: culturas minoritárias, cultura popular, cultura do pobre, cultura do corriqueiro...”, com a expansão conceitual, ela sofre uma mudança semântica e perde seu caráter de realização pessoal, tornando-se empresa e depois indústria (CHOAY, 2001, p.210, grifos da autora).

No que concerne aos monumentos e ao patrimônio – no caso, “patrimônio histórico”, segundo Choay, esses passam pela “metamorfose de seu valor de uso em valor econômico” e acabam adquirindo “dupla função – obras que propiciam saber e prazer, postas à disposição de todos; mas também produtos culturais, fabricados, empacotados e distribuídos para serem consumidos” (CHOAY, 2001, p.211). Isso graças ao que a autora denomina de “engenharia cultural” – que se refere a um

(...) vasto empreendimento público e privado, a serviço do qual trabalham grande número de animadores culturais, profissionais da comunicação, agentes de desenvolvimento, engenheiros, mediadores culturais. Sua tarefa consiste em explorar os monumentos por todos os meios, a fim de multiplicar o número de visitantes (CHOAY, 2001, p.211).

Essa "engenharia cultural" apontada por Choay se aproxima do conceito de “indústria cultural”, desenvolvido pelos filósofos alemães Theodor W. Adorno e Max Horkheimer, no livro *A Dialética do esclarecimento*, de 1947. Ao refletirem acerca da situação da arte na economia industrializada daquele tempo, os referidos autores utilizam o termo “indústria cultural” em contraposição ao conceito de “cultura de massas”. Trata-se de uma crítica acerca da mercantilização da cultura, que, segundo os autores, camufla a força de classes e cria no indivíduo a necessidade de consumo de bens culturais, tolhendo-lhes a consciência e promovendo pseudo-satisfação, submetendo os indivíduos ao consenso e a acriticidade; apresentando padrões e modelos standardizados, voltados ao consumismo. Segundo Dias,

ao "orientar a subjetividade, ao promover uma ilusória e confortável sensação de ordem", um processo de repetição, reconhecimento e aceitação circunscrevem "em torno de determinados elementos as referências culturais que orientam e subsidiam a vida social". E é nesse sentido que a indústria cultural é considerada uma ideologia, para além de um setor altamente lucrativo (DIAS, 2007, p.432-433). Nesse "mercado da cultura", a lógica de mercado instrumentaliza a lógica da cultura.

Para Arantes,

(...) a inserção do patrimônio no mercado reforça a compreensão de que, sendo ele um recurso material e simbólico, o balizamento de seu valor, para efeito de sua inclusão em programas sociais, de maneira geral, e de reabilitação urbana em particular, situa-se num divisor de águas de posturas éticas e políticas. De um lado, há a alternativa de explorar as potencialidades de mercado do patrimônio edificado (seu valor de troca) e, de outro, a de facilitar os meios de sua apropriação pelos habitantes da cidade, em razão de sua utilidade e valor simbólico (seu valor de uso) (ARANTES, 2006, p.431).

Nos últimos anos, essa chamada indústria cultural vem dando lugar ao que hoje se intitula de indústria criativa²⁷ - isso sem que tenha havido uma substituição de um conceito pelo outro (ou melhor, de uma categoria social por outra) - onde é dada ênfase no potencial econômico da criatividade; e que é responsável pelo surgimento da cidade criativa – lugar que estimula e incorpora uma 'cultura da criatividade' e, em tese, cria condições para a participação pública no planejamento e na ação, de forma a criar oportunidades de resolução de problemas urbanos aparentemente intratáveis e, sobretudo, de geração de riquezas (REIS, 2012).

Em termos de Brasil, um apelo à essa mercantilização da cultura pode ser notado no documento final do Compromisso de Salvador, realizado na capital baiana em 1971, que recomenda, dentre outras questões, a convocação dos órgãos ligados ao planejamento do turismo no sentido de desenvolver ações de valorização, utilização e divulgação dos bens patrimoniais, e a

convocação da FINEP [Financiadora de Estudos e Projetos - uma empresa pública brasileira de fomento à ciência, tecnologia e inovação em empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras instituições públicas] e de outros órgãos congêneres para o desenvolvimento da indústria do turismo (SALVADOR, 2004, p.144).

O Compromisso de Salvador sucedeu ao Compromisso de Brasília (1970). Ambos elaborados no âmbito de duas reuniões de governadores e secretários de cultura realizados

²⁷ Indústrias Criativas são aquelas "que têm origem na criatividade, habilidade e talento individuais e que apresentam um potencial para a criação de riquezas e empregos por meio da geração e exploração de propriedade intelectual" (DCMS, 1998, *apud* REIS, 2012, p.9).

em 1970, em Brasília e, em 1971, em Salvador. A criação do Ministério da Cultura bem como de Secretarias ou Fundações de Cultura em âmbito estadual se daria a partir dessas duas reuniões. Os documentos finais desses dois encontros recomendavam a criação de tais instituições. No documento de Salvador recomenda-se, ainda, a criação de legislação complementar, “(...) no sentido de ampliar o conceito de visibilidade de bem tombado, para atendimento do conceito de ambiência(...)” (SALVADOR, 2004, p.144). Outra recomendação do Compromisso de Salvador sob a perspectiva da ampliação do conceito de cultura, é a

(...) criação de legislação complementar, no sentido de proteção mais eficiente dos conjuntos paisagísticos, arquitetônicos e urbanos de valor cultural e de suas ambiências (SALVADOR, 2004, p.144).

No caso específico do Brasil, a expansão da industrialização e o advento das políticas desenvolvimentistas que marcaram o cenário nacional entre as décadas de 1950 e 1960, motivaram preocupações e reações mais sistematizadas em torno das políticas de patrimônio no final desse período. Especialmente a preocupação em torno do patrimônio edificado de áreas urbanas, sujeitas, naquele momento, ao crescimento desordenado das cidades. Assim, as ações que visavam a proteção e valorização do patrimônio cultural passaram a ocupar mais espaço na agenda da então Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – DPHAN, que procurou estabelecer diálogos institucionais com vistas a implementar ações na tentativa de, por um lado, conter os avanços da urbanização sobre o patrimônio e de desenvolver ações preservacionistas que garantissem a possibilidade de preservação dos bens, buscando estratégias que compatibilizassem desenvolvimento e preservação do patrimônio. Por outro lado, procurou estabelecer medidas para conter a exploração e crescimento desordenados, com iniciativas para racionalizar, impedir ou atenuar os impactos dos avanços desenvolvimentistas (LEAL, 2016). Nesse último caso, segundo apontou Leal, investiu-se na potencialização de instrumentos e procedimentos já existentes, como o inventário e o tombamento, bem como no recurso a

instrumentos complementares para a preservação de bens específicos, como a publicação da Lei da Arqueologia (Lei nº 3924/1961), em que ficou evidente a participação de outros atores e instituições na preocupação com a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional (LEAL, 2016, p.101).

Vê-se que, com a ampliação dos conceitos de cultura e de patrimônio, bem como a diversificação dos especialistas envolvidos no campo do patrimônio, e a criação dos órgãos culturais em nível estadual, houve, ainda que timidamente num primeiro momento, a consequente necessidade de ampliação dos instrumentos de preservação.

No processo de ampliação do conceito de patrimônio cultural no Brasil, a Constituição Federal de 1988 representa um avanço significativo. Ela marca a ampliação não só do

conceito de patrimônio cultural em si, como dos mecanismos de gestão desse patrimônio, ao ressaltar a necessidade da participação da sociedade na construção das políticas públicas de patrimônio.

A Constituição Federal de 1988 em seu Artigo 216 declara que:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, Constituição Federal de 1988).

Além disso, no âmbito do desenvolvimento urbano, a Constituição de 1988 abre caminho para o fortalecimento das políticas públicas de patrimônio a nível municipal. Estabelece, especialmente nos Artigos 23 e 30, a articulação entre os espaços urbanos das cidades e os valores culturais que os constituem.

Nesse sentido, a Constituição, que amplia o universo de bens culturais a serem protegidos, abriu caminho e deu início a uma 'busca' por instrumentos de proteção que dessem conta desses *novos patrimônios*, nos quais a dimensão imaterial passa a ter um 'peso' maior. O conceito ampliado de patrimônio passa a incluir os artefatos, as práticas, os saberes e os fazeres, as festas etc. Entretanto, um novo instrumento de preservação patrimonial só será estabelecido no ano 2000, com a assinatura do Decreto 3551/2000, que instituiu o instrumento do Registro do Patrimônio Imaterial; ampliando o raio de abrangência das ações do Estado em termos de gestão e preservação do patrimônio cultural.

Importante ressaltar que as dinâmicas de patrimonialização, sobretudo anteriores à década de 1970, se davam sob uma perspectiva excludente e de dominação, consolidando hierarquizações entre grupos e homogeneidades culturais no interior de territórios de identidades múltiplas. O patrimônio arquitetônico materializa esse processo por meio das monumentalidades. No ocidente, com os novos significados atribuídos à noção de patrimônio a partir da década de 1970, houve uma ampliação das políticas preservacionistas paralelamente a uma expansão do turismo cultural. Nesse contexto, as políticas de patrimonialização, por um lado, voltam o seu olhar para as minorias, buscando promover a diversidade cultural e compensar os 'males do progresso'. Por outro lado, associam o patrimônio a um mercado global, com a instrumentalização da cultura e, conseqüentemente, das novas categorias patrimoniais. Nas décadas subsequentes, a instrumentalização da

cultura vai acirrar a disputa entre cidades, por ganhos políticos e econômicos. A partir da *Convenção para a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural do Mundo*, adotada na Conferência da Unesco em 1972 e referendada pelos países membros, o estatuto de *cidade patrimônio mundial* – “marca moderna do patrimônio universal”, sobretudo para as grandes metrópoles mundiais, passa a ser o sonho de consumo (SANTOS; PEIXOTO, 2013, p.53). Conforme apontam Santos e Peixoto, a obtenção do referido estatuto provoca uma mudança no entendimento da identidade dos lugares, que passa a se configurar “como uma imagem de marca dos lugares que procuram se tornar cada vez mais competitivos, sobretudo no nível da captação dos fluxos do turismo histórico e patrimonial” (SANTOS; PEIXOTO, 2013, p.52).

Diversos analistas contemporâneos no âmbito das políticas urbanas concordam que essa crescente competição intercidades para atrair capitais/investimentos, vem alimentando um processo de mercadorização dos espaços das cidades, onde os planejadores urbanos fazem um uso cada vez mais intenso do turismo cultural urbano para promoverem suas cidades. Nesse processo, o *marketing* urbano ganha força se provendo de ações de turistificação e patrimonialização dos lugares como estratégia para atrair fluxos turísticos e capitais. E o patrimônio, sobretudo na sua dimensão material, mais que uma herança a preservar, se converte em mercadoria a ser valorizada; sujeita às influências de um mercado fugaz.

Cabe lembrar que, conforme destacamos anteriormente, no Brasil, as determinações emanadas pelas chamadas cartas patrimoniais norteiam a atuação dos órgãos de preservação. E, sobretudo a partir da década de 1960, vários desses documentos de preservação, com a expansão do conceito de patrimônio cultural, destacam em suas recomendações a questão da indústria do turismo cultural, trazendo à tona discursos e ações que privilegiam o patrimônio como mercadoria de consumo, no âmbito das políticas patrimoniais. Isso se dá num cenário onde a demanda de esforços financeiros para garantir o financiamento de áreas preservadas, com o advento da noção de ambiência (e não mais de imóveis isolados) e da necessidade de um retorno financeiro dos investimentos em preservação é cada vez maior. Sem contar a gama cada vez maior de bens que a profusão semântica do termo patrimônio passa a abarcar – bens que outrora não diziam respeito ao patrimônio -, demandando ainda mais esforços de patrimonialização.

2.4.1 Materialidade e Imaterialidade no campo do patrimônio: dois pesos, duas medidas

Diversos documentos internacionais de preservação, apesar de incentivarem a promoção do turismo patrimonial como vimos, passam a alertar também sobre o potencial destruidor do turismo. Frente aos processos de globalização, cresce a preocupação dos

órgãos internacionais para com a preservação da diversidade cultural, sobretudo de grupos sociais mais fragilizados. E é nos fins da década de 1980 que, a partir de uma série de convenções e congressos internacionais acerca da preservação do patrimônio, as políticas preservacionistas voltam-se à defesa das manifestações culturais compreendidas como patrimônios imateriais ou intangíveis.

E foi ainda na década de 1980 que, no Brasil, a expansão do conceito de patrimônio (iniciada na década de 1970) possibilitou a valoração de sítios urbanos como documentos, rompendo com a “supremacia do tratamento físico do patrimônio” (MOTTA, 2000, p.268), e a construção simbólica do patrimônio foi ampliada pela possibilidade de *leitura da forma urbana*²⁸. Também a adoção da ideia de ambiência, conforme ressalta Motta, “possibilitou a inclusão de outros estilos, anteriormente rejeitados, ao repertório da preservação, revogando-se a primazia de um único estilo (barroco/colonial) na composição do patrimônio cultural” (MOTTA, 2000, p.266). A cidade passou a ser vista como um processo historicamente referenciado, sendo, portanto, inconcebível a eliminação de vestígios da história em favor de uma imagem idealizada de cidade, como ocorria principalmente no período entre as décadas de 1930 e 1970.

No entanto, conforme ressalta Motta, nos últimos anos, a partir da década de 1990, com a adesão do governo à política neoliberal, “ligada à conjuntura mais ampla da globalização” (MOTTA, 2000, p.268), a noção de cidade-documento vem sendo enfraquecida em prol da mercantilização do patrimônio cultural para o consumo visual; numa visão sujeita aos interesses do mercado de consumo, e que limita-se “a propor a diminuição do ônus do poder público sobre a preservação” (MOTTA, 2000, p.258).

Os avanços, na década de 1980, no sentido de uma visão documental da cidade em contraste com o advento, na década seguinte, de uma política neoliberal que enfraqueceu os esforços nesse sentido; resultarão em novos esforços em prol do patrimônio cultural frente aos processos de globalização. Em 2003, a Conferência Geral da Unesco vai elaborar a petição intitulada *Convenção para a proteção do patrimônio cultural imaterial*; a partir de “um diagnóstico de fragilidade de determinados grupos sociais frente aos processos de globalização, responsáveis por fenômenos de intolerância e destruição da diversidade” (SANTOS; PEIXOTO, 2013, p.61). Já em 2005, com a *Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais*, a diversidade cultural é reconhecida como “característica essencial da humanidade” (UNESCO, 2006, p.1). Tais convenções, de

²⁸ No âmbito desta tese, entendemos “leitura da forma urbana” como um método que contribui para o entendimento da forma urbana, buscando os significados sociais materializados no espaço. Isto é, uma leitura que se dá sob a ótica dos sentidos do lugar no espaço público, considerando tanto o vetor material de sentidos quanto as práticas sociais que os significam.

maneira geral, têm como justificativa a necessidade de proteger e promover a diversidade das expressões culturais, incluindo, particularmente, as “expressões culturais tradicionais” de populações nativas, grupos minoritários e comunidades que encontram dificuldade em manter vivos seus rituais, seus conhecimentos diversificados e suas tradições.

No entanto, conforme ressaltam Santos e Peixoto, mesmo com o avanço representado pelas Convenções de 2003 e 2005, no que tange à adesão de países à lista de patrimônios mundiais, os patrimônios imateriais constituíram “uma lista diferenciada que obtém suporte igualmente diferenciado de nações” (SANTOS; PEIXOTO, 2013, p.61). De acordo com os referidos autores, enquanto a Convenção de 1972 teve 187 países signatários, a de 2003 teve apenas 127; sendo que países da Europa ocidental e da América do Norte que se destacaram por concentrar um enorme número da lista *de patrimônios mundiais* têm pouca participação na lista dos patrimônios intangíveis (metade dos países que compõem o G8 – Alemanha, Reino Unido, Estados Unidos e Canadá -, não foram signatários do Fundo da Convenção de 2003). Conforme ressaltam os autores supracitados

Sem entrar no mérito de que monumentos ou sítios geográficos têm excepcional valor para a humanidade ou, ainda, quais práticas e expressões culturais locais são mais relevantes no mundo atual, podemos afirmar que as duas listas apontam claramente uma divisão: de um lado, riqueza histórica e beleza natural sem equivalentes concentradas nas maiores potências mundiais; de outro, tradições locais, concentradas em países orientais e periféricos. Além disso, apesar do interesse de países da América Latina, Caribe, África e Oceania em ganhar mais espaço no cenário global, no último ano [2012] China e Japão assumiram a liderança na inscrição de patrimônios intangíveis, seguidos de países da Europa oriental (SANTOS; PEIXOTO, 2013, p.63).

Há que se salientar que o domínio do consumo do patrimônio pela indústria cultural pode ser um fator de reversão desse cenário onde prevalecem os holofotes sobre o patrimônio material hierarquizado, em detrimento das manifestações culturais. Isso porque é nos locais de fruição dos patrimônios materiais que têm surgido novas formas de apropriação, de práticas e de atuação de diversos grupos, fomentando aí a diversidade cultural enquanto bem patrimonial.

Mas o que se observa nas últimas décadas, de maneira geral (não apenas no Brasil, mas em diversos outros países), é que o apelo econômico em torno do patrimônio tem como foco a dimensão do patrimônio enquanto capital imobiliário, onde o estético é valorizado em detrimento do simbólico, isto é, prevalece o tratamento físico do patrimônio especialmente para o consumo visual. Assim, reforça-se o caráter alegórico dos bens patrimoniais e esvazia-se os sentidos simbólicos que os fazem relevantes em sua singularidade (ARANTES, 2006).

Uma visão onde prevalece a dimensão da cidade como artefato²⁹. Essa é a lógica de muitas políticas urbanístico-culturais de preservação, proteção, requalificação ou revitalização das cidades, que ao negligenciarem normas, recomendações e preceitos fundamentais de defesa do interesse sócio-cultural, e sobretudo ao negligenciarem a dimensão integrada no desenvolvimento dessas políticas, muitas vezes respondem pela expulsão das coletividades (grupos, comunidades) dos espaços públicos. E esses últimos, por exemplo, têm se tornado espaços potenciais para implantação de políticas patrimoniais homogeneizadoras, numa política global de consumo dos lugares.

2.5 O advento do Conceito de Patrimônio Ambiental Urbano – por uma sustentabilidade do patrimônio

É no bojo dessa ampliação conceitual de patrimônio e num cenário onde a dimensão de bem patrimonial, enquanto capital imobiliário, é que dita as regras, que o conceito de *Patrimônio Ambiental Urbano* vem sendo retomado nos últimos anos. Não se trata de uma categoria de patrimônio, mas antes de um conceito ampliado de patrimônio, cujo desenvolvimento ocorre principalmente a partir dos anos 1970 - período que se destaca por mudanças substanciais nas discussões a respeito do patrimônio cultural, nas práticas de preservação e nas políticas patrimoniais. Sob a perspectiva giovannoniana de patrimônio urbano, na Carta de Veneza – documento do II Congresso internacional do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos) de maio de 1964 – a noção de monumento histórico é ampliada, estendendo ao patrimônio a questão da preservação de zonas de ambiência e considerando também como dignas de receber a chancela patrimonial aquelas obras modestas que tenham adquirido alguma significação cultural. E isso embora o documento mantenha no foco da preservação os bens de natureza material, não tratando da ambiência em seu conjunto e não tendo como alvo o compromisso social com a cidade e o cidadão em sua complexa rede de relações (dimensões que aparecerão pela primeira vez na Carta de Burra, de 1999). Essa mudança de enfoque, conforme avalia Arantes (2009, p.14), “abre caminho para integrar à problemática do patrimônio as ações desenvolvidas pelos sujeitos com quem, ou para quem, se preserva; assim como os sentidos por eles atribuídos aos bens patrimoniais, ou sua significação cultural”.

²⁹ Na dimensão da cidade como artefato, ela é tida como coisa feita, fabricada. “Artefato, no sentido mais genérico, é um segmento da natureza física socialmente apropriado, isto é, ao qual se impôs, segundo padrões sociais, uma forma ou uma função ou um sentido (...). Foi na condição de artefato que a cidade mereceu maior atenção dos estudiosos. Grande parte da literatura de história urbana, por exemplo, diz respeito à cidade tratada como artefato complexo (...)” (MENESES, 2006, p.36). Sob a perspectiva de Rússio, artefatos são construções resultantes da intervenção humana, “que inclui desde a criação de pequenas utilidades, de utensílios, inclusive domésticos, até a construção de caminhos, de cidades, como artefatos extremamente complexos, mas artefatos, sobretudo” (RÚSSIO, 1984, p.62).

O conceito de patrimônio ambiental urbano ancora-se na compreensão da cidade como um bem cultural, tal como defende Arantes (2006), ao conceber a cidade sob três aspectos imbricados, que atuam de forma interdependente: “sua condição de artefato, de campo de forças sociais e de agregado de representações simbólicas” (ARANTES, 2006, p.430). Um dos elementos constitutivos desse conceito é a noção de sustentabilidade urbana, compreendendo a cidade como ambiência, ou seja, como formada por uma rede complexa de relações entre humanos e não humanos. Neste sentido, o conceito de patrimônio ambiental urbano se contrapõe ao processo urbanístico-ideológico de haussmanização que, a partir da primeira metade do século XX, se expandiu como modelo de reforma urbana. Essa nova ótica urbanística, além de favorecer uma abertura da compreensão e da prática patrimonial para valores mais ‘caros’ aos habitantes, permite

(...) trabalhar com os sentidos de lugar associados às estruturas materiais preservadas (naturais ou edificadas), que emergem dos projetos socialmente compartilhados e dos conflitos que nutrem o constante refazer das identidades (ARANTES, 2006, p.430).

Isso porque é na cidade, como em todo núcleo humano organizado (vila, aldeia etc), enquanto artefato – “marco territorial, cultural e histórico” - que, pela experiência de habitá-la, os sentidos de lugar são construídos e onde “os sentidos de localização e de pertencimento, assim como a consciência de si, são constantemente refeitos e acumulados ao longo do tempo” (ARANTES, 2006, p.430). Assim, para Yázigi (2012), uma reforma urbana fundamentada nos princípios do patrimônio ambiental urbano contribuiria para a humanização e a socialização das cidades.

No entanto, por um bom tempo, a imprecisão concernente a uma definição de patrimônio ambiental urbano, assim como daquilo que, urbanisticamente falando, estaria implicado nessa definição, dificultou a sua implementação. Em meados da década de 1970, Yázigi foi o primeiro autor no Brasil a enfrentar o desafio de elaborar uma conceituação mais precisa para patrimônio ambiental urbano (YÁZIGI, 1977), buscando, com isso, tornar o conceito implementável e, para este fim, procurou adaptá-lo aos parâmetros e às necessidades do urbanismo. Para tanto, Yázigi parte da noção do termo *ambiental* segundo a ótica do urbanismo, argumentando que,

não obstante, o emprego apropriado do termo *ambiental* é procedente e por isso complexifica a questão. Efetivamente, ambiente não quer dizer nem *coisa* nem *lugar*, e sim relação, conforme sua origem latina: vem de *amb* + *ire*, isto é, ir junto. Seu emprego foi de início formulado pela Psicologia: ‘Fulano cresceu num ambiente religioso’; ‘A boa empresa cria um ambiente propício à realização pessoal’ etc. A Ecologia justifica sua existência graças à mesma ideia de relação: já não bastava à Biologia explicar as espécies *per sí*, mas contextualizadas no ciclo de vida, isto é, em suas relações com tudo

que as cercam. Várias outras disciplinas sentiram necessidade de usar a noção de ambiente, mas logo se deram conta da necessidade de redefini-la segundo cada ótica (YÁZIGI, 2006, p.69).

Desse modo, no âmbito do “mundo urbano”, o patrimônio ambiental

é constituído de conjuntos arquitetônicos, espaços urbanísticos, equipamentos públicos e a natureza existente na cidade, regulados por relações sociais, econômicas, culturais e ecológicas, onde o conflito deve ser o menor possível e a inclusão social uma exigência crescente. Portanto, ele acompanha o processo social, assumindo todas as modernidades necessárias. É reconhecido e preservável por seus clássicos valores potencialmente qualificáveis: pragmáticos, cognitivos, estéticos e afetivos, de preferência sem tombamentos. Geograficamente, podem se manifestar sob forma de manchas urbanas ou formações lineares, sem limites perenes, mas sempre transcendendo unidades de significado autônomo. O conceito se reporta tanto a um conjunto existente como a um processo em permanente construção, ou seja, **patrimônio ambiental deve se configurar como o ser e o porvir** (YÁZIGI, 2012, p.28, grifos do autor).

Esse investimento em uma precisão teórica para o patrimônio ambiental urbano vai inaugurar a época em que a construção simbólica do patrimônio se amplia pela possibilidade de *leitura da forma urbana*. Vê-se que os três aspectos conceituais para a compreensão da cidade, anteriormente assinalados (de artefato, de campo de forças sociais e de agregado de representações simbólicas), nos quais, segundo Meneses (2006), ancora-se o patrimônio ambiental urbano, guardam relação com a definição de patrimônio ambiental urbano proposta por Yágizi. Na perspectiva de Meneses, o patrimônio ambiental urbano precisa ter a 'chancela de acumulação' do dia a dia já que é nessa instância em que "concretamente se instituem as relações sociais, em que as práticas sociais dão corpo e efeito aos interesses em jogo" (MENESES, 2006, p.38). Para Meneses, com matrizes na dimensão física da cidade, o patrimônio ambiental urbano compreende "elementos empíricos do ambiente urbano" (não se reduzindo a isso), considerando que "os significados são [historicamente] instituídos, criados, circulam, produzem efeitos, reciclam-se e se descartam. Afinal, a corporalidade é base de nossa condição humana" (MENESES, 2006, p,36-37). A perspectiva do referido autor aponta para a importância da dimensão ambiental do patrimônio (considerando o sentido etimológico do termo ambiental, como 'ir junto'), que se corporifica, com as práticas sociais, em vetores materiais. Importante ressaltar aqui que, na concepção de Choay (2001, p. 200), o “ambiente” das cidades “resulta dessa dialética da ‘arquitetura maior’ e de seu entorno”. É por isso que, na maioria dos casos, isolar ou ‘destacar’ um monumento é o mesmo que mutilá-lo” (CHOAY, 2001, p.200-201). A autora explica numa nota que, no contexto da Conferência de Atenas, o termo ambiente “designa as consequências benéficas sobre a percepção dos elementos da malha urbana” (CHOAY, 2001, p.200) e que difere de *ambience* (em inglês), que significa o meio no qual se encontram os seres vivos.

Ao discutir questões colocadas pela ampliação do conceito de patrimônio para a gestão do mesmo, Castriota (2007) ressalta que, no caso do Brasil, grande parte das dificuldades encontradas na implementação de políticas de patrimônio, que não raramente incorporam novidades e modismos em alta no exterior bem como práticas regressivas, se deve “a não absorção real no país do conceito contemporâneo e ampliado do patrimônio e a decorrente indefinição acerca do tipo de intervenção a ser exercida sobre os bens culturais” (CASTRIOTA, 2007, p.11). Contudo, para além da imprecisão terminológica ou conceitual, trata-se, antes, de uma questão política ou político-econômica, ao considerarmos a gama de interesses que, de maneira direta e indireta, influencia a formulação e implementação de projetos urbanísticos. Pois, como nos lembra Yázigi (2012, p.27), “o conceito é inseparável do planejamento urbano, em todas as suas dimensões”.

Segundo Castriota,

as consequências desta imprecisão teórica refletem-se, como seria de se esperar, na escolha das estratégias utilizadas: sob a rubrica da “conservação urbana”, por exemplo, implementam-se hoje políticas com pressupostos, objetivos e estratégias as mais diferenciadas, algumas das quais muito distantes da ideia original da “conservação integrada”. Assim, sob este mesmo rótulo, vemos a implantação de políticas imobilistas, que não conseguem reconciliar preservação e desenvolvimento, transformando partes das cidades em verdadeiros *open-air museums*, e de políticas que, na busca de revitalização econômica a qualquer custo, destroem os laços locais, expulsam a população e geram intensa gentrificação nas áreas que querem conservar (CASTRIOTA, 2007, p.11-12, grifos do autor).

Na década de 1980, Santos (1986) já sinalizava a importância do estatuto da preservação ambiental para solucionar problemas desse tipo, como os assinalados por Castriota. Para Santos, seriam muitas as soluções possíveis e o estatuto da *preservação ambiental* se configuraria como um caminho promissor. Segundo esse autor,

este instrumento [o estatuto da preservação ambiental] seria um desafio para os urbanistas que deveriam buscar propostas físicas, jurídicas, e fiscais que harmonizassem sítios e edificações preexistentes com novas obras. Usando a preservação ambiental, teriam de levar em consideração os laços entre os espaços e as atividades econômicas e sociais que já suportam, antes de pensar no que se deseja para o futuro. Teriam, portanto, de observar com cuidado como é a vida onde querem intervir e entrar no seu fluxo. Isto significa enorme contato com moradores e usuários, esclarecendo-os, levando-os a descobrir e cultivar os valores do lugar, permitindo que participem das decisões (SANTOS, 1986, p.63, grifos do autor).

Vê-se que essa concepção de Santos converge para aquilo que viria a ser uma definição mais precisa de patrimônio ambiental urbano, presente tanto na definição dada por Yázigi (2006) quanto na definição dada por Meneses, expostas anteriormente. Percebe-se

também aí a presença das três dimensões de patrimônio ambiental urbano preconizadas por Meneses (2006).

Além da mencionada questão conceitual, uma outra barreira que “coloca reverses à construção do patrimônio” e compromete a implementação de políticas de patrimônio, conforme apontado por Yázigi (2006, p.68), especialmente em “países emergentes”, como é o caso do Brasil é que

na ótica política, se por um lado a dignificação do espaço representa valorização do sentimento cívico e da imagem da cidade para fins de economia, por outro, a própria vida do cidadão é ensaiada com valores de uso de primeira grandeza (YÁZIGI, 2006, p.68).

Conforme pontua o referido autor, a implementação do conceito de patrimônio ambiental urbano se torna uma necessidade social de urgência e o sentido relacional de ambiente é de suma importância num cenário onde costuma prevalecer o “eterno provisório” (YÁZIGI, 2006, p.68). O autor aponta a falta de uma ação planejadora de continuidade como um empecilho à inserção social, além da “visão deformada de cultura material” que impera em “países emergentes”, onde a prioridade são as “soluções práticas”, resultando em soluções precárias, onde a inserção social é ausente, tendo em vista que tal inserção só acontece a longo prazo.

Desse modo, assim como Giovannoni, na tentativa de elucidar as questões urbanas de sua época, tratou a cidade, em sua morfologia, como um organismo estético e superou a concepção unidimensional de conservação preconizada por Viollet-le-Duc, ao substituí-la por uma “concepção dual da mutação imposta ao espaço urbano pela era industrial” (CHOAY, 2001, p.200); hoje, na era de uma mudança na fase do capitalismo, de pós-industrial para financeiro – na qual “a hegemonia econômica pertence ao capital financeiro e não ao capital produtivo” (CHAUÍ, 2003, p.8) -, há uma ‘tentativa’ de retomada do conceito de patrimônio ambiental urbano. Uma retomada não no sentido de buscar conciliar o desenvolvimento com a preservação, mas no sentido de “assumirmos que a preservação de muitos fatores é exigência do desenvolvimento” (Yázigi, 2012, p. 28). Uma retomada no sentido de superar a polaridade ou o dualismo que se formou diante da concepção de patrimônio material *versus* patrimônio imaterial e de superar a autonomia por vezes nociva³⁰ da legislação e das políticas

³⁰ A proteção do patrimônio cultural, no papel, não garante ações de reabilitação urbana. As imposições normativas muitas vezes respondem, por exemplo, pelo processo de decadência, degradação e subutilização de imóveis tombados e de espaços públicos. Isso sobretudo no que tange à dimensão material do patrimônio. A agenda urbana carece de uma articulação de projetos urbanos, planejamento urbano e patrimônio cultural. Isso sem contar a falta de integração e a diferença de abordagem, no âmbito do próprio Iphan, entre as políticas relativas às dimensões material e imaterial do patrimônio cultural, “que concentra a maior parte dos recursos financeiros e humanos em obras de conservação e restauração, em detrimento de ações sistemáticas de promoção da preservação do patrimônio cultural pela sociedade e demais esferas de governo” (SANT’ANNA, 2018, p.101).

de patrimônio cultural, com vistas a uma atuação e práticas unificadas, integradas ou, no mínimo, solidárias. Sobretudo no sentido de recuperar o valor social do planejamento com esforço de inclusão social, política e urbana.

Convém observar, contudo que, embora atualmente ocorra essa ‘tentativa’ de retomada do conceito de patrimônio ambiental urbano, isso não tem implicado em mudança de paradigma, uma vez que o planejamento urbano integrado preconizado por Giovannoni na era industrial, nesse novo contexto histórico e econômico, deu lugar ao planejamento estratégico. Trata-se de uma de uma nova forma de planejamento urbano que

(...) entre outras medidas, prevê parcerias entre o poder público e o setor privado com vistas a projetos de renovação urbana. Uma das propostas mais difundidas dessa visão tem como foco áreas centrais buscando a revitalização de espaços degradados e a recuperação, com novos usos, de edificações e equipamentos “históricos” ou “vernaculares” (Zukin, 2000), de forma a atrair novos moradores, usuários e frequentadores. Esse processo, conhecido como gentrification (enobrecimento, requalificação), propõe uma nova dinâmica, principalmente para os centros das cidades, pois, além de adequá-los como lugares de consumo, inaugura uma nova modalidade de consumo cultural, isto é, o “consumo do lugar” (MAGNANI, 2002, p.13).

Ao contrário do planejamento integrado, pautado na importância da efetiva integração entre os vários objetivos e ações dos planos urbanos, nos quais o patrimônio é tomado como uma dimensão importante de articulação e a cidade é vista como um contraditório organismo econômico e social; o planejamento estratégico é pautado pelo estímulo ao consumismo, e o patrimônio é encarado como mercadoria de consumo, em consonância com os princípios do neoliberalismo mediante os quais os negócios se colocam acima dos interesses do cidadão (YÁZIGI, 2012). Esse planejamento estimula sobretudo o consumo dos lugares, num crescente *urban appeal*. É, no entanto, interessante observar que, na perspectiva desse *urban appeal*, a motivação não é tanto o consumo, mas a dimensão objetificante e/ou fetichizante do consumo.

Deste modo, à medida que a cultura e o patrimônio cultural, por extensão, têm seu valor econômico (centrado, portanto, no valor de troca) ressaltado em detrimento de seu valor de uso, percebe-se uma transição de planejamento integrado para planejamento estratégico. Não é raro ver, no âmbito das políticas urbanísticas culturais, sob a denominação de planejamento integrado, predominarem as prerrogativas de um planejamento estratégico; sobretudo em termos de estímulo ao consumo, da mercantilização do patrimônio, muitas vezes via a espetacularização das cidades, qual seja, as cidades são apresentadas não tanto como lugares de vivência (o meio ambiente urbano), mas como cenários atraentes para uma experiência estético-urbana.

Impõe-se, assim, outro novo desafio: como barrar o avanço espetacular do patrimônio exclusivamente como produto de consumo cultural ou consumo turístico? Considerando a matriz histórico-social vigente, a partir da qual os meios de produção e as relações sociais, dentre as quais as urbanas se encontram ou se configuram, a questão central aqui não é, em si, a mercantilização da cultura ou do patrimônio, pois como ressalta Meneses, “o que é bom é para ser dividido – e se trouxer benefícios econômicos, tanto melhor” (MENESES, 2012, p.29). A questão é que

a lógica do mercado, que pressupõe, por exemplo, a obtenção de lucros, tende a instrumentalizar a cultura; esta, por sua vez, age segundo uma lógica de finalidade, em que a produção do sentido e da comunicação é que constitui prioridade, gerando consciência e resposta crítica, transcendência e enraizamento, reforço e transformação, prazer espiritual e necessidade material – sempre banhados na seiva que mantém a vida (MENESES, 2006, p.39).

E nesse contexto da cultura instrumentalizada pela lógica de mercado, faz-se ausente, nas políticas urbanístico-culturais, o principal sujeito da cultura - aquele que deveria ser o protagonista: o habitante local –; suas práticas sociais bem como os significados sociais (historicamente instituídos) dos vetores materiais dos espaços das cidades. Como já visto anteriormente, políticas urbanas calcadas na instrumentalização da cultura são justamente o oposto do que propõe o patrimônio ambiental urbano.

É sob essa perspectiva do “planejamento estratégico” (operado pela lógica de mercado³¹) que, como lugares de articulação de interesses econômico e tecnológico, as cidades hoje em dia cumprem um papel de grandes empresas, que disputam um lugar de prestígio no mercado global. O problema conceitual e urbanístico aí implicado, como ressalta Yázigi (2006, p. 68), é que “[...] a tendência mundial da cidade-empresa estimula o abandono de certas partes da cidade em benefício de suas novas centralidades”. Assim, as políticas urbanístico-culturais atuam sob uma lógica denominada de mercadorização dos espaços (FORTUNA, 2002), no âmbito de uma política global de consumo dos lugares. Dessa forma, na esfera de tais políticas, onde o apelo ao turismo cultural salta aos olhos, comumente o habitante é tratado, como diz Menezes (2017, p.198), como mais “uma atração passiva ou parceiro de interesses”.

E nesse cenário, as políticas imobilistas ganham espaço e o descompasso entre preservação urbana e a legislação de patrimônio tende a aumentar. Exemplo disso, conforme

³¹ Conforme alerta Meneses, a mercadorização só é legítima no campo da cultura se esta for determinada segundo hierarquia fundamentada na lógica da cultura. Não se trata de ignorar a dimensão econômica (e seus benefícios) da ação cultural, nem de eximir da cultura a gestão do tipo empresarial; que implica em eficácia e racionalidade operacional. O que é colocado em causa são os procedimentos explícitos e implícitos que isso implica (MENESES, 2006, p.39).

apontou Meneses, são as contradições e as fronteiras tênues entre preservação e zoneamento urbano que expõem a fragilidade de uma legislação de uso e ocupação do solo que seja autônoma e independente de uma legislação patrimonial. Segundo ele,

(...) a problemática do patrimônio ambiental urbano – por natureza, urbanística - nunca poderia ser resolvida a contento por uma legislação de patrimônio cultural autônoma e independente de uma legislação de uso e ocupação do solo. Enquanto se espera realizar-se a utopia de uma legislação e práticas unificadas, os respectivos instrumentos, sistemática e instâncias hoje disponíveis, é óbvio, teriam que ter uma atuação diferenciada, mas tão solidária quanto possível (MENESES, 2006, p.41).

Dispõe-se, portanto, para além de “repovoar o patrimônio urbano” e “nele reintroduzir seu protagonista” (MENESES, 2017, p.198), retomar as premissas do planejamento integrado e de conservação urbana integrada aventados precursoramente por Giovannoni, sob uma reconceituação teórica mais precisa, como aquela proposta por Yázigi (2006, 2012), de modo que a perspectiva global de cidade, possibilite a inclusão da perspectiva local, do cotidiano protagonizado pelo seu habitante. Dessa forma, torna-se oportuno pensar o adjetivo *ambiental* do patrimônio ambiental urbano substantivamente. Isto é, tomar o termo ambiental efetivamente, no sentido de relação, conforme sua origem latina (ir junto) e sob a ótica do urbanismo.

Conforme apontam Menegat e Almeida,

para entender o problema ambiental urbano faz-se necessário visualizar a cidade não por sua representação canônica – o plano da cidade – que é feita em duas dimensões. A cidade precisa ser vista tridimensionalmente, tanto no que tange ao volume da construção urbana – os artefatos de concreto, ruas e demais espaços construídos – como das interfaces que a cidade cria com as grandes esferas do planeta, quais sejam: a geosfera, a hidrosfera, a biosfera e a atmosfera. As transformações produzidas nessas esferas originaram uma interface que já não pertence à natureza, mas sim à cidade como natureza modificada (MENEGAT; ALMEIDA, 2004, p.187).

Isso de tal modo que, em termos conceituais, a dimensão das relações humanas ou a “instância em que concretamente se instituem as relações sociais, em que as práticas sociais dão corpo e efeito aos interesses em jogo” (MENESES, 2006, p.38), onde o conflito se materializa -, já está abrangida pelo conceito ampliado de patrimônio, ou o termo adjetivado de ambiental. Assim, partindo do princípio de que, segundo Road (1999, apud ARANTES, 2009, p.20), a “[...] cidade representa a escala menor na qual se identificam grandes mudanças ambientais” e, por conseguinte, “é também a escala menor em que esses problemas básicos podem ser resolvidos”, a junção do termo *ambiental* ao patrimônio urbano requer não só uma integração dos dois movimentos: preservação do patrimônio e

desenvolvimento sustentável. Requer, sobretudo, numa ótica socializante, o reconhecimento das “variadas relações em jogo num patrimônio potencialmente qualificável” e que contemplam o equilíbrio da cidade (YÁZIGI, 2012, p.26).

E é nesse contexto que buscaremos aqui repensar os espaços urbanos das cidades sob a ótica das memórias urbanas e sob a perspectiva dos significados atribuídos ao termo “patrimônio”, com vistas a compreender, por um lado, a lógica das prioridades de sua patrimonialização e por outro, a lógica dos usos e das dinâmicas de apropriação desses espaços; ao revelar os diferentes interesses dos atores sociais no âmbito das disputas simbólicas no *meio ambiente urbano*. Uma ótica que possibilite desvendar “memórias da cidade” e tradições inventadas materializadas na concepção de patrimônio. E são esses alguns dos objetivos principais da presente pesquisa.

3 “MUDAM-SE OS TEMPOS, MUDAM-SE AS VONTADES” (?): O PATRIMÔNIO NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS URBANAS E O REFLEXO DESSAS POLÍTICAS NA PRAÇA XV

As diversas políticas de intervenção urbana e/ou de ordenamento territorial, ao contrário do que pregam muitos planejadores urbanos, nem sempre inauguram uma nova época, mas seus efeitos (sociais, econômicos, culturais e urbanísticos) perduram, coexistem e se justapõem.

Nesse panorama, por meio de um referencial teórico que abrange a legislação de ordenamento territorial na esfera do Patrimônio Cultural Urbano, buscou-se, neste capítulo, compreender (no âmbito do (micro)território da Praça XV) as circunstâncias em que essas leis foram criadas, bem como a abrangência e a influência dessas na dinâmica de formação/constituição deste espaço público da cidade do Rio de Janeiro. Buscou-se sobretudo compreender a formação/conformação desse lugar na cidade – o lugar da Feira - a partir da década de 1960.

Nas primeiras décadas do século XX, sob a “regência” dos intelectuais e políticos (mineiros e paulistas) modernistas, os processos de preservação do patrimônio tinham como foco os bens patrimoniais considerados genuínos ou tradicionais, presentes especialmente nas pequenas cidades do interior de Minas Gerais, nas fazendas de café mineiras e paulistas, bem como nas culturas indígenas. Em consequência disso, o espaço das metrópoles – em amplo processo de transformação e de modernização devido à industrialização - ficou a descoberto. Isso explica, em partes, as tantas destruições e construções que metamorfosearam a antiga capital do Brasil.

A partir de 1967, há no país uma expansão da indústria automobilística, que demandou uma obrigatoriedade de vagas de garagem e de estacionamentos. É época em que “prevalecia o conceito de “prédio solto na paisagem”: edificação afastada das divisas; colapso do desenho urbano”. Nessa época, a legislação urbana desvincula as partes do todo; “os parâmetros edílicos passam a ser definidos pela localização (zoneamento) e dimensões de cada lote analisado isoladamente, desconsiderando-se sua inserção no conjunto” (Guia da Arquitetura Art Deco no Rio de Janeiro, 1997, p.19).

Em meados da década de 1960, no Rio de Janeiro, já com mudança da capital para Brasília e a recém-criação do Estado da Guanabara, foi criado, como vimos anteriormente, o primeiro órgão estadual de preservação do patrimônio – o DPHAERJ - Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio de Janeiro, atual INEPAC (Instituto Estadual do Patrimônio Cultural), por meio do Decreto nº 346 de 31/12/1964. Tal órgão foi mostrando

eficácia na apropriação de uma definição mais ampliada de patrimônio cultural, sendo o responsável pelo primeiro tombamento estadual do Rio de Janeiro – o Parque Lage, em 1965 – algo impensável para os modelos vigentes à época. Com uma atuação diferenciada do órgão de preservação federal (atual IPHAN), o então DPHAERJ passa a valorizar, ainda, as coleções de edificações ecléticas da cidade, além de elementos paisagísticos e naturais da antiga capital da nação. Foi no Rio de Janeiro que se tombaram os primeiros edifícios de arquitetura eclética. Aos poucos a atuação desse órgão estadual de preservação serviu de modelo para diversas cidades Brasil afora, principalmente depois do chamado Compromisso de Brasília de 1970 (ROCHA-PEIXOTO, 2012). Com a fusão dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, em 1975, o DPHAERJ se torna INEPAC, assumindo critérios de preservação pautados em paradigmas distintos daqueles do IPHAN. E é em 1970 que ocorre a criação do Programa de Cidades Históricas, decorrente das influências da UNESCO e das Cartas Patrimoniais, marcando o início de uma nova fase das políticas públicas de preservação. Será a partir de meados da década de 1970 que o INEPAC passa a ter uma atuação mais voltada para o interior do Estado, tendo em vista que a capital já estaria assistida pelos órgãos federal e municipal de preservação.

E é nessa época que, no âmbito de um Estado autoritário, ocorre o processo de esvaziamento e conseqüente abandono do centro do Rio em decorrência, dentre outros fatores: da transferência da capital para Brasília e do lento processo de fusão entre o antigo estado do Rio de Janeiro e do então estado da Guanabara; da expansão da urbanização em direção às Zonas Norte e Sul e posteriormente à Zona Oeste; da expansão industrial nas regiões periféricas, que provocou maior adensamento populacional em torno do crescente aumento de unidades fabris nas áreas fronteiriças da Guanabara e Baixada Fluminense (OSÓRIO *et al*, 2017; COLCHETE-FILHO, 2008). Processo que se agravou com a aprovação de decretos como o de nº 335 de 1976, que proibia a construção de prédios de moradia na maior parte da região central da cidade. Além disso, uma conjuntura mundial de crise associada à complexidade metropolitana, provoca mudanças na abordagem dos problemas da cidade; ao passo que a ineficiência das políticas públicas desencadeia uma crescente mobilização social. Nesse cenário começam a eclodir os processos de descentralização das políticas de preservação, potencializados pela influência da UNESCO. No Brasil, a ampliação do papel do Estado na formulação, gestão e articulação da política pública de patrimônio tem início, então, como também já vimos, na década de 1970. É nesse período em que se inaugura, também, a participação de setores organizados da sociedade civil na política pública de patrimônio.

Esse percurso nos ajuda na compreensão das políticas patrimoniais implementadas no Brasil. Vê-se, à luz dessa ‘taxonomia’ das cartas patrimoniais expressas no decurso do

capítulo anterior, que políticas locais no âmbito da preservação refletem, em maior ou menor grau, os pressupostos dos documentos internacionais de preservação. No caso específico do Rio de Janeiro, nos fins da década de 1970, a administração pública volta seu foco, então, para os problemas mais locais. Questões referentes ao patrimônio cultural e à preservação ambiental ganham evidência. Os planos de zoneamento flexíveis do final dos anos 1970 são integrados aos planos de intervenções em macroescala, sobretudo viárias, como por exemplo a Ponte Rio Niterói e o Túnel Rebouças (BRAGA, 2003).

Importante salientar que apesar da extinção da Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico da Cidade do Rio de Janeiro, em março de 1979, por meio do Decreto nº 2.052 do Prefeito Marcos Tamoyo, no ano seguinte, a política de preservação do patrimônio cultural a nível municipal seria restabelecida. O então prefeito Israel Klabin vai restabelecer uma política de preservação do patrimônio cultural a nível municipal, por meio da Lei nº 161, de 5 de maio de 1980, criando o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro; e a Lei nº 166, de 27 de maio de 1980, que dispõe sobre o processo de tombamento (COELHO, 2013).

Foi nesse cenário que, no final dos anos 1970, foram elaboradas ações como a do Corredor Cultural, implantadas a partir de meados da década seguinte, com vistas a reforçar a questão da diversidade de funções que já existia no centro histórico da cidade. Essas ações tinham como mote o apelo à qualidade de vida da população, a preservação dos conjuntos arquitetônicos e a recuperação dos investimentos econômicos. E, em tal contexto, as associações de bairro e movimentos sociais organizados nas diversas classes ganham voz. As ações do Corredor Cultural, cujo projeto apresenta características integradoras em suas intervenções, começaram a ser implantadas em 1984. Tal projeto coloca a cidade do Rio de Janeiro como pioneira na preservação de ambientes urbanos tradicionais, por meio de um tipo de proteção embasado em um instrumento de planejamento urbano tipicamente carioca: os Projetos Aprovados de Alinhamento (PAA)³² (ROCHA-PEIXOTO, 2012).

No contexto desse projeto,

O conceito de preservação ambiental urbana associa a proteção do patrimônio urbano ao planejamento urbano. Parte da premissa que certos setores do tecido urbano são dotados de um valor patrimonial de conjunto que deve submeter as edificações individuais aos parâmetros fixados pela tradição urbanística (ROCHA-PEIXOTO, 2012, p.3).

No caso do Corredor Cultural, as intervenções partiram da eleição de áreas onde equipamentos culturais existentes funcionassem como âncoras no processo de requalificação do espaço público. Tratava-se de equipamentos que tinham potencial de atrair e de gerar

³²Os Projetos Aprovados de Alinhamento determinam o traçado de separação (ou alinhamento) entre áreas públicas e privadas.

movimento satisfatório de pessoas (BRAGA, 2003). A descentralização administrativa implementada no final do ano de 1993, criando uma subprefeitura, cuja autonomia possibilitava a captação de recursos e a criação de parcerias para desenvolvimento de projetos, favoreceu as negociações com representantes da iniciativa privada.

3.1 A inflexão no domínio das políticas urbanístico-culturais e os novos instrumentos legais na preservação do patrimônio cultural

Se na década de 1980 houve, por um lado, um avanço nos processos de valoração de sítios urbanos como documentos, por outro lado - no âmbito das políticas urbanístico-culturais, e também em consequência da ampliação do conceito de patrimônio que, por motivos óbvios, vai demandar esforços financeiros cada vez maiores³³ - entram em cena “esforços sistemáticos para se gerar investimentos e desenvolvimento econômico” (CASTRIOTA, 2007, p.22). Nesse cenário, introduz-se um modelo de intervenção sobre o patrimônio que Castriota define como “reabilitação urbana”, que serviria para, em última instância, financiar a conservação das áreas” (CASTRIOTA, 2007, p.22).

Cabe salientar que, ao discutir a problemática da intervenção sobre conjuntos urbanos, Castriota identifica três modelos distintos, “designados por termos tradicionais na área”, e que correspondem, ainda, a momentos específicos da trajetória das políticas de patrimônio, quais sejam: preservação, conservação e reabilitação/revitalização (CASTRIOTA, 2007, p.9). Tais modelos, segundo o autor, teriam reflexo no próprio modelo jurídico-administrativo de gestão do patrimônio. O primeiro deles é o modelo de preservação. Nele, a concepção de patrimônio está pautada na coleção de objetos, excepcionalidade, valor histórico e/ou estético e cultura erudita. Edificações, estruturas e outros artefatos individuais são os tipos de objetos a se preservar, sendo o tombamento o marco legal e o Estado o ator principal, que reage a casos excepcionais (CASTRIOTA, 2007). O segundo e o terceiro modelos, conservação e reabilitação/revitalização, respectivamente, estão pautados numa concepção mais ampliada de patrimônio – o patrimônio ambiental urbano. Nesses dois modelos, nos quais a cultura é entendida, em seu sentido amplo, como processo, há uma integração entre valor cultural e

³³As políticas de patrimônio anteriores a esse período se limitavam a “formular estratégias de controle para as áreas a serem conservadas”. A partir da década de 1980, essas políticas “passam a traçar estratégias mais amplas para o seu desenvolvimento que partem exatamente de seu caráter de áreas conservadas” (CASTRIOTA, 2007, p.22). Segundo Castriota, esse modelo encontra raízes na experiência de Bologna, mas, sobretudo, na de Barcelona. O “Projeto Estratégico de Reabilitação Integrada de Barcelona”, iniciado em 1980, estrutura-se “em torno de um plano integral e multicefálico, que reúne ao mesmo tempo projetos urbanístico, culturais, sócio-econômicos e de desenvolvimento social” (CASTRIOTA, 2007, p.22). Para além da realização de uma operação de recuperação do centro histórico para uso residencial com forte subvenção estatal, como no caso de Bolonha, o modelo de Barcelona incorpora o princípio da cooperação público-privada de forma decisiva, “em torno de tarefas concretas e a efetiva participação da comunidade” (CASTRIOTA, 2007, p.22-23).

ambiental. Ambos têm como foco grupos de edificações históricas, paisagem urbana e os espaços públicos. Tais modelos se diferenciam em relação ao marco legal, aos atores e ações e aos profissionais envolvidos. Enquanto no modelo de conservação o marco legal consiste nas “áreas de conservação”; no modelo reabilitação/revitalização, o marco legal constitui-se de “novos instrumentos urbanísticos” (transferência do direito de construir [TDC], operações urbanas etc.) (CASTRIOTA, 2007, p.27). No modelo de conservação, onde o Estado é o principal ator, as ações constituem parte integral do planejamento, envolvendo arquitetos, historiadores e planejadores urbanos. Já na reabilitação/revitalização, a sociedade e a iniciativa privada, por meio das parcerias, têm papel preponderante; envolvendo, além de arquitetos, historiadores e planejadores urbanos, um novo ator profissional - o gestor. No caso brasileiro, de acordo com Castriota, há um predomínio da perspectiva da preservação. Segundo ele, a conservação integrada ou a revitalização ainda não se consolidaram no país, tendo em vista que a integração da dimensão urbana nas políticas de patrimônio, de fato, ainda não teria sido alcançada (CASTRIOTA, 2007).

Essa inflexão no domínio das políticas urbanístico-culturais em consequência da ampliação do conceito de patrimônio, que demandou esforços sistemáticos para gerar investimentos e desenvolvimento econômico, acrescida do avanço das políticas de molde participativo, vai demandar, também, novos instrumentos legais no âmbito das políticas urbanas. Instrumentos que, ainda que em tese, possibilitem a formulação de políticas com a inclusão de diferentes atores (garantindo a participação da sociedade civil) e que

façam valer o direito social da propriedade – edificação compulsória, direito de preempção, solo criado, operações urbanas consorciadas, transferência do direito de construir, usucapião coletivo, estudo de impacto de vizinhança, entre outros (CASTRIOTA, 2007, p.24).

Isso vai se tornar possível com a aprovação do chamado “Estatuto das Cidades” (Lei Nº 10.257 de 2001). Tal estatuto vai regulamentar esses supracitados instrumentos legais, de modo que os mesmos possam ser aplicados de forma menos controversa, “além de estabelecer diretrizes gerais da política urbana nacional” (CASTRIOTA, 2007, p.24).

No que concerne ao que hoje se denomina patrimônio cultural imaterial, as propostas de ações de salvaguarda no Brasil antecedem à própria fundação do IPHAN (SANT’ANNA, 2017). As iniciativas pioneiras partiram de Mário de Andrade, no final dos anos 1920, com suas expedições ao Nordeste para registro de manifestações culturais. Nas décadas seguintes, de acordo com Sant’Anna, ainda que com especificidades, essa abordagem pode ser identificada nos trabalhos dos folcloristas, como Edson Carneiro, e nos projetos da Antiga Fundação Pró-Memória, praticada anos mais tarde (SANT’ANNA, 2017). No entanto, somente na primeira década do século XXI, a partir de discussões em diversas instâncias nos últimos

anos da década de 1990, que tais ações ganharam importância nacional e reconhecimento internacional. O que resultou na “criação de instrumentos legais e técnicos específicos, além de espaço institucional próprio” (SANT’ANNA, 2017, p.95).

Foi somente a partir dos anos 2000 que começou a ser estruturada uma política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, com a promulgação do Decreto nº 3.551 que, como vimos, institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e a consequente criação do Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI) do IPHAN (SANT’ANNA, 2017). Segundo Sant’Anna, muitos estados brasileiros, no entanto, optaram pelo sistema Tesouros Humanos Vivos – uma política de salvaguarda de origem japonesa, difundida mundo afora, que, em suma, está

centrada no reconhecimento de indivíduos e grupos produtores/praticantes de manifestações culturais como “patrimônios vivos” e no fortalecimento dos processos de transmissão de seus saberes e habilidades para novas gerações. Além de promover uma personalização do patrimônio cultural imaterial, essa política não inclui os contextos territoriais, ambientais e sociais de produção desses bens culturais, tendendo a ressaltar o virtuosismo e a performance de determinados detentores. Nada mais estranho à trajetória histórica do Brasil (SANT’ANNA, 2017, p.96).

Essa política de origem asiática, de acordo com a autora, vai influenciar sobremaneira as políticas de salvaguarda, inaugurando uma nova vertente de patrimonialização com a definição de focos, direção e objetivos distintos daqueles característicos da tradição brasileira dos anos de 1930 a 1960.

Ainda que a implementação dessa política que seguia a linha japonesa não tenha sido efetivada por completo, de maneira a vincular os patrimônios vivos (mestres patrimonializados) a programas de transmissão de seus saberes e de suas habilidades; houve uma dissidência no entendimento de salvaguarda no Brasil. A não integração dessas duas formas de entendimento é, no entendimento de Sant’Anna, um dos grandes desafios a serem enfrentados pela política federal de salvaguarda do patrimônio imaterial. Soma-se a isso o modelo institucional do IPHAN, cuja estrutura é dividida em departamentos, cabendo a cada um uma dimensão do patrimônio (Departamento de Patrimônio Material – DPM e Departamento de Patrimônio Imaterial – DPI), que “embora tenha sido fundamental para garantir o espaço institucional necessário para a formulação e implantação da política de salvaguarda do patrimônio imaterial” (SANT’ANNA, 2017, p102), não favoreceu uma política de preservação interdisciplinar que integrasse as dimensões material e imaterial do patrimônio cultural. Isso decorre da própria prática institucional do IPHAN que, conforme nos recorda Sant’Anna, ainda está muito centrada no patrimônio material, para onde é destinada a maior parte dos recursos financeiros. Com isso, a salvaguarda do patrimônio imaterial sofre com a

escassez de recursos humanos e financeiros frente à incessante iminência da perda de edifícios e obras de arte.

Além disso, no Brasil, apesar das importantes conquistas ao longo de mais de quinze anos, a política federal de salvaguarda do patrimônio imaterial guarda inconsistências, sobretudo no que diz respeito à própria implementação do instrumento do registro, que muitas vezes é tomado de forma equivocada por parte de setores e agentes fundamentais da sociedade. Um exemplo disso, como nos mostra Sant’Anna, é quando a patrimonialização de um bem é tomada

(...) como um mero título que se outorga a uma prática cultural, sem qualquer participação ou envolvimento dos segmentos ou grupos sociais a ela relacionados (...). A noção de patrimônio cultural imaterial e a ideia de salvaguarda têm sido, nesses casos, apropriadas com fins meramente político-partidários e imagéticos, sem qualquer compreensão dessas noções e dos fundamentos da política implementada pelo Iphan (SANT’ANNA, 2017, p.100).

Ainda conforme nos alerta a autora, “um instrumento legal que simplesmente institua – a partir da visão ou da opinião isolada de quem quer que seja – que tal ou qual manifestação cultural é patrimônio não significa nada” (SANT’ANNA, 2017, p,100). Isso compromete a política de salvaguarda, uma vez que os bens culturais imateriais não são passíveis de salvaguarda por si mesmos. O processo de fortalecimento e a continuidade do bem cultural deve ser inerente à outorga mediante instrumentos legais. Tal processo requer, além de uma base social ativa e comprometida com a manutenção, reprodução e transmissão de suas referências culturais; ações de identificação, documentação, apoio e fomentos para auxiliar na salvaguarda e, sobretudo, para lograr a consolidação sólida e autônoma da manifestação cultural patrimonializada (SANT’ANNA, 2017).

Quase paralelamente à estruturação de uma política de salvaguarda do patrimônio imaterial, houve a evolução no conceito de patrimônio em direção ao patrimônio ambiental, em termos de ações práticas. Nos fins da década de 1990 vai ocorrer uma evolução/ampliação do conceito de patrimônio cultural em direção ao patrimônio ambiental, sugerindo uma conjugação dos propósitos de conservação urbana com o planejamento urbano físico-territorial, “além dos impactos no meio-ambiente urbano e humano, evitando que prevaleça a lógica capitalista neoliberal de utilizar o patrimônio apenas por seu valor de troca” (LIMA, 2007, p.86). Paralelo a isso, com o avanço das políticas de molde participativo, impulsionadas sobretudo pelo crescente interesse na implantação de políticas inovadoras em prol da superação de deficiências crônicas da urbanização marcada pelo alto grau de exclusão e de segregação social, a matriz da “sustentabilidade” ganha destaque (CASTRIOTA, 2007).

No Brasil, essa evolução do conceito de patrimônio em direção ao patrimônio ambiental se dará sobretudo a partir da “II Conferência Geral das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano”, realizada no Rio de Janeiro, no ano de 1992 (Eco-92), considerada como uma das mais importantes conferências realizadas pela Organização das Nações Unidas - ONU. É a partir dessa época que uma perspectiva integradora entre as políticas de preservação do meio ambiente e do patrimônio cultural, ancoradas nos pressupostos da sustentabilidade socioambiental com vistas ao desenvolvimento sustentável, começa a tomar corpo, passando a ser assentida positivamente e de forma mais inteligível.

Foi durante a Eco-92 no Rio de Janeiro que se realizou o IV Fórum Nacional de Reforma Urbana, onde foi discutido o Tratado da Questão Urbana, que contou com a participação de diversos países. Na ocasião, a reunião, que integrou o calendário de eventos da Conferência da Sociedade Civil sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, “levou o nome de Fórum Internacional de Reforma Urbana” (MARICATO, 1994, p.312).

No entanto, de acordo com Maricato (1994, p.312), “ao aprofundamento e detalhamento das propostas, não correspondeu uma ampliação da participação popular, ao contrário, o rumo seguido trouxe um distanciamento em relação às lutas massivas urbanas”. A autora ressalta a hegemonia de um projeto para a cidade como um todo advindo de uma parcela de empresários que têm na cidade sua fonte de lucros, ou seja, aqueles que detêm o capital imobiliário. Projeto esse que ignora a cidade real, se referindo apenas à parte da cidade ocupada pela elite dominante.

A inércia institucional (ou resistência às mudanças), aponta Maricato (1994, p.317), respaldada por leis ou procedimentos consolidados, constitui-se num obstáculo à Reforma Urbana. Na gestão do espaço urbano, com a excessiva divisão do trabalho que atribui competências parciais a cada setor, “as decisões se baseiam na parte” e a visão de conjunto se perde, resultando em fragmentação e ineficácia. Somado a isso,

a excessiva fragmentação de atribuições e a divisão perversa de competências entre quem pensa e quem implementa e controla o uso e a ocupação do solo, a legislação urbana, frequentemente detalhista e burocrática, ignora a cidade real (MARICATO, 1994, p.317).

Em termos legais, no Brasil, a supracitada Lei nº 10.257 de 2001, referente ao “Estatuto da Cidade”, traça as diretrizes gerais para a política urbana dos municípios brasileiros. Essa lei regula os conteúdos dos arts. 182 e 183 da Constituição Federal e fixa normas gerais em relação a uma série de instrumentos urbanísticos. Tomando a questão ambiental como pressuposto da política urbana, a garantia do direito a cidades sustentáveis

como diretriz primeira e o equilíbrio socioambiental como um dos seus pilares, o Estatuto da Cidade assevera que

o pleno exercício do direito a cidades sustentáveis compreende condições dignas de vida, de exercitar plenamente a cidadania e os direitos humanos, de participar da gestão da cidade, de viver numa cidade com qualidade de vida, sob os aspectos social e ambiental (CYMBALISTA, 2001, p. 34).

O referido documento vai, assim, chamar a atenção para o direito ao usufruto do espaço coletivo, tomando a criação de “Planos Diretores Municipais” como uma de suas premissas. Dentre as diretrizes do Estatuto das Cidades, que contempla o instituto jurídico do tombamento³⁴, destaca-se o apelo ao “pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana”, asseverando “a proteção, a preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico” (CYMBALISTA, 2001, p.28;.35). Isso com vistas a garantir que o crescimento e o desenvolvimento das cidades sejam processos que colaborem para o equilíbrio social e ambiental. Para tanto, as práticas de planejamento são fundamentais e ganham caráter estratégico.

Destaca-se aqui, dentre os instrumentos de política urbana e de proteção ao meio ambiente estabelecidos no Estatuto das Cidades, o instrumento das operações urbanas consorciadas. Na concepção deste estatuto, as operações urbanas consorciadas - OUCs (arts.32-34)

constituem um tipo especial de intervenção urbanística voltada para a transformação estrutural de um setor da cidade. As operações envolvem simultaneamente: o redesenho deste setor (tanto de seu espaço público como privado); a combinação de investimentos privados e públicos para sua execução e a alteração, manejo e transação dos direitos de uso e edificabilidade do solo e obrigações de urbanização. Trata-se, portanto, de um instrumento de implementação de um projeto urbano (e não apenas da atividade de controle urbano) para uma determinada área da cidade, implantado por meio de parceria entre proprietários, poder público, investidores privados, moradores e usuários permanentes” (CYMBALISTA, 2001, p.79).

De acordo com Cymbalista (2001), a ideia da introdução das operações urbanas consorciadas no Estatuto das Cidades, assim como no caso da outorga onerosa do direito de construir, tem origem dupla: europeia (particularmente francesa) e a americana. Tanto no caso

³⁴ O Estatuto da Cidade dispõe sobre diversos instrumentos jurídicos, políticos, tributários e financeiros e de estudo e planejamento para a ordenação do espaço urbano. Dentre estes instrumentos, constam o Plano Diretor e o Parcelamento e Edificação do Solo Compulsórios, que já estavam contemplados na Constituição Federal de 1988. A Lei Federal nº 10.257 de 2001 veio, assim, preencher a lacuna da regulamentação de tais instrumentos de política urbana de modo a torná-los mais eficazes, tendo em vista que a falta de um detalhamento desses instrumentos em uma legislação infra-constitucional, impossibilitou sua implementação pelos municípios brasileiros (PRIETO, 2006).

européu quanto no caso americano, lança-se mão desse instrumento de modo a enfrentar um duplo desafio: por um lado, promover a “reutilização de áreas da cidade que sofreram esvaziamento em função de processos de reconversão produtiva”; por outro, mobilizar capital privado de maneira direta, “para lograr estas transformações urbanísticas, considerando o contexto de crise fiscal e reforma do estado que restringia a capacidade de investimento do poder público” (CYMBALISTA, 2001, p.79). Esse mecanismo possibilitou a concretização de grandes projetos de “requalificação” urbana propostos pelo poder público, sobretudo num movimento de reconversão de áreas referentes a antigas zonas industriais ou portuárias, que tiveram suas funções cessadas ou drasticamente reduzidas.

No Brasil, São Paulo foi a cidade pioneira na utilização do instrumento “operações urbanas” quando, em 1985, incluiu este instrumento no Projeto de Lei do Plano Diretor com o objetivo de mobilizar recursos privados para promover mudanças estruturais em determinadas áreas da cidade (CYMBALISTA, 2001). Essa experiência na capital paulista causou muita controvérsia pelo fato de o município ter estimulado ações em prol de lucros do capital imobiliário de ponta e em detrimento dos problemas sociais, que só se agravaram com a utilização de tal instrumento (MARICATO; FERREIRA, 2002).

Influenciado pela experiência de São Paulo, o Rio de Janeiro utilizou-se do instrumento das operações urbanas, formalmente, em 1992. As primeiras experiências com a utilização do instrumento das operações urbanas na capital fluminense consistiam em “pequenas operações resultantes de acordos formais entre o poder público e a iniciativa privada, materializados em contratos, (...) gerando recursos diretos e indiretos” (MARICATO; FERREIRA, 2002, p.14). Apesar de seguir o mesmo princípio adotado em São Paulo - a alteração de parâmetros urbanísticos mediante o pagamento de contrapartidas -, no Rio de Janeiro não havia a vinculação com habitações de interesse social, como se fazia na capital paulista.

E, somente em 2009, numa operação diretamente relacionada à realização da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas 2016, que o Rio de Janeiro começa a colocar em prática uma das mais emblemáticas operações consorciadas do Brasil – a Operação Urbana Porto Maravilha, instituída pela Lei Complementar N°101/2009.

3.2 A Praça XV no contexto dos grandes planos urbanos cariocas: entre a construção e a demolição do Elevado da Perimetral

Voltando ao supracitado projeto do Corredor Cultural de 1979, que resultou na Lei do Corredor Cultural ou Lei nº 506 de 17 de janeiro de 1984 (revista e ampliada pela lei nº 1.139 de 16 de dezembro de 1987), que cria a Zona Especial do Corredor Cultural, de preservação

paisagística e ambiental do Centro da Cidade - trata-se do primeiro projeto de revitalização para o Centro do Rio de Janeiro. A Lei tinha como diretrizes viabilizar não apenas a preservação dos imóveis, mas sobretudo a “requalificação integrada do entorno através da arquitetura e do desenho urbano” (ALCANTARA, 2010, p.35). No Corredor Cultural, inspirado no modelo francês de setores preservados (*sector sauvegardé*), a política de preservação urbana buscava evitar a desertificação de áreas degradadas, que acabavam representando riscos de marginalidade (LIMA, 2013).

De forma pioneira, o projeto Corredor Cultural, gerido por câmara técnica formada por personalidades e intelectuais com influência na área cultural, buscava integrar preservação do patrimônio, recuperação ou renovação de bens arquitetônicos e urbanísticos e revitalização social e econômica. Tudo isso conjugando a conservação urbana com o planejamento urbano físico-territorial de longo prazo. A implementação do projeto estava fundamentada em quatro pilares: a história, a memória, a preservação e o engajamento comunitário (ALCANTARA, 2010).

Dentre as intervenções urbanas do Corredor Cultural, que resultou na preservação patrimonial de cerca de 1.300 edificações, destacam-se aquelas que transformaram a configuração espacial do Centro, com alterações no padrão de mobilidade. Em 1982, no contexto do Projeto Corredor Cultural, porém por iniciativa do IPHAN, o Paço Imperial passou por uma obra de restauro. O objetivo era potencializar economicamente o local, fazendo do Paço Imperial um equipamento cultural catalisador de transformações urbanas do entorno (GUMARÃES, 2011). Em 1994, também no âmbito do referido projeto, a Praça XV - área mais emblemática do Corredor Cultural - passou por uma reforma, com a recuperação da ambiência e do conjunto entre o Paço Imperial e a Estação das Barcas. A Praça XV foi a segunda das quatro subáreas do Projeto Corredor Cultural interconectadas através de corredores de circulação (A área 1 é a Lapa-Cinelândia, a 3, Largo São Francisco de Paula e imediações e a 4, o Saara). A região de abrangência somava uma área de quase 1,3 km² (130 ha) do Centro do Rio de Janeiro (ALCANTARA, 2010). A sua localização à beira mar, a variada tipologia arquitetônica e morfológica e seu conjunto arbóreo peculiar que proporciona à praça um clima mais ameno, aliado ao tráfego intenso na área, eram pontos favoráveis à dinamização da região da Praça XV. Ou seja, a Praça XV reunia qualidades para se tornar o principal polo cultural da cidade.

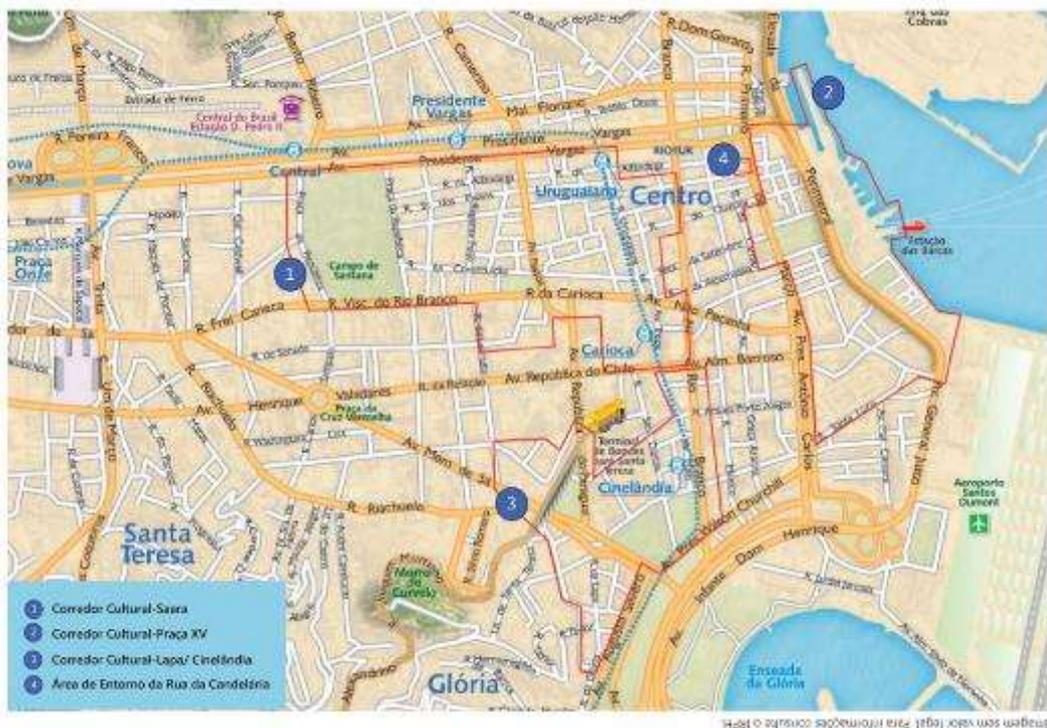


Figura 10: Corredor Cultural – Entorno da Rua da Candelária
 (Fonte: Guia das APACs,12 Corredor Cultural / Entorno da Rua da Candelária 2, 2012, p. 24)

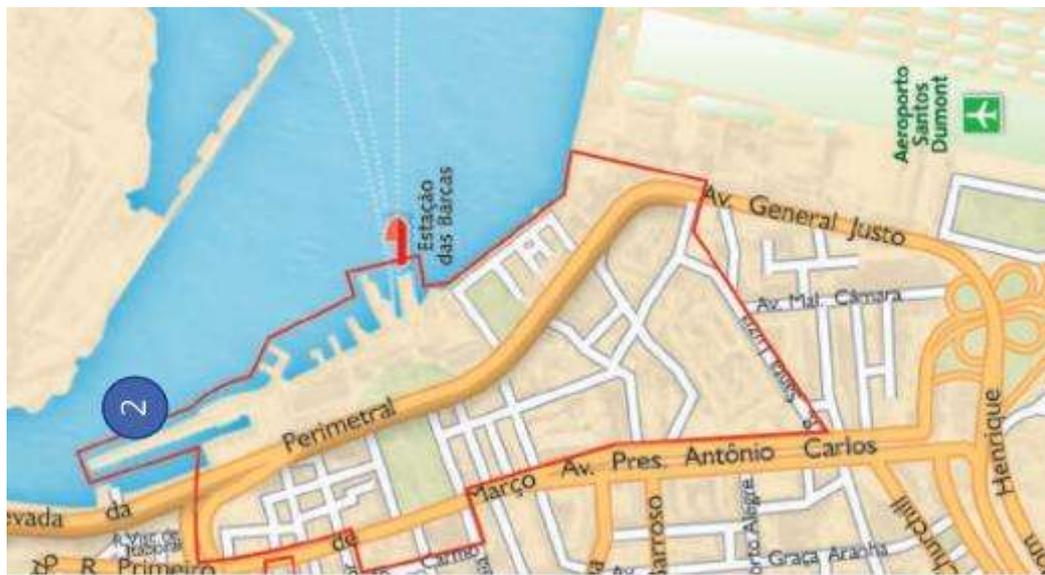


Figura 11: Detalhe do Corredor Cultural da Praça XV
 (Fonte: Guia das APACs,12 Corredor Cultural / Entorno da Rua da Candelária 2, 2012, p. 24)

De acordo com Lima (2007), os preceitos da Carta de Veneza (1964) – Carta Internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios, que, como vimos, representa um marco do processo de ampliação do conceito de patrimônio cultural -, certamente influenciaram a proposta que se materializou na Lei do Corredor Cultural. E, ainda de acordo com a referida autora, a decretação de Áreas de Proteção do Ambiente Cultural –

APACs (definidas no Plano Diretor de 1992), para além do centro histórico, foi uma das consequências positivas da implantação do Corredor Cultural. As APACs

visam à melhoria das condições de habitabilidade nas áreas de intervenção, preservando a morfologia e o valor cultural das edificações, buscando dinamizar a vida econômica social e cultural através dos valores do próprio bairro (LIMA, 2007, p.85).

Conforme destaca Lima (2007), a intenção do projeto Corredor Cultural era a de proteger as atividades particulares ou os usos consagrados no âmbito das APACs, como as lojas de revenda de livros usados (sebos) nas mediações da Praça Tiradentes e os antiquários na Rua do Lavradio (LIMA, 2007). A proposta era, em suma, “aumentar a circulação de pedestres na área através do desenvolvimento do comércio e de atividades de lazer e turismo” (BITAR, 2016, p.270). No entanto, no caso específico da Praça XV que, como vimos, tem forte vocação para o comércio, não foi levada em conta essa sua vocação. Se se tratava de um projeto em que um dos principais objetivos era atrair e gerar movimento satisfatório de pessoas, essa evidência deveria ter sido considerada de alguma forma. Em 1979, ano em que teve início a fase de implantação do Corredor Cultural, o mercado municipal já havia sido demolido e tanto a Feira de Antiquidades do Albamar quanto a Feira do Troca (que deram origem a atual Feira de Antiquidades da Praça XV) já existiam, ainda que recentes: a primeira, oficializada, completando um ano; e a segunda, a mais antiga, com pouco menos de 5 anos de existência ‘oficializada’. Fato é que a Praça XV, antigo Largo do Carmo que, durante quase três séculos, foi a única praça pública em área urbana, e centro mercantil incipiente, foi palco de diversas manifestações políticas e, desde sempre, palco de feiras e mercados. O mercado do peixe funcionou na Praça até 1980, sendo originário da época da Praia do Peixe e do Cais dos Mineiros. Ali também era tradicional a venda de peixes em barracas. Segundo Alcântara (1984), o pescado só deixou de ser vendido em barracas após a construção do Mercado Municipal, no local onde situava a referida praia. Isso sem contar que, durante o século XIX, a Rua Direita, atual Avenida 1º de Março, que margeia o Largo do Paço, concentrou o comércio atacadista.

Por meio de uma análise da retrospectiva histórica, verifica-se a predominância do uso comercial popular na região da Praça XV, que se transforma e se reinventa em meio às transformações e permanências da morfologia da área central; resistindo, sobretudo, aos diversos esforços empreendidos visando eliminar o comércio popular da Praça.

Cabe salientar que foi a partir de 1979 (ano em que se deu a fase inicial de implantação do projeto Corredor Cultural no Centro do Rio) que, com a nomeação de Aloísio de Magalhães como secretário do SPHAN (atual IPHAN), as manifestações culturais começaram a ocupar a agenda do patrimônio. Magalhães que, como já mencionado, em 1975 criou o Centro Nacional

de Referência Cultural - CNRC, trazendo para o SPHAN a experiência dos patrimônios regionais, sobretudo aqueles até então mais fugidios que constituem o cotidiano cultural do Brasil, como as festas, as formas de expressão, a culinária popular, os fazeres e saberes tradicionais e o folclore de modo geral. A atribuição de novos significados aos conjuntos urbanos e a incorporação e participação da população nos processos de preservação, sob o ponto de vista das políticas urbanístico-culturais de preservação teriam suas sementes aí. Os novos postulados incorporados por Magalhães frente ao então SPHAN (1979-1981) vão reverberar, anos depois, na Constituição de 1988 que, em seu artigo 216, introduz a figura do patrimônio imaterial. Em 2000, três anos após a UNESCO reconhecer a existência de um *patrimônio oral e imaterial da humanidade* (patrimônio intangível), será regulamentado no Brasil o decreto federal que instituiu o registro dos bens culturais de natureza imaterial, consagrando assim essa terminologia e expandindo o acervo do patrimônio (ROCHA-PEIXOTO, 2012). Essa ampliação no entendimento acerca do patrimônio cultural se expandiu para o espaço urbano que, a partir de um nível territorial, passou a considerar as práticas, as especificidades, as atividades dinâmicas e espontâneas, territorializadas (ou localizadas), como passíveis de preservação; ou seja, como constituintes da identidade e da cultura de determinada territorialidade. Com essa mudança nos rumos da preservação a partir de segunda metade do século XX, as intervenções urbanas, sobretudo nos centros históricos, passam a considerar a dimensão social dos espaços urbanos, com vistas a combater os processos de esvaziamento e estagnação das áreas centrais. De acordo com Lima (2007),

Os postulados da Carta de Veneza, de 1964, tiveram grande importância nesta mudança de rumos do mundo do patrimônio no Brasil e no resto do mundo em geral, mas pode-se afirmar que o início da abertura política e a expressiva participação das associações de moradores foram decisivos para deslanchar o processo (LIMA, 2007, p.82).

Em consonância com esse modelo, o projeto Corredor Cultural buscou promover um diálogo constante com os principais atores sociais, bem como a sua participação, ainda que por vezes superficial, no processo. Foi na década de 1980 – época na qual se disseminou a perspectiva teórico-metodológica de conceber o patrimônio como documento - que, apesar de ter ficado conhecida como “a década perdida” em função da crise econômica, foi quando se consolidaram algumas iniciativas urbanísticas do Corredor Cultural. A cessão do espaço do Paço, antes utilizado como Correios, para reforma e adaptação para se transformar num centro cultural foi muito importante para a Praça XV. Isso porque, conforme destaca Colchete-Filho, tal ação deu início a um sucessivo interesse na criação de outros centros culturais na região, “como o Centro Cultural do Banco do Brasil, a Casa França-Brasil, o Espaço Cultural dos Correios (...), na virada dos anos 90, requalificando, por extensão, a imagem do espaço

público” (COLCHETE-FILHO, 2008, p.69); concretizando o plano de tornar a Praça XV um dos mais importantes (senão o mais) polos culturais da cidade.

Ao que parece, o projeto do Corredor Cultural³⁵ viria também, de certa forma, a corrigir algumas inconsistências do plano estadual de urbanização implementado na década anterior: o Plano Doxiadis; sobretudo em relação à questão do patrimônio, e em especial na região central. Conhecido como “Plano Policromático³⁶”, o Plano Doxiadis foi contratado pelo recém-fundado Estado da Guanabara, ainda no ano de 1960³⁷. Tratava-se de um plano estadual de longo prazo, com implantação prevista entre os anos 1967-2000; e estava voltado para a solução de três problemas principais: desenvolvimento equânime da área metropolitana, déficit habitacional e a falência da rede de transportes. O Plano Doxiadis era altamente técnico e baseava-se em dados estatísticos de acordo com a definição das necessidades do novo estado (REZENDE, 2015). Com o lema “Guanabara, um plano para o desenvolvimento urbano”, o Plano Doxiadis tinha foco no macroplanejamento da região metropolitana e recomendava a “remodelação” urbana, com base no diagnóstico de problemas que restringiam o desenvolvimento urbano do estado. Segundo Rezende, o Plano Doxiadis tinha

ênfase nos dados e na análise, pressupondo uma atitude científica diante do espaço urbano (...). A racionalidade técnica presente definiu em termos metodológicos a opção pela determinação das insuficiências e pela quantificação das necessidades de áreas para as funções centrais, de terras para a indústria, de habitações, de transportes e sistema viário, de edifícios públicos, de áreas para recreação e lazer, e de serviços públicos, saneamento básico, energia e telefonia (REZENDE, 2015, p.68).

Assim como o Plano Agashe³⁸, o novo plano urbanístico recebia o nome de seu autor – o grego C. A. Doxiadis, fundador do movimento *Ekistic* de Planejamento Urbano, cujo escritório era sediado em Londres. O referido plano foi publicado em 1965, no final da gestão

³⁵Para mais detalhes sobre o Projeto Corredor Cultural, ver Lima (2007) e Alcântara (2010).

³⁶O Plano Doxiadis ficou conhecido como Plano Policromático, por causa da proposta do arquiteto grego de criação de grandes vias de circulação planejadas para integração da cidade. Em tal plano, as vias foram batizadas com nomes de cores: linhas Vermelha, Azul, Marrom, Verde, Amarela e Lilás. Porém, apenas as linhas Vermelha, Amarela e Lilás saíram do papel. A implementação de tais linhas implicou na desagregação de áreas residenciais do tecido urbano, em bairros como Catumbi, Estácio, Rio Comprido e São Cristóvão; comprometendo, assim, a organicidade desses bairros. Foi por meio do Plano Doxiadis que se deu, também, o alargamento da Praia de Copacabana, a construção do Viaduto Paulo de Frontim, a Ponte Rio-Niterói e a Autoestrada Lagoa-Barra (BRAGA, 2003; REIS, 2016).

³⁷O Plano Doxiadis foi concluído em 1963, mas só foi publicado em 1965, no final do governo de Carlos Lacerda (BRAGA, 2003).

³⁸ O Plano Agashe foi a primeira proposta de intervenção urbanística da cidade do Rio de Janeiro, elaborado no final da década de 1920 e concluído em 1930; sob a administração de Antônio Prado Júnior – paulista, amigo do então presidente Washington Luís. Sob a tônica da espacialização do espaço urbano, por meio do instrumento do zoneamento, o plano previa a remodelação, extensão e o embelezamento da cidade com a abertura e calçamento de novas ruas, o investimento em escolas e em saneamento. O referido plano previa a criação de redes de serviço e a instalação de infraestrutura urbana, tendo como uma das metas organizar o crescimento do Rio, determinando áreas de expansão (DE ALMEIDA, 2005).

de Carlos Lacerda (BRAGA, 2003). Tinha como base a teoria Ekística³⁹. Segundo Braga (2003),

A cidade proposta por Doxiadis sequer leva em conta o Centro existente (no projeto o centro é meramente um aeroporto) que é tratado como ponto de articulação viária entre os bairros. Intenções claras, reveladas nas obras da Perimetral, da Ponte Rio-Niterói, nos sistemas de metrô e trens urbanos, para as quais a *cirurgia urbana* é a fórmula, mais uma vez adotada, para afastar a população moradora da área central (BRAGA, 2003, p193).

Diferentemente do Plano Agashe, cujo modelo ideal era “perseguir” o belo, o Plano Doxiadis visava o eficiente. Especialmente em se tratando do centro histórico do Rio de Janeiro. Enquanto o Plano Doxiadis privilegiava os automóveis, prevalecendo o discurso rodoviarista, onde largos e praças, particularmente, tinham suas áreas de circulação comprometidas com tráfego intenso de veículos, sendo atravessadas por pistas e ocupadas por estacionamentos; o Plano do Corredor Cultural, como vimos, elaborado anos depois, viria a privilegiar o pedestre; tomando as praças centrais e seus entornos como pontos focais da intervenção. Conforme aponta Lima,

Para estimular as obras de recuperação das fachadas, o poder público municipal investiu maciçamente nas obras de requalificação urbana, reurbanizando ruas, largos e praças e investindo na iluminação dos edifícios mais significativos. Os locais escolhidos primeiramente foram as imediações da Praça XV de Novembro, a Cinelândia, o Largo da Carioca, o Largo da Lapa e o trecho que se estende desde a Rua Uruguaiana até a Praça Tiradentes (LIMA, 2007, p.83).

Esses planos⁴⁰, juntamente com alguns outros que não foram implementados, integram o processo de pensar a cidade e são importantes, conforme sinaliza Rezende (2015), para fundamentar as bases para novos planos, além de serem documentos para pesquisas em sociologia urbana, políticas públicas e patrimônio, por exemplo. Nesse sentido, a máxima “mudam-se os tempos, mudam-se as vontades” – um excerto de um poema de Camões-, utilizada por Lúcio Costa para justificar sua mudança de postura em relação ao episódio do edifício intitulado “Número 10” – o espigão da Praça XV-, traduz bem esse caráter didático revelado na materialidade das diferentes formas de se pensar a cidade.

Cabe ressaltar que o projeto Corredor Cultural perdurou por duas décadas, até a última gestão do prefeito César Maia (2005-2008). Na gestão posterior, do prefeito Eduardo Paes,

³⁹A Ekística desenvolvida por Doxiadis é um modelo estrutural, de metodologia integral e fenomenológica, que se ocupa de estudar a formação e a evolução dos agrupamentos humanos.

⁴⁰O Plano Agashe foi o primeiro plano urbanístico do Rio de Janeiro. Depois desse, os principais planos propostos para o Rio de Janeiro foram: o “Plano Doxiadis”, na década de 1960 (no ainda Estado da Guanabara); o Plano Diretor, em 1992; a “Operação Urbana Consorciada da Região Portuária do Rio de Janeiro”, em 2009; e o “Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro” (Lei nº 11), em 2011 (SAMPAIO, 2016).

“mudaram-se as vontades” e o Corredor Cultural perdeu espaço para uma nova política de patrimônio que foi colocada em prática com vistas a zelar pelo título de Patrimônio Mundial, na categoria Paisagem Cultural Urbana, outorgado pela Unesco à capital carioca no ano de 2012 (ALBINATI, 2017). Tal política, que culminou com a já mencionada operação urbana consorciada, ou projeto Porto Maravilha, visava, ainda, a preparação da cidade para a realização dos grandes eventos esportivos: a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, conforme veremos a seguir.

Nessa última intervenção, especialmente na Praça Marechal Âncora, houve um novo retrocesso uma vez que, além de isolar o Restaurante Albamar com o esvaziamento do seu entorno, provocando um efeito reverso à dinamização desejada, promoveu o aumento do risco de marginalidade naquela área. E mais: em pouco tempo, já se nota um processo de degradação em curso, com a soltura de pisos, destruição dos corrimões das escadas de acesso à passagem subterrânea, depósitos de lixo e utilização da passagem subterrânea como banheiro público.

De modo geral, uma comparação entre esses planos urbanísticos, seus diversos “tempos” e “vontades”, prova pelo menos uma coisa: a questão da mobilidade nunca sai de cena nas políticas urbanas. Nos últimos anos, nesse contexto de uma disputa intermetrópoles, um novo conceito de mobilidade urbana com vistas a melhorar as condições de deslocamento nas cidades em prol de uma melhor qualidade de vida, passa a ser o novo paradigma mundial. Dessa vez, o modelo eficiente de transporte público a ser seguido pressupõe integração de seus diversos modais (trem, metrô, ônibus, VLT, barcas, aeroporto, ciclovias, faixas pedestrianizadas).

Em sua história mais recente, nas primeiras décadas do corrente século XXI, com a escolha do Brasil para se tornar sede de dois megaeventos (a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016), uma série de ações foram implementadas no âmbito das políticas urbanístico-culturais de modo a preparar as cidades-sede para receberem tais eventos. No Rio de Janeiro, Capital Olímpica, dentre as diversas frentes de intervenção no tecido urbano da cidade, o plano de reconversão funcional e socioeconômica da região portuária toma forma por meio do vultoso projeto de reurbanização aqui já mencionado, cujas obras de maiores proporções concernem à mobilidade urbana – o Porto Maravilha.

Os planos de reconversão funcional e socioeconômica de áreas portuárias degradadas das cidades marítimas, como vimos anteriormente, remonta à década de 1960. Os Estados Unidos foram pioneiros nesse tipo de política urbana – os chamados projetos de *waterfronts*. Esse modelo se difundiu pelo mundo afora, ganhando versões cada vez mais complexas (do ponto de vista das estratégias de remodelação desses espaços e seus objetivos, bem como

dos atores envolvidos) com o passar dos anos. O Projeto Porto Maravilha, conforme pontua Garcia (2014, p.367), “parece indicar a reedição carioca do modelo de reestruturação de *waterfront* praticado em diversas cidades do mundo, como Baltimore, Nova York, Londres ou Buenos Aires”. Coloca-se em prática o modelo de revitalização baseado na concessão do espaço público à iniciativa privada, associado a uma “agenda de projetos que combina megaequipamentos de cultura e entretenimento, constituídos em âncoras dos processos de renovação” (GARCIA, 2014, p.367).

A Operação Urbana Consorciada da Área de Especial Interesse Urbanístico da Região Portuária do Rio de Janeiro (OUC) - “Porto Maravilha”, foi instituída pela Lei Municipal nº101/2009, no âmbito do planejamento, produção e gestão do espaço urbano. A citada lei, que modifica o Plano Diretor da Cidade e cria na Área de Especial Interesse Urbanístico – AEIU da região do Porto, integra um conjunto de políticas locais e de ações estratégicas que visam a inserção competitiva intermetropolitana, a atração de capitais, de investimentos produtivos e de grandes eventos, e a potencialização do turismo, numa busca incessante por consumidores locais e estrangeiros. De acordo com a lei, em seu Art. 2º,

A Operação Urbana Consorciada tem por finalidade promover a reestruturação urbana da AEIU, por meio da ampliação, articulação e requalificação dos espaços livres de uso público da região do Porto, visando à melhoria da qualidade de vida de seus atuais e futuros moradores, e à sustentabilidade ambiental e socioeconômica da região (LEI COMPLEMENTAR Nº 101, 23 DE NOVEMBRO DE 2009).

Baseado num modelo de planejamento urbano estratégico e desenvolvida em parceria entre as três esferas de governo e a iniciativa privada, a Operação Urbana Consorciada apresenta, dentre os seus princípios norteadores, “a priorização do transporte coletivo sobre o individual” e “a valorização da paisagem urbana, do ambiente urbano e do patrimônio cultural material e imaterial”. Integram a lista das dezessete diretrizes da OUC, a integração da orla marítima do cais da Gamboa à área central da cidade bem como

a recuperação de imóveis com a importância para proteção do patrimônio cultural e a criação de circuito histórico-cultural, contemplando a devida identificação dos patrimônios material e imaterial, passado e presente, e capacitação técnica na área de turismo e hotelaria, visando promover o circuito (LEI COMPLEMENTAR Nº 101, 23 DE NOVEMBRO DE 2009).

O projeto Porto Maravilha, que abrange uma área de cerca de cinco milhões de metros quadrados⁴¹, propõe um modelo de governança público privado. A recuperação econômica da região portuária, considerada decadente, era um dos objetivos principais dos idealizadores

⁴¹A área de intervenção da Operação Urbana Consorciada da Região Portuária do Rio de Janeiro tem como limites as Avenida Presidente Vargas, Ródrigues Alves e Francisco Bicalho.

do projeto. A principal justificativa para a sua implantação estava pautada na necessidade de desenvolvimento econômico da região. A elevação da taxa de ocupação (em torno de 90%) dos imóveis comerciais no centro de negócios, com a consequente facilitação da verticalização, a proposta de incentivos fiscais, a modernização das estruturas e o baixo custo dos terrenos foram as principais estratégias para atrair investidores e viabilizar economicamente a implantação do projeto. A lei que instituiu a OUC, além de alterar o Plano Diretor da cidade, autorizou o aumento do potencial construtivo na região de abrangência do projeto por meio da venda de Certificados de Potencial Adicional Construtivo (CEPACs). Os valores arrecadados com a venda de CEPACs deveriam ser investidos na área do projeto, de modo que três por cento do valor auferido fossem destinados à recuperação do patrimônio histórico da região.



Figura 12: Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU) da Região Portuária
Fonte: <http://portomaravilha.com.br/images/mapa-da-area-2-grande.jpg>

Em seu Art.4, a Lei Nº101/2009 determina que

O entorno dos bens tombados e protegidos deverá ser priorizado quanto à realização de investimentos visando a sua recuperação, a melhoria do acesso e a sua valorização como patrimônio histórico e turístico (LEI COMPLEMENTAR Nº 101, 23 DE NOVEMBRO DE 2009).

No âmbito do projeto de revitalização do centro, a derrubada do Elevado da Perimetral foi o destaque das obras de mobilidade abrangidas pela OUC. A demolição dessa via elevada e a posterior remoção da estrutura existente no trecho de aproximadamente 4km, compreendido entre o prédio do Arsenal da Marinha e a Avenida Francisco Bicalho, integra a lista das principais intervenções propostas no projeto.

Interessante notar que apesar de a região da Praça XV estar fora do perímetro de intervenção da OUC, a mesma se encontra no raio de intervenção da operação, sobretudo pelos impactos da derrubada do Elevado da Perimetral e da construção do Túnel Marcelo Alencar; além da instalação de novos equipamentos urbanos e dos trilhos do VLT (que margeiam o Largo do Paço), que deram nova configuração à Praça. Inclusive, a Feira de Antiguidades da Praça XV que, com a derrubada do Viaduto da Perimetral, voltou a ser montada na Praça XV (como foi na sua origem), foi transferida para a Praça Marechal Âncora sob a justificativa de segurança: considerou-se perigosa a instalação da Feira nas proximidades dos trilhos por onde percorre o VLT, em função do movimento de pessoas às voltas dos trilhos, apesar de essa circulação ocorrer independentemente da Feira. Porém, mesmo com todos esses impactos da intervenção da OUC, não há, na letra da citada lei, nenhuma menção à Praça XV – um dos mais emblemáticos espaços públicos do centro histórico do Rio de Janeiro. Esse é um exemplo daquilo que sinalizou Harvey (2005) ao dizer que o estudo da urbanização, no que se refere àquelas mudanças sociais mais importantes e fundamentais, com frequência, é tomado como um assunto secundário, um produto secundário passivo.

Tal fato nos mostra que esses projetos estratégicos ancorados pelo poder público, em que a cidade é gerida como uma empresa, apesar do apelo ao planejamento integrado e à participação social, nem sempre levam em conta os impactos sociais dos empreendimentos urbanos ou a historicidade. Quando o fazem, é no sentido satisfazer as necessidades do consumidor, seja ele empresário, turista ou o próprio cidadão. Com isso, os cidadãos em suas experiências cotidianas de cidade, seus valores e suas memórias são tomados a reboque de interesses maiores ligados ao mercado.

É válido ressaltar que, no Rio de Janeiro, a SEOP - Secretaria Municipal de Ordem Pública, criada a partir do decreto nº 30.339 de 2009, na administração do prefeito Eduardo Paes (2009-2012; 2013-2016), em seu primeiro dia de mandato, é a responsável pela “Operação Choque de Ordem⁴²” e pela organização dos modos de fiscalização e controle do comércio urbano informal. Esse ato normativo que cria a SEOP, em caráter excepcional, sendo instituído sem qualquer consulta legislativa e sem a participação da população, reorganiza parte da estrutura organizacional do poder administrativo do município. Conforme ressalta Hirata,

A criação da Seop e seus programas subsequentes diferenciam-se do ‘ordenamento a varejo’ na gestão César Maia – atuações pontuais por instituições isoladas – na direção de um ‘ordenamento no atacado’ na gestão

⁴² A Operação Choque de Ordem consistia em ações realizadas pela Secretaria de Ordem Pública (SEOP) que visavam inibir a “ilegalidade” e “combater a desordem” nos espaços públicos, tendo como um dos principais alvos sistemáticos o comércio ilegal (camelôs) (DOS SANTOS, 2013, p.89).

de Eduardo Paes, com planos e coordenação até então inéditos (HIRATA, 2015, p.111).

Essa mudança de atuação da fiscalização da prefeitura vai ao encontro das aspirações do Plano de Remodelação Urbana “Porto Maravilha” – este plano que, em determinado momento, colocou em risco a permanência da Feira de Antiquidades da Praça XV no local que empresta o nome à Feira, além de despertar o interesse da alocação do espaço para outros tipos de feira, como as de artesanato. Por outro lado, o “Choque de Ordem” expulsou os expositores do Shopping-Chão – uma ação que, como veremos ao longo dessa tese, vai impactar na dinâmica da Feira. E foi em função do risco de a Feira ser extinta da Praça XV que o seu principal organizador, Raphael Barbeito, recorreu à patrimonialização. Este é um novo exemplo de caso em que a patrimonialização foi apropriada com fins meramente políticos, apesar de, como veremos, a Feira ser um patrimônio, enquanto categoria de pensamento para grande parte de seus atores sociais. Barbeito é presidente-fundador da Fecult Brasil – Instituto das Feiras Culturais do Brasil: uma associação privada, criada em setembro de 2011. É ele quem recebe dos expositores da Feira a taxa de locação das barracas. O presidente da Fecult Brasil é, assim, o responsável por repassar à empresa que fornece as barracas, os valores de locação e, à prefeitura, os valores referentes à TUAP – taxa de uso de área pública. Mas, segundo Barbeito, em todos esses anos como coordenador da Feira, ele nunca ‘conseguiu’ pagar a TUAP, apesar de diversas tentativas.

Com o reconhecimento da Feira como Patrimônio da cidade do Rio de Janeiro, a sua permanência na Praça XV estaria garantida. O que efetivamente ocorreu quando, como dito anteriormente, em 2016, a Feira de Antiquidades da Praça XV foi reconhecida, a nível municipal, como patrimônio imaterial do Rio de Janeiro. Apesar de, ainda em 2016, uma representação de inconstitucionalidade ter sido ajuizada junto à Procuradoria Geral do Município, apontando vício na Lei 6120/2016 (que “tomba” a Feira), até o final de 2019, a lei continuava em vigor.

Importante salientar que a legislação municipal do Rio de Janeiro acerca do patrimônio cultural segue a normas da legislação nacional no que tange aos institutos do tombamento e registro, respectivamente, dos patrimônios materiais e dos bens imateriais. Instituído pelo Decreto Nº 23.162 de julho de 2003, o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural carioca assevera que os bens culturais de natureza imaterial do Rio de Janeiro, tal como no instituído no Decreto Federal nº3551 de 2000, deverão ser inscritos em um dos seguintes livros:

I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; II - Livro de Registro das Atividades e Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas

que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos as áreas urbanas, as praças, os locais e demais espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais coletivas (DECRETO Nº 23162 DE 21 DE JULHO DE 2003).

A única diferença entre os decretos municipal e federal, em relação aos livros de registro, está no título do II Livro, uma vez que no Decreto Nº 3551/2000 não consta o termo “Atividades”.

Em seu Art.2º, o decreto municipal de registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem o patrimônio do município Rio de Janeiro determina que

A instrução constará de descrição pormenorizada do bem a ser registrado, acompanhada da documentação correspondente, e deverá mencionar todos os elementos que lhe sejam culturalmente relevantes (DECRETO Nº 23162 DE 21 DE JULHO DE 2003).

Ou seja, o referido decreto estabelece a necessidade do inventário do bem a ser registrado. No entanto, no caso da Feira de Antiguidades da Praça XV, certamente dado à urgência, o inventário inexistente e não há informação acerca de qual dos quatro livros de registro a Feira teria sido inscrita. Além disso, na Lei Nº 6.120 de dezembro de 2016, foi usado o termo relacionado ao tombamento e não ao registro, conforme podemos ver no seu Art.1º, que diz

Fica **tombada**, como bem de natureza imaterial da Cidade do Rio de Janeiro, a Feira de Antiguidades conhecida como Feira do Troca, realizada aos sábados, no horário das seis às dezesseis horas, na região da Praça XV de Novembro no Centro, em face de sua relevante produção de práticas culturais fortalecedoras da memória e da identidade da sociedade carioca (LEI Nº 6120/2016, grifo nosso).

Dessa forma, o reconhecimento da Feira de Antiguidades da Praça XV como Patrimônio Imaterial do Rio de Janeiro parece tratar-se de um gesto sobretudo político, tendo em vista que a legislação trata de “tombamento da feira”, e não há um dossiê que possibilite o acompanhamento da sua evolução. Ou seja, o instrumento utilizado não prevê nenhum meio legal específico para a proteção desse patrimônio. A crença dos atores sociais da Feira é de que este instrumento garante a realização da Feira de Antiguidades no seu local de origem: a Praça XV de Novembro; e que isto basta.

Diante disso, colocamos as seguintes questões: em qual ou em quais livros de registro a Feira de Antiguidades deve ser inscrita? O instituto do registro de bem imaterial é o instrumento mais adequado para garantir a preservação da Feira? Quais as implicações do reconhecimento da Feira como patrimônio imaterial do Rio de Janeiro?

4 ESPAÇO PÚBLICO, PATRIMÔNIO CULTURAL: JOGOS DE FORÇA E RELAÇÕES DE PODER

Falar de espaço público implica lidar com a ordem física e com a ordem simbólica das cidades que se expressam na realidade de suas ruas, de suas praças e de seus traçados urbanos. Lugar de ação política, o espaço público é, por excelência, o lugar da comunicação, dos encontros multi-sociais, da democracia (NARCISO, 2009). No âmbito das mudanças globais contemporâneas, as transformações de estrutura econômica e social do espaço público, bem como sua organização espacial e sua configuração formal “marcam a produção de novas territorialidades através de visões antagônicas: atores institucionais versus cidadãos” (NARCISO, 2009, p.266). Assim, conforme salienta Narciso, o espaço público se reveste de novos significados político-ideológicos, sociais e estruturais.

O modelo de urbanização capitalista, criticado por Harvey, em que as grandes empresas privadas dominam o espaço público e as cidades se tornam cada vez mais assimétricas e excludentes, é responsável por fazer com que projetos como o Corredor Cultural se desvirtuem. Apesar do balanço positivo de projetos como Corredor Cultural, o que se vê hoje é que iniciativas desse tipo acabam também sendo “cooptadas” pela lógica do mercado. Como aponta Harvey (2014), a tentativa da administração urbana de criar espaços exclusivos a pedestres, espaços de lazer, ciclovias etc., mudando a lógica das ruas congestionadas pelo tráfego, com a criação de novos tipos de *comuns urbanos*⁴³ hoje em dia são facilmente capitalizadas; sendo, muitas vezes, projetadas com essa finalidade, ressalta o autor. A potencialidade de comunalização de espaços públicos submetidos a esse tipo de intervenção que muitas vezes cria espaços esterilizados diminuem radicalmente, beneficiando os mais ricos.

Mas o problema, conforme salienta Harvey, “não são os comuns *per se*, mas a incapacidade de os direitos de propriedade privada individualizada atenderem aos interesses comuns do modo como deveriam fazer” (HARVEY, 2014, p.147). Conforme destaca o autor, na teoria liberal, os direitos de propriedade privada se justificam na medida em que servem para maximizar o bem comum, “quando socialmente integrados por meio das instituições de mercado livre e em igualdade de circunstâncias” (HARVEY, 2014, p.147). No entanto, não é raro que projetos de desenvolvimento subsidiados pelo Estado em nome do interesse comum

⁴³ Na perspectiva de David Harvey, os comuns urbanos, de modo geral, referem-se a bens (materiais ou imateriais) produzidos e apropriados por uma coletividade, por meio de práticas de comunalização e relações de compartilhamento cujos usos, para além do âmbito do Estado ou do mercado, podem ser tanto exclusivos de um determinado grupo quanto aberto a todos. Segundo Harvey, “ (...) o comum não deve ser entendido como um tipo específico de coisa, de ativo ou mesmo de processo social, mas como uma relação social instável e maleável entre determinado grupo social autodefinido e os aspectos já existentes ou ainda por criar do meio social e/ou físico, considerada crucial para sua vida e subsistência” (HARVEY, 2014, p.145).

beneficiem, na verdade, grandes proprietários de terra, financistas e empreiteiras: “A urbanização capitalista tende perpetuamente a destruir a cidade como um comum social, político e habitável” (HARVEY, 2014, p.156). Vale ressaltar que o comum urbano reapareceu como uma ideia política e com mais força no último ciclo global de protestos “detonados pela crise do capitalismo em sua fase financeira e neoliberal” (TONUCCI-FILHO; MAGALHÃES, 2017, p.434), tendo como um dos seus principais exemplos a Primavera Árabe. Protestos sustentados e orientados sob uma perspectiva de construção de “múltiplas experiências que se pretendem autônomas, democráticas e autogeridas” (TONUCCI-FILHO; MAGALHÃES, 2017, p.434).

Muitas das lutas que se opõem ao neoliberalismo são animadas e orientadas pelo comum, contra a crescente onda de cercamentos daquilo que é considerado patrimônio “comum” da humanidade (a natureza, o espaço público, as culturas, o conhecimento etc.) e contra a extensão da lógica da mercadoria a todas as esferas da vida.

Certeau, em sua obra “A invenção do cotidiano” apontou que nos dias de hoje,

(...) a cidade serve de baliza ou marco totalizador e quase mítico para as estratégias socioeconômicas e políticas, a vida urbana deixa sempre mais remontar àquilo que o projeto urbanístico dela excluía. A linguagem do poder ‘se urbaniza’, mas a cidade se vê entregue a movimentos contraditórios que se compensam e se combinam fora do poder panóptico. A cidade se torna o tema dominante dos legendários políticos, mas não é mais um campo de operações programadas e controladas. Sob os discursos que a ideologizam, proliferam as astúcias e as combinações de poderes sem identidade, legível, sem tomadas apreensíveis, sem transparência – impossíveis de gerir (CERTEAU, 2012, p.161).

Castells também aponta na direção sinalizada tanto por Certeau quanto por Hansen, ressaltando que essa trama de “movimentos contraditórios” ocorre sempre “em um contexto marcado por relações de poder (...)” (CASTELLS, 2010, p.23-24). Segundo Castells, nas últimas décadas, as estratégias urbanas transparecidas nas políticas públicas servem como um instrumento de imposição de poder simbólico (CASTELLS, 2010). E o estabelecimento desse “poder simbólico”, num mundo globalizado onde a cultura tornou-se moeda de troca, ocorre por meio da apropriação cultural, usada como instrumento de identificação e de distinção.

Nesse sentido, numa perspectiva harveyniana, na busca por vantagens competitivas na direção de um maior poder monopolista no âmbito das cidades, a competição por espaço ganha força, e a vantagem locacional do centros históricos, onde a economia imaterial urbana apresenta alto valor agregado, amplia as capacidade de extração de renda do solo urbano com a instrumentização da cultura, fortalecendo o processo de financeirização do mercado imobiliário e corroborando, assim, para financeirização da cidade como um todo. Com isso,

abre-se caminho para o cerceamento e a privatização do espaço público, colocando em risco sua apropriação aberta, livre e democrática; culminando nos chamados processos excludentes através da *gentrificação*. No entanto, em meio a constantes disputas, tais dinâmicas de elitização não são suficientes para anular o caráter inerentemente político da produção do espaço urbano – “lugar de entrecruzamento de tradições e culturas, de rapidez, de fluidez” (ABREU, 2010, p195).

Harvey assinala que, com frequência, o estudo da urbanização é tido como “um assunto secundário ou produto secundário passivo em relação a mudanças sociais mais importantes e fundamentais” (HARVEY, 2005, p.166). O empreendedorismo urbano, conforme salienta o referido autor, se apoia na parceria público-privada e, normalmente, enfoca o investimento e o desenvolvimento econômico, promovendo, enquanto objetivo econômico imediato (mesmo que não exclusivo), “a construção especulativa do lugar em detrimento da melhoria das condições num determinado território” (HARVEY, 2005, p.174).

Harvey salienta que

A valorização de regiões urbanas degradadas, a inovação cultural e a melhoria física do ambiente urbano (incluindo a mudança para estilos pós-modernistas de arquitetura e design urbano), atrações para o consumo (estádios esportivos, centros de convenções, *shopping centers*, marina, praças de alimentação exóticas) e entretenimento (a organização de espetáculos urbanos em base temporária ou permanente) se tornaram facetas proeminentes das estratégias para regeneração urbana. Acima de tudo, a cidade tem de parecer um lugar inovador, estimulante, criativo e seguro para se viver ou visitar, para divertir-se e consumir (HARVEY, 2005, p.176).

E é nesse cenário de globalização, onde as cidades buscam se tornar cada vez mais atrativas, que os administradores públicos “vendem” a cidade à iniciativa privada, que se incumbem de equipá-las com hotéis e entretenimentos cosmopolitas, proporcionando uma infraestrutura capaz de atrair cada vez mais o turista. E a privatização das empresas públicas, quase sempre vendidas a investidores estrangeiros, conforme ressalta Castells (2010, p.188), “se tornou uma fonte de riqueza para as elites do mundo todo”.

No entanto, no contexto urbano, os atores sociais estão propensos a atribuir novos sentidos aos bens culturais patrimonializados, reincorporando-os à vida cotidiana por meio das práticas culturais. “Estes sentidos podem reiterar ou modificar os pré-existentes, mesmo no que diz respeito à legitimidade que lhes é conferida pela proteção oficial” (ARANTES, 2006, p.429).

Em tempos onde prevalecem as políticas neoliberais, a produção capitalista do espaço urbano ganha destaque, impondo às cidades um ciclo de competitividade permanente em busca de atrair turistas, novos investimentos e de ampliar o poder econômico; colocando em

prática o marketing urbano como estratégia globalizante de reconstrução da imagem dos espaços urbanos das cidades na disputa intercidades. E, nesse processo, interessa aquela imagem de cidade higienizada, 'alisada' nas suas diferenças, pasteurizada, segura, cujas identidades, minuciosamente escolhidas/destacadas para compor a vitrine do turismo urbano, representam uma memória e uma história vendáveis. Dentre as consequências figuram a criação de espaços homogêneos e o acesso desigual aos equipamentos culturais; além dos esforços, por parte dos planejadores urbanos, de neutralização de resistências culturais e sociais (ou dos contra-usos). Consequências que ocorrem, em parte, porque o ritmo frenético desse processo de produção capitalista é incompatível com tempo necessário para que os atores urbanos possam se apropriar devidamente das transformações urbanas e constituírem "novas identidades". Conforme salienta Zukin,

(...) o consumo visual do espaço e do tempo, que está ao mesmo tempo acelerado e abstraído da lógica da produção industrial, obriga à dissolução das identidades espaciais tradicionais e à sua reconstituição sobre novas bases (ZUKIN, 2000, p.81).

Nesse cenário, incorporadas no âmbito das políticas urbanístico-culturais, as regras mercadológicas ditam os sentidos que conduzem a um novo ordenamento urbano. Isto é, subjacentes a essas políticas encontram-se decisões políticas e estratégicas que, em maior ou menor grau, manipulam o espaço coletivo interferindo diretamente na configuração socioespacial das cidades; muitas vezes privatizando-os ou privando as classes menos favorecidas de se apropriarem desses espaços. O que desencadeia, não raras vezes, uma atomização social. Assim, em detrimento de uma construção social do espaço urbano, o "empreendedorismo urbano", nos termos de David Harvey (2005), vai transformando a cidade em um sujeito econômico.

4.1 Espaço Público: Identidade, Memória e as dinâmicas sociotemporais

Identidade, memória e poder estão intimamente associados. Meneses (1993, p.213) nos lembra que, "em suma, identidade e poder não se dissociam". Por extensão, conforme aponta Pollak, há uma forte ligação entre memória e identidade. A memória, diz ele, é um fenômeno social e individualmente construído, consciente ou inconscientemente, de tal modo que há uma estreita ligação entre a memória e o sentimento de identidade (POLLAK, 1992). Pollak vai ao encontro do pensamento de Halbwachs no entendimento da memória sobretudo "como um fenômeno coletivo e social", isto é, "como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes" (POLLAK, 1989, p.5). Segundo Pollak, é possível dizer que

(...) *a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade*, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992, p.204, grifos do autor).

Nesse sentido, como fenômeno, a identidade é produzida por meio da negociação direta com outros, isto é, por meio do confronto entre a memória individual e a memória coletiva dos outros; “em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade” (POLLAK, 1992, p.204). Sendo assim, Pollak infere que “*a memória e a identidade são valores disputados* em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos” (POLLAK, 1992, p.205, grifos do autor).

Já Bosi nos lembra que “a memória se enraíza no concreto, no espaço, gesto, imagem e objeto” (BOSI, 2004, p.16). E a força para a formação da identidade é extraída do vínculo com o passado. Uma identidade que é alimentada pelas imagens, sentimentos, ideias e valores, difundidos pela memória coletiva produzida no interior de uma coletividade (BOSI, 2004).

Não se trata, no entanto, de uma identidade imutável, estanque. Trata-se, nessa perspectiva halbwachiana apontada por Bosi e trazida para o âmbito da sociedade contemporânea, de uma memória social que comporta significações diversas – de conceituação polissêmica e transversal ou transdisciplinar; ou seja, produzida, ético e politicamente, e de forma processual, no entrecruzamento de diversos campos do saber, e que não se reduz à representação (GONDAR, 2005).

Segundo Hall, por definição, as sociedades modernas são “sociedades de mudança constante, rápida e permanente” e é isso que distingue as sociedades tradicionais das sociedades modernas (HALL, 2011, p.14). Mas, de um tempo para cá, essas mudanças têm acontecido num ritmo mais acelerado em relação ao ritmo das mudanças que ocorreram, por exemplo, no século XIX (com a *Segunda Revolução Industrial*) até meados do século XX. Isso se dá, segundo argumentam autores como Harvey (1992) e Hall (2011), em função de uma mudança na relação espaço-tempo – ou numa “compressão espaço-tempo”, que consiste na

(...) *aceleração dos processos globais, de forma que se sente que o mundo é menor e as distâncias mais curtas, que os eventos em um determinado lugar têm um impacto imediato sobre as pessoas e lugares situados a uma grande distância* (HALL, 2011, p.69).

Para Hall, que comunga das ideias de Harvey, dentre os aspectos mais importantes da globalização que afetam as identidades culturais estão as novas características temporais

e espaciais, “que resultam na compressão de distâncias e de escalas temporais” (HALL, 2011, p.68). Harvey defende a tese de que a mudança abissal nas práticas culturais, bem como político-econômicas “está vinculada à emergência de novas maneiras dominantes pelas quais experimentamos o tempo e o espaço” (HARVEY, 1992, p.7). Segundo o autor:

Embora a simultaneidade nas dimensões mutantes do tempo e do espaço não seja prova de conexão necessária ou causal, podem-se aduzir bases a priori em favor da proposição de que há algum tipo de relação necessária entre a ascensão de formas culturais pós-modernas, a emergência de modos mais flexíveis de acumulação do capital e um novo ciclo de “compressão do tempo-espaço” na organização do capitalismo (HARVEY, 1992, p.7).

Quanto ao impacto da globalização sobre a identidade, Hall salienta que, como o tempo e o espaço são as “coordenadas básicas de todos os sistemas de representação”, a compressão espaço-tempo tem efeitos profundos no interior das comunidades, sobretudo “nas formas como as identidades são localizadas e representadas” (HALL, 2011, p.71). Segundo o autor, isso explica o deslocamento e a descentralização que o processo de globalização tem provocado nas identidades nacionais, que antes eram coerentes e centradas. Ou seja, na medida em que a identidade está intimamente relacionada com o processo de representação (as identidades são formadas e transformadas no interior da representação) a adequação de relações de espaço-tempo no interior dos diferentes sistemas de representação impacta diretamente nas formas de representação e de localização das identidades.

Um outro argumento para essa acelerada mudança nas dinâmicas das sociedades está na separação cada vez maior entre o espaço e o lugar, defendido por Giddens (1991), para quem, nas sociedades pré-modernas, “espaço e tempo eram amplamente coincidentes, na medida em que as dimensões espaciais da vida social são, para a maioria da população, e para todos os efeitos, dominadas pela ‘presença’ – por atividades localizadas” (GIDDENS, 1991, p.28-29).

Hall, ao analisar as concepções de Giddens, Harvey e Laclau acerca da natureza das mudanças, ressalta que, apesar das diferentes leituras dessas mudanças, suas ênfases na ruptura, descontinuidade e deslocamento “contêm uma linha comum” que favorece a discussão acerca “do impacto da mudança contemporânea conhecida como globalização” (HALL, 2011, p.18).

A globalização implica um processo que tende à homogeneização e à diversificação. Trata-se do paradoxo do capitalismo que, conforme ressalta Canclini, “desenvolve suas tendências expansivas necessitando, *ao mesmo tempo*, homogeneizar e aproveitar a multiplicidade” (CANCLINI, 2003, p.47, grifos do autor). Na perspectiva de Castells, a

globalização e as identidades são as duas grandes tendências conflitantes que moldam o mundo de hoje, sendo que, a primeira propicia relações locais marcadas pela ampliação da comunicação e pelas novas práticas sociais. Em função disso, segundo Castell, produziu-se uma onda poderosa de expressões coletivas em prol da singularidade cultural e do controle sobre a vida e o meio ambiente. O autor sustenta a ideia de que

a crescente diversificação e fragmentação dos interesses sociais na sociedade em rede resultam na agregação de tais interesses sob a forma de identidades (re)construídas. Assim, múltiplas identidades submetem ao Estado-Nação as reivindicações, exigências e desafios da sociedade civil (CASTELLS, 2010, p.317).

Canclini (2003) destaca a necessidade de aceitar a existência de múltiplas narrativas sobre o significado de globalizar-se, mas ressalta que é na intensificação das interligações entre as sociedades que se encontra o seu aspecto central e que é preciso pensar na compatibilidade dessa variedade de narrativas no contexto “de um saber relativamente universalizável” (CANCLINI, 2003, p.1). Na perspectiva de Canclini, que nesse ponto vai ao encontro da perspectiva de Castells, anteriormente citada, a globalização também não é um “simples processo homogeneizador”. Trata-se, pelo contrário, de um processo complexo de “reordenação das diferenças e desigualdades, sem suprimi-las”; o que, segundo o autor, torna a multiculturalização um tema indissociável dos movimentos globalizados (CANCLINI, 2010, p.11). Ou seja, o avanço daquilo que Castells intitula “identidades coletivas”⁴⁴ no mundo globalizado, na perspectiva do autor, é inerente à globalização. Já de acordo com Canclini,

A globalização, que acirra a concorrência internacional e desestrutura a produção cultural endógena, favorece a expansão das indústrias culturais com a capacidade de homogeneizar e ao mesmo tempo contemplar de forma articulada as diversidades setoriais e regionais (2003, p.22).

Canclini ressalta que é preciso, primeiramente, estabelecer um consenso em relação ao significado de globalizar-se, seja em relação “a sua capacidade de reorganizar ou decompor a ordem social” (CANCLINI, 2003, p.41). Para o referido autor, isso é um dos

⁴⁴ Para Castells, no tocante a atores sociais, identidade é “o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado. Para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas. No entanto, essa pluralidade é fonte de tensão e contradição tanto na auto-representação quanto na ação social” (CASTELLS, 2010, p.22). O autor defende a tese de que “quem constrói a identidade coletiva, e para quem essa identidade é construída, são em grande medida os determinantes do conteúdo simbólico dessa identidade, bem como de seu significado para aqueles que com ela se identificam ou dela se excluem” (CASTELLS, 2010, p. 23-24)

motivos pelos quais é falsa a afirmativa de que a globalização uniformiza tudo. O que existe, na percepção de Canclini, é o paradoxo anteriormente explicitado: “(...) o capitalismo desenvolve suas tendências expansivas necessitando, *ao mesmo tempo*, homogeneizar e aproveitar a multiplicidade” (CANCLINI, 2003, p.47). E é nesse sentido que Hall destaca que

Os fluxos culturais, entre as nações, e o consumismo global criam possibilidades de ‘identidades partilhadas’ – como ‘consumidores’ para os mesmos bens, ‘clientes’ para os mesmos serviços, ‘públicos’ para as mesmas mensagens e imagens – entre pessoas que estão bastante distantes umas das outras no espaço e no tempo (HALL, 2006, p.74).

Ou seja, nesse aspecto apontado pelo autor, a identidade fica referida à posição/situação social de consumidor e/ou cliente e/ou público que, na perspectiva da “modernidade líquida” de Bauman, trata-se da “sociedade de consumidores”, aquela que

(...) representa o tipo de sociedade que promove, encoraja ou reforça a escolha de um estilo de vida e uma estratégia existencial consumistas, e rejeita todas as opções culturais alternativas. Uma sociedade em que se adaptar aos preceitos da cultura de consumo e segui-los estritamente é, para todos os fins e propósitos práticos, a única escolha aprovada de maneira incondicional. Uma escolha viável e, portanto, plausível – e uma condição e afiliação (BAUMAN, 2008, p.71).

Para Bauman, os próprios membros da sociedade de consumidores são mercadorias de consumo, “e é a qualidade de ser uma mercadoria de consumo que os torna membros autênticos dessa sociedade”. Segundo esse autor, o mais poderoso motivo de preocupação do consumidor, na sociedade de consumidores, é “tornar-se e continuar sendo uma mercadoria vendável (...), mesmo que em geral latente e quase nunca consciente” (BAUMAN, 2008, p.76).

Como também aponta Hall, a questão da identidade, na “modernidade tardia” povoou os debates na teoria social, sob o argumento de um suposto declínio das “velhas identidades” que estabilizaram o mundo social por um bom tempo, dando lugar a novas identidades e “fragmentando o indivíduo moderno” (HALL, 2011, p.7). Uma ideia no mínimo simplista, avalia Hall, já que, em tempos não modernos (ou “pré-modernos”) tratava-se de uma concepção diferente de identidade bem como de formas distintas de vivenciá-la, ou seja, isso é historicamente situado. Hall explora algumas questões sobre a identidade cultural na modernidade, problematizando aquilo que ficou conhecido como uma “crise de identidade” (HALL, 2011, p.7). O autor aponta que alguns teóricos defendem ou acreditam que está em voga um tipo diferente de mudança estrutural das sociedades modernas desde o final do século XX. Isso de tal modo que as “paisagens culturais” de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que no passado forneceram “sólidas localizações como indivíduos sociais”, estariam sendo fragmentadas por essa mudança estrutural; “abalando a ideia que

temos de nós próprios como sujeitos integrados” (HALL, 2011, p.9). Segundo o autor, essa “perda de um ‘sentido de si’ estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento – descentração do sujeito” (HALL, 2011, p.9). E esse “duplo deslocamento: descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmo”, constitui uma ‘crise de identidade’ para o indivíduo” (HALL, 2011, p.9). A esse argumento, Hall acrescenta uma nova dimensão:

a afirmação de que naquilo que é descrito, algumas vezes, como nosso mundo pós-moderno, nós somos também ‘pós’ relativamente a qualquer concepção essencialista ou fixa de identidade – algo que, desde o iluminismo, se supõe definir o próprio núcleo ou essência de nosso ser e fundamentar a nossa existência como sujeitos humanos (HALL, 2011, p.10).

Mas essa crítica que Hall faz à concepção iluminista não significa que não haja mais identidade e que tudo seja evasão ou deriva. E é sob essa ótica, considerando especialmente o campo cultural (para além dos impactos no campo econômico, no campo social e político), que esse “complexo processo de forças de mudança” que representa a globalização tem provocado grandes transformações no espaço público urbano, impactando sobremaneira as dinâmicas das cidades, sobretudo no que tange à memória enquanto prática social.

Nesse cenário, o dinamismo e as transformações das cidades, que demandaram uma concepção mais ampla de patrimônio cultural, demandam, conseqüentemente, uma evolução das políticas de patrimônio. Desde a década de 1970, especialmente, até os tempos atuais, como vimos, documentos internacionais do patrimônio vêm assinalando essa evolução, no sentido de que as políticas patrimoniais possam acompanhar, de maneira eficiente, as constantes e vertiginosas mudanças nas dinâmicas sociais, culturais e políticas das sociedades nos últimos tempos.

E é nessa perspectiva que adotamos a definição de patrimônio ambiental urbano que, como vimos, extrapola as fronteiras das atribuições galgadas pelos instrumentos tradicionais de preservação, imprimindo ao patrimônio a carga de representações da memória social, num processo de construção de cultura dinâmico e cumulativo. A esse conceito, incorpora-se aqui o conceito de territorialidade, ou melhor, de (micro)territorialidade; que possibilita, numa visão holística, apreender essa relação dialética das ações socio-históricas com a formação do espaço urbano e de seus sentidos de pertencimento. Isso de modo que a interligação desses dois conceitos possibilite pensar a conservação pautada na ideia de transformação, ou seja, uma conservação integrada cuja base de sustentação esteja não num bem a ser preservado *per si*, mas numa identidade em transformação. Em termos de patrimônio, intervir na matéria implica intervir também no imaterial.

4.2 Patrimônio ambiental urbano, microterritorialidade e totalidade: uma confluência interescalar do macro e do micro

Jacques Lacan utilizou a “Cinta de Moebius” na psicanálise para metaforizar a continuidade entre o interno e o externo no psiquismo (SODRÉ, 2010). Sodré usa essa mesma metáfora para ilustrar o modo de relacionamento entre os planos atual e o virtual, numa perspectiva do efeito da diferença entre o mundo sensível e o mundo especular; enfatizando não a continuidade entre os planos de dentro e o de fora (como no caso de Lacan), mas a torção (ou distorção). Na cinta, a continuidade entre o interno e o externo só existe pela torção. É torção que caracteriza a *Cinta de Moebius*. Na geometria analítica, a *Cinta de Moebius* é uma superfície não-orientável⁴⁵ que se obtém quando se dá uma torção numa das pontas da cinta, antes de sobrepor suas pontas, colando uma ponta à outra, de maneira que “o plano externo tenha continuidade no interno, quebrando a separação radical entre ambos” (SODRÉ, 2010, p.155). Percebido como um objeto não dual, na *Cinta de Moebius*, o componente de fronteira é permeável: se se começasse a percorrer a Cinta pela borda externa da fita, ao dar a volta completa, terminaria o percurso em sua borda interna. Essa metáfora vale para ilustrar o patrimônio ambiental urbano, numa perspectiva de “diferença entre os patrimônios material e imaterial (esses sendo, para além de duas faces de uma mesma moeda, duas faces de uma mesma cinta). Nesse caso, o patrimônio é um plano, torcido, que coloca o patrimônio material em continuidade com o patrimônio imaterial: não se sabe onde um começa e onde o outro termina. A torção é caracterizada pelas relações (o ir junto) – a razão de ser do patrimônio ambiental urbano. Enfatiza-se aqui, também, a possibilidade de cisão na cinta, de modo que ela volte a ser uma superfície orientável: assim, os patrimônios imaterial e material ficam incomunicáveis e, conseqüentemente, o patrimônio ambiental urbano “desaparece”. Nessa metáfora, aqui expandida, o ato de cindir a cinta ilustra as políticas urbanístico-culturais que desconsideram os tradicionais usos e as apropriações dos espaços urbanos. Isso nos remete à noção de totalidade proposta por Santos (2006), que defende que as “partes que formam a Totalidade não bastam para explicá-la. Ao contrário, é a totalidade que explica as partes” (SANTOS, 2006, p.74). Não é à toa que diz o ditado: *O todo é maior que a soma de suas partes*.

Essa noção de totalidade nos auxilia na compreensão da Feira de Antiguidades da Praça XV ao longo do tempo – uma feira que existe a meio século sem nunca ter sido a mesma: o espaço apropriado já não é o mesmo daquele de quando a Feira surgiu; as relações sociais também já não são as mesmas daquela época, os expositores já não são os mesmos;

⁴⁵Já uma superfície orientável é aquela gerada, por exemplo, numa cinta em que são diversos e incomunicáveis os planos interno e externo (SODRÉ, 2010).

os frequentadores também já não são os mesmos. Mas trata-se ainda da “mesma” Feira: A Feira de Antiguidades da Praça XV. Como disse Santos, “(...) a totalidade evolui ao mesmo tempo para tornar-se outra e continuar a ser totalidade” (SANTOS, 2006, p.74).

Ainda que a noção de espaço global suscite dúvidas, “não há como deixar de reconhecer a emergência dos espaços de globalização”, já dizia Santos (2006). Em sua teoria espaço-tempo, o geógrafo Milton Santos (2006) postula que a noção de rede global seria incompreensível se as enxergássemos apenas a partir de suas manifestações locais ou regionais. E que, por outro lado, as redes locais e regionais são indispensáveis para a compreensão do trabalho das redes à escala do mundo. A partir de Braudel, Santos (2006) compreende ser possível o entendimento do movimento global por meio dos movimentos particulares, tendo em vista que tais movimentos são contemporâneos e coexistem de forma sincronizada. Segundo o geógrafo,

Através das redes, podemos reconhecer, grosso modo, três tipos de solidariedade, cujo reverso são outros tantos níveis de contradições. Esses níveis são o nível mundial, o nível dos territórios dos Estados e o nível local (SANTOS, 2006, p. 182).

Santos, que afirmou que a humanidade convive pela primeira vez com uma *universalidade empírica*, defende a noção de totalidade - um legado da filosofia clássica -, como elemento fundamental para a compreensão da realidade. “A totalidade é a realidade em sua integridade”, disse o autor (SANTOS, 2006, p.74). Segundo Santos, a totalidade das coisas presentes no Universo formam uma unidade onde cada coisa nada mais é que uma parte desta unidade: “Cada coisa nada mais é que parte da unidade, do todo, mas a totalidade não é uma simples soma das partes” (SANTOS, 2006, p.74). Ou seja, o autor defende que é a totalidade que explica as partes e não o contrário; de tal modo que, para se conhecer o todo, é necessário reconhecer o movimento conjunto do todo e das partes. No entanto, como ressalta o próprio autor, a totalidade é fugidia, “é uma realidade fugaz, que está sempre se desfazendo para voltar a se fazer. O todo é algo que está sempre buscando renovar-se, para se tornar, de novo, um outro todo” (SANTOS, 2006, p.75). É um ser e um porvir. E, para apreender a totalidade complexa que está sempre em movimento, de acordo com Santos, é preciso primeiro ter a noção que “o conhecimento pressupõe análise” e de que “a análise pressupõe divisão” (SANTOS, 2006, p.75).

Retomando Sartre, Santos salienta que, para apreensão da totalidade, faz-se necessário, então, fazer a distinção entre totalidade e totalização: a primeira é o resultado e a segunda é o processo. Isto é, uma é a totalidade produzida e a outra é a totalidade em produção, “mas as duas convivem no mesmo momento e nos mesmos lugares” (SANTOS, 2006, p.76). Santos exemplifica a paisagem ou a configuração territorial como sendo a

totalização já perfeita, acabada, e o espaço como sendo a totalização em processo. “É o espaço que, afinal, permite à sociedade global realizar-se como fenômeno”, reitera o referido autor (SANTOS, 2006, p.77). E ele acrescenta:

Assim, o espaço é, antes do mais, especificação do todo social, um aspecto particular da sociedade global. A produção em geral, a sociedade em geral, não são mais que um real abstrato, o real concreto sendo uma ação, relação ou produção específicas (...) somente pode dar-se no espaço (SANTOS, 2006, p.77).

Vale lembrar o que salientou Bosi em seus estudos sobre a memória: “A técnica cria redes de globalização, mas o mundo é feito de territórios, nações, paisagens” (BOSI, 2004, p.19). E é no espaço urbano, onde, como assinalamos anteriormente, o *poder se urbaniza*, que as relações de poder conformam paisagens *sui generis*, formando e transformando lugares. É nele, a partir das experiências individuais e coletivas, que as memórias vão sendo plantadas, enraizadas; formando “camadas de memórias”.

Nesse contexto, o conceito de rugosidade, cunhado pelo geógrafo brasileiro Milton Santos, nos auxilia a compreender os processos de apropriação da Praça XV pelo comércio ao longo dos anos. Segundo Santos, “o período presente deve ser estudado como um resultado da evolução” (2005, p.11). Nessa perspectiva, entendemos que a Feira de Antiguidades da Praça XV que hoje é patrimônio da cidade do Rio de Janeiro, situada num dos principais sítios urbanos da antiga capital e com o qual a Feira está intimamente ligada, é resultado de um processo sócio-histórico. E, como resultado de um processo de acumulação sócio-histórica, temos nas *rugosidades* uma chave de legibilidade dos processos de materialização dos usos e apropriações de um determinado território – no caso, a Praça XV.

Segundo Santos, a rugosidade “é o que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares” (SANTOS, 2006, p.140). Para o geógrafo,

(...) as rugosidades são o espaço construído, o tempo histórico que se transformou em paisagem, incorporado ao espaço. As rugosidades nos oferecem, mesmo sem tradução imediata, restos de uma divisão de trabalho internacional, manifestada localmente por combinações particulares do capital, das técnicas e do trabalho utilizados (SANTOS, 2008, p.173).

Ou seja, o que nos interessa, enquanto objeto de estudo no âmbito das ciências humanas e sociais é o uso do território (ou o território usado ou vivido), e não o território em si mesmo (SANTOS, 2006). E é pela configuração territorial que as rugosidades conformam um determinado território.

No contexto dessa tese, onde buscamos decifrar os usos sociais de um determinado espaço da cidade; espaço esse que é conformado num processo dinâmico de supressões, acumulações e superposições, entendemos que, aliado ao conceito de rugosidade, o conceito de (micro)territorialidades – um conceito expandido de territorialidade, cunhado por Fortuna (2012) -, à luz do processo histórico do ordenamento urbano, favorece a compreensão do lugar da Feira, na medida em que tal conceito nos possibilita uma “confrontação com o contexto excessivo da metrópole” (FORTUNA, 2012, p.202).

As (micro)territorialidades, no entendimento de Fortuna, consistem em espacialidades socioafetivas de pequena escala - trata-se de uma abordagem subsidiária da geografia, mas que não se limita a ela. Fortuna propõe, com o conceito de (micro)territorialidades, uma avaliação da possibilidade de “trazer as (micro)territorialidades para o centro da discussão atual e olhar a cidade/metrópole do ponto de vista do fragmento” (FORTUNA, 2012, p.202). Na percepção do autor, ainda que haja uma multiplicidade e diversidade de fragmentos, esses conservam a virtude de contribuir para uma (re)visão da episteme urbana no sentido de um entendimento melhor e mais adequado do que é a cidade/metrópole atual. Nesse sentido, podemos inferir que as (micro)territorialidades funcionam como uma espécie de fractal; ou seja, uma (micro)territorialidade está circunscrita nesse contexto de uma totalidade que explica as partes onde faz-se necessário, para tanto, o reconhecimento do movimento conjunto do todo e das partes.

De acordo com Fortuna,

As territorialidades micro (...) são, portanto, subsidiárias deste “encontro” de processos socioespaciais situados na confluência interescalar do macro e do micro. São também fenômenos situados nos lugares ou, mais objetivamente, em espaços de pequena escala com gente dentro, o que lhes confere, em consequência, uma dimensão humana e territorial particular. Mas é precisamente a qualidade de imprimir expressão humana e social a estes espaços, incluindo os “espaços” virtuais, que confere a estas territorialidades a natureza eminentemente social que ostentam (FORTUNA, 2012, p.201).

No entendimento de Fortuna, as (micro)territorialidades remetem a “uma espécie de geografia emocional que transmite ao espaço enorme carga afetiva”. Trata-se de uma espécie de “subjetivação” do território ou “um processo de territorialização do sensível” (FORTUNA, 2012, p.203). Para o autor, através da análise das (micro)territorialidades – análise na qual “a centralidade do corpo nas modernas configurações sociais urbanas” é um de seus aspectos mais significativos -, é possível “captar dimensões da realidade urbana metropolitana que vão sendo invisibilizadas à medida que esta se torna excessiva (...)” (FORTUNA, 2012, p.2012).

No âmbito dos jogos de força e poder exercidos e expressos no espaço público, enquanto um campo (Bourdieu, 2004), a noção de (micro)territorialidade, de acordo com Fortuna, abrange o reconhecimento dos micropoderes (tratado por Foucault, 2012) em contraposição ao macropoder do Estado. A subjetivação do território da qual trata o referido autor, refere-se a uma espécie de conversão do macroespaço territorial em microespaço: uma parte efetiva de cada sujeito que usufrui do macroespaço, que, no âmbito da coletividade, constitui novos enclaves e novas paisagens emocionais, impondo, assim, um novo regime de interesses, de exigências e de reivindicações (FORTUNA, 2012). Fortuna salienta que

Um forte investimento afetivo nesse território subjetivado traduz um particularismo político e emotivo que impõe uma forma diferente de enunciar o outro e, por essa via, uma outra forma de autoenunciação dos sujeitos (FORTUNA, 2012, p.203).

Na perspectiva desse autor, “a materialidade das (micro)territorialidades, mesmo quando apenas subjetivada, pode representar um eixo determinante das identidades coletivas” (FORTUNA, 2012, p.205). O conceito de (micro)territorialidade está, portanto, diretamente relacionado com os conceitos de memória e de identidade na medida em que os sujeitos fazem uso dos sentidos para reagir e mobilizar as suas capacidades sensoriais de acordo com os estímulos que recebem pela materialidade do contexto espaço-territorial no qual estão inseridos (FORTUNA, 2012). Fortuna ressalta que,

Numa sociedade que privilegia o movimento, a identidade dos sujeitos não pode ser entendida apenas como efeito direto dessa materialidade do lugar e comporta também um sentido particular de acúmulo de múltiplas identificações momentâneas e circunstanciais, espacialmente situadas, que os sujeitos apropriam (FORTUNA, 2012, p.204).

Não temos a pretensão, entretanto, de compreender a totalidade no sentido de sua concretude ou de sua plenitude. Ou, como diz Magnani (2009, p.108), não se trata de uma totalidade que “evoca um todo orgânico, funcional, sem conflitos, tampouco se trata de uma totalidade que coincide, no caso da cidade, com os seus limites político-administrativos”. Busca-se uma totalidade no sentido de encontrar uma melhor forma de observar o todo. Forma essa que pressupõe o distanciamento estratégico do objeto observado, que favoreça a sua compreensão tal como o fazemos para observar, por exemplo, um quadro pintado sob a técnica do pontilhismo, onde o todo só pode ser revelado quando olhamos a uma certa distância. No âmbito das ciências humanas e sociais, é esse o sentido de totalidade que nos possibilita alcançar a desejada “chave da inteligibilidade” (MAGNANI, 2009, p.109).

4.2.1 Espaço público, consumo global e patrimonialização: a Praça XV como (micro)território e lugar da Feira de Antiguidades

(...) O lugar importa (Place Matters) porque a perda de negócios locais estimados e marcos urbanos empobrecem a cidade, especialmente quando essa perda poderia ter sido impedida. / O lugar importa (Place Matters) porque as nossas vidas são enriquecidas por viver numa cidade onde o meio ambiente natural e construído se articula em ricas camadas de história, memória e narrativas (HAYDEN, 1995 *apud* CASTRIOTA, 2009, p. 129).

Nos tempos atuais, em que o aumento do fluxo migratório, a evolução dos processos de comunicação e a difusão tecnológica alcançam níveis bastante elevados, a influência de diversos sistemas culturais (ou diferentes tradições culturais) na vida das pessoas só tem aumentado. Com isso, conforme aponta Canclini (2010), há um acirramento da concorrência internacional entre países (ou entre cidades de diversos países) que desestrutura a produção cultural interna dos países, favorecendo a expansão das indústrias culturais. Nesse domínio, patrimônios culturais têm suas dimensões imateriais destacadas e são consubstanciados em “ativos imateriais”, ou seja, convertem-se em mercadorias – razão de ser da indústria cultural. No âmbito das cidades, como vimos, as áreas urbanas centrais principalmente nas grandes cidades têm, assim, se tornado espaços privilegiados de investimentos de diversas ordens, com vistas a atender os paradigmas de uma economia globalizada. Investimentos que, por vezes, deixam de lado as necessidades do cidadão, em prol de um *urban appeal* em que prevalece uma política global de consumo dos lugares, condição na qual os gestores e planejadores urbanos buscam tornar suas cidades cada vez mais atrativas, protagonistas no âmbito econômico e social e dinamizadoras de bens simbólicos. No processo de vinculação das diversas facetas do patrimônio, destacado no segundo capítulo desta tese, desta vez, entram em cena o administrador (gestor) e o publicitário (responsável pelo marketing) e o patrimônio passa a transitar do “campo do vivido para o campo do representado e do performativo” (PEIXOTO, 2017, p.18).

Diante disso, conforme salienta Yúdice, muitas das transformações das cidades pós-industriais estão sendo facilitadas por atividades como o turismo cultural, que vem se consubstanciando nos últimos anos numa política global de consumo dos lugares. O referido autor cita como exemplo o Museu Guggenheim, em Bilbao, que tem servido de modelo para franquias de museus em várias partes do mundo. Yúdice pontua que investimentos em museus com tamanha marca distintiva (do arquiteto Frank Gehry, por exemplo) propiciam às cidades o magnetismo necessário para atrair atividades que ‘dariam vida’ aos lugares, fazendo com que a cidade atraia e mantenha investimentos. Por outro lado, o autor ressalta

a desvantagem de iniciativas como essas que, “como nos casos clássicos de ascensão social, elas tendem a deslocar residentes” (YÚDICE, 2004, p.26-27).

Vale ressaltar que “aquela” Feira de Antiquidades criada pela Secretaria Municipal de Turismo, em 1978, como forma de dinamizar o centro histórico, como descrito anteriormente, em contraponto à Feira do Troca, que surgiu naturalmente num local propício ao comércio, parece ser um bom exemplo disso. Aquela privilegiava, sobretudo, comerciantes de antiquários que possuíam lojas na zona sul do Rio de Janeiro, além de outros atores que detinham competência socialmente legitimada do exercício do “poder simbólico” (Bourdieu 1989), como os grandes colecionadores de obras de artes, os bibliófilos e os numismatas.

Inserida num contexto onde a procura pela rentabilidade de investimentos e pela maximização do público – que obedece à lei da concorrência para conquistar o maior mercado possível (BOURDIEU, 2007) -, a indústria cultural se opõe ao campo de produção erudita, na medida em que, enquanto esse campo “produz bens culturais (e os instrumentos de apropriação destes bens) objetivamente destinados (ao menos a curto prazo) a um público de produtores de bens culturais que também produzem para produtores de bens culturais”; aquele (a indústria cultural) - denominado por Bourdieu de “o campo da indústria cultural” - é “organizado com vistas à produção de bens culturais destinados ao grande público que pode ser recrutado tanto nas frações não-intelectuais das classes dominantes (‘o público cultivado’) como nas demais classes sociais” (BOURDIEU, 2007, p.105).

Voltando à questão da política global de consumo dos lugares, esse tema tem alimentado as discussões acerca daquilo que seria um provável processo de escassez dos lugares⁴⁶ das cidades, como consequência de políticas urbanístico-culturais voltadas principalmente para o consumo. No debate atual acerca do espaço público, alguns autores (LEITE 2001, 2004, 2006; ANDRADE, 2009; FORTUNA, 1997, 2009; SERPA, 2006), em um contraponto ao debate acerca de uma decadência do espaço público - ou da “perda da comunalidade urbana” (HARVEY, 2014, p.134) -, argumentam, a partir de pesquisas realizadas especialmente no Brasil e em Portugal, que o espaço público não está em declínio, mas em transformação e demonstram que muitos espaços públicos ainda mantêm grande vitalidade. Transformação essa que está intimamente relacionada com a adequação de relações de espaço-tempo no interior dos diferentes sistemas de representação, conforme pontuado anteriormente, e que impacta diretamente nas formas de representação e de localização das identidades.

⁴⁶Como já visto, no âmbito desta tese, compreendemos *lugar* como demarcações físicas e simbólicas no espaço, cujos usos os qualificam e lhes atribuem sentidos – ou seja, um espaço da construção da diferença, em que são inscritas as marcas que caracterizam as diferentes demandas de uma coletividade.

Fato é que mudanças significativas vêm ocorrendo nos espaços públicos das cidades. E, num universo globalizado, de disputas de mercado, o patrimônio cultural vem, então, se constituindo em um importante ingrediente na estratégia promocional da cidade, numa “proliferação patrimonial” que se intensifica com a concorrência intercidades, revelando um processo universal de revalorização do patrimônio, enquanto recurso simbólico a serviço de políticas estratégicas de modernização da imagem dos lugares.

E, num processo que Carlos Fortuna classifica como “destraditionalização”, os bens patrimoniais têm reinventados os seus significados social e cultural, além dos seus usos, e a marca de tradição se converte em capital da inovação (FORTUNA, 1997).

Desse modo, mais do que preservar e valorizar um bem patrimonial, o que pesa, em função do modelo econômico-político vigente, é a necessidade de se pensar num retorno econômico que justifique investimentos, num processo de preservação voltado para o mercado, custeado graças à participação de iniciativas privadas no gerenciamento de políticas urbanístico-culturais.

Com as parcerias público-privadas na condução dessas políticas, o espaço público é ‘cedido’ pela autoridade política para que “especialistas da produção simbólica”, como planejadores, arquitetos e gestores, coloquem em prática sua criatividade especializada e competente e exerçam o “poder simbólico” (BOURDIEU, 1989), “sob a auréola da neutralidade e da objetividade” (CHAUÍ, 2014, p.113). Consequentemente, pautada por uma lógica de mercado, a espacialização de dimensões humanas da vida, chanceladas no cotidiano, são por vezes tomadas unilateralmente, pela via da hegemonia e da subordinação econômica; em detrimento de uma perspectiva relacional.

Fortuna defende a tese de que, sob essa lógica de “mercadorização dos espaços” públicos (em especial aqueles das relações de afetividade e do espírito de lugar), esses espaços orgânicos e integrados (como outros espaços residenciais ou de comércio e consumo, como os mercados municipais das regiões centrais de diversas cidades), “se encontram em vias de serem hegemonizados pelos princípios ordenadores do mercado e, nesse sentido, de promoverem contextos em que os sujeitos se veem arrastados para uma condição alienante e atomizada” (FORTUNA, 2002, p.138).

Conforme aponta Canclini

Em uma época em que a cidade, a esfera pública é ocupada por agentes que calculam tecnicamente suas decisões e organizam tecnoburocraticamente o atendimento às demandas, segundo critérios de rentabilidade e eficiência, a subjetividade polêmica, ou simplesmente a subjetividade, recolhe-se ao âmbito privado. O mercado organiza o mundo público como palco do consumo e dramatização dos signos de *status*. As ruas tornam-se saturadas de carros, de pessoas apressadas para cumprir obrigações profissionais ou

para desfrutar uma diversão programada, quase sempre conforme a renda econômica (CANCLINI, 2000, p.288).

Importante salientar que a própria ampliação da noção de patrimônio cultural, que deslocou sua atenção dos objetos para as relações culturais com a mudança no paradigma da Antropologia, de certa forma, pode ser considerada como um dos efeitos da globalização. Nesse sentido, tal ampliação pode contribuir para a inserção de países ou grupos sociais, principalmente aqueles que eram muitas vezes considerados inexpressivos, na comunidade internacional, e trazer benefícios tanto políticos quanto econômicos. Por outro lado, na medida em que a noção de patrimônio cultural se expande em função da noção ampliada de cultura, como já foi dito, o patrimônio cultural passa a ter um *status* de símbolo de fortuna. Nesse cenário, "(...) torna-se necessário ampliar também o repertório das práticas de preservação, que até recentemente eram identificadas no Brasil, exclusivamente com o tombamento" (FONSECA, 2003, p.71). E, nesse sentido, conforme apontou Meneses em estudos recentes,

Se examinarmos a bibliografia nacional disponível, veremos que nossos estudiosos produziram um vasto rol de dados e análises sobre o papel do estado, da política, dos intelectuais, os interesses econômicos, as ideologias, a trajetória dos órgãos de preservação, os aspectos técnicos e sociais da preservação e conservação, reabilitação urbana e temas conexos. Há também numerosos estudos de muita qualidade sobre cidade e cultura, cidade e patrimônio, cultura urbana. Conviria, agora, dar ao habitante, no universo do patrimônio cultural, uma presença menos etérea (MENESES, 2017, p.198).

Nessa perspectiva, entendemos que o entorno da Praça XV, apropriado pela Feira de Antiguidades, apresenta um potencial problematizador da experiência sensível sobre o espaço público e pode, enquanto material empírico, ser um importante instrumento de análise e de reflexões em torno dos usos dos espaços públicos, do patrimônio e das performances socioculturais, especialmente centradas nos atores sociais que configuram espaços urbanos de uma grande cidade.

E é considerando essa indissociabilidade entre forma e conteúdo na análise do espaço urbano e, sobretudo, considerando que o ser humano é simultaneamente um indivíduo biológico e um agente social e, como tal, é constituído pela relação com o espaço social, ou "com campos" (BOURDIEU, 2013), que essa pesquisa adota o conceito de patrimônio ambiental urbano como matriz teórica. A opção pelo conceito de patrimônio ambiental urbano se dá, nesse sentido, pelo fato de tal conceito, como vimos, agregar determinados fatores como a noção de espaço como um sistema que abarca a dimensão social do espaço urbano que, para a presente investigação, possuem total relevância. É um conceito que permite abordar a cidade sob a perspectiva de três aspectos simultâneos (e complementares): sua

condição de artefato, sua condição de campo de forças e sua condição de agregado de representações simbólicas (ARANTES, 2006).

Destarte, o conceito de patrimônio ambiental urbano possibilita voltar o foco para o discurso cotidiano das cidades, onde a narrativa do patrimônio faz referência a uma multiplicidade de experiências e de categorias sociais dos diversos grupos que vivenciam as cidades. Nesse sentido, não só a heterogeneidade passa a ser protagonista na definição da sociedade nacional em oposição à ideia de nação homogênea; como possibilita a integração, ainda que contraditória e desigual, dos diversos tempos materializados nos espaços das cidades. Conforme destaca Fonseca,

(...) não há dúvidas de que essa ampliação no conceito de patrimônio cultural contribui para aproximar as políticas culturais dos contextos multiétnicos, multirreligiosos e extremamente heterogêneos, que caracterizam as sociedades contemporâneas (FONSECA, 2003, p. 71).

Dessa forma, entendemos que é possível reorientar a gestão do patrimônio à medida que essa conceituação de patrimônio ambiental urbano (uma conceituação ampliada de patrimônio) possibilita compreender a cidade a partir da articulação e ressignificação que os agentes sociais promovem, por meio de suas referências e produções culturais fundadas no cotidiano, na heterogeneidade social e cultural da cidade, e estreitamente associadas às estruturas materiais desta.

E, conforme salienta Arantes

A retomada, na conjuntura atual, de uma compreensão totalizante do patrimônio é bastante oportuna. Associando a noção de ambiente à de patrimônio urbano, ela induz a reflexão e a prática patrimonial a se abrirem para os valores pelos quais os habitantes das cidades reconhecem nelas, mais do que um simples pano de fundo, um cenário morto em relação ao qual suas vidas seriam indiferentes. Esta ótica permite trabalhar com os sentidos de lugar associados às estruturas materiais preservadas (naturais ou edificadas), que emergem dos projetos socialmente compartilhados e dos conflitos que nutrem o constante refazer das identidades (ARANTES, 2006, p.430).

Em se tratando de patrimônio urbano, numa perspectiva de ambiência, paisagem e entorno de um determinado monumento (não sendo visto como um bem em si) no contexto dessa retomada do conceito, a ampliação polissêmica em torno do termo patrimônio requer um avanço nas políticas preservacionistas, e este último acontece em ritmo desacelerado se comparado ao ritmo das constantes e rápidas mudanças características do nosso tempo.

No processo dinâmico de mudanças no contexto urbano, de supressão, acumulação, superposição, característico das cidades contemporâneas, a trajetória das políticas de preservação do patrimônio cultural, conformados na legislação, expressa diferentes

referências teóricas vigentes nos diferentes períodos. No âmbito das políticas urbanístico-culturais, os (micro)territórios, sobretudo aqueles classificados como sítios urbanos ou mesmo (micro)territórios que abrigam monumentos isolados, têm sua configuração condicionada por uma legislação que define, além das possibilidades de usos e apropriações, as possibilidades e os limites de ações que, ao produzirem rugosidades, possibilitam uma leitura no sentido de compreender os usos e apropriações de um determinado território por uma coletividade, considerando que, como ressalta Santos (2006, p.2018), “nada fazemos hoje que não seja a partir dos objetos que nos cercam”. O citado autor nos lembra que, nas cidades,

(...) a co-presença e o intercâmbio são condicionados pelas infraestruturas presentes e suas normas de utilização, pelo mercado territorialmente delimitado e pelas possibilidades de vida cultural localmente oferecidas pelo equipamento existente (SANTOS, 2006, p.216).

Nessa perspectiva, entendemos que a região da Praça XV é um desses espaços que escapam às lógicas do planejamento urbano e da regulação institucional, traduzindo-se naquilo que Fortuna denomina de “interrupção na malha urbana”. Por exemplo, a Praça General Âncora – extensão da Praça XV -, onde funcionava o antigo mercado e que já abrigou também um estacionamento, depois de revitalizada, tornou-se um espaço de passagem e atualmente abriga em suas instalações (canteiros, árvores, bancos), pessoas sem teto; com isso tendo-se tornado naquilo que Fortuna intitula de espaço distópico ou “vazio urbano”, que sinaliza “o curso errático da dinâmica sociotemporal” (FORTUNA, 2012, p.209).

E é lembrando que sobretudo o habitante da cidade atua nela mais pelas cartografias mentais e emocionais “que variam segundo os modos pessoais de experimentar as interações sociais” (CANCLINI, 2008, p.15) do que pela orientação de mapas e GPS, que apresentamos, no capítulo a seguir, a etnografia da Feira de Antiguidades da Praça XV. Uma etnografia que está ancorada nesse curso errático regido pelas disposições mentais e emocionais, em que “cada pessoa tem uma cidade que é uma paisagem urbanizada de seus sentimentos” (García Montero, 1972, p. 71 *apud* CANCLINI, 2008, p.15).

5 ENTRE RELÍQUIAS E QUINQUILHARIAS: UMA ETNOGRAFIA DA FEIRA DE ANTIGUIDADES DA PRAÇA XV

Numa análise focada em bases etnográficas e dados qualitativos, sob o pressuposto da totalidade, onde a tônica das transformações recai sobre os atores sociais e suas divisões de classes, capital cultural, capital social, gênero etc., buscamos explicitar, por um lado, as dimensões que, conforme aponta Mariana Busso (2011), são indispensáveis para a compreensão da realidade de feiras urbanas, quais sejam: dimensão físico-estrutural, dimensão legal/institucional, dimensão política e dimensão ideológico-cultural. Por outro lado, ao tomarmos a Feira de Antiquidades da Praça XV como Patrimônio Ambiental Urbano, nossa apreensão etnográfica dar-se-á, então, numa perspectiva de cidade ancorada nas três dimensões interdependentes e imbricadas, apontadas por Meneses (2003): dimensão de artefato, de campo de forças sociais e de agregado de representações simbólicas.

Como toda feira comercial urbana, a Feira de Antiquidades da Praça XV é um espaço de interação social, de informação, de socialização, de intercâmbios comerciais e culturais; um espaço difuso e conflituoso. Para além disso, a unidade de observação da nossa pesquisa – a Feira de Antiquidades da Praça XV - tendo em vista o vasto e heteróclito conjunto de objetos materiais por ali expostos, é um lugar de formação e informação como também de experiência e expressão do singular. Trata-se, portanto, de um lugar bastante fértil para investigação dos fenômenos de sociabilidade e de interação social, onde diferentes atores com distintas intenções convergem e divergem.

Nesse contexto, apresentaremos a seguir considerações sobre o passado e o presente da Feira de Antiquidades da Praça XV, de modo a compreender como este evento semanal se adapta às transformações urbanas do lugar que lhe empresta o nome, e como se reinventa ao longo dos anos. Frente a essas transformações, procuramos apreender as mudanças e permanências especialmente no que tange ao nível da organização social e à dinâmica da Feira (com seus níveis de diferenciação interna) que, por força dos impulsos de especialização (ainda que informal), acarretam a distinção.

Retomamos aqui a assertiva de Santos, destacada em capítulo anterior: “nada fazemos hoje que não seja a partir dos objetos que nos cercam”. Foi sob essa perspectiva e visando uma leitura que nos possibilitasse compreender os usos e apropriações desse (micro)território da Praça XV pela coletividade dos atores sociais da Feira que lançamos mão da etnografia, aliada à leitura da legislação vigente ao longo do período de existência da Feira, bem como à análise dos principais projetos urbanísticos que interferiram na configuração do lugar daquele evento sociocultural e urbano sabatino.

Considerando tratar-se de uma etnografia em contexto urbano, conforme observado por Magnani, é preciso levar em consideração dois fatores: a paisagem e os atores sociais. O primeiro deles não se refere a “um cenário já dado onde os atores desenvolvem suas práticas”, mas é resultado dessas práticas impressas pelos mais diversos atores (poder público, moradores, corporações privadas, visitantes etc.) (MAGNANI, 2002, p.106). Um resultado cujo processo é dinâmico e constitui um repertório de possibilidades, seja para compor novos arranjos, seja se apresentando como obstáculos. Na antropologia urbana, cabe à etnografia trabalhar “com e na intersecção de ambos” e “captar esse duplo movimento” (ao contrário de outros campos cujo enfoque se dá em um ou outro termo da relação) (op. cit.).

É neste plano que entra a perspectiva “de perto e de dentro”, capaz de apreender os padrões de comportamento, não de indivíduos atomizados, mas dos múltiplos, variados e heterogêneos conjuntos de atores sociais cuja vida cotidiana transcorre na paisagem da cidade e depende de seus equipamentos (MAGNANI, 2009, p.106).

Espaços e atividades são moldados pela experiência vivida e são essas aventuras aleatórias do caminhar que caracterizam os itinerários cotidianos. São as pessoas que, aleatoriamente, inventam seus percursos. “Os jogos dos passos moldam os espaços. Tecem os lugares” (CERTEAU, 2012, p.176). Nesse sentido, no fazer da pesquisa, auxiliado pelas escolhas teóricas e pela experiência de campo por meio da observação participante, sob o supracitado pressuposto da totalidade construída, buscamos, nessa escrita etnográfica, trazer “algo mais do que generalidades” (MAGNANI, 2002, p.109) a respeito do nosso objeto de estudos.

Assim, para além do exercício constante de imersão e emersão – o estar lá e o estar aqui, perseguiu-se uma perspectiva mais holística do objeto de pesquisa na tentativa de construir a totalidade almejada. Procuramos, na escrita etnográfica, empreender aquilo que Geertz (2013, p.4), ao referenciar Gilberto Ryle, chama de “descrição densa”, um fazer etnográfico que implica num esforço intelectual para além dos métodos de “estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante”.

Em termos de composição do texto, optamos pela narração em terceira pessoa com algumas incursões em primeira pessoa do singular – um reflexo, de certo modo, desse exercício de distanciamento e de aproximação: um olhar “de perto e de dentro” em contraste com um “olhar distanciado” (MAGNANI, 2002, p.25) – de fora, próximo, mas não tão perto e também de longe.

5.1 A Praça XV como suporte material da Feira de Antiquidades: mudanças e permanências

Na região da Praça XV, como já vimos, um conjunto de transformações urbanas e paisagísticas ao longo dos anos, com destaque para o espaço de tempo entre a construção e posterior demolição do Viaduto da Perimetral (ou Elevado da Perimetral) – recorte temporal desta pesquisa, sintetiza o percurso das políticas urbanas que vigoraram no Brasil naquele período.

E são essas transformações que pautaram a nossa análise acerca das mudanças e permanências da Feira de Antiquidades da Praça XV, que se instalou nas proximidades da Estação das Barcas no início da década de 1970 e no Albamar na mesma época, quando, então, coexistiam as duas feiras: a Feira do Troca e a Feira de Antiquários do Albamar (popularmente conhecida como “Feira do Albamar”). Anos depois, em função das transformações urbanas na Praça, a Feira ocupou o quarteirão final da Rua São José, esquina com Avenida Primeiro de Março. Posteriormente, como veremos, com a integração do Largo do Paço com a esplanada da Estação das Barcas que, até então, eram dois espaços urbanos separados por uma via (a Avenida Alfred Agashe), a Feira encontrou no Elevado da Perimetral uma cobertura e um suporte estrutural, sob o qual passou a se instalar desde meados da década de 1990 até a demolição deste, no ano de 2014.

A partir daí a Feira passou a se fixar no Largo do Paço, sendo transferida poucos meses depois para a Praça Marechal Âncora. Neste último local, em torno do Albamar, a Feira permaneceu por um ano, retornando ao Largo do Paço em abril de 2017, onde permanece atualmente. Ao longo dos anos essa feira, com exceção de sua versão como “Feira de Antiquários do Albamar”, foi constantemente perseguida pelo poder público municipal, que, por diversas vezes, empreendeu esforços no sentido de proibir a realização da Feira na Praça XV. Perseguição essa que teoricamente cessou, desde que a feira em questão veio a se tornar patrimônio imaterial da cidade do Rio de Janeiro, em dezembro de 2016.

A Feira de Antiquidades que nasceu na Praça XV e ali permanece há mais de quatro décadas, vem, ao longo dos anos, se readaptando a cada transformação implementada naquele espaço, como uma espécie de “testemunha ocular” dessas transformações.

5.2 A Feira e a Praça

Sabemos que, costumeiramente, é nas praças que se dá a tradição do comércio mais intenso, das manifestações e cerimônias públicas mais marcantes, o que vincula as praças a um forte conteúdo simbólico (FILHO, 2008). Na Praça XV não é diferente. Para além de

suporte material ou cenário, ela é o corpo em que repousa a imaterialidade da Feira de Antiguidades. Composta por elementos carregados de conteúdos simbólicos, a praça em questão fornece estímulos próprios aos atores sociais desse evento semanal, configurando “o todo acentuado pelas marcas do hábito, da interação, da memória” (MENESES, 2012, p.31). Essa elevada densidade simbólica, que traz o passado sedimentado nas suas formas, sustenta, como veremos, certas representações referenciadas por vários atores sociais da Feira como forma de afirmação de uma “identidade territorial urbana”, como uma forma de legitimação do lugar da Feira. Cabe ressaltar inclusive que, como vimos em capítulo anterior, as últimas transformações na Praça XV, sobretudo no âmbito do Projeto Porto Maravilha, evidenciam a apropriação privada de acúmulos simbólicos criados ao longo da história daquele espaço público. Esse projeto, que exemplifica aquilo que Zukin (2017, p.26) denomina de “usos contemporâneos de patrimônios arquitetônicos para a revitalização econômica e urbana”, colocou em risco a permanência da Feira de Antiguidades na praça que lhe empresta o nome. A Praça, agora mais ordenada e higienizada para atrair turistas, passa a satisfazer “uma demanda criada por um mercado emergente” (ZUKIN,2017, p.28), atraindo outros atores interessados em usar aquele espaço para comercializar cultura. Uma das consequências dos novos usos desse espaço foi a expulsão de vendedores de rua e a eliminação de outros usos “indesejáveis” ou “incompatíveis” com o novo espaço. Entra em cena o que Yúdice (2004, p.11) chama de “conveniência da cultura” – perspectiva na qual a cultura é tomada como “algo em que se deve investir” para atrair desenvolvimento econômico e turístico, como mola propulsora das indústrias culturais (...).”

Abrangendo uma área de 3840m² no centro histórico da cidade do Rio de Janeiro, a Praça XV, por sua importância histórica e, sobretudo, pela sua localização geográfica, é um espaço ímpar da cidade. A região da praça em questão estende-se do Aeroporto Santos Dumont até a Candelária, na Avenida Presidente Vargas, numa faixa a beira mar, reunindo, num só lugar, os mais distintos meios de transporte: avião, barcas, ônibus⁴⁷, VLT⁴⁸ (Veículo Leve sob Trilhos). Há também ali três estações de bicicletas⁴⁹. Diariamente, durante a

⁴⁷ Por muitos anos a Praça XV abrigou terminais de ônibus. Atualmente, nas proximidades do Largo do Paço, existem dois pontos de ônibus: um na Avenida Presidente Antônio Carlos – continuação ao sul da Avenida 1º de Março, em frente ao Fórum, e outro mais adiante, na Av. 1º de Março, no quarteirão entre as ruas do Ouvidor e do Rosário, de frente para a Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo.

⁴⁸ Em fevereiro de 2017 foi inaugurada a Estação Praça XV do VLT Carioca, que compreende a Linha 2 do sistema. Essa linha, atualmente, opera em dois sentidos: um que liga a Praça XV à Central do Brasil, passando pela Praça Tiradentes e região do Saara, numa extensão de cerca de 1,8 km. E outro, mais longo, que liga a Praia Formosa, no bairro Santo Cristo à Praça XV, passando pela Rodoviária Novo Rio.

⁴⁹ Foi instalada uma estação de bikes em 2016, próximo à saída das barcas, sendo substituída em 2018, por uma estação de bike maior e mais moderna, desta vez, localizada ao lado da estação do VLT. Em fins de 2019, essa estação foi alocada na Avenida Agache, entre o Bolsa de Valores e o prédio da antiga Conab. Outra estação foi instalada em 2018 na Praça Marechal Âncora, bem próximo ao estacionamento da estação das barcas. Essa última substituiu a estação de bikes anteriormente instalada ao lado do Restaurante Albamar (atual Ancoramamar). Há ainda

semana, milhares de pessoas atravessam a Praça XV, seja para cumprir com suas obrigações profissionais, seja para desfrutar de uma diversão programada, fazendo daquele espaço público mais um local de passagem do que de permanência. Afinal, a Praça XV está numa área caracterizada como área central de negócios, cujo traço importante é a ausência do uso residencial. Ali predominam o uso comercial e de negócios, ao lado do seu uso cultural e turístico.

A regularidade dos horários das barcas faz com que, de tempos em tempos, pessoas apressadas irrompam no pavimento da esplanada que se descortina em frente à estação e desapareçam rapidamente da vista, deixando a Praça vazia até a chegada de uma nova embarcação. Não é raro ver ali transeuntes apressados que, para não perderem tempo, se alimentam enquanto caminham. Os horários de pico de embarque ou desembarque na Estação das Barcas ocorrem nas primeiras horas da manhã e no final da tarde. No desembarque, é maior o número de pessoas que seguem em direção às ruas São José ou da Assembleia. No trajeto a pé, a rua São José é a que mais favorece a interligação entre os dois principais modais de transporte da região: a Estação das Barcas e a Estação de Metrô da Carioca, em seu acesso pela Avenida Rio Branco.

Não é por acaso que, às quintas e sextas-feiras, das 9h às 17h, forma-se um corredor de bancas de produtos artesanais e de acessórios em geral, em frente ao desembarque da Estação das Barcas, dispostas no sentido do fluxo das pessoas que se dirigem à Rua São José. Trata-se da FEIRARTES⁵⁰ - Feira Especial de Artes, destinada sobretudo à venda de materiais produzidos por artistas plásticos e artesãos da cidade.

Na Praça, a aglomeração de pessoas durante a semana se concentra próximo ao embarque e desembarque da Estação das Barcas. Naturalmente, concentra-se ali o comércio de alimentos (lanchonetes), bancas de revistas e o comércio ambulante semanal. Atualmente, é também grande o número de pessoas que, ao desembarcarem na Estação das Barcas, seguem em direção à Candelária ou à Praça Mauá, pela Orla do Conde⁵¹. Antes da derrubada

uma terceira estação de bikes situada no primeiro quarteirão da Rua do Rosário, entre a Rua do Mercado e a Avenida Alfred Agache, de frente para o Tribunal Marítimo.

⁵⁰ As Feiras Especiais de Artes – Feirartes, regulamentadas pela Lei 1533/1990, são realizadas em alguns pontos considerados tradicionais da cidade e de grande circulação de pedestres. Ao todo são cinco Feirartes. A mais tradicional delas é mais conhecida como Feira Hippie de Ipanema, que foi instituída pela referida lei como Feirartes I, mas funciona desde o fim da década de 1960, ininterruptamente, aos domingos, na Praça General Osório. Essa feira foi reconhecida como Patrimônio Imaterial da Cidade do Rio de Janeiro no ano de 2011. A Feirarte II é a que funciona às quintas e sextas-feiras na Praça XV e a Feirarte III acontece às sextas e sábados na Praça Saens Peña, na Zona Norte da Cidade. Já as Feirartes IV e V estão em Copacabana, Zona Sul da Cidade: uma na Praça do Lido (Feirarte IV) e outra no Calçadão (Feirarte V), ambas funcionando aos sábados e domingos.

⁵¹ A Orla da Guanabara Prefeito Luiz Paulo Conde, mais conhecida como Orla do Conde, consiste num passeio público – um caminho de pedestre na orla marítima, de 3,5 Km de extensão, que liga o Armazém 8 do Cais do Porto à Praça da Misericórdia, onde se situa o Museu Nacional. A Orla do Conde foi construída no âmbito do Projeto Porto Maravilha.

da Perimetral, o fluxo de pedestres se concentrava nas ruas São José, Assembleia e Largo do Paço (FONTES, 2011). Neste último local houve considerável redução no fluxo de pessoas que o atravessam em decorrência da abertura da Orla do Conde no sentido da Candelária e Praça Mauá.

Até 2014, o Viaduto da Perimetral passava por sobre a Praça XV, ligando a Aterro do Flamengo à Avenida Brasil e à Ponte Rio-Niterói, além de dar acesso às Linhas Amarela e Vermelha. Até 1996, sob a Perimetral e, no nível da Praça, a Avenida Alfred Agashe separava o Largo do Paço da Estação das Barcas. Ali ficava o Terminal Alfred Agashe, onde circulavam os ônibus para os diversos bairros e regiões da cidade – eram mais de 300 ônibus por hora. Um intenso trânsito de veículos e de pedestres circulava por ali continuamente, “toda as horas do dia, durante toda a semana” (PINHEIRO, 1984, p.128). E aquele

fervilhar de pessoas, veículos e atividades forneceu os ingredientes necessários para que se executassem sucessivas e monumentais cirurgias que findaram por comprometer sua escala ambiental e produzir rupturas irrecuperáveis no espaço (PINHEIRO, 1984, p.128).

Dentre essas cirurgias urbanas monumentais naquela época (entre as décadas de 1970 e 1980), o citado autor destaca a construção de prédios de gabarito elevado; além da obra mais monumental – a construção da Perimetral. Esse rol de cirurgias urbanas inclui as diversas ampliações do terminal das barcas e construção da passarela de pedestres, na década de 1970, ligando o terminal ao Paço Imperial. A passarela atravessava a Praça sob o viaduto produzindo mais uma barreira visual que obstruía ainda mais a visão da fachada principal do Paço. A intervenção, além do problema conceitual (já que bloqueava a visão), não resolveu o problema do trânsito de pedestres, que insistiam em atravessar a avenida, travando guerra com os ônibus.



Figura 13: Elevado da Perimetral e esplanada da Estação das Barcas, na Praça XV, com monumento a Dom João VI ao centro, s/d (autor desconhecido) - Fonte: Acervo AGCRJ⁵²

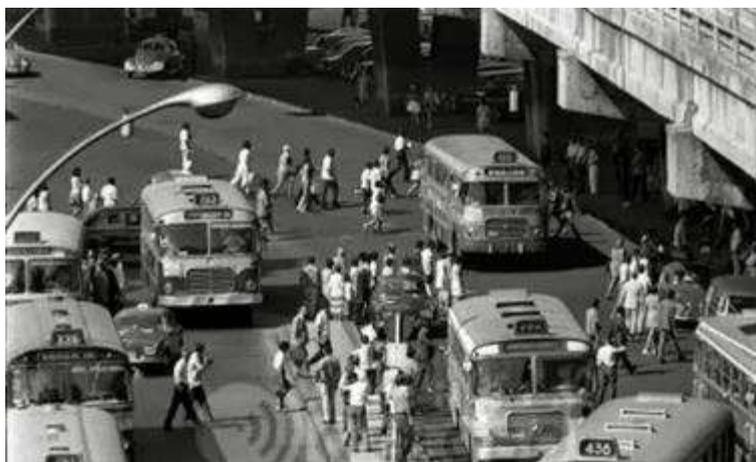


Figura 14: Terminal Alfred Agache, Praça XV – Rio de Janeiro, 20 abr./1970 (autor desconhecido)⁵³

Nessa época, as feiras ainda eram separadas: a do Albarim, na Praça Marechal Âncora e a do Troca na esplanada em frente à Estação das Barcas, em volta do monumento a D. João VI.

Importante salientar que em 1978 foi criada a Feira Colonial, ao lado do Paço Imperial, que antecedeu a Feira de Antiquários da Praça XV, ou Feira do Albarim. Na sua inauguração, em 12 de agosto de 1978, a Feira Colonial, que tinha como mote a arte e o artesanato locais, previa a instalação de “250 barracas de culinária, metal, tecido, cerâmica, madeira, artes plásticas, folclore, numismática e filatelia” (FEIRA, 1978, p.26). Previa, ainda, a instalação de

⁵² Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro – Acervo Digital. Disponível em <<http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/5206>>. Acesso em 07 nov/2019.

⁵³ Fonte da imagem: <<http://memoria801.blogspot.com/2013/01/praca-xv-1970.html>>. Acesso em 07 nov/2019.

um teatro para apresentação de peças populares, com 170 lugares. A organização, na época, aguardava o IPHAN determinar o local em que o teatro poderia ser montado.

Para expor na Feira Colonial, os artistas eram submetidos a um exame de seleção na Fundação Calouste Gulbenkian. A referida fundação ficaria encarregada da fiscalização técnica dos materiais expostos na feira. Já a “fiscalização repressiva” ficaria por conta de 14 fiscais da Secretaria da Fazenda, que ficaram encarregados de apreender “todo material industrializado”. Na Feira Colonial só seria permitida a exposição de produtos artesanais.

Segundo matéria do Jornal do Brasil de 06 de agosto de 1978, naquele ano, o Centro da cidade Rio passaria a contar com três feiras: “a de antiquários em torno do restaurante Albamar na Praça XV; **a de trocas, ainda sem local determinado** e outra feira de arte, entre as ruas Barão de São Félix e Camerino” (FEIRA, 1978, p.26, grifo nosso). O então Secretário Municipal de Turismo, José Carlos Costa Pereira, ressaltou, na época: “Nosso objetivo é a revitalização do uso do Centro para atividades culturais e de lazer” (op. cit).

Apesar de, naquela ocasião e sob a perspectiva do poder público, estar sem local definido, a Feira do Troca já existia quando essas outras duas feiras foram criadas. Nela, fixada no entorno do monumento a D. João VI, os expositores montavam suas bancas no chão, como é hoje no Shopping-Chão. As bancas eram dispostas ao redor do quadrilátero demarcado no piso do entorno do monumento. “No início éramos 20 pessoas. Era um quadrado com todo mundo virado *pra* fora. Eram cinco em cada lado”, disse o expositor Sérgio Mallet – um dos remanescentes da Feira do Troca. Segundo um outro expositor, em conversa informal, a Feira do Troca “começou com 20 [expositores], depois passou *pra* 36, depois 40, depois 48 (...)”. Posteriormente foram introduzidas as barracas que ficavam a cargo do Sr. Manuel, o português, organizador e, segundo depoimentos, idealizador daquela feira. O Sr. Manuel morava em Bonsucesso, onde tinha uma loja de antiguidades. Pela locação das barracas, os expositores pagavam uma quantia mensal ao organizador. “Era baratinho naquela época. Por exemplo hoje, 80 reais, eu acho muito”, disse Mallet.



Figura 15: Feira do Troca no entorno do monumento a Dom João VI – Praça XV s/d - Autor desconhecido (acervo da autora⁵⁴)

Mallet conheceu a Feira do Troca *en passant*, quando ainda jovem passou por ali para pegar a barca com destino a Niterói:

Tinha uma namoradinha em Niterói e ia lá pra casa dela. Eu *tava* passando por aqui quando vi a feirinha (...). Eu *tava* precisando de um sino e a D. Laura [que era expositora] tinha sinos. Fui colecionador de moedas, selos, tinha alguns chaveiros (...). Trouxe os chaveiros que ficavam num criado mudo – trouxe o criado mudo e tudo e aí trocamos: eu peguei o sino, que eu precisava, e ela ficou com o criado mudo e tudo (MALLET, 2019⁵⁵).

Segundo Mallet, a Feira do Troca era muito perseguida e funcionava clandestinamente: “as pessoas ficavam à paisana e perguntavam quanto era e quando falava o preço eles vinham e prendiam”, disse ele.

Apesar de existir desde meados da década de 1970, a Feira do Troca só foi oficializada em 1983, por meio da Lei Ordinária nº 435 que delimitou em 150 o número máximo de tabuleiros e expositores. Em seu artigo 4º, a referida lei que é oriunda do Projeto de Lei nº 1097, de 1982, de autoria do então Vereador Gelson Ortiz Sampaio, deixa claro que “não haverá intermediação em dinheiro”.

Antes disso, ainda em 1978, com a criação da Feira de Antiquidades do Albamar, o então prefeito Marcos Tamoyo, com o intuito de colocar a referida feira “em pé de igualdade com as suas irmãs de Santelmo (Argentina) e Portobello (Inglaterra)”, resolveu transformá-la num evento semanal e anunciou, ainda, que abriria naquela feira “espaço para uma sessão

⁵⁴ Foto adquirida na Feira de Antiquidades da Praça XV.

⁵⁵ Sérgio Mallet, 63 anos, em conversa informal com a autora em 02 nov./2019.

de troca-troca” (FEIRA DE TROCAS, 1978, p.5). Apesar de ser intenção do prefeito abrir esse espaço de troca-troca no âmbito da Feira do Albamar, ele acabou por ‘oficializar’ a criação da já existente Feira do Troca. Assim, em 27 de janeiro de 1979, a Feira do Troca é inaugurada por Marcos Tamoyo, apostando nessa feira como mais uma atração turística para o centro da cidade. A partir daí até os primeiros anos da década de 1980, os expositores da Feira do Troca dispuseram de uma autorização provisória para atuar na feira.

A Feira do Troca, que até então funcionava na esplanada em frente as barcas, em volta da “estátua do cavalo”, só foi para debaixo do viaduto quando o trânsito de veículos na Avenida Alfred Agashe foi extinto. “Houve uma obra grande aqui e a estátua foi removida. Aí a gente foi *pra* Rua São José. Quando voltamos, fomos *pra* debaixo do viaduto”, disse Mallet em conversa informal.

A Rua São José, não por acaso, foi escolhida como refúgio. Além de ser o corredor de fluxo de pedestres, a via, apesar de estreita, possui as duas faixas de calçada bastante largas, como também a testada bastante avantajada dos prédios daquele quarteirão na 1º de Março, entre as ruas São José e da Assembleia. Sem contar que ali, a Feira mantinha a proximidade com o Largo do Paço, que fica praticamente em frente.

A grande obra a qual se refere o citado expositor foi realizada em meados da década de 1990, no âmbito do projeto Rio Cidade⁵⁶, que, dentre outras intervenções urbanas pontuais em diversos bairros da cidade, previa a requalificação da Praça XV. O projeto abrangia a construção do Túnel Engenheiro Carlos Marques Pamplona, de 400 m de extensão, que ficou mais conhecido como Mergulhão da Praça XV. Construído para escoar o tráfego cada vez mais intenso na Praça XV, com quatro pistas (duas no sentido Zona Norte e duas no sentido Zona Sul), o Mergulhão possibilitou a incorporação da Estação das Barcas ao Largo do Paço, numa esplanada para pedestres. O antigo Terminal Alfred Agashe, situado bem próximo ao desembarque das barcas foi extinto, sendo criado outros dois terminais no subsolo da Praça. As obras para a construção desse túnel tiveram início no final de 1995, encerrando-se em meados do ano de 1997. O Mergulhão foi inaugurado em duas fases: a primeira em outubro de 1996, com a conclusão das obras da pista no sentido Zona Sul-Centro e a segunda em julho de 1997, com a conclusão das obras da pista no sentido Centro-Aterro do Flamengo. O projeto urbanístico e paisagístico que previu a construção do túnel, abrangeu ainda a demolição da passarela de pedestres que ligava o Paço Imperial à estação das Barcas. Buscava-se proporcionar maior transparência à Praça XV, integrando o sítio ao mar e, com

⁵⁶ Como vimos em capítulo anterior, o Projeto Rio Cidade consistiu num plano urbanístico de curto prazo (1995 a 2000). Sob o subtítulo "O urbanismo de volta às ruas", o projeto, que teve início durante a gestão do prefeito César Maia (1993-1996) abrangeu 30 bairros da cidade, incluindo o centro. O Rio Cidade foi um dos 159 projetos que foram incluídos no primeiro Plano Estratégico da cidade do Rio de Janeiro, intitulado "Rio sempre Rio", construído ao longo do mandato de César Maia (OLIVEIRA, 2008).

isso, foi prevista, inclusive, a derrubada do entreposto da Sudepe (ou prédio da Conab) – obra que, como já vimos em capítulo anterior, não se concretizou.

Em substituição ao terminal Alfred Agashe, foram instalados dois terminais de ônibus no Mergulhão, que contava ainda com banheiros químicos e escadas rolantes que davam acesso à Praça. Mas, em pouco tempo, em virtude das constantes depredações ocasionadas, sobretudo, pelo roubo de peças, as escadas rolantes tiveram que ser substituídas por escadas de alvenaria. De acordo com uma matéria do Jornal do Brasil de 10 de janeiro de 2002, três anos depois de concluídas as obras do Mergulhão, esse “já apresentava sinais de abandono”. As escadas rolantes já não funcionam mais, a iluminação era precária, “o mau cheiro, constante, e a segurança, deficiente” (MERGULHÃO, 2002, p.16). A degradação daquele equipamento refletia a degradação da Praça XV como um todo, intensificada após a construção do Elevado da Perimetral, que comprometeu o ambiente da Praça, causando ruptura entre o tecido urbano e o mar, seu elemento mais característico (PINHEIRO, 1984).

O estado de degradação da Praça XV em meados da década de 1990 teria sido um dos principais motivos para a extinção da Feira de Antiquários do Albamar. Sem contar que, com as obras para a construção do Mergulhão, que cobriu de tapumes a Praça, houve uma diminuição da clientela do comércio naquele local. Assim, em fevereiro de 1997, antes da inauguração da segunda etapa das obras do Mergulhão, o então Prefeito Luiz Paulo Conde emite o Decreto nº15503/97, que institui a Feira de Antiquários-II da Cidade do Rio de Janeiro, na Praça Santos Dumont, na Gávea, Zona Sul da cidade. O referido decreto limitava a 80 a quantidade máxima de barracas e expositores, que deveriam ser antiquários comprovadamente estabelecidos ou comerciantes de antiguidades autônomos. Com isso, vários expositores da Feira de Antiquários do Albamar migraram para a então recém-criada feira, que ficou mais conhecida como “Feira da Gávea”.

A antiga Feira do Albamar, de acordo com a Resolução nº 192 de 04 de dezembro de 1978, era inicialmente limitada a 36 barracas e os expositores também deveriam ser comprovadamente antiquários estabelecidos ou comerciantes de antiguidades autônomos. Segundo depoimentos, o evento chegou a ter mais de 60 expositores, todos filiados à Associação Brasileira de Antiquários - ABA. Na sua inauguração em 12 de agosto de 1978, a Feira de Antiquários do Albamar⁵⁷ contou com cerca de 30 expositores, dentre os quais “Danton Vampret, Centúrias, Rudinel, César Aché, Leone, Antiguidades Gracinha e Galeria

⁵⁷ A Feira de Antiquários do Albamar, um tempo depois de inaugurada, passou a ser intitulada “Feira de São Sebastião”, mas este último nome não vingou.

Brasil” ([SEMANA], 1978, s/p) – alguns dos antiquários clássicos da época. Inicialmente programada apenas para a Semana do Turismo, a Feira do Albamar, tornou-se permanente.

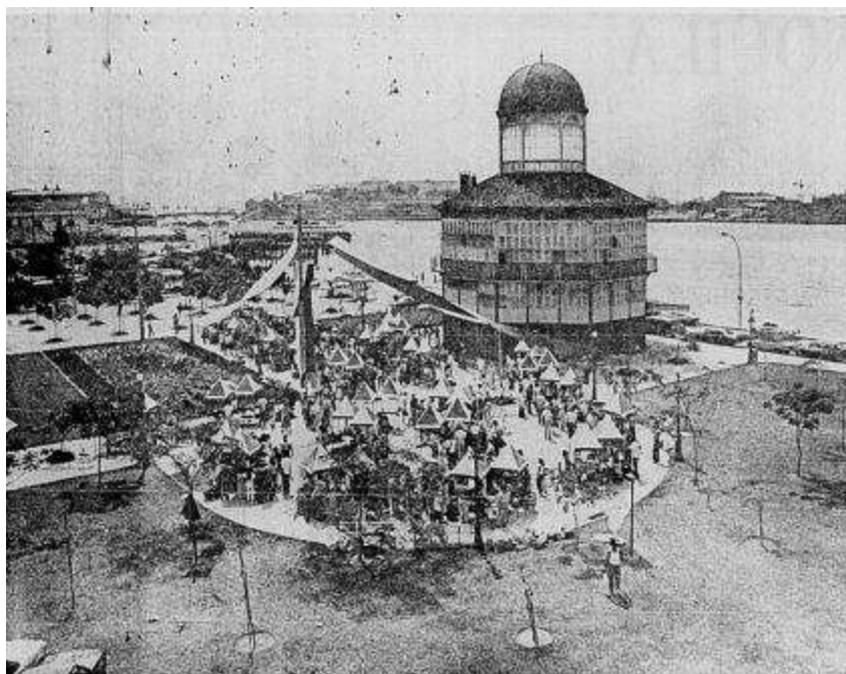
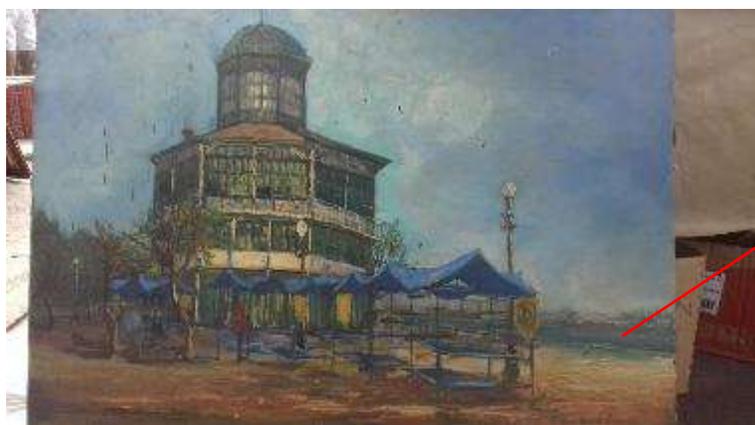


Figura 16: Feira de Antiquários do Albamar – 1978
 Fonte: Jornal do Brasil, 18 de setembro de 1978, p.16.⁵⁸



Detalhe do verso do quadro



Figura 17: “Feira de Antiquários da Praça XV” - óleo sobre tela (1998), à venda no Shopping-Chão Feira de Antiguidades da Praça XV, 09 jun./2018 – Foto da autora

Para possuir uma barraca na Feira do Albamar era preciso desembolsar 15 mil dólares. Alguns donos de barracas costumavam locá-las por 200 dólares. Os objetos em exposição também eram cotados em dólar, sobretudo em função da alta inflação na década de 1980. Enquanto a Feira do Troca era mais popular, a Feira do Albamar era frequentada por

⁵⁸ Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pesq=antiqu%C3%A1rios%20albamar>. Acesso em 06 mai/2019.

consumidores de alto poder aquisitivo que, com a falta de segurança e a falta de limpeza pública na região da Praça XV, foram aos poucos deixando de a frequentar. Com o término das obras do Mergulhão e o retorno da Feira do Troca para a Praça XV, agora sobre o viaduto, a Feira do Albamar perdeu adesão, enquanto a do Troca se expandiu. A clientela que havia sumido da região retornou gradativamente. Sob o viaduto, a ‘nova feira’ ganhou maior visibilidade e, também de modo gradativo, ampliou o número de adeptos.

De acordo com o depoimento do expositor Sérgio Mallet, ele e os demais expositores da Feira do Troca imaginaram que, terminadas as obras, voltariam para o entorno da estátua de Dom João VI, “mas mudaram o cavalo de lugar!”, disse ele. Mallet ressaltou que foi a construção do Mergulhão que possibilitou a Feira se instalar sob o Viaduto. Sem o trânsito intenso de veículos que separava a esplanada em frente as barcas do Largo do Paço, a faixa da Praça XV coberta pela Perimetral, agora pedestrianizada, tornou-se, então, local mais propício para acomodação da Feira de Antiguidades, que passaria a dispor de uma grande cobertura de proteção contra as intempéries. E foi naquele local que a Feira, agora formada pelos expositores da Feira do Troca e os expositores remanescentes da Feira do Albamar, permaneceu por quase 20 anos.

Vale salientar que paralelamente à reapropriação da Praça XV pelos expositores da Feira de Antiguidades, que passaram a se instalar sob o elevado, em 1997, houve a apropriação da Praça pelos praticantes de skate. Antes da transformação da Praça XV pela construção do Mergulhão, praticantes de skate usavam-na como local de passagem. De acordo com Fontes (2011, p.9),

(...) após as transformações, que seguramente não tiveram como intenção preparar a praça para essa atividade [skatepark], suas condições melhoraram, convertendo-se em ponto de encontro para apropriações mais continuadas por esse grupo específico nos horários pertinentes. A Praça XV hoje é frequentada por skatistas da cidade inteira, desde profissionais até amadores e aprendizes.

O aumento do número de praticantes de skate na Praça XV, atraídos pela nova configuração do local, motivou o poder público municipal, na época sob a administração do prefeito Luiz Paulo Conde, a proibir a prática de skate na Praça XV, por meio do Decreto nº 17746 de 22 de julho de 1999 que, em seu art.4º, limitava a prática de skate “aos espaços especialmente destinados e sinalizados pelo Poder Público a tais fins, quando houver” (RIO DE JANEIRO, 1999).

Os skatistas compartilhavam com os feirantes da Praça XV, sobretudo aqueles do “Shopping-Chão”, o sentimento de resistência frente às reações contrárias por parte do poder público, cada qual a seu modo de experimentar e interagir com aquele espaço público da

cidade. Antes de conquistarem autorização da prefeitura municipal para a prática de skate na Praça XV, ficavam sempre atentos à vigilância, buscando se apropriar e desfrutar daquele espaço público que, mesmo que por momentos episódicos, parecia pertencer-lhes.

Um grupo de skatistas autointitulado Tribo do Skate ou Coletivo XV, realizou manifestos “I Love XV” em encontros anuais de 2008 a 2010, pela legalização da prática de skate na Praça XV. Em junho de 2011, a Praça XV finalmente foi liberada para a prática daquele esporte tipicamente urbano, em horários pré-determinados. No ano seguinte o projeto do skatepark começou a ser instalado na Praça. Em 2015, em comemoração ao Dia Mundial do Skate, um skate gigante construído com sucata foi instalado na esplanada da Praça XV e posteriormente foi incorporado à esplanada, junto ao skatepark (na direção da fachada principal do Paço Imperial), em alusão à conquista do *lugar* pelo movimento da Tribo do Skate.



Figura 18: Tribo do Skate na Praça XV de Novembro
Fonte: Movimento I Love XV pela legalização da prática do skate na Praça XV de novembro, realizado pelo Coletivo XV⁵⁹

Em 2014, com a derrubada do Viaduto da Perimetral, o Mergulhão deu lugar ao Túnel Prefeito Marcello Alencar, também conhecido como “Túnel da Via Expressa”, inaugurado em 2016. Com mais de três quilômetros de extensão, o túnel atravessa os bairros do Centro, Gamboa e Saúde, ligando a Avenida Alfred Agashe, na altura da Praça Marechal Âncora à Avenida Rodrigues Alves, na altura do Armazém 8 do Porto. Mais uma vez, em função de outra grande obra, a Feira perdeu seu local de fixação. Essa nova intervenção, iniciada no ano de 2010 com o projeto intitulado “Mar a Vista”, propunha a ligação a beira mar entre a Praça XV e a Praça Mauá, que culminaria no já mencionado Projeto Porto Maravilha. Em 2016, terminadas as obras de demolição do viaduto, a Feira encontrou lugar no Largo do Paço, onde permaneceu por poucos meses, até a proibição por parte do poder público municipal. Na ocasião, os expositores conseguiram autorização para instalação da Feira na

⁵⁹ Fonte: <<http://cargocollective.com/ilovexv/I-LOVE-XV-GO-SKATEBOARDING-DAY-2012>>. Acesso em 05 nov/2019

Praça Marechal Âncora, nas mediações do Albamar, retornando assim ao local da antiga Feira do Albamar, em abril de 2016, meses antes das Olimpíadas. Por ali a Feira permaneceu por um ano, retornando ao Largo do Paço em maio de 2017, onde permanece atualmente.

Essas idas e vindas da Feira de Antiquidades da Praça XV que, como vimos, estão diretamente relacionadas com as metamorfoses da Praça, implicaram em mudanças não apenas na configuração, mas sobretudo na dinâmica interna da Feira.

5.3 A Feira sob a Perimetral

Sob a Perimetral, a Feira de Antiquidades ocupava uma extensão de cerca de 400m, com início em frente ao Chafariz do Valentim (ou Chafariz de Nossa Senhora do Carmo), na primeira pilastra do viaduto sobre a Praça, e final no antigo cruzamento entre a Avenida Agashe e a Praça dos Expedicionários, na altura do atual Largo da Misericórdia. A “parte oficial da Feira”, formada pelos expositores cadastrados que locavam barracas, ocupava os 200 primeiros metros, até o décimo segundo pilar do viaduto numa faixa ladeada de prédios históricos: do Paço ao Museu da Justiça, por um lado, passando pelo Anexo da Assembleia, Museu Naval e Emerj; e, por outro lado, da altura do Chafariz do Valentim, compreendendo a faixa ladeada pelo prédio da Estação das Barcas, até o final do seu pavilhão exterior da direita, que é mais horizontal e alongado. Os cerca de 200m finais da Feira, ocupados pelo Shopping-Chão, ao contrário da faixa anterior (ocupada pela “feira oficial”), ficavam numa faixa desprovida de um corredor de edificações nos dois lados.



Figura 19: Extensão da Feira de Antiquidades da Praça XV ao longo do Viaduto da Perimetral.
Fonte: Google Maps, com adaptações

Segundo Priscilla Loretti, em sua pesquisa de mestrado intitulada “Do luxo ao lixo: a valorização de objetos a partir da Feira de Antiguidades da Praça XV” (2010), a praça de alimentação da Feira ficava situada entre a quarta e a quinta pilastras, na direção do Paço Imperial. As bancas, ainda segundo a pesquisadora, eram distribuídas em seis fileiras ao longo do Viaduto, tendo, em média, 85 barracas por fileira, totalizando em torno de 500 bancas. A escada que marcava o desnível do viaduto configurava uma fronteira entre a feira oficial e o Shopping-Chão – a exposição de objetos dos expositores sem barracas (ou os “sem-teto”) tinha início logo ao descer as escadas. Esse trecho do viaduto, cercado de grades, ficava centralizado entre as vias de acesso ao Mergulhão (vias de entrada e saída) (LORETTI, 2010). Mas em imagens e vídeos disponíveis na internet é possível ver uma ocupação de barracas também na parte baixa desse desnível. Isso se deu a partir da divisão da Feira, quando o Paulo Faria, um dos atuais coordenadores, passou a ofertar a locação de barracas a um preço mais acessível a antigos expositores do “Shopping-Chão”. Desse modo, a extensão da Feira seguia uma hierarquia: começava com os expositores da “feira oficial” (do Rafael Barbeito), seguida dos expositores sob a coordenação do Paulo (“ex-Shopping-Chão”), e terminando com os remanescentes do Shopping-Chão. Nessa configuração da Feira sob o Viaduto da Perimetral, a proximidade com o Paço Imperial passou a ser uma forma de distinção: os chamados “sem teto” situavam-se ao final do Viaduto, a cerca de 200m do Largo do Paço, enquanto os donos de antiquários e os expositores mais antigos, em sua maioria, ficavam mais próximos do Largo, ocupando os primeiros 200m. Já os expositores que passaram a locar barracas com o Paulo, ficaram nesse meio: nem tão próximos do Paço e nem tão próximos dos metros finais da Feira.



Figura 20: Feira de Antiguidades da Praça XV sob o Viaduto da Perimetral (metros iniciais da feira), 2013
Autor: “Edy Tando”, Blog Tujaviu⁶⁰

⁶⁰ Fonte: <<http://www.tujaviu.com/2013/05/feira-de-antiguidades-da-praca-xv-no.html>>. Acesso em 02 dez/2019.



Figura 21: Feira de Antiquidades da Praça XV sob o Viaduto da Perimetral (meio/metros finais da feira), 2014
Fonte: antonioborba.com⁶¹

Ali, sob o viaduto, a Feira teve seu período áureo, segundo depoimentos, sobretudo nos dez primeiros anos: *“A gente vendia muito”*; *“Naquele tempo não tinha a internet e era mais fácil encontrar objetos antigos”*; *“Muita gente enriqueceu nessa época”*; *“Paravam caminhões aqui e saíam carregados de mercadoria”*; *“Na época do viaduto é que era bom, agora a Feira acabou”*; *“Naqueles anos eu ganhei muito dinheiro com a Feira”*; diziam alguns de nossos depoentes. A “época do viaduto” não sai da memória nem da boca dos atores sociais da Feira que tiveram a oportunidade de vivenciar a feira daqueles tempos, como podemos ver numa das diversas passagens registradas no caderno de campo onde foram registradas conversas sobre o “tempo do viaduto”:

Passei pelo Shopping-Chão e três expositores conversavam enquanto um deles colocava seus objetos na banca. O que montava a banca dizia: “teve época de eu tirar dois/três mil aqui debaixo do viaduto só no garimpo. Hoje em dia você não acha nada” (Caderno de Campo da autora, 14 jun./19).

Nessa tão invocada “época do viaduto”, no Brasil, sobretudo entre 1997 e 2007, a onda de acesso gratuito à internet ainda estava se consolidando, era grande a desconfiança dos usuários com o comércio eletrônico (e-commerce) e o WhatsApp ainda não havia sido lançado no país. Fato é que muitos expositores, arrisca-se dizer que a grande maioria, deixaram de obter grandes lucros com a popularização do acesso gratuito e instantâneo à internet, enquanto outros passaram a lucrar mais, sobretudo explorando o ramo de leilões virtuais e do Mercado Livre.

⁶¹<<https://www.antonioborba.com/gaming/bonaccorsi-o-menino-que-mudou-a-historia-do-atari/>>. Acesso em 02 dez/2019.

5.4 A Feira por dentro

Aos sábados, a Feira de Antiquidades da Praça XV, há quase cinco décadas, transforma a Praça num desses lugares que bombardeiam os sentidos com uma profusão de objetos, ruídos e cores.... Ela proporciona uma imersão numa mistura de sensações e experiências, seja por meio dos objetos expostos, dos mais diversos tipos e origens, seja por meio das relações humanas. Relações que, no caso da Feira de Antiquidades, são constantemente mediadas pelos objetos.

Tal evento semanal favorece expressão social não apenas de copresença, mas de interação entre diversos grupos de diferentes classes sociais, suscitando familiaridade e senso de identidade social e de segurança ao (micro)território da Praça XV.

Trata-se de um local onde nunca se está só. Ainda que caminhemos sozinhos pela Feira, algum objeto certamente evocará lembranças coletivas; ainda que somente nós mesmos o tenhamos visto. Conforme nos lembra Halbwachs, “[...] jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem” (HALBWACHS, 2006, p.30). A depender da nossa companhia (ainda que fisicamente ausente), nossa atenção estará mais voltada para um ou outro tema: livros, móveis, ferramentas, brinquedos, roupas, acessórios e bijuterias, decoração, fotografias e postais, álbuns de figurinhas, gibis, utilitários domésticos etc.

Os objetos podem ser levados para casa e, negociando, consegue-se arrematar algum objeto de interesse por um preço bom; já as experiências e sensações, essas são consumidas ali mesmo, *in loco*, sem precisar pagar nada por elas. E não são poucas as pessoas que frequentam a Feira para ‘consumir’ experiências. Para além da compra e venda de objetos de todo tipo, a Feira transforma a Praça num desses lugares que suscitam um intercâmbio simbólico, onde se observam as mais diversas dimensões da interação humana e, sobretudo, num lugar que forma a identidade e conforma o “(micro)território” de uma multiplicidade de atores que fazem a Feira acontecer. E é nesse contexto que, a cada sábado, se desenvolvem novas relações entre diversas categorias sociais.

A cada sábado uma nova feira se forma e o acaso e o imprevisível são componentes do combustível que alimenta o querer estar lá. Os atores sociais, os objetos, a densidade e o ritmo da Feira variam a cada semana. Além de um local de pechinchas e troca-trocas, a Feira se configura como um “lugar de memória” (NORA, 1993). E, como um Museu de Território, ou um museu que “surge e se desenvolve em um contexto urbano onde a relação com o público ainda guarda uma marca pessoal” (GONÇALVES, 2007, p.70), ou ainda como um museu em

seu sentido mais amplo, a Feira nos convida a percorrer o caminho da ociosidade e da contemplação, típicos de um *flâneur*.

Aliás, a maior relíquia dessa feira é o seu corpo social, rico em histórias, repleto de diversidade. A Feira é um lugar de encontros. Por ali transitam pessoas das mais diversas categorias sociais que transformam o lugar da Praça numa imensa exposição ao ar livre: exposição de objetos, de gentes, de memórias e de histórias.

O frequentador mais assíduo, muitas vezes alheio ao ritmo vertiginoso e à impessoalidade que caracterizam o universo da grande cidade (e que, no lugar da Feira, é muitas vezes representando pelo passante apressado que por ali transita), caminha pela Feira em ritmo lento, seja à procura de algo especial ou inusitado, seja na busca por experiências e aprendizado. Os que transitam por ali estarão sempre sujeitos a experimentar a repercussão subjetiva que um ou outro objeto em exposição poderá causar.

O deslocamento pela Feira excita a imaginação, indagações, curiosidades; libera emoções e lembranças e, por vezes, nos faz rever flagrantes de experiências passadas. Há na Feira uma vasta gama de objetos do universo de uma determinada geração, inserida num determinado contexto sócio-histórico, de modo que alguns objetos são capazes de remeter alguns a um determinado espaço de experiência, a um passado vivenciado, a algum lugar num tempo relativamente distante.

Em um blog da internet, intitulado “Valise e Cronópio”, o autor, de codinome Oz, em seu depoimento sobre a Feira de Antiguidades da Praça XV, datado de 11 de setembro de 2005, trata bem isso:

(...) mesmo se você não estiver interessado em gastar nada, corre o risco de encher os olhos de lágrimas se deparando com lembranças da sua infância. LPs, álbuns de figurinhas, brinquedos de lata, roupas antigas, relógios, carrinhos, plastimodelos e bonecos Mug de pano preto e quadriculado resgatam a emoção da infância e adolescência perdida de cada um. Enfim, a Feira de Trocas da Praça XV é garantia certa de diversão, nostalgia, bons negócios e ótimas surpresas⁶².

A Feira é garantia também de aprendizado. Enquanto para alguns determinados objetos suscitam memórias, para outros, tais objetos suscitam “apenas” curiosidade. Na Feira há os *experts* em gibis, postais, livros, fotografias, LPs, tapeçaria, porcelana, prataria, azulejos art-nouveaux e art-decô, moedas, selos, cristais, relógios, joias, gravuras, pinturas, móveis, brinquedos... A partir da convivência com objetos antigos, expositores, colecionadores e curiosos vão desenvolvendo conhecimento nos diferentes ramos das antiguidades.

⁶² Oz. In: Feira da Praça XV, um exercício de imaginação. 2005. Disponível em: <<https://ozlopesjr.blogspot.com/search?q=praça+xv>>. Acesso em 01 nov/2019

Numa caminhada pela Feira de Antiguidades da Praça XV, são inúmeros objetos encontrados capazes de nos transportar para tempos remotos, alguns deles trazendo nostalgia. Cada banca ali exposta parece guardar, em um ou outro objeto, fragmentos de histórias pessoais que vão aos poucos sendo revelados na memória daqueles que, com olhar atento, experimentam transitar entre uma banca e outra - um olhar *flaneur*, que torna possível experimentar a singularidade dos acontecimentos banais do cotidiano. Como afirma Davallon (2015), ao citar Dulong (1998), "(...) o objeto é um testemunho de origem e (...) pode suscitar, naquele que o contempla ou toca, o sentimento de 'sublime passado'" (DAVALLON, 2015, s/p). O referido autor pontua que

A dimensão testemunhal do objeto, a operacionalidade da presença, quando é sentida pelo homem do presente, pode colorir o saber e atribuir-lhe um caráter de anamnese, o que pode, por exemplo, conferir à visita de uma exposição ou de um sítio visual (ou a qualquer forma de mediação) um caráter comemorativo (DAVALLON, 2015, s/p).

A Feira de Antiguidades da Praça XV, que condensa uma diversidade de objetos, provenientes de diferentes temporalidades, contextos e horizontes, tem o "objeto antigo" como seu principal argumento. Mas, atualmente, tem sido cada vez mais raro encontrar esse tipo de objetos ali. De uns anos para cá e especialmente após a derrubada da Perimetral, e posterior aumento da taxa de locação das barracas, houve uma queda no número de comerciantes e de colecionadores que frequentam a Feira e, conseqüentemente, na oferta de objetos antigos, como também na demanda por tais objetos. A escassez de objetos antigos alterou a classificação do que era considerado antiguidade. Nos primórdios da Feira de Antiguidades da Praça XV, segundo relatos, para ser considerado antigo, um objeto precisaria ter mais de cem anos. Atualmente, o critério mudou: de modo geral, para adquirir o status de antiguidade, o objeto precisa ter mais de 50 anos. Obviamente, dada a imensa variedade de objetos, isso pode variar em maior ou menor grau.

5.5 Ao redor da Feira

Embora seja um evento episódico (só acontece aos sábados), a Feira de Antiguidades da Praça XV, ao proporcionar um espaço singular onde se efetuam trocas materiais e simbólicas, confere a esse cenário da referida praça um significado particular e indissociável de sua identidade como patrimônio cultural.

As diferentes temporalidades do conjunto arquitetônico da Praça XV sugerem certa extensão com a multiplicidade de objetos antigos e contemporâneos expostos na Feira. Alguns dos atores sociais da Feira se valem do aspecto histórico da Praça para justificar a presença da Feira, como podemos ver nos depoimentos a seguir:

Eu acho que o Paço Imperial, fala de coisa antiga. Por exemplo vamos falar de Dom Pedro II – então é o antigo com o antigo, eu acho que a colocação, o lugar ideal [da Feira], é realmente a Praça XV. (...) É a história do Rio de Janeiro. Até porque essa Feira é cultural e ela faz parte do catálogo histórico do Rio de Janeiro (César Lima, fotógrafo e expositor, em depoimento à autora em 10 mar./18).

Ela [a Feira] acontece aqui porque eu acho que foi o melhor lugar (...). Por se tratar de um lugar onde tem tudo quanto é museu – a maior parte da cidade tá aqui né, assim do começo da história. Museus, aqui chegaram os primeiros... tem o chafariz que foi construído pelo Mestre Valentim (Dona Laura de Jesus, 81 anos, expositora, em depoimento à autora em 03 fev./18).

Porque eu acho que aqui tem história com o tempo também, entendeu. Aqui tem raiz, entendeu? Então eu acho que aqui é o lugar ideal (...). Nós temos o Paço Imperial, essa parte antiga do Rio. Tem lá o Arco Teles, tem essa parte toda antiga do Rio. Então eu acho que aqui é o lugar ideal. Combina com a Feira. Se for colocar em Copacabana não combina. Lá você pode fazer, como tem a Feira da Gávea, Zona Sul, mas aqui tem uma história mais do Rio mesmo. Que foi onde começou a história do Rio de Janeiro (Lília Lobato, 58 anos, expositora, em depoimento à autora em 05 mai./18).

(...) o Imperador Pedro II, a família dele também, como também muitos em relação a nossa história do Brasil, como o Marquês de Pombal, e por aí a fora. Toda aquela história do Brasil é que pontua o grande interesse aqui: a mobília, os quadros, as louças, pratarias, entendeu? Remete [a]os tempos passados e que interessam (...). Querer extinguir essa feira é a mesma coisa de querer extinguir também os prédios que estão aqui. É uma coisa que interage uma com a outra, entendeu? (Luiz Carlos, 60 anos, expositor do Shopping-Chão, em depoimento à autora em 23 fev./2018).

As edificações demarcam tempos distintos e determinam camadas, ou "rugosidades", nos termos de Santos (2006). O ecletismo e a pujança dos edifícios chamam a atenção e, tal como os objetos expostos nas bancas, transportam o caminhante mais atento – flâneur – a diferentes épocas. Interessante notar que a instalação da Feira à época da Perimetral, como assinalamos anteriormente, ocupava uma extensão horizontal ladeada por prédios históricos. Com isso, a Feira parece adquirir uma configuração morfológica mais regular, com limites mais precisos. Configuração que se perdia a partir da Rua Jacob Bandolim, em direção ao Museu Histórico Nacional, tendo em vista que neste trecho, que compreende a Praça Marechal Âncora, havia, nos dois lados, os corredores viários do antigo Mergulhão.

No espaço ocupado pela Feira, os prédios mais contemporâneos, como o Anexo da Assembleia Legislativa, o “Bolsa de Valores” e o “Número Dez” destoam do conjunto de prédios em estilos coloniais e neoclássicos. Numa captura panorâmica da Feira, tais edifícios costumam protagonizar a cena, deixando em segundo plano as ditas “edificações históricas” da Praça XV, que foram referenciadas por muitos dos atores da Feira de Antiguidades (o Paço, os Arcos dos Teles, o Chafariz do Valentim...).

O Edifício Bolsa de Valores, que começou a ser construído em 1934 no local onde existiu o antigo Mercado da Candelária, destaca-se como uma espécie de moldura. Com

fachadas espelhadas, ele reflete parte do conjunto arquitetônico em sua volta. Numa de suas faces - aquela voltada para o Largo do Paço, o Bolsa de Valores, que hoje abriga escritórios de luxo⁶³, reflete a fachada posterior daquele edifício que forma uma espécie de paredão ao lado da Igreja de São José. Trata-se do edifício Estácio de Sá, uma construção em estilo neoclássico, da década de 1940, situado na Avenida Erasmo Braga. No reflexo nas fachadas espelhadas do Bolsa de Valores vê-se, também, parte da cúpula do prédio da Assembleia e a esfera armilar assentada no topo da pirâmide do Chafariz do Mestre Valentim. Imagem que ganha mais destaque ao cair da noite - é quase um espetáculo visual à parte. Durante as Olimpíadas de 2016, o prédio emoldurou, em sua face voltada para a Orla do Conde, um *bungee jump* de 45 metros de altura, patrocinado por uma multinacional japonesa fabricante de automóveis. Naquela ocasião, a Feira de Antiguidades da Praça XV estava funcionando, aos sábados, na Praça Marechal Âncora. A instalação da Feira no Largo do Paço, naquela época, em função das programações dos Jogos Olímpicos, havia sido proibida pelo poder público municipal, por “conveniência da cultura”.



Figura 22: Chafariz do Valentim e, ao fundo, o Bolsa de Valores
Foto da autora – 27 abr./2019

Já o Anexo da Assembleia, com suas fachadas em mármore e envidraçadas, de cor amarronzada e sem estilo definido, é considerado desprovido de qualquer charme ou beleza, como mostram as adjetivações dadas ao Anexo em notícias de jornais, sobretudo da última

⁶³ O edifício Bolsa de Valores é considerado um dos melhores edifícios da região central do Rio de Janeiro, devido à sua imagem corporativa e suas especificações técnicas. Com um total de 14 andares e 6 elevadores sociais, o prédio abriga escritórios de advocacia e de empresas dos segmentos Logística, Armazéns e Informática (Fonte: <https://webescritorios.com.br/edificio-comercial/bolsa-de-valores-rio-de-janeiro-645>).

década: “caixa envidraçada”⁶⁴, “prédio feioso”⁶⁵, “monstrengo”⁶⁶, “caixote de vidro, cor de burro fugido”⁶⁷, “trambolho”⁶⁸, “construção mais feia e destoante da histórica Praça XV”⁶⁹. A demolição do prédio chegou a ser prevista no âmbito do projeto de remodelação da Praça XV juntamente com a demolição da Perimetral. No local desse prédio, que fica atrás do Palácio Tiradentes, existiram os “prédios gêmeos” que abrigaram o Ministério da Agricultura e da Viação, de 1875 a 1936. Inaugurado em 1875, a edificação foi inicialmente destinada aos Correios. Tratava-se de uma construção neoclássica que foi demolida na década de 1930 para a construção de um anexo com forte influência Art-Déco. Na década de 1970, após a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, o referido prédio art-decó passou por uma profunda reforma que, para abrigar os gabinetes dos deputados, teve suas feições completamente alteradas. Na Feira de Antiguidades da Praça XV, fotos e postais com a imagem dos antigos “prédios-gêmeos” são considerados relíquias. Também os livros que contam histórias do Rio Antigo e trazem essas imagens são bastante desejados (ali na Feira cultua-se o Rio Antigo). Ao que parece, o edifício clássico era muito mais majestoso que seus substitutos que, supostamente, deveriam funcionar melhor.

De frente para a fachada posterior do Paço, do lado oposto da calçada junto à Avenida 1º de Março, chama a atenção a imponência do Edifício Centro Cândido Mendes – o “Número Dez” – um espigão de 49 pavimentos e 140m de altura, que contrasta com a altura e assimetria da Igreja de Nossa Senhora do Monte Carmo. É difícil enquadrar o prédio inteiro na foto em paisagem. Este é, sem dúvidas, o edifício que mais destoa do núcleo duro da Praça XV. E uma dúvida que costuma ser levantada especialmente por pessoas que ‘trafegam’ pelo campo do patrimônio cultural em relação a esse espigão é: como é que o IPHAN autorizou, em plena década de 1980 (no ano de 1982), a construção daquele edifício (94 mil metros quadrados distribuídos em 49 pavimentos) naquele local que abriga as principais joias do Rio Antigo? Como vimos anteriormente nesta tese, Lúcio Costa referenciou Camões para justificar tal autorização: “Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades”. O Número Dez, circundado (na frente e na lateral esquerda) pelo prédio setecentista do antigo Convento do Carmo, ocupa o quarteirão entre as ruas da Assembleia e Sete de Setembro – ruas que delimitam o Largo do Paço.

⁶⁴ Jornal O Globo de 30 de junho de 2014, disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/assembleia-legislativa-trocara-endereco-no-centro-do-rio-por-imovel-na-cidade-nova-13074472>>.

⁶⁵ Diário do Porto de 26 de novembro de 2018, disponível em: <<https://diariodoporto.com.br/alerj-predio-feioso-gasta-mais-do-que-as-assembleias-de-sp-e-mg/>>.

⁶⁶ idem

⁶⁷ ibidem

⁶⁸ Diário do Rio, de 12 de abril de 2012, disponível em: <<https://diariodorio.com/prdio-da-bolsa-de-valores-para-alerj/>>.

⁶⁹ Diário do Porto de 02 de fevereiro de 2019, disponível em: <<https://diariodoporto.com.br/mensagens-dos-deputados-estaduais-rj/>>



**Figura 23: Prédio Anexo da Assembleia Legislativa – ALERJ e, ao fundo, o Edifício Cândido Mendes
Foto da autora, 27 abr./2019**

As ruas transversais à Avenida 1º de Março são trajetos naturais de quem transita da região da Cinelândia, Largo da Carioca ou da Saara⁷⁰, em direção à Praça XV (e vice-versa). É naquela direção que vão ou daquela direção que se dirigem milhares de pessoas que embarcam ou desembarcam na Estação das Barcas; sobretudo como já foi dito, pelas ruas São José ou Assembleia.

Há também, em dias de semana, um fluxo grande de pessoas na Avenida Erasmo Braga, paralela à Rua São José, em especial no quarteirão entre a Avenida Antônio Carlos e a Praça Mário Lago (conhecida como “Buraco do Lume”). Trata-se do quarteirão do Terminal Rodoviário Castelo, também conhecido como Edifício Garagem Meneses Cortes. Por ali sempre tem um movimento de gente apressada, seguindo do terminal para o Metrô Carioca ou vice-versa. Na Praça Mário Lago, durante a semana, funciona uma feira de roupas e acessórios em geral, que se estende pelo quarteirão da Avenida Erasmo Braga. É nesse trecho da avenida – exclusivo para pedestres, que se encontra o acesso ao Edifício Garagem, em meio a um corredor cercado de bares e lanchonetes, além das barracas da mencionada feira, que ocupam uma faixa central. Nesse quarteirão, o lado da Rua São José, cujo acesso pode ser feito por dentro do terminal, possui largas calçadas, apesar da rua em si ser estreita. Como vimos anteriormente, foi ali o lugar provisório que os expositores encontraram para

⁷⁰ A sigla SAARA corresponde à Sociedade de Amigos das Adjacências da Rua da Alfândega, criada em 1962 por comerciantes do centro histórico (em sua maioria imigrantes, sobretudo árabes, judeus, libaneses e sírios). Com o intuito de encontrar uma solução para evitar a desapropriação de dezenas de imóveis de uma área de comércio no Centro do Rio, um grupo de comerciantes se organizou formalmente para reivindicação perante as autoridades. Na época, Carlos Lacerda (1961-1965), então governador, planejava a construção de uma via diagonal interligando a Central do Brasil à região da Lapa, o que demandaria a derrubada de inúmeros edifícios comerciais. Os esforços dos comerciantes da recém-criada Saara surtiram efeito e a obra não vingou. Desde então, aquela região comercial formada por onze ruas nas adjacências da Rua da Alfândega, que reúne centenas de lojas predominantemente de comércio popular no centro da cidade, passou a ser conhecida como Saara (DA CUNHA, 2010).

instalação da Feira de Antiquidades da Praça XV, na ocasião da implantação do Projeto de Remodelação da Praça XV, quando também foi construído o Mergulhão, nos fins da década de 1990. “Teve uma obra lá e a gente foi pro Menezes Côrtes”, disse o Sr. Gabriel⁷¹. O “Menezes Côrtes” ou “Rua São José” são os nomes que alguns expositores fazem uso ao se referirem àquela época da “grande obra”, que nenhum dos nossos interlocutores soube precisar o ano. O referido projeto de remodelação não contemplava a Feira e foi essa uma das ocasiões em que se pretendeu a supressão daquele evento.

Em seu trecho inicial, que compreende o quarteirão do Tribunal de Justiça do Estado, a Avenida Erasmo Braga faz cruzamento com a Rua Dom Manuel – uma das ruas que delimitam a poligonal da região da Praça XV. Neste local encontram-se as três esculturas que ornamentam o prédio daquele tribunal: A Justiça, a Lei e a Equidade, datadas de 1964. É por ali que muita gente acessa a Praça Marechal Âncora – onde a Feira se instalou em 2016 e onde atualmente está situado o Shopping-Chão. É ali, quase em frente à Erasmo Braga, que circulam os veículos que trafegam pela Jacob do Bandolim, que faz ligação com a Praça Marechal Âncora. Na época da Perimetral, essa via era exclusiva para pedestres. Era na altura da Jacob do Bandolim que ficava o limite da parte “oficial” da Feira de Antiquidades na época do viaduto. É também ali o último acesso à Praça pela superfície, antes da passagem subterrânea de acesso entre a Praça Marechal Âncora e os Museus Histórico Nacional e do Som. Passagem subterrânea que hoje está tão abandonada quanto esteve o Mergulhão há alguns anos.

Nessa região, o acesso à Praça XV pela Avenida General Justo e Alfred Agashe – vias expressas que ligam a região do núcleo histórico ao Aeroporto Santos Dumont, não há movimentação significativa de pedestres. Esse trajeto passa pela Praça Marechal Âncora, que ficou bastante deserta após as obras de revitalização. Na época das Olimpíadas era comum ver ali grupos de militares praticando exercícios físicos ao ar livre. Passados poucos meses da realização das Olimpíadas, o Albamar ficou isolado e a promessa de instalação de quiosques para dinamizar o local não vingou. A passagem subterrânea ficou deserta, abandonada. Tanto essa passagem quanto os equipamentos da Praça Marechal Âncora passaram a servir de abrigo para moradores de rua. Isso sem contar que, quando chove, a passagem subterrânea fica alagada. Muitas pessoas evitam passar pelo local por conta da sensação de insegurança. Em setembro de 2019, o empresário que administra o Restaurante Ancoramamar (antigo Albamar) anunciou, via Jornal O Globo do dia 11 daquele mês, que o restaurante deve encerrar suas atividades até o final do ano, em virtude “da queda do faturamento, exponenciada após as obras na Praça Quinze e Porto”. O empresário queixou-

⁷¹ Sr. Gabriel Machado, expositor remanescente da Feira do Troca (69 anos), em entrevista à autora em 24 fev/2018.

se do esvaziamento e do estado de abandono do entorno do estabelecimento após as obras. Segundo ele, o projeto para o local – que prometia uma nova Praça Marechal Âncora, com a instalação de vários equipamentos “como roda-gigante, biergarten e 12 quiosques” - não foi concretizado e “o Ancoramar vive como uma ilha isolada, cercada basicamente por moradores de rua”. “Isso é um brinco de ouro na orelha de um porco”, disse o empresário (ALTINO, 2019, s/p).

Na ocasião das Olimpíadas, como destacado anteriormente, a Feira de Antiguidades da Praça XV foi transferida para a Praça Marechal Âncora, onde fica o Albamar e, aos sábados, apesar da pouca adesão de comerciantes e de público, dava um pouco de vida àquele lugar. Os expositores do Shopping-Chão, naquela época, chegaram a utilizar a passagem subterrânea da praça para exporem seus objetos, ou melhor, no vocabulário nativo: suas “peças” ou, ainda, seus “bagulhos”. Mas a fiscalização policial os impedia de permanecerem naquele local. Durante a realização das Olimpíadas, a repressão policial contra os expositores do Shopping-Chão chegou a ser bastante truculenta.

Diferentemente da região da Avenida Alfred Agashe, nas mediações do Albamar, o acesso à Praça XV pela Avenida 1º de Março (antiga Rua Direita), sobretudo no trecho entre a Avenida Erasmo Braga e a Rua Buenos Aires, se dá por vias mais estreitas onde há um movimento bastante intenso de pedestres. Dentre essas vias, as ruas da Assembleia⁷² (antiga Rua da Cadeia), e Sete de Setembro⁷³ (antiga “Rua do Cano”⁷⁴), que delimitam as laterais do Largo do Paço, a exemplo da antiga Rua Direita, são consideravelmente mais largas. Elas foram alargadas no âmbito das reformas de Pereira Passos no início do século XIX, sendo que a Rua Sete de Setembro passou por novo alargamento em 2016, quando as calçadas foram estreitadas para receber os trilhos para passagem da Linha 2 do VLT.

A Rua do Ouvidor⁷⁵ que, assim como a Rua do Rosário, vai desembocar no chamado Polo Cultural da Praça XV, permaneceu bem estreita – a largura de um carro. E o calçamento ainda é em paralelepípedo. Nela, a combinação de prédios altos com rua muito estreita, faz com que o contraste de escala seja reforçado pelo contraste de sombra e luz.

⁷² A Rua da Assembleia, juntamente com a Rua da Carioca, com a qual faz ligação direta, integra um corredor viário central, constituído pela Avenida Nilo Peçanha, Rua Visconde do Rio Branco e Frei Caneca, interligando, mais ao longe, na região pericentral, as ruas Salvador de Sá e Estácio de Sá.

⁷³ A Rua Sete de Setembro, a exemplo da Rua São José, também possuía largas calçadas. No entanto, em 2016, com as obras de revitalização, a via foi alargada para passagem da Linha 2 do VLT.

⁷⁴ A água do Chafariz da Carioca abastecia o Chafariz do Valentim por meio de um encanamento que cruzava a atual Rua Sete de Setembro.

⁷⁵ Primitivamente chamada de Rua do Desvio do Mar, a rua que hoje liga o Largo São Francisco de Paula à Rua do Mercado, na Praça XV é uma das mais antigas do Rio de Janeiro. Com a construção da Igreja de Santa Cruz dos Militares, situada na esquina dessa rua com a antiga Rua Direita, a via passou a ser conhecida como Rua da Cruz. Recebeu a denominação de Rua do Ouvidor na segunda metade do século XVIII, em alusão aos Ouvidores - magistrados do antigo Império Português, que foram morar ali em meados daquele século.

Com o agudo processo de verticalização que se estabeleceu em meados do século XX, sobretudo na Ouvidor, grandes edifícios da arquitetura moderna passaram a fazer parte do cenário da rua, juntamente com os remanescentes da arquitetura típica do final do século XIX e início do século XX – filiados ao estilo eclético. Mas é como se nos imóveis do século XIX preservados repousasse todo o valor da rua, concentrando ali toda a sua história.

A Rua do Ouvidor já foi a “rainha da moda, da elegância e do luxo” (MACEDO, 2005, p.10), e ficou conhecida no século XIX como a rua mais cosmopolita da cidade, com suas “lojas de fazendas, cabelereiros, floristas, casas de chá, lojas de calçados, hotéis e tipografia” (ALCÂNTARA(b), 1984, p.119). Os comerciantes dali, na maioria estrangeiros, trouxeram artigos variados de moda e costumes das cidades europeias, atraindo para aquela rua intelectuais e pessoas ‘comuns’ da fina sociedade carioca.

Cabe ressaltar que exemplares de tais artigos estrangeiros sobreviventes ao tempo, iriam, anos mais tarde, parar nas bancas da Feira de Antiguidades da Praça XV; dessa vez, passando a ser objeto de desejo de vários dos seus frequentadores. Ainda na Rua do Ouvidor, o comércio alimentício estava presente, ocupando o quarteirão final da rua, nas proximidades do Porto. Tal comércio era predominante na Rua do Mercado e na Travessa do Comércio. Atualmente há nesses locais uma concentração de restaurantes e bares, que integram o chamado Polo Cultural e Gastronômico da Praça XV.

No início do século XX, com a construção da Avenida Central (atual Avenida Rio Branco), a Rua do Ouvidor teve um trecho entrecortado para a abertura da nova avenida. Esse cruzamento, hoje, marca o ponto de transição entre os quarteirões da Rua do Ouvidor onde prevalecem sobrados e os quarteirões onde prevalecem os espigões modernos. Nos dias atuais, ao percorrer a Rua do Ouvidor, nota-se que há ao longo da via uma hierarquia de usos: uso mais cultural e turístico nos quarteirões da Praça XV, no chamado Polo Cultural; uso comercial e de negócios a partir da Primeiro de Março e uso mais popular nos quarteirões finais, a partir da Rio Branco sentido Largo de São Francisco de Paulo. É uma hierarquia que remete àquela hierarquia da Feira de Antiguidades quando funcionava sob o viaduto.

Naquela via estreita, mesmo não sendo via pedonal, a velocidade que prevalece é a dos pedestres, por vezes apressados. Ali, a combinação de prédios altos com rua estreita nos remete à sensação de intimidade registrada nas crônicas machadianas do Rio de Janeiro do século XIX. Numa de suas crônicas publicada na coluna “A Semana”, da Gazeta de Notícias, em 13 de agosto de 1893, Machado de Assis mandou seu recado aos planejadores urbanos da época: “Vós que tendes a cargo o aformoseamento da cidade, alargai outras ruas, todas as ruas, mas deixai a do Ouvidor assim mesmo, uma viela (...). Há nela, assim estreitinha, um

aspecto e uma sensação de intimidade” (ASSIS, 1893, apud ALENCAR, 1992, p.153). Pelo visto, os planejadores urbanos o ouviram.

Na Praça XV, nas mediações do Paço, o contraste entre a esplanada que se (re)abriu após a derrubada da Perimetral e o Largo do Paço – que é hoje o “lugar da Feira” -, com suas árvores frondosas, delimitado por edificações históricas, por vezes chega a dar a sensação de que a Feira de Antiguidades da Praça XV encontra-se num ambiente coberto, configurando um ambiente de intimidade. Uma intimidade como aquela observada por Machado de Assis (supracitado) em 1893, ao referir-se à Rua do Ouvidor quando, nos idos da última década do século XIX, defendeu o não-alargamento daquela via.

No Largo do Paço, a disposição das bancas ao redor das árvores favorece a Feira. É ali que, atualmente, todos os sábados, a Praça empresta à Feira a sombra de suas árvores. Adjacente ao Largo do Paço, do Chafariz do Valentim até a Estação das Barcas, a esplanada tem uma pavimentação em granito e pedra portuguesa, formando um grande mosaico em arcos concêntricos em três cores. A Praça recebeu esse piso em meados da década de 1990, no âmbito do Projeto “Rio Cidade” quando passou por uma remodelação e quando foi construído o Mergulhão. No corre-corre do cotidiano, é difícil notar o desenho do piso. A extensão de granito de cor cinza claro - uma das três cores do mosaico é a protagonista em dias de muito sol, refletindo a luz solar e aumentando a sensação de calor. Por vezes, a luminosidade refletida na parte clara do mosaico é tanta que chega a cegar momentaneamente. Dos bancos alocados nessa esplanada, são poucos que se abrigam à sombra de alguma árvore. Dispostos ao tempo, em dias de sol, fazem do ato de sentar-se para descansar um ato de quase sacrifício. Em dias ensolarados fica difícil permanecer por muito tempo nessa esplanada.

A proximidade do aeroporto Santos Dumont é perceptível - daqui do lugar da Feira é possível avistar os aviões com nitidez suficiente para distinguir a empresa aérea em operação. Para os ouvidos mais atentos, o ruído de aviões decolando sobre o céu da Baía de Guanabara, interrompe, por vezes, o ruído tradicional da Feira. Mas é nas mediações do Albamar – local onde a Feira esteve instalada por cerca de um ano, entre março de 2016 a abril de 2017 - que fica mais perceptível a frequência de aviões em processos de pousos e de decolagens. Quando a Feira se instalou ali, no entorno do antigo Albamar, observar os aviões tornou-se um passatempo entediante de alguns comerciantes que achavam que ali estavam “pagando por seus pecados”, conforme relata o expositor Denner: “o castigo era o Albamar porque não tinha divulgação, não tinha nada. Então a gente ia lá só *pra* ver avião subir e descer”⁷⁶. Mas o grande vilão ali, para muitos, era o excesso de luminosidade e calor,

⁷⁶ Entrevista concedida à autora em 29 set/2018.

potencializados pelo reflexo da luz solar no chão todo coberto de granito cinza claro (com algumas ilhas com cobertura de grama), conforme podemos ver na fala de dois dos nossos interlocutores:

Quando reformaram tudo ela [a Feira] voltou *pra* área do Albamar que é insuportavelmente quente, pois não havia mais a Perimetral e o piso é todo de pedra muito clara. Então no verão, o sol batia naquela pedra clara, então você era tostado de cima *pra* baixo e debaixo *pra* cima. Foi deplorável! Não funcionou e ela acabou voltando *pra* Praça XV, que pelo menos tem muitas árvores, então o clima aqui é mais ameno (Alexei Bueno, 56 anos, escritor e crítico literário, em entrevista à autora em 06 abr./2019).

Houve um projeto de acabar com o viaduto, que era a cobertura da Feira. Aí ele foi colocado abaixo, né, *pra* fazer uma modernização e aí nós fomos lá pro Albamar. Depois do Albamar, nós nos reunimos porque lá tinha poucas árvores e é um calor imenso e não dava *pra* ficar lá (Sr. Edir Moreira, 81 anos, expositor, em entrevista à autora em 13 jan./2019).

Além do mais, na Praça Marechal Âncora, as bancas da Feira eram dispostas em linha reta ao longo da via à beira mar, onde a incidência da luz solar no local é mais intensa, não se beneficiando das “ilhas verdes” da praça ou das sombras ainda que rarefeitas provocadas pelas árvores, que, além de pouco frondosas, são mais esparsas do que aquelas do Largo do Paço. O castigo só era minimizado pela vista da Baía de Guanabara. Dona Laura⁷⁷, por exemplo, justificou gostar da Feira “no Albamar” dizendo: “Lá a gente ficava de frente para a Baía de Guanabara. Eu gostava de lá por causa da vista”.

O isolamento do entorno do Albamar, acentuado pelas últimas obras de revitalização no âmbito do Projeto Porto Maravilha, foi bastante sentido na Feira. Houve pouca adesão de expositores no período em que a Feira se instalou ali. E o público da Feira, também e conseqüentemente, era bem menor. Outro agravante foi a supressão do Shopping-Chão que, como veremos, não só abastece como dinamiza a Feira.

Cabe antecipar aqui que em 2019, conforme veremos mais adiante, lideranças do Shopping-Chão se organizaram, formaram um grupo intitulado “Cultura da XV” e, por intermédio de lideranças políticas, conseguiram autorização do poder público para instalarem o Shopping-Chão na Praça Marechal Âncora. É válido ressaltar que essa autorização veio num momento em que a referida Praça se encontra em estado de quase-abandono. Ali eles constituíram uma nova feira, oferecendo bancas a um custo mais baixo (60% menor que o valor cobrado na “feira oficial”). O interessante é que a ocupação do espaço por essa nova feira e pelos comerciantes do Shopping-Chão foi muito mais orgânica, seguindo o caminho das sombras provocadas pelas árvores e se valendo das ilhas verdes e dos equipamentos ali instalados, especialmente dos bancos e muretas que circundam tais ilhas. A disposição da

⁷⁷ Laura de Jesus, expositora (84 anos) em entrevista à autora em 03 fev./2018.

Feira de Antiguidades no período que ocupou a Praça Marechal Âncora, ao que tudo indica, foi pensada mais no sentido de favorecer a logística de montagem e posterior cobrança das taxas de banca em banca do que no sentido de favorecer o bem-estar dos expositores e dos frequentadores em geral.

Já no Largo do Paço, onde a “feira oficial” está instalada atualmente, a disposição das bancas, em certa medida, acompanha a disposição das árvores. Ali as árvores proporcionam um espaço mais denso no Largo propriamente dito, e um outro espaço menos denso (menos árvores e menos sombra) em frente à fachada principal do Paço. O contraste de ambientação no interior da Feira, provocado pelas sombras das árvores ali dispostas, praticamente coincide com a divisão interna da Feira (delimitando as áreas da Feira que estão sob coordenações distintas: Rafael e Paulo). Conforme podemos notar na figura a seguir, de um lado, no Largo do Paço, onde há mais árvores, a disposição das bancas é mais densa (número maior de bancas). Do outro lado, em frente à fachada principal do Paço, onde há menos sombra, a disposição das bancas é mais rarefeita. A separação entre as feiras do Rafael e do Paulo (atuais coordenadores), que se dava, sob o viaduto, a partir do desnível - ao descer as escadas; no Largo do Paço se dá pela diferença de incidência de luz e calor nas áreas onde as barracas são alocadas.



Figura 24: Praça XV ocupada pela Feira de Antiguidades (s/d)
Fonte: Google Maps (com adaptações), acesso em 05 nov./2019

5.5.1 Referências de localização da Feira na Praça XV

O Paço Imperial, o Chafariz do Valentim, os Arcos dos Teles, a Rua do Comércio, o Bolsa de Valores e as duas estátuas equestres da Praça: (Monumento a Dom João VI⁷⁸ e

⁷⁸ Monumento em homenagem a Dom João VI, inaugurado em 1965, foi ofertado pelo Governo de Portugal, no âmbito do IV Centenário da Fundação da Cidade do Rio de Janeiro, como homenagem ao Rei de Portugal que viveu no Brasil de 1808 a 1821. De autoria do escultor português Salvador Barata Feyo, nascido na Angola, a

Monumento a General Osório⁷⁹) são as principais referências de localização para muitos dos atores sociais da Feira. Porém, no caso desses últimos, é raro ouvir alguém referir-se às estátuas pelo nome de seus personagens. Normalmente os atores da Feira referem-se a elas como “estátua do cavalo” e “cavalo”, para designar, respectivamente, uma e outra. A primeira estátua, de Dom João VI⁸⁰, aparece em referências aos primórdios da Feira do Troca. Já a segunda estátua, de General Osório, normalmente é pronunciada como referência de localização dentro da Feira: “estou aqui bem embaixo do rabo do cavalo”, dizia um frequentador da Feira ao telefone; “minha banca fica do lado esquerdo do cavalo”, dizia um comerciante também ao telefone, “vou finalizar aqui no cavalo”, disse um frequentador quando filmava a Feira. “Nos encontramos então amanhã às 7h, no cavalo”, disse um dos nossos interlocutores. Dona Niara, por exemplo, quando perguntada sobre como era a Feira do Troca, disse:

Nós começamos a trabalhar ali [apontando o dedo em direção às barcas]. Ali tem um cavalo. Era em volta. [Que cavalo, eu pergunto?] Era um cavalo desses aí, que roubam toda hora a espada, roubam a cerca... É General Osório. [E aquele outro cavalo lá? Eu pergunto apontando para a outra estátua que é realmente de General Osório]: Não sei [respondeu ela] (Entrevista realizada em 23 de fevereiro de 2019).

Interessante notar na fala de D. Niara uma não familiaridade com a estátua de D. João VI (nem sabe o nome) mesmo porque ela não era expositora da Feira do Troca. Apesar de dizer “nós começamos a trabalhar ali”, D. Niara não trabalhava na Feira do Troca. Ela tinha uma banca na Feira do Albamar e só ia à Feira do Troca comprar objetos para revender na sua banca do outro lado da Estação das Barcas.

estátua equestre fundida em bronze tem a figura de D. João VI montado, segurando na mão direita um globo terrestre, símbolo do poder. Sobre pedestal de concreto, o monumento de cerca de três metros de altura está localizado próximo à saída da Estação das Barcas, no local onde, em 1808, o rei de Portugal teria desembarcado.

⁷⁹ Monumento em homenagem a General Osório, de autoria de Rodolfo Bernadelli, foi inaugurado solenemente em 12 de novembro de 1894. Encimado por uma estátua equestre, o Panteão traz a figura de General Osório em posição de combate, segurando uma espada na mão direita. Em cada lateral do pedestal há um alto-relevo em bronze: um deles representa a Batalha de Tuiuti e o outro, a Batalha do Passo da Pátria. Com oito metros de altura, fundida em bronze sobre pedestal de granito, essa estátua que homenageia um dos heróis da guerra do Paraguai está localizada bem no centro do Largo do Paço.

⁸⁰ A título de curiosidade, segundo o historiador Milton Teixeira⁸⁰, numa reportagem sobre a Praça XV, D. João VI nunca teria montado em um cavalo.



Figura 25: Monumento a Dom João VI – Praça XV
20 jan./2018 - Foto da autora



Figura 26: Monumento a General Osório - Praça XV
09 nov./2019 - Foto da autora

Acerca da não familiaridade com as estátuas equestres da Praça XV, nas últimas anotações no caderno de campo, um fato inusitado envolvendo as duas estátuas equestres ficou registrado:

Estava caminhando em direção ao Shopping-Chão [que estava na Praça Marechal Âncora] quando, no meio do caminho, próximo ao Chafariz do Valentim, passei por dois rapazes que acabaram de se encontrar. Um deles disse: “Pô cara, tempão esperando. Não falei com você que eu *tava* no cavalo?” O outro respondeu: “olha a estátua do cavalo ali”, apontando para o monumento a Dom João VI. “É tudo cavalo”, remendou. “E eu vou lá saber que tinha outro cavalo?”, replicou o primeiro. Riram e seguiram caminho (Caderno de Campo da autora, 02 de nov./2019).

Certamente o segundo rapaz, que aguardava próximo à estátua de Dom João VI, não deve ter passado pelo Largo do Paço ou, se o fez, foi pela Rua da Assembleia. É praticamente impossível atravessar o Largo do Paço e não notar a estátua equestre que homenageia o General Osório.

Quando ainda não existia o skatepark da Praça XV, os já citados skatistas costumavam usar, na linguagem deles, as “bordas do cavalo” – em referência ao degrau da base da estátua de Dom João VI, para fazerem suas manobras.

Além das estátuas equestres, há na Praça XV uma estátua do marinheiro João Cândido Felisberto (Fig.27) – o Almirante Negro, um dos principais líderes da Revolta da Chibata (1910). A estátua, que permaneceu por anos no Museu da República, foi inaugurada na Praça XV em 20 de novembro de 2008. De autoria do artista plástico Walter Brito, o monumento, esculpido em bronze sobre pedestal de granito, possui dois metros de altura e está situado ao lado da estação do VLT, próximo ao monumento a Dom João VI. No entanto,

não houve qualquer referência a esse monumento durante os trabalhos de campo, seja nas observações em geral, seja nas conversas com os atores da Feira.

A instalação da Feira na Praça XV, seja na época do viaduto, seja no Largo do Paço, tem suas vantagens. Além de ser um corredor de fluxo, um centro Histórico que atrai turistas de toda a parte e de poder dispor das sombras das árvores (ou da proteção contra as intempéries, no caso do viaduto), é um local de fácil acesso de veículos, e que ainda dispõe de amplo estacionamento gratuito aos sábados. Sem contar as barcas – transporte usado por muitos expositores e frequentadores, que já desembarcam praticamente na Feira. E mais: aos sábados, os automóveis “podem” transitar no entorno do Paço, inclusive caminhões, o que facilita o carregamento e descarregamento de mercadorias bem próximo às bancas da Feira. Por outro lado, esse trânsito, ainda que ocorra somente aos sábados, representa também um risco à preservação da edificação símbolo da Praça XV – o Paço Imperial.



**Figura 27: Estátua em homenagem ao marinheiro João Cândido – Praça XV
09 jun./2018 - Foto da autora**



**Figura 28: Caminhão carregado de bancas, em frente à fachada principal do Paço Imperial
Foto da autora – 07 dez./2018**

5.6 Entranhas da Feira

A montagem das bancas acontece na noite de sexta-feira. Antes disso, também às sextas-feiras, a partir das 17h, expositores do chamado Shopping-Chão já começam a chegar à Praça. Tão logo chegam, vão delimitando seu espaço no chão, nas imediações do Largo do Paço; inclusive guardando espaço para um ou outro colega que chegar mais tarde.

Em determinadas épocas do ano, alguns expositores do Shopping-Chão chegam à Praça, na sexta-feira, antes das 17h – horário em que o fluxo de pessoas que desembarcam ou se dirigem à estação das barcas começa a aumentar. É também por volta das 17h que a chamada “tribo do skate” (FONTES, 2011) começa a tomar o espaço em frente à fachada principal do Paço, onde estão instalados os obstáculos que formam o skatepark da Praça XV. Normalmente são em número que varia de 15 a 30 praticantes, predominantemente do sexo masculino, numa faixa etária que abarca jovens (em maior número), adultos e até crianças. Eles costumam ficar por ali fazendo manobras até o horário de chegada dos caminhões que transportam as barracas da Distribuidora de Tabuleiros da Guanabara (DTG)⁸¹, que estacionam na Praça por volta das 22h-23h, quando começa a montagem da Feira. Antes do Shopping-Chão ser transferido para a Marechal Âncora, vários expositores costumavam estar com suas bancas montadas já por volta das 22h e aproveitavam para descansar ao lado de suas mercadorias, onde permaneciam noite adentro.

No Largo do Paço, lá pelas 22h, quando os skatistas começam a deixar o local, chegam os dois caminhões com as barracas para serem montadas na Praça. Segundo relatos de alguns expositores, na época da Perimetral costumavam chegar três, quatro caminhões carregados de barracas⁸² (ou tabuleiros). Os caminhões estacionam na área em frente à fachada principal do Paço. A montagem das barracas começa logo em seguida, quebrando o silêncio da Praça com a sinfonia das madeiras causada pelo som do atrito entre os cavaletes e a prancha e entre esses e o chão. Tal montagem é um processo que exige técnica e esforço por parte dos *staffs* da Feira – um grupo normalmente de 6 a 10 homens, além de uma mulher, que auxilia na colocação das lonas que cobrem as bancas. A maioria dessas pessoas é parente do coordenador da Feira. Enquanto as barracas vão sendo montadas, dois a três *staffs* varrem o chão do Largo do Paço, que nesse horário ainda está deserto. Alguns

⁸¹ Em meados de 2017, a empresa de locação de barracas contratada pelo organizador da Feira de Antiguidades da Praça XV passou a ser a Distribuidora de Tabuleiros Reflex (DTR) e, cerca de um ano depois, após disputas internas, uma nova empresa foi contratada: A Carioca Feiras que, segundo depoimentos informais, pertence a um ex-policia que também era expositor.

⁸² Nesta tese, consideramos como “barraca” a estrutura em madeira com tabuleiro (ou prancha) e “banca” como a estrutura montada com a exposição de objetos, de tal modo que uma banca pode ser desde uma lona estendida no chão com objetos expostos a uma barraca montada com objetos expostos no tabuleiro (ou prancha).

expositores que chegam mais cedo costumam varrer eles mesmos o local onde será instalada a respectiva barraca.

Construídas em madeira e cobertas com lona, as barracas da Feira possuem dimensões de 2 metros de comprimento por 1 metro de largura. Normalmente são montadas cerca de 200 barracas a cada sábado, sendo que em torno de 15% dessas ficam desocupadas. Do total de barracas ocupadas, cerca de 30% são bancas de roupas usadas, os chamados brechós. Em dias de maior adesão de comerciantes que utilizam as barracas, o que tem sido raro, o número de barracas montadas gira em torno de 300 unidades. Quando a Feira estava sendo montada na Praça Marechal Âncora, em 2016, o número total de barracas não passava de 150 unidades e o número de bancas de roupas era em torno de 10 a 12 unidades apenas. Nesses últimos 4 anos, tempo dessa pesquisa, houve um aumento substantivo no número de bancas de roupas na Feira. Sobretudo a partir de meados de 2017, quando a Feira retornou para o Largo do Paço após ficar quase um ano na Marechal Âncora. Entre meados de 2018 e a segunda metade de 2019, o número de bancas de roupas triplicou. Em determinados dias foram contabilizadas em torno de 50 bancas de roupas e/ou roupas e acessórios usados. Em média, as bancas de roupas passaram a representar mais de 30% do total de barracas ocupadas. Nesse mesmo período, desde o retorno da Feira ao Largo do Paço, paralelamente a esse aumento no número de bancas de roupas e diminuição no número de expositores da Feira, houve ainda um substantivo aumento no número de expositores do Shopping-Chão.

Os expositores da “feira oficial” vão chegando aos poucos. Muitos deles são trabalhadores não absorvidos pelo mercado de trabalho formal, que viram na Feira uma oportunidade fazer renda. Outros tantos são aposentados, que complementam a aposentadoria com o trabalho na Feira. Há ainda os comerciantes proprietários de lojas de antiquários e os profissionais liberais de todo tipo. Juntamente com esses expositores, alguns frequentadores assíduos, sobretudo os garimpeiros também chegam mais cedo especialmente para garimpar no Shopping-Chão. Há predominância de expositores do sexo masculino.

Tem expositores e garimpeiros que chegam à Feira ainda no início da noite de sexta-feira. Outros chegam durante a madrugada, por volta das duas ou três horas. Mas uma maior parte chega à Feira a partir das 5 horas da manhã. Tem ainda aqueles expositores que direcionam a venda de objetos ao público de visitantes e turistas e não têm costume de garimpar na Feira, por isso, chegam por volta das 9h da manhã. Muitos chegam de táxi, que os deixam ao lado de suas bancas para descarga dos objetos a serem expostos. Outros chegam em carro próprio, descarregam seus objetos próximo à banca e depois deixam o carro

no estacionamento logo ao lado. Há aqueles que primeiramente procuram um bom local para estacionar e depois contam com a ajuda de carregadores que, em carroças menores (ou “burros sem-rabo”), levam os objetos embalados em caixas ou malas até a barraca do expositor. Há ainda outros tantos que utilizam o transporte público (sobretudo ônibus ou barcas), e transportam seus objetos ou produtos (no caso dos comerciantes da praça de alimentação) em carrinhos portáteis (os chamados “carrinhos de feira” ou “carrinhos de compra”).

Importante ressaltar que diversos atores sociais da Feira (e aqui eu me incluo) assumem papéis concomitantes de trabalhadores, consumidores, admiradores que por vezes assumem o papel de flâneur. De tal modo que essas maneiras de chegar à Feira e/ou esses percursos se referem todos: expositores, consumidores, admiradores...

5.6.1 A Feira da madrugada

É sexta-feira. O movimento noturno nas mediações da Praça XV se concentra nas mediações dos Arcos do Teles e no quarteirão final da Rua do Ouvidor, na região do Polo Cultural e Gastronômico da Praça XV. O Largo do Paço fica meio deserto com o cair da noite, e vira um grande mictório a céu aberto. Vários homens e mulheres que frequentam os bares localizados nos Arcos dos Teles, na Travessa do Comércio e na Rua do Ouvidor utilizam os canteiros das árvores da Praça como mictório. A escassa iluminação da Praça, que às vezes costuma ficar completamente sem luz, favorece a prática. Os trabalhos de montagem das barracas, que começam por volta das 23h, espantam boa parte desses infratores. Salvo a montagem das bancas, à noite e madrugada adentro, a Feira se concentra em torno do Shopping-Chão. Inclusive, existem expositores do Shopping-Chão que normalmente só expõem na madrugada. O Sr. Orlando (60 anos), por exemplo, catador há mais de 15 anos, faz o garimpo em Copacabana, bairro onde mora - um dos bairros mais concorridos pelos catadores de objetos nos lixos. Ele disse que ficou sabendo que na Praça XV “o pessoal compra coisas antigas, usadas” e foi lá vender uma peça e acabou “entrando no ritmo”. Como há coleta de lixo em determinados pontos de Copacabana aos sábados pela manhã, Sr. Orlando costuma expor seus objetos na Praça XV durante a madrugada, voltando cedo para Copacabana para garimpar. Ele também é expositor na Feira da Glória, no domingo. Segundo Sr. Orlando, para ir para a “Feira da Praça XV”, “tem que ter peças boas, antiguidades: quadros, esculturas... Antiguidade já chega e vende logo. Documento então é que vende mesmo. Brechó lá não vende”. Sr. Orlando disse que a Feira sob o viaduto “era outra coisa, não tinha nada a ver com essa estrutura que tá aí hoje”.

Paulista (51 anos), expositor do Shopping-Chão há mais de 15 anos, é outro que chega à Praça nas primeiras horas da noite. No carrinho, que é enorme, além dos objetos que cata

principalmente no bairro Flamengo durante a semana, ele carrega a Sara e o Raí, seus dois cachorros. Morador das ruas, Paulista faz questão de mostrar como seus cachorros são limpos, bem tratados e bem alimentados. “Pode ver aí que não tem nenhuma pulga”, disse ele. Desde meados de 2019, Paulista vem para Feira com uma caixa de som potente e dinamiza o ambiente da Feira com um repertório musical que contempla principalmente o rock internacional das décadas de 1970/1980. Reforçando o que disse Sr. Orlando, Paulista comenta que na Praça XV só vale se tiver “reliquia”. “Antiguidades, quadros, esculturas assinadas. Brechó lá não rola”, disse ele.

Numa das minhas investidas no trabalho de campo, noite de sexta-feira, 06 de setembro, encontro o Paulista sentado no meio fio, na Praça Marechal Âncora, no local onde costuma montar sua banca. Seu *burrinho sem rabo* ainda estava por descarregar e sobre ele estavam também a dupla canina Sara e Raí. Paulista mostrou-me um dos seus achados daquela semana: um relógio de ouro. “Tava no lixo, eu peguei no lixo”, disse ele. “Tinha um saco cheio de roupas no container e eu peguei o saco e comecei a procurar. Não trabalho com roupas, tá ligado? Mas tem que trabalhar com a cabeça. Procurei nos bolsos das calças, das jaquetas. Achei esse relógio e dois brincos. Tudo de ouro”, disse Paulista que aguardava a chegada do Argentino – um garimpeiro que vem de Niterói e costuma chegar à Praça por volta das 22h -, que com certeza compraria aquele ouro em sua mão. “Aqui vai dar uns mil e quinhentos reais”, concluiu Paulista (Caderno de Campo da autora, 06 de setembro de 2019).

Muitos expositores do Shopping-Chão aproveitam a madrugada para trabalhar na Praça XV, tendo em vista que o trabalho durante o sábado, a partir das 5h, nem sempre é garantido – o policiamento pode chegar e expulsá-los dali. Vários deles têm clientes específicos que chegam em um determinado horário da madrugada. Tais clientes tão logo chegam já se dirigem às suas bancas de interesse, na qual costumam comprar objetos, seja para revender, no caso de comerciantes da própria Feira ou de outras feiras no Rio, ou em São Paulo, ou até mesmo no exterior; seja para compor suas coleções, no caso dos colecionadores de plantão. Os chamados “garimpeiros” começam a circular pelo Shopping-Chão por volta das 21h de sexta-feira – vários expositores que possuem uma banca na Feira de Antiguidades circulam pelo Shopping-Chão à procura de algum objeto interessante – uma relíquia por um precinho simbólico, quem sabe. Eles costumam comprar no Shopping-Chão para revender em suas bancas. Nessa transição de objetos do Shopping-Chão para a “feira oficial”, tais objetos não só passam a valer mais (às vezes muito mais), como não raras vezes ganham status de antiguidade referenciada por um especialista. Sem contar que possuir uma banca na Feira costuma representar um instrumento simbólico de distinção e de valorização que legitima uma procedência idônea dos objetos.

O expositor Denner que, depois do último aumento de preço de locação de barracas na Feira, passou a dividir uma banca com outros dois amigos, é um dos primeiros a chegar à

Praça XV. Ele, que é também administrador e garimpeiro, costuma estar na Praça XV antes das 20h e por ali passa toda madrugada. Ele só vai embora na tarde de sábado, quando termina a Feira. Denner é um dos que também garimpam objetos junto ao Shopping-Chão para revender para o comerciante argentino, que mora em Niterói. O “Argentino”, como é conhecido na Feira, e que também costuma chegar à Praça XV ainda na sexta à noite, fica ali somente até o dia amanhecer. Alguns expositores do Shopping-Chão reservam mercadorias especialmente para ele.

Durante a madrugada, há uma movimentação de alguns colecionadores, além de comerciantes e garimpeiros, circulando pelo Shopping-Chão, em horários determinados – têm aqueles que chegam por volta da meia noite; os que chegam a partir das 2h da madrugada, os que chegam por volta das 5h da manhã. A Rosângela, por exemplo, que coleciona e reforma bonecas e bonecos antigos, costuma chegar à Feira por volta da meia-noite, permanecendo por ali até lá pelas 7h-8h da manhã. Nesse período ela fica ‘vigiando’ a chegada de comerciantes do Shopping-Chão à procura de bonecas, de preferência raras. Segundo a Rosângela, a diversão dela é passar a noite (de sexta-feira para sábado) à procura especialmente de bonecas lançadas antes da década de 1980. Ela compra, inclusive, restos de bonecos (pés, sapatos, cabeças, mãos) – qualquer coisa serve, desde que seja “de época”. Rosângela consegue identificar se um sapatinho, uma roupinha, uma perna ou um braço são de um determinado tipo de boneca de um determinado período histórico (bonecas típicas da década de 20, bonecas típicas da década de 30, de 40, de 50 e por aí em diante). A colecionadora também reforma bonecas e vende no Mercado Livre. Há bonecas ou bonecos antigos que chegam a ser cotados em mais de 2 mil reais.

Já o Uruguaio, como é conhecido na Feira, sempre de calça camuflada e colete cáqui com bolsos - tipo de pesca, geralmente chega à Praça XV por volta das 4h-5h da manhã. Freqüentador assíduo da Feira de Antiguidades da Praça XV, o Uruguaio faz um bate-e-volta semanal: sai de São Paulo de ônibus toda sexta-feira – aproveitando o passe-livre para maiores de 65 anos – e chega ao Rio ainda de madrugada, retornando para São Paulo no ônibus do meio dia. Nesse interim, segundo depoimentos de expositores, o Uruguaio ‘garimpa’ objetos no Shopping-Chão e nas ‘bancas oficiais’ da Feira de Antiguidades da Praça XV para revender aos domingos numa feira de antiguidades em São Paulo.

Alguns expositores do Shopping-Chão, como no caso do Paulista, relatado anteriormente, já direcionam certas mercadorias aos especialistas da Feira – muitos deles já sabem quem se interessa por quê e quais peças têm potencial de ser uma relíquia. Há aqueles garimpeiros, especialistas, que costumam pagar melhor para o chamado “catador” – aquele

que muitas das vezes é o responsável por coletar o material no lixo; de modo a garantir fidelidade.

Cabe ressaltar que normalmente as mulheres presentes na madrugada - que são poucas, seja no Shopping-Chão seja na “feira oficial”, seja no comércio ambulante - ou estão acompanhando os maridos expositores, ou trabalham na praça de alimentação ou no comércio ambulante juntamente com os maridos. A Rosângela, colecionadora supracitada, é uma das exceções.

5.6.2 Os catadores “sem-teto” ou “sem-terra” do Shopping-Chão

A Feira de Antiquidades da Praça XV, desde sempre, traz o Shopping-Chão por arrabalde. Pejorativamente chamados de “sem-terra” ou “sem-teto”, expositores do Shopping-Chão subvertem as funções pragmáticas da Praça XV e, como uma “mancha urbana”, fluida e dinâmica, deslocam-se de um lado a outro da Praça, seja driblando a fiscalização seja buscando um local mais adequado e mais ‘orgânico’ junto à Feira de Antiquidades ‘oficial’ para se instalarem.

Motivo de diversos conflitos, o apelidado “Shopping-Chão”, formado por expositores que apresentam suas mercadorias em lonas estendidas no chão, é um dos acontecimentos emblemáticos da Feira. Há um constante embate entre esses expositores e o poder público municipal. Com a demolição do Elevado da Perimetral e a remodelação da Feira com a diminuição do número total de bancas, os expositores do Shopping-Chão ficaram proibidos de expor suas mercadorias, exceto se pagassem pela locação de uma banca.

Tais expositores, os sem-teto ou sem-terra, são normalmente catadores e/ou garimpeiros que, sem licença municipal como expositor, usam do chão para expor os objetos coletados em caçambas de lixo e/ou obtidos por meio de doações. Apesar de muitas vezes serem vistos como atores indesejados naquele espaço público, sobretudo pelo poder público municipal, o Shopping-Chão tem um papel importantíssimo não só para a sobrevivência da Feira, como no resgate de objetos/documentos importantes para a memória do Rio de Janeiro ou mesmo do Brasil. Objetos que, por diferentes razões, foram destinados ao lixo. Normalmente, “os tesouros” da Feira são encontrados com os expositores do Shopping-Chão. Vários objetos importantes puderam ser resgatados graças à ação desses trabalhadores. Um exemplo recente, do final de 2018, é o do lote de 319 cartas de Olga Benário enviadas ao marido Luiz Carlos Prestes – fundador do Partido Comunista do Brasil, quando esse se encontrava no exílio. As cartas, segundo um expositor do Shopping-Chão (que faz o trabalho de catador), foram encontradas por ele em lixo no bairro de Copacabana. Um expositor da ‘feira oficial’ comprou-as na mão desse catador numa banca no Shopping-Chão que, naquela época, estava instalado na Rua da Assembleia, no quarteirão do Paço Imperial. Dias depois,

o material foi colocado à venda num leilão organizado por Soraria Cals Escritório de Arte – uma das maiores leiloeiras do Rio de Janeiro, a um lance mínimo de 350 mil reais. Na ocasião, assunto foi muito comentado na Feira – a princípio, de maneira velada, até que tomou as páginas dos jornais. O Jornal O Globo, por exemplo, que circulou no dia 18 de novembro de 2018, dedicou três páginas ao assunto, com a matéria intitulada “Um romance no cárcere: cartas mostram amor entre Olga Benário e Luís Carlos Prestes”. Tal matéria, que trazia excertos das cartas de Olga para Luiz Carlos Prestes, ressaltava que as cartas teriam sido encontradas por um “sem-terra”, num lixo em Copacabana. Dizia a matéria:

Em cartas achadas no lixo de Copacabana, a paixão e o drama do casal Olga Benário e Luís Carlos Prestes depois da derrota na rebelião de 1935, promovida pelo Partido Comunista contra o governo Getúlio Vargas para instaurar uma ditadura do proletariado no Brasil. Documentos históricos vão a leilão nesta quarta-feira (CASADO & SELEME, 2018, s/p).

Ainda segundo a mesma matéria:

Essa carta se destaca entre outras 330 enviadas a Prestes por Olga, família e amigos. Foram achadas, aparentemente, numa caixa jogada à beira de rua em Copacabana (...).

(...) Alex Seixas, um “sem-terra”, narra a compra das cartas enviadas a Prestes de um burro sem rabo, cinco anos atrás, em Copacabana. Sob um chapéu de pano evocando o modelo de Sherlock Holmes, um deerstalker, Seixas diz ter pago os R\$ 500 pedidos, mas não lembra o nome. Leu uma carta, sua mulher olhou outras, mas nada entenderam: “Não sabia o nome de quem escreveu. Vendi quando precisei de dinheiro”.

Num amanhecer de sábado encontrou Carlos Otávio Gouvêa Faria, conhecido como Cacá, montando barraca na Praça Quinze. Espalhou as cartas no chão, indicando selos antigos nos envelopes carimbados pela censura de guerra de Brasil, México, EUA, França e Alemanha.

Mais experiente e letrado, Cacá percebeu que era correspondência de Prestes. Comprou a papelada — não revela quanto pagou — e, à noite, em casa, pesquisou para compreender o acervo (CASADO & SELEME, 2018, s/p).

A leiloeira Soraia Cals disse, segundo o Jornal The Intercept, que sua hipótese era de que aquele material teria sido guardado na casa de alguém e que essa pessoa provavelmente morreu e a família jogou aquilo no lixo (MAGALHÃES, 2018). Essa hipótese da leiloeira é comum de acontecer no universo da Feira de Antiguidades da Praça XV e são fatos assim que, boa parte das vezes, motivam o trabalho não só dos catadores, mas, sobretudo, dos ‘garimpeiros urbanos’.

Recentemente, por exemplo, passadas duas semanas da morte do ex-ator e diretor da Globo, Jorge Fernando, apareceram no Shopping-Chão vários objetos que pertenceram a ele: crachás, fotografias de celebridades globais, cartonagem de musicais e de peças teatrais da Broadway. Segundo o expositor (que é ‘catador’ ou ‘garimpeiro’), os objetos foram

coletados no Leme e alguns já tinham sido vendidos. “Tinha até um iphone”, disse ele. Naquele dia, o lote de cartanagem de musicais da Broadway, que ainda restava na banca, estava sendo negociado por cento e cinquenta reais.

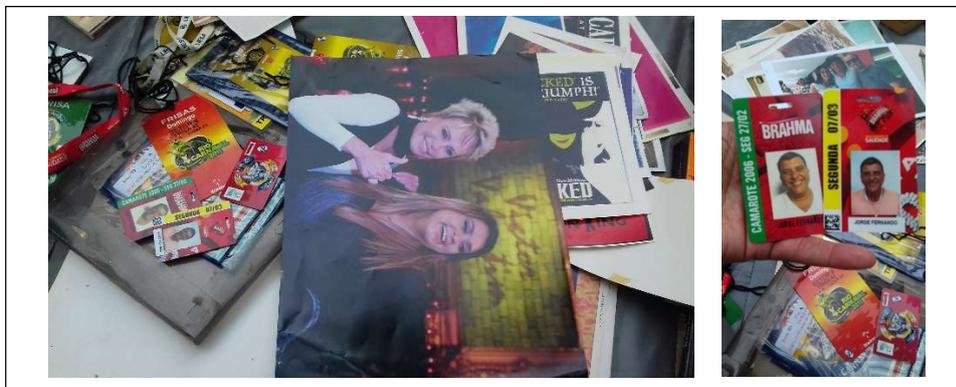


Figura 29: Uma banca do Shopping-Chão da Feira de Antiguidades da Praça XV com objetos que teriam pertencido a Jorge Fernando - 09 nov./2019
Fotos da autora

Muitas vezes a família desconhece a especificidade e o valor, por exemplo, de objetos que um colecionador juntou por boa parte da vida: Livros e papéis antigos (inclusive incunábulo) e/ou raros como as primeiras edições ou manuscritos originais de escritores consagrados da literatura brasileira e universal, postais, fotografias e selos raros; esculturas e quadros raros e/ou de artistas plásticos consagrados, dentre outros objetos cultuados no universo das antiguidades. Algumas vezes esses objetos vão parar no lixo por falta de conhecimento por parte de herdeiros ou mesmo porque esses não veem qualquer valor naquilo, ou ainda porque, para eles, o valor é irrisório. Outras vezes, em face à urgência em desocupar um imóvel de um ente falecido, por razões diversas, os herdeiros ficam impossibilitados de analisarem o material antes do descarte ou mesmo, em função de necessidades financeiras, vendem os objetos a um valor muito aquém do estimado. No caso de famílias abastadas, muitas vezes tais herdeiros vivem fora do país, o que costuma tornar essa urgência ainda maior.

No caso supracitado das cartas de Olga Benário, o leilão foi suspenso e foi levantada suspeita de uma procedência ilícita das cartas, o que não é um caso raro no ramo da antiguidade e do colecionismo. Vários atores sociais da Feira de Antiguidades da Praça XV que adquiriram objetos (em especial fotografias, postais, livros e ou documentos assinados por autoridades ou outras personalidades) que seriam destinados ao lixo, não fosse a ação dos catadores, foram imputados por crime de receptação de bens de origem ilícita, na modalidade dolosa ou culposa.

Muitas vezes, documentos históricos considerados componentes do patrimônio públicos encontram-se, licitamente, em mãos de particulares – o que afasta a suspeita de má-fé ou de conduta culposa por parte daqueles que adquiriram tais documentos. Porém, comprovar que o um documento histórico, que muitas vezes foi resgatado do lixo, estava licitamente sob a guarda de alguém quase sempre não é tarefa simples. Um exemplo disso são os manuscritos, de caráter reservado e confidencial, do Barão de Rio Branco que foram parar num leilão e foram apreendidos pela polícia federal após denúncias oferecidas pelo Ministério Público. Tratava-se de documentos em papel timbrado do Ministério das Relações Exteriores, de caráter reservado e confidencial. No entanto, esses manuscritos estavam sob a guarda de familiares de Luiz Guimarães Fernandes Pinheiro, cujo bisavô, Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro, era o destinatário dos documentos. Este último foi Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores durante o Ministério do Barão do Rio Branco, o que explicaria o fato de estes documentos estarem sob a guarda da família e que, por algum motivo, foram parar nas mãos de catadores e, posteriormente, por meio de um comitente, foram a leilão (BRASIL, 2016). O comitente do “Leilão de Colecionismo”, denunciado pelo Ministério Público Federal responsável pelos documentos era o Carlos Otávio Gouvêa Faria – o mesmo Cacá das Cartas de Olga Prestes. Ele teve que arrolar testemunhas que empreenderam numa pesquisa arquivística de impressos da época para comprovar que não houve má-fé ou uma conduta culposa na aquisição daqueles documentos.

A maioria dos expositores do Shopping-Chão atua como de forma dispersa pela cidade como catador⁸³ - aquele que literalmente coloca a mão no lixo. Além dos bairros mais concorridos da Zona Sul (Urca, Flamengo, Botafogo, Leme, Copacabana, Ipanema e Leblon), há catadores que atuam na Tijuca, outros no Santa Tereza, Laranjeiras e bairros pericentrais, outros ainda em bairros nobres da Zona Oeste. Neste último local, segundo depoimentos, a concorrência no garimpo ainda não é tão grande. Em meio à concorrência acirrada sobretudo nos bairros da Zona Sul, prevalece uma das regras deontológicas da categoria: o direito de garimpar no lixo é exclusivo daquele que “achou” primeiro. Se um catador estiver no lixo, o outro “passa direto”.

Paulista, por exemplo, como citado anteriormente, é expositor do Shopping-Chão, garimpa somente no bairro Flamengo, na Zona Sul. Ele diz que não garimpa mais em Copacabana porque lá além da concorrência ser grande, fica longe para puxar o carrinho cheio. Já o Brown (67 anos), como gosta de ser chamado, é catador há mais de vinte anos e prefere garimpar no Leme – que é uma extensão de Copacabana.

⁸³ O catador recolhe objetos direto das caçambas de lixo e/ou recebe doações. Nem todo expositor do Shopping-Chão é catador, mas todos se reconhecem como garimpeiros.

Certo dia, conforme registro do caderno de campo,

(...) Charles Brown apareceu na Feira com um monte de documentos – eram de um médico e militar, recém-falecido, de sobrenome Meira. Brown disse que pegou o material num lixo em Copacabana. Eram 7h da manhã e ele me disse que os documentos e objetos de cunho militar já tinham sido todos vendidos. Ainda assim, naquele horário, tinha umas oito pessoas em torno da papelada da banca do Brown (Caderno de Campo da autora, 13 jul./2019).

Leme e Copacabana costumam ser os bairros preferidos desses trabalhadores urbanos. Brown, por exemplo, é morador da Lapa e só garimpa no Leme porque, segundo ele, lá não só tem “muito idoso e muita gente abastada”, como também é um bairro onde moraram muitos intelectuais renomados, dentre escritores, músicos e artistas, e também tem muito militar.

Dados do Censo do IBGE de 2010⁸⁴ apontaram Copacabana (e o Leme, por extensão) como o bairro que concentra o maior número absoluto de idosos entre os bairros do país. Naquele ano, eram mais de 43 mil moradores idosos entre os mais de 146 mil habitantes, o que representava quase um terço da população do bairro. E não são poucos os idosos que vivem sozinhos e/ou acompanhados de um cuidador. Desde a década de 1960, pelo menos, tem-se notado uma significativa presença de idosos em Copacabana. Segundo Velho (1989, p.26), nos fins da década de 1960, eram numerosos grupos de homens idosos aposentados bem como eram numerosos, por exemplo, “os militares reformados que se reuniam em grupos na Avenida Copacabana”. Essa peculiaridade faz de Copacabana um dos bairros mais procurados pelos catadores, principalmente tendo em vista que objetos militares em geral, e objetos relacionados à Segunda Guerra, em particular, estão entre os mais disputados por colecionadores e garimpeiros da Feira de Antiquidades da Praça XV.

Durante a semana, muitos dos expositores do Shopping-Chão driblam a fiscalização expondo os objetos garimpados em locais estratégicos da cidade, por exemplo, nas ruas da Lapa e da Glória – que são os pontos principais. Já os garimpeiros urbanos vão garimpar onde o Shopping-Chão está presente: (além das ruas supracitadas) na Rua do Catete, na Rua Riachuelo, nas imediações da Praça da Cruz Vermelha, na Presidente Vargas em frente ao Campo de Santana, dentre outros locais da cidade. E principalmente aos domingos, na Feira de São Cristóvão e/ou na Feira da Glória, ou ainda na Feira de Acará, de Bangu ou de Caxias.

No contexto das redes de sociabilidades da Feira de Antiquidades da Praça XV, os chamados “sem-teto”, muitas vezes designados como “catadores de lixo”, como mencionado anteriormente, não se reconhecem nessa categoria de “catadores”. Eles se auto intitulam “garimpeiros”. Em sua dissertação de mestrado, Loretti (2010), ao discorrer sobre essa

⁸⁴ Disponível em <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/?nivel=st>>. Acesso em 24 nov/2019.

categoria dos “sem-barraca” traz à baila a forma de distinção expressa na oposição entre “lixeiro” (ou catador de lixo) e “garimpeiro”, onde esse segundo expressa o desejo desses atores sociais por dignidade. No entanto, por outro lado, diversos atores de distintos capitais cultural e social muitas vezes atestam em seus discursos a distinção contrária reforçando a relação de dependência, como podemos observar na fala de um “expositor cadastrado a mais de 20 anos na Feira, e com barraca fixa”:

Meus dois lixeiros me trazem coisas absolutamente valiosas, em troca lhes pago um salário digno. Onde mais vão arrumar isso? Eles aprendem muito comigo (Tio Paulo, antigo expositor da Feira da Praça XV) (LORETTI, 2010, p.60).

Como nos lembra Bauman, no que ele intitula de a “sociedade de consumidores”, conforme destacamos no capítulo 3, os próprios membros da sociedade são mercadorias de consumo – o que os torna membros autênticos dessa sociedade (BAUMAN, 2008, p.).

Alexei Bueno, crítico literário, poeta e ensaísta brasileiro e uma das personalidades intelectuais que frequentam a Feira, avalia a relação do Shopping-Chão com a Feira como uma espécie de cadeia alimentar, que vem sendo comprometida por conta da repressão policial aos expositores pejorativamente chamados de “sem-teto”. Na percepção de Alexei,

esse pessoal que cata coisas direto do lixo, muitas vezes eles acham coisas importantes. E os caras que têm barracas (...) chegam muito cedo, alguns parece que chegam na noite de sexta ainda, então parece que eles compram desse pessoal que acha aquilo ali jogado fora – quer dizer, ele encontrou puramente pelo trabalho de procurar e isso é uma cadeia de alimentação que era importante e que foi meio cortada, porque a Feira tá fraca nos últimos tempos; mas pelo menos voltou aqui *pra* Praça XV (ALEXEI BUENO em entrevista à autora, em 06/04/2019).

Se por um lado, o dos garimpeiros urbanos e uma considerável parcela de consumidores da Feira, o garimpo no lixo é estimulado, por outro lado, o do Estado, ele é na maioria das vezes reprimido ou negligenciado. O Estado intervém quase sempre reprimindo o trabalho desses catadores que são peças fundamentais no funcionamento da Feira de Antiquidades e, conseqüentemente, no mercado de antiguidades que, como não pode deixar de ser, é uma subcategoria do mercado de bens simbólicos. Há uma pequena parcela de catadores, no entanto, que é formada por dependentes químicos, usuários de drogas e/ou de alcoólatras, os quais trabalham para manter o vício. Há um ou outro, inclusive, com envolvimento em ilícitos, que se encontra em liberdade condicional ou provisória. Alguns deles já chegam à Feira bêbados ou sob efeito de drogas; o que muitas vezes causa brigas e confusões, pondo sob suspeita a reputação do Shopping-Chão. Esse fato costuma servir de

justificativa para a repressão contra toda uma categoria de trabalhadores urbanos que atuam no Shopping-Chão.

A repressão ao Shopping-Chão, sobretudo durante a realização das Olimpíadas de 2016, representa aquilo que Jeudy intitula de “política tradicional de cidade”, onde o que se deseja é um corpo são em um espaço tornado seguro (JEUDY, 2006, p.35). Como tem acontecido normalmente em espaços renovados, revitalizados ou mesmo “enobrecidos” - espaços preparados para receber ativos globais, os mais pobres são estigmatizados e suas presenças proibidas. Com a revitalização da área, o pobre passa ser visto como um perigo, como um incômodo, um engodo que mancha a imagem daquele local agora embelezado.

Nessa pesquisa, foram quase quatro anos acompanhando ‘a saga’ dos expositores do Shopping-chão - de março de 2016 a dezembro de 2019. Na época em que a Feira de Antiquidades ocupou a Praça Marechal Âncora, entre os anos de 2016 e 2017, os referidos expositores demarcavam espaço na passagem subterrânea que liga a Praça ao Museu Histórico Nacional e nos arredores da calçada em frente aos mercados que ocupam a parte lateral esquerda do prédio da Estação das Barcas. Mas, nesses locais, eles não permaneciam por muito tempo. Como dito anteriormente, era época de Olimpíadas e a Guarda Municipal bem como a Polícia Civil não demoravam a chegar para expulsar os expositores do chão, muitas vezes de forma truculenta. Com isso, durante o período das Olimpíadas (desde o período de preparação) o Shopping-Chão teve um número mais reduzido de adeptos. Em menor número e dispostos de forma mais pulverizada, os expositores do chão tentavam driblar a fiscalização, dispostos a enfrentar a forte pressão policial instalada à época, por meio da Operação Choque de Ordem, implantada pelo Prefeito Eduardo Paes, tão logo assumiu a prefeitura em 2009.

Passadas as Olimpíadas, a repressão policial ao Shopping-Chão praticamente cessou. Somado a isso, houve o aprofundamento da crise sócio-política já em curso, concomitante com o aumento do preço cobrado pela locação das barracas da Feira de Antiquidades, o que fez com que o número de expositores do Shopping-Chão aumentasse de forma surpreendente. Desde 2016, o valor cobrado pela locação das barracas saltou de 40 reais por semana para 80 reais por semana. Em 2005, o valor pago semanalmente pelos expositores era de 12 reais; totalizando 48 reais mensais - o que correspondia, na época, a 16% do valor do salário mínimo vigente. Nessa época, a adesão de expositores à Feira, enquanto locatários de barracas, era bem maior. O valor pago anteriormente, até abril de 2018 era de 60 reais semanais, totalizando, em média 300 reais mensais - correspondente a mais de 25% do salário mínimo. Desde o mês de maio de 2018, o valor cobrado passou a ser de 80 reais

semanais (houve um aumento de mais de 30%), totalizando 320 reais mensais, o que corresponde a mais de 33% do salário mínimo vigente no ano de 2018.

Com o aumento do valor da taxa de locação das barracas somado à crise política e econômica, foi notável o impacto no arranjo da Feira de Antiquidades da Praça XV. Além do aumento do número de expositores do Shopping-Chão, como anteriormente assinalado, houve um aumento significativo no número de bancas de roupas usadas⁸⁵ (os chamados brechós) e uma diminuição sobretudo no número de expositores 'mais tradicionais', ligados ao colecionismo. Alguns expositores passaram a dividir as bancas com um ou dois colegas, enquanto outros passaram a expor seus objetos no Shopping-Chão. Houve ainda aqueles expositores que passaram a locar barracas na Feira apenas uma vez por mês ou a cada quinze dias. Por outro lado, a Feira passou a receber expositores (em menor número), que a exemplo dos comerciantes dos brechós, viram ali uma “oportunidade empreendedora”, buscando uma fonte de renda diante da crise que se instalou no país nos últimos anos.

Cabe destacar que o aumento do número de bancas de roupas chegou a incomodar alguns expositores da Feira, sobretudo aqueles ligados ao ramo de antiguidades, que reclamaram alegando que as bancas de roupa, além de descaracterizar a Feira, uma vez que não se trata de “roupas de época”, formaram uma espécie de “paredão” que bloqueava a visão das bancas de objetos mais tradicionais da Feira.

O aumento do número de expositores do Shopping-Chão com o cessar da Operação Choque de Ordem de 2019 ampliou a disputa por um lugar no chão da Praça. Entre meados de 2017 a meados de 2018, com o retorno da Feira de Antiquidades para o Largo do Paço, os expositores do chão passaram a ocupar o entorno do Chafariz do Valentim e parte da esplanada entre a estação das barcas e o Largo do Paço. Em determinados dias, agentes da fiscalização se faziam presentes, especialmente para expulsar os “indesejáveis” (os expositores do “Shopping-Chão” ou os “sem-teto”) do entorno do Chafariz e, então, estes migravam para a Rua da Assembleia. Quando expulsos da Rua da Assembleia, voltavam para o entorno do chafariz, sempre driblando a fiscalização, como faziam os skatistas antes da prática de skate ser legalizada naquela praça.

No segundo semestre de 2018, o Shopping-Chão passou a ocupar regularmente a Rua da Assembleia, no quarteirão do Paço Imperial, onde permaneceu por cerca de um ano - muitos defendem ser ali o local mais adequado para o Shopping-Chão, pelo fato de não só

⁸⁵ No início dos trabalhos de campo da pesquisa, quando a Feira de Antiquidades ainda estava sendo montada na Praça Marechal Âncora, o número de bancas de roupas usadas girava em torno de 8 a 15 bancas. Nos primeiros meses da Feira de volta ao Largo do Paço, o número de bancas aumentou, mas ocupava não mais que uma e meia fileiras paralelas à fachada lateral do Paço Imperial – cerca de 10 a 20 bancas. No auge da crise, as bancas de roupa chegaram a ocupar três fileiras paralelas à mesma fachada do Paço Imperial – eu cheguei a contar em torno de 35 a 50 bancas.

estar no caminho do fluxo de pessoas, como da proximidade com a ‘feira oficial’. Com essa proximidade, os expositores da “feira oficial”, ao visitarem o Shopping-Chão, permanecem menos tempo longe de suas bancas. Sem contar que os ‘expositores do chão’ se livram do calor da esplanada, ressaltado pela faixa de piso em cor cinza claro.

No entorno do Chafariz de Valentim, onde começavam a se instalar às vésperas, ainda na sexta-feira, muitos ‘expositores do chão’ passavam a noite ali à espera de potenciais compradores. À medida que ia amanhecendo, aos poucos, o muro do entorno do chafariz ia sendo tomado e coberto de gente e de objetos de todo tipo. Na Rua da Assembleia, do lado direito do Paço Imperial, o Shopping-Chão, junto com a Feira, circundava o edifício ícone da Praça. Nessa rua a configuração do Shopping-Chão é favorecida. Formam-se fileiras de lonas com objetos expostos no chão com corredores entre elas, facilitando com que os passantes e outros curiosos possam apreciar melhor o que é exposto. Ali a disposição dos objetos por grande parte dos ‘expositores do chão’ parece ser mais cuidadosa. E foi neste local que, desde o final de abril de 2018, o Shopping-Chão se instalou, tendo uma espécie de consentimento provisório do poder público para ali permanecer até a segunda ordem.



**Figura 30: Shopping-Chão no entorno do Chafariz do Valentim e Esplanada da Praça XV - Feira de Antiquidades da Praça XV, Rio de Janeiro
05 mai./21018 e 03 fev./2018 (respectivamente) – Fotos da autora**



**Figura 31: Shopping-Chão na Rua da Assembleia
26 mai./2018 - Fotos da autora**

Após um ano na Rua da Assembleia, veio a interdição: o Shopping-Chão não mais poderia se instalar ali. Segundo depoimentos, a proibição teria partido da Assembleia Legislativa. No dia 23 de março de 2019, diante de tal impedimento, os expositores do chão se alocaram no entorno do prédio do Paço, ocupando os espaços em frente às fachadas principal, lateral esquerda e posterior. Alguns, inclusive, ficaram no chão bem próximo às fileiras mais externas de bancas da 'feira oficial'; o que resultou em desentendimentos entre alguns expositores dessas bancas e aqueles do Shopping-Chão. Na semana seguinte, com a presença do policiamento mais ostensivo na Rua da Assembleia, o Shopping-Chão voltou a ser montado no entorno do Chafariz do Valentim. Na ocasião, a Coordenadoria Municipal de Feiras foi acionada. O coordenador da 'feira oficial', Rafael Barbeito, interveio e sugeriu que o chão fosse instalado na passagem subterrânea que fica próxima ao Albamar. Representantes da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura também estiveram no local. Na semana seguinte, no dia 06 de abril de 2019, policiais do Grupo de Operações Especiais – GOE, juntamente com representantes da Secretaria de Ordem Urbana fiscalizavam a Praça de modo a impedir a instalação do Shopping-Chão.

Depois de muita negociação que, segundo alguns feirantes, envolveu representantes da Comissão Municipal de Direitos Humanos e líderes do Shopping-Chão, foi autorizada a instalação do Shopping-Chão na Praça Marechal Âncora. Em poucos minutos, por volta das 8h do sábado, o chão da referida praça estava tomado pelos expositores “sem-teto” – quem chegou primeiro conseguiu um melhor lugar à sombra. Um homem, também expositor, de posse de uma pasta com documentos, tentava organizar os expositores e coletava dados pessoais deles. A intenção, segundo uma das lideranças, era de organizar a feira e evitar as confusões, brigas e sobretudo a poluição da praça com o rastro de lixo que era deixado na Feira por expositores do Shopping-Chão.

Naquela ocasião, conversando com vários expositores do Shopping-Chão, a solução encontrada parecia ter agradado muitos deles. O Paulista – expositor que na noite anterior montou sua banca no muro do Chafariz do Valentim e, por conta da fiscalização, não pôde ficar ali por muito tempo -, disse: “há males que vem *pra* bem”. Mostrando-se bastante satisfeito com a solução encontrada e empenhado a colaborar para a realização de um Shopping-Chão mais organizado, “sem drogas, sem bebidas e sem sujeiras”, completou ele. A Débora, uma outra expositora do Shopping-Chão, que trabalha junto com o marido, profetizou: “o chão fará mais sucesso que as bancas, você vai ver”. E acrescentou: “daqui a pouco lá vai ficar esvaziado”, referindo-se ao lugar da Feira na Praça XV, no Largo do Paço.

Naquele dia, aproximei-me do homem que carregava a pasta de documentos, tratava-se do Cristiano, que passava de banca em banca (nome também dado às lonas estendidas no chão, com os objetos à venda) recolhendo

dados dos expositores. Segundo ele, estava sendo criada a “Cultura da XV” e a ideia era investir na organização do Shopping-Chão e trazer atrações musicais e uma “praça de alimentação” para dinamizar o shopping. Foi criado um grupo no WhatsApp para os expositores se comunicarem, divulgarem as ações e, também, denunciarem abusos. Solicitei a ele a minha inclusão no grupo, de modo a ficar a par dos acontecimentos (Caderno de Campo, 06 abr./2019).

Passados mais de três meses da instalação do Shopping-Chão na Praça Marechal Âncora, o referido grupo de WhatsApp (intitulado “Cultura da XV”) possuía apenas 26 participantes – isso representa em torno de 20 por cento do número de expositores do Shopping-Chão em dias concorridos (o número total de expositores é flutuante). E as postagens se resumem em mensagens de cunho religioso (de cunho evangélico), mensagens de bom dia, de autoajuda e, sobretudo, disseminação de mensagens de ideologia política da direita conservadora e de extrema-direita, além de anúncios de vendas de imóveis.

Desde então, até o fechamento dessa tese, o Shopping-Chão está sendo montado na Praça Marechal Âncora – praça que integra a região da Praça XV. Como ali não há um fluxo intenso de pessoas como na Rua da Assembleia, os expositores do chão costumam chegar à praça na sexta-feira após as 19h. Quando a ‘nova’ feira passou a instalar-se na Marechal Âncora, a disputa por lugares no chão reduziu, já que agora, além de ser um espaço maior do que aquele na Rua da Assembleia, os expositores teriam as bancas em locais predeterminados. Com isso, reduziu também o número de expositores que chegavam ainda na noite de 6ª feira para guardarem lugar. Isso apesar de um “novo Shopping-Chão” ter se formado com os expositores que se recusavam a pagar pela banca. Houve, inclusive, migração de alguns poucos expositores que integravam a “feira oficial”.

A coordenação do recém-criado grupo “Cultura da XV” passou a cobrar 30 reais pela locação das bancas e 20 reais para exposição dos objetos (ou “peças”) no chão. Na primeira semana houve uma adesão razoável às bancas – em torno de 30 bancas ocupadas. Nas semanas seguintes, a adesão às bancas foi diminuindo, não chegando a 20 bancas ocupadas. Além disso, os remanescentes do Shopping-Chão se recusaram a pagar qualquer quantia para expor na feira. Um dos expositores do chão que não aderiram à locação de barracas, numa conversa informal, disse que o coordenador da “Cultura da XV” - a “nova feira” - ameaçou-o dizendo estar ligado às milícias. Então, um amigo dele que também é expositor do chão respondeu à ameaça dizendo que iria convocar “os amigos” da Rocinha, que têm envolvimento com o tráfico. As ameaças, segundo ele, pararam por aí e os remanescentes do Shopping-Chão, até a segunda ordem, não estavam mais obrigados a pagar para expor. A eles, foi solicitado apenas que mantivessem a organização, evitassem confusões e denunciassem os desordeiros, sobretudo os viciados em drogas e bebidas, que vendem “bagulhos” para sustentar o vício, e que acabam manchando o nome da feira.

Vale destacar que em 2009, segundo Pricila Loretti em sua dissertação de mestrado sobre a Feira de Antiguidades da Praça XV, intitulada “Do lixo ao luxo”, a Feira de Antiguidades da Praça XV contava com cerca de 700 barracas, sendo, em média, 500 barracas na feira do Rafael e 200 barracas na feira do Paulo. Esse número é posterior à Operação Choque de Ordem, realizada naquele mesmo ano (2009), sob a administração do prefeito Eduardo Paes. A Operação Choque de Ordem, que baniu da feira os comerciantes sem barraca - os “sem-terra” ou “sem-teto” do Shopping-Chão -, contribuiu para ampliação do número de expositores da Feira de Antiguidades da Praça XV. De acordo com Loretti, a Operação Choque de Ordem provocou a migração dos “sem barraca” para o lado “oficial” da Feira. Naquela época, tais expositores foram provisoriamente “assentados”, segundo sua lógica, e incorporados à estrutura da Feira; ainda tolerada pelo Estado. Com isso, e ainda que provisoriamente, ficaram sob a proteção do organizador Rafael Barbeito, que defendeu a existência da Feira, buscando aliados na Secretaria Estadual de Cultura e Subsecretaria do Centro.

Rafael Barbeito assumiu a coordenação da Feira depois da morte do Sr. Manoel, antigo coordenador da Feira do Troca e, segundo depoimentos, seu idealizador. Com a ampliação da Feira após essa passar a ocupar o trecho sob o Viaduto da Perimetral, e naquele momento, sem coordenador, os expositores elegeram uma comissão de cinco membros representantes dos expositores no sentido de se regularizarem a Feira perante as exigências do poder público. Essa comissão era formada por dois expositores remanescentes da Feira do Troca e três expositores remanescentes da Feira de Antiquários do Albamar, dentre eles o Sérgio Mallet (Feira do Troca) e o Rafael Barbeito (Feira do Albamar). No entanto, em pouco tempo, integrantes da comissão acabaram abdicando de suas funções, por motivos diversos (e desconhecidos), permanecendo apenas o Rafael, disposto a empreender esforços para regularizar aquele evento semanal e já tradicional da Praça XV. Assim, Rafael acabou ‘herdando’ a coordenação da Feira de Antiguidades da Praça XV.

Porém, com a Operação Choque de Ordem e os ânimos acirrados, segundo Loretti, o monopólio do então organizador da Feira ficou ameaçado. Expositores do Shopping-Chão uniram esforços no sentido de se regularizarem, já que eram o foco daquela operação. E é neste momento que surge uma nova liderança na Feira – o Paulo Faria, que era expositor da Feira de Antiguidades. Houve então, naquela época, ainda segundo Loretti, duas tentativas de cadastramento dos expositores da Feira de Antiguidades da Praça XV em órgãos da Prefeitura e Subprefeitura: o da feira do Rafael e o da feira do Paulo (LORETTI, 2010, p.84). A partir daí a Feira ficou dividida em duas, além do ‘novo’ Shopping-Chão formado pelos expositores que insistiam em não pagar pela locação de uma banca.

Passados dez anos, diferentemente do ocorrido em 2009, vemos um considerável declínio no número de bancas da Feira em consequência do aumento do número de expositores sem barracas, sobretudo, como vimos, entre os anos de 2017 e 2019.

Por outro lado, no caso do Shopping-Chão, em particular, a história parece se repetir. Em meados de 2019, conforme destacado anteriormente, numa nova operação de combate ao comércio ambulante, surgiu uma nova feira capitaneada por lideranças dos expositores sem barracas (semelhante a que ocorreu na época do Paulo). Desta vez, nessa nova configuração urbana da Praça XV, a nova feira instalou-se na Praça Marechal Âncora, nas mediações do Restaurante Albamar (atual Ancoramar). Quando comparamos esses dados com aqueles apresentados pela Pricila Loretti em 2010, a semelhança é notória:

No final do mês de julho [de 2009], dentre os quase 300 feirantes que participavam do antigo “shopping chão”, apenas menos da metade retornaram aos seus lugares sob a administração do novo organizador [Paulo], agora com barracas, dando lugar para novos expositores que aguardavam na fila de espera e aqueles que possuíam barracas provisórias tiveram a chance de ter uma barraca fixa; quanto ao status das mercadorias e de seus expositores, foi alterado pelas mudanças provocadas pelo “Choque de Ordem”, o que quer dizer que os feirantes do antigo “shopping chão”, agora com barracas, passaram a ser mais respeitados e a ter mais dignidade. Talvez porque já não sejam os mesmos, em sua totalidade. Pois, a maioria dos expositores do antigo “shopping chão” não possuíam renda o suficiente para pagar o valor cobrado pelas barracas, pelo menos de acordo com os seus discursos. Entretanto, a prática do “garimpo” entre os feirantes ainda continua. E, assim, mais uma vez é criada a ilusão de totalidade, como se existisse apenas uma feira. Contudo, como vimos, na realidade existem duas, e agora, cada qual com o seu organizador” (LORETTI, 2010, p.84).

Complementando o que disse Loretti: na realidade, passaram a existir três feiras, considerando o Shopping-Chão uma feira (importante) à parte. É importante ressaltar que na época em que a Feira acontecia sob o viaduto, os expositores do Shopping-Chão – a parte “pobre da feira”, só passaram a ser colocados em questão a partir de março de 2009, quando iniciou a Operação Choque de Ordem. Até então, esses trabalhadores, de certo modo, faziam parte daquela paisagem inóspita na área mais abandonada sob o viaduto, ao longo ‘daquele’ trecho não-ladeado de edificações. Eram constantemente perseguidos também, como já pontuamos nesta tese, na época da Feira do Troca, que ficava num local um pouco mais nobre que aquele dos metros finais do viaduto sobre a Praça.

Com as obras de revitalização, são criados espaços assépticos onde os conflitos são devidamente eliminados e os sujeitos indesejados são colocados a margem. A relação do poder público municipal com o Shopping-Chão evidencia aquilo que Yúdice (2004, p.452) denomina de “mecanismos de controle do espaço público renovado”.

A repressão constante aos trabalhadores do Shopping-Chão, além de dificultar um canal de abastecimento da Feira, retiram-lhes muitas vezes o pão e a possibilidade de (sobre)viver. A condição de pobre que caracteriza tais trabalhadores, reforçada pela presença do lixo, passa a configurar um potencial "perigo político" para a cidade.

Esse constante embate entre o Shopping-Chão e o poder público nos remete a Foucault (2012) em sua análise da direção da medicina social através do exemplo inglês. Este teórico francês nos lembra que "a medicina dos pobres, da força de trabalho, do operário" não foi o primeiro alvo da medicina social. Ele ressalta que uma das razões do fato de que o pobre não era considerado ou problematizado como fonte de perigo médico no século XVIII é de ordem quantitativa: "o amontoamento não era ainda tão grande para que a pobreza aparecesse como perigo" (p.164). Mas a razão mais importante

é que o pobre funcionava no interior da cidade como condição da existência urbana. Os pobres da cidade eram pessoas que realizavam incumbências, levavam cartas, se encarregavam de despejar o lixo, apanhar móveis velhos e retirá-los da cidade, redistribuí-los e vendê-los. Eles faziam parte da instrumentalização da vida urbana. Na época, as casas não eram numeradas, não havia serviço postal e quem conhecia a cidade, quem detinha o saber urbano em sua meticulosidade, quem assegurava várias funções fundamentais da cidade, como o transporte de água e a eliminação de dejetos, era o pobre. À medida que faziam parte da paisagem urbana, como os esgotos e a canalização, os pobres não podiam ser postos em questão, não podiam ser vistos como um perigo. No nível em que se colocavam, eles eram bastante úteis (FOUCAULT, 2012, p.164-165).

Trazendo essa análise para os dias de hoje, podemos traçar um paralelo com os "pobres" que trabalham no âmbito da Feira de Antiquidades da Praça XV: boa parte dos "sem-teto" ou "sem-terra" do Shopping-Chão. A princípio, o número de expositores do Shopping-Chão não era tão grande. Quando a Feira passa a ocupar o trecho sob o Viaduto da Perimetral e, com isso, ganhou mais visibilidade, o número de expositores do chão aumenta substancialmente. E, por um bom tempo, esses trabalhadores urbanos passaram a fazer parte daquela paisagem urbana degradada.

Os catadores, que em sua maioria são expositores do Shopping-Chão, realizam suas incumbências na cidade que, a exemplo daqueles pobres das cidades do século XVIII analisados por Foucault, são de extrema importância para a manutenção das dinâmicas sociais do universo em que estão inseridos. Isso sem contar que, num país onde a oferta de empregos é cada vez mais restrita, o comércio informal, mesmo para profissionais qualificados, acaba sendo uma estratégia de sobrevivência, sobretudo da população de baixa renda. Estratégia essa que, inegavelmente, contribui para a economia e a cultura dos ambientes urbanos.

No caso dos catadores, eles apanham objetos descartados nos lixos da cidade para vender e, com isso, detêm, por meio das práticas (nos termos de Bourdieu), certos saberes urbanos de forma meticulosa. E, no universo da Feira de Antiguidades da Praça XV, se tornaram figuras fundamentais à medida que ‘ditam’ a dinâmica da Feira e promovem uma sobrevida a objetos importantes no contexto cultural, político e social da cidade e do país. Inclusive, a Feira costuma funcionar, na percepção de alguns atores, como uma espécie de termômetro, que reflete a “temperatura” das relações econômicas e sócio-políticas a nível municipal, estadual ou federal. Por exemplo, num dos dias de trabalho de campo, ao notar um aumento considerável no número de pessoas do Shopping-Chão,

comentei com o Marcelo, que é catador, artesão e expositor ‘do chão’, sobre a disputa de espaço estar mais acirrada em virtude do grande número de expositores. Marcelo, que não foi alfabetizado, respondeu: “cada vez que aumenta a crise aumenta o número de gente vendendo bagulho na rua” (Caderno de Campo da autora, 23 nov./2018).

Dentre os expositores do Shopping-Chão, há aqueles que moram na região central ou nos bairros pericentrais da cidade, e há muitos que moram nos subúrbios ou nas periferias, e levam um tempo considerável em seus trajetos de ida e volta. Muitos deles percorrem esses trajetos carregando os chamados “burro-sem-rabo” – em referência a carroças de tração humana - e/ou malas abarrotados de objetos; e, na volta para casa, chegam a deixar boa parte dos objetos que não foram vendidos no chão, de modo a aliviar o peso no caminho de volta. Muitos expositores de Shopping-Chão dispõem do conforto de se locomover de casa para a Feira (e vice-versa) de táxi, ou mesmo de veículo próprio. Há aqueles que se utilizam do transporte público para ir para a Feira e retornar para casa. Mas nem todos os “sem-teto” do Shopping-Chão dispõem um teto para morar – são “sem-teto” de fato, moram nas ruas. Importante notar que grande parte dos comerciantes que integram o Shopping-Chão são negros, pardos, mulatos. Há, nesse grupo, um considerável número de nordestinos ou descendentes de nordestinos.

5.6.3 Os garimpeiros urbanos

Operando segundo a lógica do garimpo - que consiste na separação de uma variedade de minérios de metal precioso-, os garimpeiros buscam, em meio a um universo incontável de quinquilharias, encontrar um objeto raro, uma relíquia. O trabalho dos garimpeiros urbanos é realizado em diversos lugares da cidade do Rio, sobretudo junto aos expositores do Shopping-Chão e nas demais feiras tradicionais (comércio popular) como a de São Cristóvão, da Glória, de Acari e de Caxias – todas elas realizadas aos domingos. As pessoas que resgatam esse material do lixo e/ou recebem como doação ou mesmo coletam em serviços de desmonte de residências e edifícios, muitas vezes não sabem o valor dos objetos que têm em mãos. Cabe

ao “garimpeiro” – um verdadeiro “caçador de relíquias”, ou o especialista, o trabalho de encontrar tais objetos nesses locais. Wmilson (50 anos), bibliófilo e garimpeiro, traduziu, numa conversa informal, o que representa o trabalho do garimpo. Ele diz que na mão dos catadores o objeto continua sendo um lixo, até que um garimpeiro chega e transforma aquilo em ouro. “Eles pegam o lixo, a gente transforma em ouro e depois passa *pros* guardiões da cultura”, disse ele.

Uma matéria do Jornal do Brasil, de novembro de 1979, intitulada “Feira de Caxias: um comércio popular acima de qualquer suspeita”, retrata um garimpeiro em ação na Feira de Caxias:

(...) Logo na entrada [da feira] está um rapaz nordestino, que se diz antiquário. Ele tem uma banca na feira de antiguidades da Praça XV, mas vem todo domingo a Caxias, trocar camisetas e brinquedos por objetos antigos, que as pessoas dali não conhecem o valor.

Mostra um carrinho de ferro antigo, todo articulado: “Comprei por Cr\$ 25 mas conheço um colecionador que me dá Cr\$ 1 mil e 500 por ele, na hora. (...) (FEIRA DE CAXIAS, 1979, p.07).

E são inúmeras histórias de comerciantes que encontraram objetos valiosos no Shopping-Chão, pelo qual pagaram uma ninharia, colocando-o posteriormente à venda por milhares e até milhões de reais. Sérgio Fridman, advogado e escritor, é um dos colecionadores e intelectuais que frequentam a Feira há mais de três décadas. Filatelista, cartofilista e bibliófilo, Fridman ressaltou que a falta de conhecimento de muitos dos catadores em relação ao valor ou significado da peça ou do objeto que têm em mãos facilita a compra. “Eles vendem por um preço inferior”, disse Fridman. “Mas... eles não compram nada. Eles não compram nada. Tudo ali, nos sem-terra, é achado, é catado”⁸⁶, completou ele.

Sr. Orlando, mencionado anteriormente, atesta o que disse o Sr. Fridman. Segundo ele, quando chega à Feira com “um saco de papelada velha” num instante junta um monte de gente para comprar: “Bota a papelada ali *pra* você ver como eles já montam em cima. Como eu não entendo disso, eu não conheço, eu vendo barato”, disse ele. “Sei que tem gente que até já comprou apartamento com esses papeis”⁸⁷, acrescentou.

Um artigo do Jornal O Globo de 18 de novembro de 2018, assinado pelos colunistas José Casado e Ascânio Seleme (2018), comprova a fala do Sr. Orlando. Segundo a matéria, o garimpeiro urbano Carlos Otávio Gouvêa Faria, o Cacá, já citado em outros exemplos nesta tese, “comprou de um burro sem rabo um lote de ações ao portador da Petrobras e da Gerdau”. Para o catador, aquilo não passava de uma papelada velha. Mas Cacá, “experiente

⁸⁶ Sérgio Fridman, 69 anos, em entrevista a autora em 22 de maio de 2019, em sua casa na Glória.

⁸⁷ Orlando, 60 anos, em conversa informal com a autora em 29 de setembro de 2019.

e letrado”, viu que aquela papelada se tratava de ações. E literalmente conseguiu transformar lixo em ouro: “levou o ‘lixo’ ao gerente do seu banco e saiu com mais de R\$ 200 mil no bolso, gastos na residência com piscina em Nova Iguaçu”, completam os colunistas. (CASADO; SELEME, 2018, s/p).

Não é à toa que alguns catadores, quando chegam à Feira trazendo na carroça um volume considerável de papel (que chama a atenção), dependendo do volume que carregam e do tipo de papelada (documentos, fotos etc), sequer chegam a descarregar a carroça de tração humana para exposição dos objetos. Garimpeiros apostos costumam comprar a carroça fechada. Pagam geralmente algo em torno de cento e cinquenta a duzentos reais no máximo. Muitas vezes a papelada é vendida no caminho de volta do trabalho do catador. O Sr. Estrela, por exemplo, que além de expositor e livreiro é garimpeiro urbano, disse numa conversa informal: “eu sempre saio com mil reais no bolso. Sempre! Porque você encontra um burrinho por aí e pergunta: quanto é que você quer por isso aí? ”.

O Professor de História André Lucero é um dos frequentadores que garimpam documentos na Feira. O negócio dele são papeis, que normalmente, nesse ramo de antiguidades, tem um excelente custo-benefício: costumam valer um bom dinheiro e não demandam grandes espaços para transporte e armazenamento. Lucero, quando ficou desempregado e, segundo ele, chegou a passar fome, viu na Feira uma oportunidade de ganhar dinheiro para sobreviver. Ele disse que viu ali uma possibilidade de trabalhar com aquilo que ele gostava e entendia, já que sempre se interessou por história e chegou a cursar uma faculdade de história, apesar de não ter concluído o curso. “Hoje eu faço dinheiro com o lixo”, disse ele, numa conversa informal.

Eu já havia lido duas matérias no Jornal O Globo sobre a história do Professor André Lucero, mas ainda não o conhecia pessoalmente. Hoje, Durval, um de nossos interlocutores apresentou-me ao André, quando andávamos pelo Shopping-Chão. Durval disse que o André era também um dos grandes conhecedores de documentos da Feira. Como disse a ele que eu estava ali enquanto pesquisadora, o André começou a contar-me um pouco de sua história na Feira. Tão logo ele começou a narrar eu disse que já tinha “ouvido” uma história muito semelhante em algum lugar. ‘Por acaso você é o Lucero?’, perguntei, pois não lembrava do primeiro nome do personagem da matéria que havia lido já há algum tempo. Sim, sou eu, disse ele. Lucero disse que já deu algumas entrevistas para alguns jornais sobre a história dele com o “garimpo”. Naquele dia, ele mostrou-me uma mala antiga cheia de papeis que acabara de comprar no Shopping-Chão. André, que já foi catador, além de garimpar, mantém alguns leilões virtuais. Em um desses leilões ele só vende papeis de até dois reais. Quando compra um “burrinho-sem rabo” fechado, por exemplo, Lucero diz que normalmente um daqueles papeis – que passa a ser documento quando sai do catador e vai para a mão do especialista, cobre o valor pago pelo carrinho inteiro. Isso quando não costuma encontrar documentos valiosíssimos no pacote, que chegam a ser avaliados em cinco, dez, vinte mil reais e até mais (Caderno de Campo da autora, 08 jun./2019).

“Pequenos carrinhos e grandes negócios”, disse Lucero numa das matérias do Jornal do Brasil de setembro de 2005, sob o título “Raridades no lixo”. Na referida matéria, a jornalista Mariana Filgueiras narra a história do Professor André Lucero, que encontrou quatro cartas de Monteiro Lobato destinadas a um amigo, “datadas de 20 de dezembro de 1944”. De acordo com a matéria, o professor, que encontrou as cartas num lixo em Jacarepaguá, passou a se interessar por objetos antigos. “Começou a colecionar objetos de escravos, visitar demolições, trocar relíquias com outros aficionados”, a ponto de deixar a profissão de professor e assumir o ofício de “catador”. “Enquanto tiver lixo e maluco, não fico desempregado”, teria dito o professor. Para Lucero, a explicação para a fatura de documentos nas lixeiras do Rio de Janeiro se deve à “riqueza da história local” (FILGUEIRAS, 2005, p.23). Ainda de acordo com a referida matéria, Lucero relatou como encontrou uma outra raridade no lixo:

Os catadores chegam para mim e dizem “doutor, esse papel tem nome de rua...” Foi assim que, na semana passada, me deparei com uma carta de Getúlio Vargas encontrada num depósito de lixo na Mangueira (FILGUEIRAS, 2005, p.23).

Estes “garimpeiros especialistas” que selecionam junto aos catadores os objetos de interesse do consumidor final, estabelecem, com estes, relações que podem ser caracterizadas como de mercado ou de dívida. Um ator social passa a depender do outro e, não raras vezes, o garimpeiro oferece ao catador um valor maior de modo a garantir exclusividade na compra. Em contrapartida, o catador “garante” aquele material que sabe ser de interesse de determinado especialista, assegurando-lhe a compra. Trata-se de relevantes parcerias.

A convivência com esses especialistas que, em sua maioria, se fizeram especialistas pela convivência com objetos antigos e com outros especialistas, faz com que muitos desses atores desenvolvam conhecimentos em diferentes ramos das antiguidades. E nessa perspectiva, a Feira de Antiguidades da Praça XV se torna para muitos uma verdadeira escola. Ou seja, por força de *habitus* (ou gostos), produzidos por condicionamentos sociais, são geradas práticas distintas e distintivas (BOURDIEU, 1996) no meio social que caracteriza a Feira de Antiguidades da Praça XV.

Jorge (51 anos), por exemplo, que é natural da cidade de Pombos, no interior de Pernambuco, é expositor da Feira de Antiguidades da Praça XV há mais de 15 anos. Morador da cidade de Queimados, distrito industrial do Rio de Janeiro, começou como catador/garimpeiro, coletando objetos em diversos locais da zona norte da capital carioca e no distrito onde morava. Jorge saía puxando um carrinho (“burro sem rabo”) para garimpar objetos em diversas partes da cidade. “Pegava objetos de cristal, prata, esculturas Palatinik... Era só material bom, mas eu não conhecia nada disso”, disse ele. Normalmente Jorge gastava

200 reais comprando objetos, punha tudo no carrinho e levava para um comerciante que pagava a ele 250 reais pelo carrinho fechado. Toda semana, Jorge tinha 50 reais garantidos. “Num tava ruim né? ”, disse ele. Jorge relata que, “num belo dia, como de costume”, levou para o comerciante um carrinho “cheio de coisas” que ele tinha garimpado a semana inteira. Segundo Jorge, naquele dia, o comerciante, que havia bebido em excesso, disse que não queria comprar nada. Então, para não ficar no prejuízo, Jorge, que não conhecia o centro do Rio, se viu obrigado a sair empurrando o carrinho até a Praça XV para tentar vender por lá, já que ele sabia que era ali que o comerciante vendia “aquelas coisas”. Assim o fez: colocou os objetos em malas, fez um carrinho de carregar adaptado para caber dentro do trem, tomou o trem até a Central e foi puxando o carrinho dali até a Praça XV. Chegou à Feira, expôs as mercadorias no chão e vendeu bastante. “Vendi três vezes mais do que eu ganhava vendendo para o comerciante e ainda sobrou mercadoria”, disse ele. Depois disso, Jorge tornou-se um expositor na Feira da Praça XV. Com o tempo, foi conhecendo melhor os objetos, tornando-se um dos especialistas da Feira e, assim, conseguiu substituir o carrinho que empurrava por um cavalo, depois comprou uma moto, depois um carro velho, depois um carro um pouco melhor e por aí vai; tudo isso graças ao trabalho de garimpeiro/expositor. Jorge disse que nos primeiros anos, ele ia para a Feira com a obrigação de vender alguma coisa para garantir o sustento da família. Hoje o expositor se orgulha de não ter mais essa obrigação de vender: “Hoje eu trabalho aqui na Praça XV por prazer. Se eu vender, ótimo! Senão, tá bom também” (Jorge, 57 anos, em conversa informal com a autora em 11 fev./2019).

O Sr. Fernando é o pioneiro da turma de Esperança (PB) na Feira de Antiquidades da Praça XV. O número de esperancenses que atuam diretamente na Feira gira em torno de uns 30 homens. Todos eles, durante a semana, marcam ponto na Rua Anita Garibaldi, em Copacabana - rua paralela à Rua Figueiredo de Magalhães, onde se situa uma das entradas do Shopping da Siqueira Campos, o shopping dos antiquários. Ali, eles negociam, compram, vendem, fazem carroto, “puxam burrinho-sem-rabo”. Sr. Fernando veio da Paraíba há cerca de trinta anos. Depois dele foi chegando um e outro esperancense para tentar a sorte no Rio de Janeiro. “Eles vieram por conta própria, não fui eu quem os trouxe, mas como é conterrâneo, então a gente ajuda *né?* ”, disse Sr. Fernando, que relatou também como chegou à Feira de Antiquidades da Praça XV:

Trabalhava em Copacabana e ganhei umas madeiras, uns pedaços de pau. Fiquei sabendo que na Praça XV compravam coisas e fui lá. Coloquei as madeiras assim no chão e saí de perto. Fiquei de longe, olhando... sentia vergonha daquilo. Juntou um tanto de gente e eu vendi tudo. E estou aí até hoje”⁸⁸.

⁸⁸ Sr. Fernando, esperancense, em conversa informal com a autora em 30 nov./2019.

Das bancas da Feira de Antiguidades da Praça XV, umas doze a quinze são do pessoal de Esperança. Duas turmas, a do Sr. Fernando e a do Antônio César (ou Cabeludo) ficam próximas ao Chafariz do Valentim, bem de frente para a Rua do Mercado. Uma terceira turma, liderada pelo expositor Cristiano Viagra, fica no extremo oposto, de frente para a Avenida 1º de Março, bem ao lado do Paço Imperial.

César, o “Cabeludo”, abandonou a escola no quarto ano do ensino fundamental. Nascido em Esperança, no interior da Paraíba, veio tentar a sorte no Rio de Janeiro ainda aos 18 anos. Começou trabalhando no Rio como carregador - puxador de carroça ou “burrinho sem rabo”, e hoje vive da compra e venda de objetos antigos, sobretudo móveis, obras de arte e objetos de decoração. “Às vezes eu compro apartamento fechado. O pessoal vai embora e quer desfazer aí eu pego e compro, num preço normal, que eu vejo que vou ganhar alguma coisa, e pago”, disse ele (Antônio César Almeida, expositor, 49 anos, em entrevista à autora em 26 de maio de 2018).

Quando começou a trabalhar com antiguidades, César e sua equipe vendiam metais no quilo e os objetos em ouro ou prata que encontravam eram vendidos como se fossem metais comuns. “A gente não sabia identificar se era prata, se era ouro. *Pra* nós era tudo metal”, disse um dos funcionários do César, que também veio de Esperança para trabalhar no ramo de antiguidades. César tornou-se um grande conhecedor de móveis antigos: consegue saber, sem titubear, se um móvel é do famoso designer Sérgio Rodrigues ou do também famoso designer Joaquim Tenreiro, por exemplo. César disse que um belo dia, quando caminhava pelo Leblon à noite de mãos dadas com a sua namorada, viu de longe uma cadeira de madeira numa caçamba de lixo. Largou a mão da namorada e foi pegar a cadeira: “*tava* meio escuro, mas de longe eu vi que era um Sérgio Rodrigues. Peguei a cadeira e saí andando rua afora com a aquela cadeira no ombro”. Segundo relatou César, no dia seguinte ele vendeu a cadeira por mil e quinhentos reais.

César foi o responsável por trazer outros esperancenses para trabalhar com antiguidades no Rio de Janeiro. Dos mais de 30 homens que vieram da pequena cidade de Esperança para trabalhar no ramo de antiguidades na antiga capital do Brasil, cerca de uma dezena deles trabalha para o César. Durante a semana, trabalham em Copacabana, comprando e vendendo antiguidades de todo tipo, na Rua Anita Garibaldi.

César já colecionou telefones antigos, mas ele disse que não tem muito apego às coisas. Numa entrevista formal concedida à autora em 26 de maio de 2018, César disse: “Coleciono só telefones antigos. Eu tenho muitos telefones antigos em casa. Mas não estão aqui. Estão no Nordeste. Os que eu pego eu levo, mando *pra* lá. É minha paixão”. Porém, passados três meses dessa entrevista, quando passei pela banca do César, chamou-me a

atenção os variados tipos de telefones e relógios expostos na banca. Era agosto daquele mesmo ano e depois de ter ido passar as festas julinas na sua casa em Esperança, César trouxe a sua coleção de telefones para vender.

Atualmente César coleciona esculturas de Palatnik – segundo ele, são mais de 50 peças que “estão valendo uma fortuna”. Com o seu trabalho no ramo de antiguidades, César comprou uma casa grande para a mãe na sua terra natal e mobiliou toda a casa ao gosto de “madames” da Zona Sul; com seus apartamentos grandes e espaçosos, de interior burguês, típico patriarcal: móveis antigos, de presença imponente e etiqueta hierárquica. Todos oriundos de apartamentos de bairros da Zona Sul da Capital Fluminense. Sob a mesa da sala de visitas, repousa uma parte da coleção de esculturas em resina de Palatnik (César fez um vídeo da casa que ele montou para a mãe, para compartilhar com os amigos).

A história do César lembra um pouco a história de Dona Maria Portuguesa que, com o trabalho na Feira e a convivência com especialistas e com os objetos, tornou-se, na década de 1980, uma especialista em antiguidades. Ela passou a colecionar cristais lalique art-decô. De acordo com uma matéria do Jornal do Brasil de 1985, na edição 264 (p.12), à época, Dona Maria era “uma das mais antigas e respeitadas da feira”. Ainda segundo essa matéria, a referida expositora “passou a comprar e vender quinquilharias” e com o seu trabalho tornou-se especialista no ramo. Em sua casa, em Nova Iguaçu, naquela época (Década de 1980), mantinha “uma coleção de vasos de lalique art-decô, alguns calculados em até Cr\$60 milhões”. Importante salientar que na década de 1980, época em que as feiras ainda eram separadas, havia uma profusão de objetos disponíveis à venda e uma grande procura por esses também. Muitos expositores, tanto da antiga Feira do Albamar quanto da antiga Feira do Troca, segundo depoimentos, ganharam muito dinheiro nessa época, comercializando objetos, dos mais diversos, sobretudo aqueles considerados como “antiguidades”.

5.7 Os objetos e as redes de sociabilidade

Na Feira de Antiguidades da Praça XV, como já foi possível perceber até aqui, há uma quantidade inestimável de tipos de objetos, de tal modo que qualquer tentativa de classificação seria praticamente impossível. A profusão de objetos e a diversidade de atores daquele evento semanal produz um espaço de mediação de diversos aspectos fundamentais da vida social e suscita uma multiplicidade de sentidos, permeados por relações de parentesco e de vizinhança, concepções de cultura e de patrimônio, bem como de trabalho e de lazer, categorias de tempo, estética, dentre outros.

Dos objetos expostos na Feira, encontram-se muitos que foram produzidos pela sociedade para uma determinada finalidade, em um tempo anterior ao nosso e, ao serem

apropriados na contemporaneidade, passam a ter outras funções distintas daquelas para as quais foram criados: uma geladeira pode converter-se num armário, uma janela ou porta num espelho, uma panela num jarro de flores, uma caixa de fósforos ou uma lata de cerveja num item de coleção, uma ferramenta num elemento decorativo, etc.; em contextos de relações sociais e simbólicas distintos daqueles onde o objeto se originou.

Abstraídos “de sua função e relacionado ao indivíduo”, como nos diz Baudrillard (2004, p.94), os objetos nunca se esgotam em sua funcionalidade. Quer seja decorando ambientes, quer seja integrando coleções, o objeto antigo, se torna portador de novos sentidos, novos significados, usos e funções, recriados e extraídos de sua existência no presente.

Mas, independentemente de ser antigo ou não, conforme argumenta Sahlins (2003, p.170), “nenhum objeto, nenhuma coisa é ou tem movimento na sociedade humana, exceto pela significação que os homens lhes atribuem”. De acordo com o referido autor

(...) o significado social de um objeto, o que o faz útil a uma certa categoria de pessoas, é menos visível por suas propriedades físicas que pelo valor que pode ter na troca. O valor de uso não é menos simbólico ou menos arbitrário que o valor-mercadoria. Porque a “utilidade” não é uma qualidade do objeto, mas uma significação das qualidades objetivas (SAHLINS, 2003, p.169).

Na Feira de Antiguidades da Praça XV, que tem o objeto antigo como principal argumento, como vimos, normalmente, os comerciantes classificam como antiguidades aqueles objetos que possuem mais de 50 anos. Os objetos com cem anos ou mais, são raros, sendo considerados relíquias ou raridades. A depender do tipo de objeto, essa classificação é mais flexível – por exemplo, no caso dos postais. Há relíquias que possuem menos de cinquenta anos de existência; seja em função da escassez do objeto no mercado, seja em função da trajetória social daquele objeto. Sejam antigos ou não, na categoria nativa os objetos são chamados de “peças”.



Figura 32: Cartazes de promoções em bancas da Feira de Antiguidades da Praça XV 17 jun/2017 - Fotos da autora

Os objetos expostos na Feira são adquiridos de distintas formas pelos expositores: por meio de leilão (virtual ou presencial); através dos garimpeiros ou mesmo direto da mão dos catadores; em residências particulares seja diretamente com os proprietários ou herdeiros, seja por intermédio de porteiros, que de um tempo para cá, passaram a ver no descarte uma forma de ganhar dinheiro; por meio de doações ou ainda através da “Venda em Residência”⁸⁹.

De modo geral, o leilão é considerado a forma mais segura de aquisição de objetos por conta da obrigatoriedade de emissão de nota fiscal por parte do leiloeiro. A nota fiscal do leilão é um instrumento de legitimidade, além de preservar a reputação do comerciante, tendo em vista que nesse universo do mercado de antiguidades, não é raro o surgimento de objetos obtidos de forma ilícita. Durval, um dos frequentadores da Feira já mencionado nesta tese, por exemplo, quando falava sobre a aquisição de uma cadeira que foi da coroação da Rainha Elizabeth, fez questão de reforçar: “É verdade, eu tenho a nota fiscal. Eu posso provar”.

Circulando pela Feira durante os trabalhos de campo e com a atenção voltada tanto aos objetos quanto às conversações entre comerciantes e frequentadores, não era raro ouvir interjeições que evocavam tempos e gerações passadas: “Na casa da minha avó tinha um desse!”; “Meu avô tinha um igualzinho!”; “Veja mãe, igual ao que tinha lá em casa!”; “Brinquei muito com isso quando eu era criança”; “Isso é do tempo do meu avô!”, “eu me sinto uma peça de museu, eu já tive um telefone desse e agora o telefone é peça de museu”.

Baudrillard já dizia

O objeto antigo é sempre, no sentido exato do termo, um “retrato de família”. Existe sob a forma concreta de um objeto, a imemorialização de um ser precedente – processo que equivale na ordem imaginária, a uma elisão do tempo. É isto que evidentemente falta aos objetos funcionais, que existem somente na atualidade, no indicativo, no imperativo prático, esgotando-se no seu uso sem ter tido lugar outrora e que, se asseguram mais ou menos bem o meio ambiente no espaço, não o asseguram no tempo (2004, p.83-84).

A depender do lugar do objeto bem como de quem o comercializa, ele pode ter um valor menor ou muito maior. Dentro da Feira, um objeto ganha novo status quando passa, por exemplo, do Shopping-Chão para uma banca ‘oficial’; e chega a custar duas, três, cinco, dez vezes mais. Na transição do Shopping-Chão para a ‘feira oficial’, segundo as categorias

⁸⁹ A Venda em Residência consiste num serviço que auxilia pessoas que, por motivos de mudança, falecimento de parentes ou viagem prolongada para fora do país, necessitam vender o conteúdo de seus imóveis, incluindo móveis, vestuário, automóveis e toda a gama de objetos possíveis seja numa residência ou em lojas, escritórios, galpões, restaurantes e hotéis. Uma equipe de profissionais da empresa homônima (Venda em Residência) fica incumbida da organização, inventário e avaliação do acervo, além de convidar a carteira de clientes da empresa, de modo a levar os interessados até o local do evento – a venda propriamente dita. O evento ocorre semanalmente, às sextas-feiras e/ou aos domingos e, eventualmente aos sábados (Fonte: site vendaemresidencia.com.br).

nativas, é comum a papelada virar documento, a “coisa velha” virar antiguidade ou relíquia e os “bagulhos” virarem “bugigangas” ou “quinquilharias”.

Há também mudança de status do objeto quando ele muda, por exemplo, de uma “banca menos autorizada” para uma outra “banca mais autorizada” ou da mão de um expositor mais leigo para a mão de um expositor especialista.

Durante os trabalhos de campo, foi possível observar que a comercialização entre expositores da Feira ainda guarda certa relação com a sua origem dupla: Feira do Troca *versus* Feira do Albamar (ou “feira dos ricos” *versus* “feira dos pobres”). Observando expositores remanescentes das duas feiras, nota-se que, normalmente, os remanescentes da Feira de Antiquários do Albamar costumam comprar objetos na banca de expositores remanescentes da Feira do Troca e expõem em suas bancas a um valor consideravelmente maior.

Maria, 72 anos, é uma das expositoras remanescentes da Feira do Troca e tem costume de comprar objetos (ou peças) no Shopping-Chão para abastecer a sua banca. Nascida em Cuité de Mamanguape, na Paraíba, ela veio para o Rio em 1972, quando estava com 25 anos e em pouco tempo começou a trabalhar na Feira de São Cristóvão. Lá, Maria ficou sabendo da Feira do Troca, na Praça XV onde, a convite de uma amiga, passou a ser também expositora, conciliando os trabalhos de expositora na Feira de Antiguidades da Praça XV aos sábados e na Feira de São Cristóvão aos domingos. Isso além de trabalhar em casa de família durante a semana. Segundo Maria, os objetos que ela expõe na Feira de São Cristóvão são distintos daqueles que ela leva para a Feira de Antiguidades da Praça XV – Nessa última, ela leva objetos mais selecionados – “coisas antigas”, enquanto na primeira ela leva “as bagulhadas todas”.

Com o trabalho em casa de família, Maria ganhava muita coisa e colocava para vender. Com o tempo, ela passou também a comprar. Segundo Maria, a garagem da casa onde mora (casa que conquistou graças ao trabalho na Feira) está lotada de objetos – “nem dá *pra* abrir a porta porque senão cai tudo em cima de mim”, disse ela.

Hoje eu estava na banca da Maria quando ela chegou com um jogo de louças antigas, em porcelana real, que acabara de comprar no Shopping-Chão. Tratava-se de um aparelho de chá, com 17 peças, que ela comprou no chão por 50 reais. Foi só a conta de ela colocar o aparelho na banca que passou um comprador: ela vendeu o aparelho por 100 reais. Toda feliz Maria disse, “ganhei 50 reais! *Tá* muito bom”. Enquanto ela embalava as peças (o comprador voltaria depois para pegar) chegou um outro interessado [frequentador assíduo da Feira] e ela disse que aquele aparelho já estava vendido. Ele perguntou quanto valia. Maria disse a ele que vendeu por cem reais e ele falou que se ela tivesse vendido por 200 reais, ainda estava barato (Caderno de Campo da autora, 11 fev./2019).

Esse é apenas um dos vários exemplos de situações na Feira em que houve alteração do status de objetos que passaram a valer mais ao mudar de uma banca para outra dentro da própria Feira, ou seja, ao mudar das mãos de um expositor “menos autorizado” para um outro “mais autorizado”. Na Feira, a barganha é balizada pelo crivo do especialista, cujo conhecimento acerca das regras de classificação, ou o capital cultural, é determinante na valoração do objeto.

Uma das situações de mudança do status de objeto, vivenciadas durante os trabalhos de campo na Feira, se deu com a negociação de um par floreiras grandes, na forma de ânfora em vidro azul, com guarnições em metal. A menor delas tinha em torno de 50 cm de altura e a maior e torno de 90 cm de altura.

Eu estava na banca da Dona Laura, por volta das 7h da manhã do dia 07 de abril de 2018, quando Eduardo, seu vizinho de banca, chegou na banca dele que já estava montada e pegou as floreiras que tinha acabado de vender – ele as levaria até a banca do novo proprietário. Eduardo, que está na Feira há dois anos, ofereceu as floreiras ao Cristiano, também conhecido como “Viagra”, expositor da Feira há mais de quinze anos. Pelo par, Eduardo pediu 800 reais, Cristiano ofertou 700 e, com receio das floreiras quebrarem, caso não as vendesse, Eduardo aceitou a contraproposta. Cristiano, um dos principais expositores e conhecedores de mobiliário antigo da Feira, cuja banca fica situada às margens da Avenida 1º de Março, bem próximo ao Paço (uma das quinas da Feira), colocou as floreiras em sua banca, ao preço de R\$1200,00 o par (Caderno de Campo da autora, 07 abr./2018).



**Figura 33: Par de floreiras na forma de ânfora em vidro azul, com guarnições em metal
Feira de Antiquidades da Praça XV, 07 de abril de 2018 (Foto da autora)**

Vale registrar que ao procurar pelo nome da peça, encontrei uma idêntica à floreira menor, num leilão realizado dois anos antes, em 2016, que foi arrematada por cento e cinquenta reais. Eduardo, que é publicitário e atuou por muitos anos na profissão, sabia que ele tinha vendido muito bem a peça. E o Cristiano, que veio do interior da Paraíba e ‘formou-se’ na Feira, tornou-se um dos principais comerciantes de móveis e peças de decoração –

também estava certo de ter feito um bom negócio, tendo em vista que, com o capital social conquistado em função do seu trabalho de quase duas décadas na Feira, ele já teria potenciais compradores para as ânforas.



Figura 34: Print da página de leilões: “Leilão 976 - Grande leilão do late Clube do Rio de Janeiro” outubro de 2016⁹⁰

Interessante notar nessas trocas comerciais, naturalmente complexas, estabelecidas no âmbito da Feira é que elas, de certa forma, evidenciam aquilo que Canclini caracteriza como sendo relações poder “semantizadas”. Trata-se de relações de poder “dissolvidas” nas redes de ajuda mútua estabelecidas no âmbito da Feira de Antiquidades da Praça XV. Conforme aponta Canclini ao referenciar Foucault,

O poder não está contido numa instituição nem no Estado, nem nos meios de comunicação. Também não é um tipo de potência da qual alguns estariam dotados: “é o nome que se empresta a uma situação estratégica em uma dada sociedade”. Portanto, os setores chamados populares coparticipam nessas relações de força que se constroem simultaneamente na produção e no consumo, nas famílias e nos indivíduos, na fábrica e no sindicato, nas cúpulas partidárias e nos órgãos de base, nos meios massivos e nas estruturas de recepção que acolhem e ressemantizam suas mensagens (CANCLINI, 2008, p.261-262).

Ainda de acordo com Canclini, por mais que essas relações de força, obviamente, não sejam igualitárias (ou “não costumam ser”, nas palavras do autor), “o poder e a construção do acontecimento são resultado de um tecido complexo e descentralizado de tradições reformuladas e intercâmbios modernos, de múltiplos agentes que se combinam” (CANCLINI, 2008, p.262).

Trata-se de relações de troca, sobretudo de importantes trocas dadas, como é possível notar, por exemplo, nas relações estabelecidos entre um dos coletivos da Feira: o de

⁹⁰ Fonte: <https://www.levyleiloeiro.com.br/catalogo.asp?Num=976&p=on&irpara=327>. Acesso em 07 ago/2019.

“livreiros” e “bibliófilos” – um pequeno grupo que congrega livreiros, colecionadores e especialistas nos mais diversos ramos livrescos. Entre eles, tanto objetos garimpados junto aos catadores ou adquiridos mediante compras de bibliotecas individuais (acervo fechado), quanto os conhecimentos individuais, são também dádivas quando passam a ser trocados entre os pares, conforme a especificidade dentro do ramo livresco com que cada um se especializou (ex-líbris, livros de grandes autores, catálogos, bibliografias, revistas e gibis, álbuns etc.). Sem contar que, ao adquirir um produto das mãos de um colega, há maior confiança acerca da procedência dos objetos.

Um trecho do depoimento do livreiro Otávio Marcelino, especialista em ex-líbris, expressa um pouco isso:

Tem livreiro que... até o próprio Wmilson fala [referindo-se ao amigo que também é livreiro]: “tem cara que não é livreiro, vende livros”. Wmilson não é um vendedor de livros. Wmilson é um livreiro, formado na melhor escola, entende, daqui do Rio de Janeiro, São Paulo, entende? [Qual escola?] A escola de livreiros que ensinam, que passam as informações uns *pros* outros (...). Então, ele já trabalhou em sebo, desde criança também. Ele já veio da terra dele, do Maranhão, *pra* trabalhar com livro aqui, *tá* vendo. Então ele é um bem-aventurado! Ele conheceu pessoas aí e conhece muitas pessoas... é uma sumidade. E é uma pessoa simples e uma sumidade. Aprendo muito com ele. E se eu estou hoje na condição que eu tenho hoje de conhecimento, devo a esse cara... oitenta por cento do que eu sei, o cara me passou, de graça. Eu passo a ser um devedor (Otávio Marcelino, em entrevista à autora em 06 abr./2019).

Cabe destacar que o citado livreiro Wmilson disse certa vez em conversa informal que não participa da Venda em Residência porque a esposa de um dos seus amigos livreiros da Feira de Antiquidades da Praça XV, que é também livreira, é participante assídua do evento. Wmilson disse que seria “chato” concorrer com um amigo, já que a aquisição de livros na Venda em Residência é daquele que chega primeiro.

Um outro exemplo dessa relação dadivosa na Feira de Antiquidades da Praça XV, pode ser observada na seguinte passagem registrada em caderno de campo:

Hoje conheci o Sr. Estrela, português de 83 anos que veio ainda jovem para o Brasil. Ele é livreiro, foi gerente da Livraria Camões no Centro do Rio e está na Feira como expositor há cerca de 10 anos, mas é frequentador assíduo da Feira de longa data. Veio a ser expositor a convite do amigo e também livreiro Olivar. Chamou-me a atenção um chinês que estava na banca do Sr. Estrela com dois livros: um sobre a flora e outro sobre a culinária chinesa. Livros ilustrados, belíssimos, em caixas belíssimas e num material de fino acabamento. Vi que o chinês conversava por gestos - ele não falava português e nem o português falava chinês, mas, por gestos e expressões faciais, eles se comunicavam. Os livros eram presentes do chinês para o Sr. Estrela. Em retribuição, Sr. Estrela deu-lhe uma medalha, esculpida em relevo, em material tipo bronze... O chinês [de nome Zhang Tang] ficou muito agradecido. Sr. Estrela disse que há pouco mais de um ano o chinês comprou, além de livros, 4 quadros na mão dele e ele deu um quadro de

brinde – ele ‘disse’ ao chinês que aquele quadro ele não precisaria pagar. Depois disso o chinês sempre vai à banca do Estrela levar um presente - eles ficaram amigos (...). Estrela gasta cerca de 250 reais toda semana para vir à Feira. Ele disse que sente prazer em vir à Feira por causa das amizades e que ali o tempo passa sem que ele perceba.... Disse que na maioria das vezes o que ele consegue vender não cobre o gasto que ele tem para vir para a Feira. Mas, para ele, isso não importa. O importante é ele estar ali (Caderno de Campo da autora, 07 abr./2018).

Não há como separar, no universo da Feira, os objetos das relações que eles intermediam. Nesse universo da Feira de Antiquidades da Praça XV, fazemos um paralelo com o que retratou Mauss em seu *Ensaio* sobre a dádiva (ou sobre a natureza das transações humanas), em sociedades primitivas ditas ‘arcaicas’ - e que é tão essencial nas sociedades contemporâneas- em que, nas trocas humanas tudo se mistura.

Misturam-se as almas nas coisas, misturam-se as coisas nas almas. Misturam-se as vidas, e assim as pessoas e as coisas misturadas saem cada qual de sua esfera e se misturam: o que é precisamente o contrato e a troca (MAUSS, 2003, p.212).

É essa incessante troca, essa mistura, que faz da Feira de Antiquidades da Praça XV um espaço fértil de composição de redes de sociabilidades; um espaço de comunalidade, cooperação, solidariedade e compartilhamento.

À medida em que os expositores vão se familiarizando com os frequentadores da Feira, e vice-versa, a confiança vai se estabelecendo naturalmente. É na frequência na Feira que as relações de confiança vão sendo construídas, consolidando um crédito de confiança dado ao cliente na hora da compra. Quando uma pessoa se torna frequentadora assídua da Feira de Antiquidades da Praça XV, ela passa a fazer parte da rede de relações de trocas comerciais, de tal forma que é possível comprar objetos e pagar por eles num prazo determinado e sem juros: na próxima semana, no mês que vem e até “quando você puder”, a depender do grau de confiança estabelecido. Nesse mercado, a palavra costuma valer muito, quando se trata de comprometimento em liquidar dívidas.

Já no que tange a informações acerca dos objetos, essas nem sempre são confiáveis. Como em todo comércio popular, há na Feira de Antiquidades da Praça XV muito “ouro de tolo”, ou “boi”, na categoria nativa. “Isso é boi”, disse César a um de seus colaboradores, ao se referir a uma cadeira cuja autoria era atribuída a um dos famosos designers. Na Feira, não é raro se deparar com algum objeto falsificado, sobretudo no ramo da obra de arte, como os quadros e desenhos falsificados, atribuídos a Givanildo, Guignard, Djanira, dentre outros; ou do colecionismo, como moedas, cédulas, distintivos e documentos em geral. A depender do

cliente, sobretudo da relação de confiança estabelecida, o expositor que comercializa esse tipo de objeto revela ou não tratar-se de uma cópia.



Figura 35: Oratório – Óleo sobre madeira (pintura externa e externa, com assinatura), atribuída a Guignard (falsificação)

**Feira de Antiquidades da Praça XV
10 mar./2018 - Foto da autora**



Figura 36: Pintura (acrílico sobre papel) atribuída a Djanira, com assinatura (falsificação)

10 mar./2018 - Foto da autora



Figura 37: Pinturas em aquarela atribuída a Guignard (falsificação)

Feira de Antiquidades da Praça XV

10 mar./2018 - Foto da autora

Durval, 63 anos, além de colecionador de objetos antigos é também comitente de leilão - consigna objetos a um organizador que promove a comercialização desses em leilões virtuais e/ou presenciais de antiguidades. O organizador fica com vinte e cinco por cento do valor obtido com a venda dos objetos consignados.

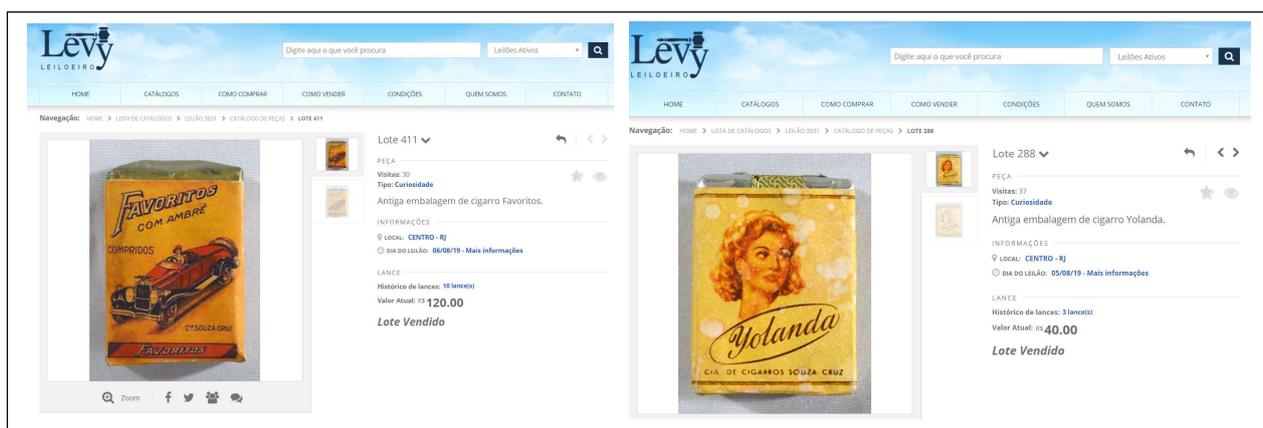
Hoje participei de um leilão presencial de colecionismo com o Durval [era agosto de 2019]. O leilão aconteceu num antiquário no Centro do Rio, numa terça-feira, às três da tarde. Somente o Durval e eu estávamos no leilão presencial na condição de potenciais compradores. Além de nós dois, estavam presentes o organizador do leilão (que é também o dono do

antiquário) e outra funcionária que monitoravam os lances virtuais; o leiloeiro e outros dois funcionários do antiquário. Os demais participantes acompanhavam o leilão pela internet – leilão virtual. Numa espécie de jogo, além de comprar objetos no leilão, Durval dá algum lance nos seus objetos para subir a cotação, sob o “risco” de pagar por um objeto que já é de propriedade dele.

Há cerca de um mês e meio antes desse leilão, em junho de 2019, estive também com Durval na Feira de Antiquidades da Praça XV na ocasião em que ele comprou uma caixa cheia de embalagens de maços de cigarros antigos, na banca do César Cabeludo (de Esperança). Antes de me encontrar com o Durval, eu já tinha visto essa caixa cheia de maços de cigarros na banca do César e me perguntei quem compraria um negócio daquele. Tratava-se de uma coleção e havia em torno de cinquenta embalagens de cigarros de diversas marcas. Na ocasião, Durval pagou 200 reais pela coleção inteira. Eu disse a ele que achava caríssimo e ele me disse que cada maço daqueles deveria valer uns vinte reais. Durval disse que separou para ele as embalagens mais raras (em torno de dez embalagens) e as demais, incluindo as repetidas, colocou para leiloar. Neste dia do leilão em que estive com Durval, no Centro do Rio, uma das embalagens de cigarro da marca Favorito, foi arrematada por 120 reais e outras duas, uma da marca Continental e outra da marca Yolanda, saíram por 50 reais e 40 reais, respectivamente. Ou seja, em apenas três embalagens, Durval já arrecadou R\$157,50 (já descontados os 25%); o que equivale a quase 80% do valor pago por toda coleção (Caderno de Campo da autora, 06 ago./2019).



Figura 38: Coleção de embalagens de cigarros antigas - Feira de Antiquidades da Praça XV 15 de junho de 2019 (Foto da autora)



**Figura 39: Print da página de leilão do site "Levy Leiloeiro"
Acesso em 06 ago/2019⁹¹**

Passados pouco mais de três meses desse episódio dos maços de cigarro, no dia 26 de setembro de 2019, em uma mensagem enviada pelo WhatsApp, Durval relatou ter descoberto que os maços de cigarro eram falsos. Ele só descobriu isso porque, segundo ele “deu encrenca num leilão”.

5.7.1 Sábado é dia de Feira

Aos sábados, a Avenida 1º de Março, por volta das 5h30 da manhã (horário em que começa a chegar a maior parte dos comerciantes), ainda está praticamente deserta. O movimento de carros nesta via aumenta com o avançar das horas, mas ainda é muito aquém do movimento normal do trânsito no local durante a semana. Para os comerciantes que vão à Feira em carro próprio, existe também a vantagem de poder estacionar nas proximidades do Largo do Paço. Nas imediações do referido largo há um amplo estacionamento, situado na Avenida Erasmo Braga, em frente ao prédio da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ⁹². Estacionamento que se estende pelos quarteirões da Rua Dom Manuel e Rua São José, adjacentes ao Largo do Paço – o que favorece a logística dos expositores da Feira, principalmente aqueles que trabalham com objetos de maiores proporções.

No sábado, nas primeiras horas da manhã, costumam acontecer as barganhas entre os expositores das barracas ou “bancas de tabuleiros⁹³”, além daquelas entre os expositores chamados “sem-teto”. O movimento maior de visitantes e potenciais compradores ocorre entre as 10h e as 14h.

⁹¹ Fonte da imagem: <https://www.levyleiloeiro.com.br/catalogo.asp?Num=3031&p=on&irpara=288>.

⁹² Situado na Rua Dom Manuel, nº 25, o prédio onde funciona atualmente a EMERJ foi construído no final do século XIX e é tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC).

⁹³ Aqui nos referimos às bancas também conhecidas como tabuleiros em oposição às ‘bancas de chão’, características do chamado “Shopping-Chão”.

Logo que amanhece, passantes, turistas, habitantes ou errantes, em suas diversas maneiras de perceber o espaço transitam pela Feira. Há os que passam apressados, enquanto outros parecem não se preocupar com o tempo, como os irmãos gêmeos Guilherme e José Geraldo, sempre presentes na Feira, desde as primeiras horas da manhã. Percorrendo caminhos distintos na Praça XV - cada um por um lado -, os gêmeos conversam com um e com outro, compram uma coisinha aqui e outra ali e passam a manhã toda e parte da tarde na Feira. Por vezes é difícil saber quem é quem. Sabe-se que um deles não só se interessa mais por obras de arte como é um grande conhecedor do assunto; já o outro, em conversa informal, diz ser “especialista em generalidades”, como um clínico geral, disse ele. Ambos, já aposentados, são formados em veterinária e atuaram em áreas distintas do ramo.

Carlão é taxista e colecionador. Freqüentador assíduo da Feira há quase duas décadas, costuma estacionar seu táxi nas proximidades da Praça XV, aos sábados, antes das 7h da manhã. Com sua estatura avantajada e chapéu panamá na cabeça, Carlão não passa despercebido. Sai de banca em banca a procura de algo para incrementar suas coleções e passar o tempo: “A Praça XV é um charme”, disse o taxista. Carlão coleciona várias coisas, como espelhos bisotados e lustres. Atualmente, o carro-chefe das coleções de Carlão são os discos de vinil (ou LPs): “viciei em comprar discos”, disse ele. Outro destaque de suas coleções são os objetos em jacarandá: “qualquer coisa de jacarandá eu compro: móveis, esculturas... até pedaço de ripa”, afirmou o taxista em uma conversa informal. Carlão normalmente identifica o jacarandá pelos veios da madeira. Quando existe a possibilidade de raspar a peça, ele faz a verificação (se é ou não jacarandá) *in locu* pelo cheiro da madeira. Segundo ele, “o jacarandá baiano é mais fácil de identificar”. Carlão disse que não é tão bom em identificar o jacarandá, mas tem um amigo que é especialista e quando ele tem dúvidas, ele manda a peça para o amigo avaliar se se trata ou não da desejada madeira de lei.



**Figura 40: Carlão, numa banca, analisando uma pequena escultura em madeira
Feira de Antiguidades da Praça XV, 12 out./2019
Foto da autora**

Durval, sobre o qual já falamos anteriormente, é outro daqueles frequentadores da Feira que se interessa por tudo um pouco e que entende bastante de muita coisa no universo das antiguidades. Técnico em Enfermagem, funcionário do Instituto Nacional do Câncer – INCA, Durval, costuma sair do plantão e ir direto para a Feira. Para ele, que lida diariamente com doentes, muitos deles em fase terminal, a Feira e o colecionismo são uma espécie de válvula de escape. Durval coleciona de tudo um pouco, mas o seu forte são os gibis, sobretudo

as primeiras revistinhas em quadrinhos nacionais, além de revistas e jornais antigos como a Revista Cruzeiro, a FonFon e o Diário Oficial, e também objetos sobre a segunda-guerra. Na Feira, ele é considerado um dos maiores conhecedores e consumidores de objetos antigos. O seu acervo gigante (o qual ele me confiou conhecer uma boa parte), inclui desde uma cadeira da coroação da Rainha Elizabeth (da década de 1950); um exemplar do Jornal The Times de 1798; um exemplar do Diário Oficial de número 01; uma foto autografada da Princesa Isabel; um convite da inauguração do Teatro Municipal; camisas de futebol de diversos clubes autografadas por jogadores considerados “lendas do futebol”; notas fiscais e cheques do tempo do Império; exemplares originais das dez primeiras revistas Cruzeiro de 1928; coleção de maços de cigarros antigos, de bonecos Topo Gigio, de esculturas de Palatinik; livros do século XVIII – ele tem uma biblioteca com vários livros raros. Segundo Durval, são mais de trinta anos “resgatando” aquilo que ele gostava de fazer quando criança: “juntava gibis, álbuns de figurinhas, plásticos, chapinhas, papel de cigarro”, “guardava as coisas que eu gostava”, disse ele. Boa parte do acervo de Durval foi adquirida na Feira da Praça XV. Eu estava andando pela Feira na companhia de Durval quando ele comprou um cheque do tempo do Império (o vendedor da ‘feira oficial’ pedia 300 reais pelo cheque). Estava presente também quando ele encontrou, numa banca do Shopping-Chão, uma pequena escultura de Palatinik⁹⁴ representando uma coruja, pela qual pagou 60 reais, depois de negociar com o expositor que pedia 100 reais pela peça. Tratava-se, nesse último caso, de um expositor e garimpeiro que sabia que as esculturas de Palatinik eram bastante valorizadas. Numa outra ocasião, também presenciei Durval comprando documentos (que já foram apenas “papelada”) na banca do Sr. Estrela – o já citado livreiro português, de 83 anos. Há quase 10 anos, Sr. Estrela é expositor, a convite de amigos livreiros que conheceu quando era comprador na Feira. Naquele dia, Durval comprou umas pranchas de litogravuras eróticas que remetiam ao século XIX, além de uma pasta com diversos documentos. A compra de Durval na banca do Sr. Estrela, naquele dia, ficou em 600 reais. Muita coisa Durval compra e também vende em leilões virtuais. Outras tantas ele



Figura 41: Escultura Palatinik encontrada por Durval no Shopping-Chão 08 jun/2019 - Foto da autora

⁹⁴ Escultura em resina poliéster criada pelo artista plástico brasileiro Abraham Palatinik, original da década de 70. Palatinik (1928-2020), potiguar nascido na capital, é considerado mundialmente como um dos pioneiros da arte cinética.

compra em leilões presenciais que são hoje pouco comuns. Durval se considera um guardião da história do Brasil.



Figura 42: Desenhos eróticos do século XIX
05 out/2019 - Foto da autora



Figura 43: Documento assinado por Lauro Severiano Muller, Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas (1902-1906)
05 out/2019 - Foto da autora

O Sr. Joaquim é um dos “personagens” da Feira que me chamou a atenção desde 2013, antes de eu iniciar esta pesquisa. Colecionador de LP’s, Sr. Joaquim, com seus mais de 80 anos, sai de Bangu, sozinho, para garimpar discos de vinil na Feira da Praça XV. Ele garimpa sem pressa, mas tão logo encontra algo que o agrada, Joaquim efetiva a compra e vai embora. Já a Dona Vicentina, aposentada, 84 anos, chega à Feira por volta das 9h e fica ali sentada, observando as pessoas passarem.

Encontrei com D. Vicentina fortuitamente – ela queria ir ao banheiro e o Paço da Misericórdia, cujos banheiros do saguão no primeiro piso que são constantemente usados por expositores no período da tarde, neste dia, excepcionalmente não abriu. Eu então a acompanhei até um banheiro mais próximo, no segundo andar de um restaurante, o qual ela já havia utilizado. Depois disso, passamos o tempo juntas na Praça. Alguns comerciantes conhecidos acharam que a D. Vicentina fosse minha mãe, especialmente por conta da nossa cor negra. D. Vicentina observa as pessoas que transitam pela Praça e comenta sobre os tipos e estilos – parece que nada escapa ao seu olhar atento. (...) Dona Vicentina, uma senhora de 84 anos, vai à Praça XV aos sábados pela manhã para passar o tempo, observar e também ser observada (Caderno de Campo da autora, 13 jan./2018).

Segundo D. Vicentina, desde que se aposentou como doméstica, há poucos anos, ela passa quase o dia todo de sábado na Feira. Não compra nada, só observa as pessoas que transitam por ali. Ela é uma dentre as várias pessoas que vão à Feira para passar o tempo e ‘consumir’ experiências. E, dentre essas várias pessoas, há predominância de aposentados e aposentadas.



**Figura 44: Sr. Joaquim saindo da Feira, carregando uma sacola com os LP's que acabara de adquirir depois de pesquisar em barracas especializadas no gênero
Fotos da autora /Fotomontagem Panorama via Google Fotos – 20 out/2018**

E por falar em aposentado, o casal Sr. Claudio e D. Joana trabalha na Feira de Antiquidades da Praça XV há mais de 20 anos. Ambos são aposentados e, segundo Sr. Cláudio, são os mais antigos comerciantes da Praça de Alimentação. Eles chegam à Praça ainda na sexta-feira por volta das 18h. Segundo Sr. Claudio, ele e a esposa saem de casa às 16h para irem para a Feira. Mas a preparação dos alimentos começa dias antes, na quarta-feira, na Zona Oeste do Rio, onde moram. Sr. Cláudio e D. Joana costumam ser os primeiros comerciantes a chegarem à Praça XV. Ainda sem as barracas montadas, o casal se acomoda junto ao muro do Chafariz, onde depositam as caixas de isopor revestidas nas cores branco, verde e bordô – cores do time do coração. Fluminense fanático, Sr. Claudio está sempre vestido com uma camisa do time. Nas caixas de isopor estão os produtos que, durante toda à noite, vão abastecer os trabalhadores da madrugada. Desde as 19-20h já tem cafezinho, refrigerante, pastel, sanduíche, bolo. Tem até carne assada - é só chegar e pedir.

A banca do casal fica junto à extremidade esquerda do muro do Chafariz do Valentim, de frente para o Paço Imperial. Nas primeiras horas da manhã, Sr. Cláudio pega o fogareiro e os produtos mais pesados que deixa armazenado em um depósito ali nas mediações do Largo do Paço. Ele paga uma quantia mensal pelo armazenamento. Para Sr. Cláudio, a Feira de Antiquidades da Praça XV, além de ser uma fonte de renda que complementa a aposentadoria, é uma espécie de diversão. Ali ele trabalha por prazer. Segundo Sr. Cláudio, quando chega quarta-feira, dia em que ele e a esposa começam a preparar os produtos para abastecer a banca de alimentos, ele já fica ansioso para que a sexta-feira chegue logo. O casal sai de casa na sexta-feira no meio da tarde e só retorna para casa no final da tarde ou início da noite de sábado. A dupla chega a ficar mais de vinte e quatro horas no ar. E o Sr. Cláudio ainda costuma frequentar religiosamente a Feira de São Cristóvão aos domingos pela manhã.

A praça de alimentação da Feira só começa a ser formada a partir das 5h da manhã, quando os demais comerciantes das outras cinco bancas chegam. Ao todo são seis bancas na praça de alimentação; além da barraca de pastel e caldo de cana – uma novidade que

passou a integrar a Feira desde os primeiros meses de 2019. Além das bancas de alimentos, tem os comerciantes ambulantes, que também começam a chegar nas primeiras horas da manhã. Por volta das 7h, a ambulante Ceça, que sai de Itaboray todo sábado para vender café na Feira, circula entre as bancas gritando “Olha o café! Quem quer café?”. O expositor César Cabeludo costuma comprar uma garrafa inteira de café e/ou de chá na mão da Ceça, para abastecer a turma de Esperança. A ambulante passa e ele já garante logo a sua garrafa.

Em traje turco, numa bicicleta estilizada e dotada de caixa de som, o ambulante vendedor de esfirra, nunca desapercibido, transita pelos corredores entre as bancas. Tem também o ambulante do suco de laranja feito na hora no carrinho estilizado – uma bicicleta adaptada; e o do suco de limão, que também vende balas e doces na Feira há mais de 20 anos. Além do vendedor de esfirras, a vendedora de doces, o vendedor de milho puxando seu carrinho e deixando pelo caminho um rastro de perfume do milho cozido; só para elencar os ambulantes principais. Sempre aparece algum novo ambulante de alimentos no pedaço.

Por volta das 10h, até meados de 2019, era comum dançarinos de tango e aspirantes a dançarinos tomarem seus lugares junto à banca do tango, montada em frente ao Monumento a General Osório⁹ – herói da Guerra da Tríplice Aliança, que, dali do alto do cavalo, tem vista privilegiada do espetáculo dançante e do espetáculo da Feira como um todo. Ainda que “o olhar” da estátua de General Osório esteja voltado para os Arcos do Teles, a postura horizontal do cavalo, com a cabeça voltada para baixo e a pata dianteira levantada, dá a impressão de que este vai avançar por sobre a Feira.

Os coletivos de colecionadores começam a se reunir na Feira por volta das 10-11h da manhã de sábado. Nesse horário consegue-se identificar alguns grupos de colecionadores: bibliófilos, filatelistas, cartofilistas, numismatas, colecionadores de gibis, colecionadores de carrinhos, colecionadores de videogames (os caçadores de games), de brinquedos de guerra...

Para além de uma nota de rodapé, é válido destacar que, de modo geral, apesar de o ato de comprar ser muitas vezes estigmatizado como atividade típica feminina, no caso da Feira de Antiquidades, normalmente prevalece o público masculino. A justificativa dada por alguns atores sociais da Feira é a de que o colecionismo é mais habitual ao homem e na Feira há muitos colecionadores, tanto entre os expositores quanto entre os frequentadores.

No âmbito da Feira de Antiquidades da Praça XV, nesse universo do colecionismo, por exemplo, identifica-se colecionadoras dos mais diversos tipos de objetos. No entanto, ao longo de quatro anos de observação, não identificamos nenhum grupo de mulheres reunidas em função de seus objetos de coleção. Interessante notar, ainda, que a prevalência na Feira do contingente masculino, de um tempo para cá, não tem sido tão discrepante. Nota-se um

aumento do contingente feminino na Feira, tanto do público de expositores quanto de frequentadores.

Um dos diferentes coletivos da Feira parece ter se tornado uma tradição: seus integrantes fundadores frequentam a Feira há mais de 20 anos. Tem inclusive hora e local marcados – às onze da manhã, na Tabacaria Africana. Trata-se de um coletivo constituído por profissionais liberais: advogados, médicos (são dois neurocirurgiões), crítico literário, fotógrafo, comerciantes, engenheiro e até um Almirante. O que os une é o colecionismo – fazem parte do grupo dois dos considerados maiores conhecedores do universo de selos e cartões postais. Um deles, segundo Sr. Paulo Renato, também integrante do grupo, “é o cara que mais entende de filatelia do Brasil, longe dos outros”. Ele se referia ao amigo Anísio. Há também no grupo um colecionador de objetos alemães da segunda guerra e outro que coleciona objetos do império, especialmente cédulas, moedas e documentos assinados no tempo do império. “A gente vem aqui todo sábado. Aqui se conta mentiras, lorotas, histórias, tem de tudo. Mas antes a gente sempre dá uma passada na Feira”, disse Sr. Paulo. Interessante ressaltar que entre os componentes do grupo, há militantes da direita e da esquerda política, ou, como o Sr. Paulo disse, “aqui as tendências sócio-políticas são as mais variadas possíveis: direita, esquerda, em cima, embaixo, do lado de lá, do lado de cá, tem de tudo. Convive-se” (Sr. Paulo Renato, em conversa informal com a autora em 06 abr./2019).



**Figura 45: A Autora inserida no Coletivo de Colecionadores e Frequentadores da Feira de Antiguidades da Praça XV, que se reúnem todos os sábados na Tabacaria Africana
06 de abril de 2019 - Foto: Wmilson Serejo**

Sábado, no início da tarde, por volta das 14h, muitas bancas começam a ser desmontadas. Vários comerciantes insistem em prolongar a exposição, na esperança de um visitante de última hora, talvez curioso e disposto a comprar. O Shopping-Chão também vai

sendo desfeito, deixando rastros de lixo e quinquilharias muitas vezes desprezadas para aliviar o peso da volta.

No amadurecer da tarde, por volta das 16h, o som do dobrar das bancas sendo desmontadas – quando tábuas se chocam antes que as pernas (da banca) encontrem o repouso sobre o tampo - se mistura ao som das vassouras em atrito com o chão, no ‘balé’ da equipe da limpeza urbana. A Praça, já limpa, dá lugar a ‘outra’ tribo: dos skatistas, que vão chegando junto com a noite. Agora o som é do atrito das rodas do skate com as pedras do calçamento da Praça que dialoga com o som também do atrito das rodas com o metal das estruturas que colorem parte do chão da Praça de vermelho, amarelo, laranja, azul. Cai a noite. No alvorecer do domingo, diferentemente do dia anterior, a Praça amanhece mais solitária. Sábado que vem tem mais.

6 TECENDO UMA TRAMA: A ECONOMIA DAS TROCAS SIMBÓLICAS NO CAMPO DA FEIRA DE ANTIGUIDADES DA PRAÇA XV

Este capítulo é fruto de uma reflexão sobre os espaços públicos nas cidades contemporâneas e parte de uma discussão sociológica mais geral sobre a natureza das relações em direção a uma perspectiva particular das relações no âmbito do (micro)território da Feira de Antiguidades da Praça XV. Relações essas que, conforme frisado no decorrer desta tese, são a razão de ser do patrimônio ambiental urbano. Nossa abordagem, aqui, estará ancorada sobretudo na ‘teoria das práticas’ e do ‘poder simbólico’ de Pierre Bourdieu.

Tomando a imaginação simbólica, a questão do “poder simbólico” (Bourdieu, 1989) e a memória coletiva como elementos inteligíveis no processo de apropriação do espaço público, onde códigos e símbolos instituídos coletivamente incidem sobre os atributos físicos e materiais dos lugares de sociabilidade da cidade, essa discussão – pautada neste estudo de caso – aponta que, num cenário de conflitos de interesses públicos versus privados, como já mostraram vários teóricos contemplados nos capítulos 2 e 4 desta tese, as políticas contemporâneas de renovação, revitalização e reforma urbana, no desejo neutralizar conflitos e tensões referentes às diferentes formas de apropriação e uso do espaço e de fomentar a criação de “lugares globais”, por um lado, induzem a um isolamento social promovendo espaços urbanos habitados por indivíduos supérfluos, emanando uma simbologia hostil e indiferente às experiências vitais e aos valores simbólicos; controlando e virtualizando⁹⁵ a própria dimensão simbólica dos ‘lugares’ das cidades. Por outro lado, desencadeiam processos de afirmação de lugares de patrimônio por uma coletividade.

Por meio das práticas, a etnografia urbana anteriormente explicitada nos permite uma análise dos tensionamentos que a apropriação social do espaço público urbano *Praça XV* e o uso simbólico desse espaço público na construção de identidades individuais e coletivas (no âmbito da Feira de Antiguidades da Praça XV) desencadeiam frente às políticas urbanístico-culturais mercantilistas.

O método praxiológico de conhecimento teórico do mundo social formulado por Bourdieu, tem como pilar o conceito de prática, fundamento fundante do conceito central da sua teoria sociológica: o *habitus*. Na teoria bourdieusiana, a praxiologia fundamenta-se no entendimento de “que o *modus operandi* possa revelar-se no *opus operatum* e somente nele” (BOURDIEU, 2007, p.356). Na perspectiva de Bourdieu, a passagem do *modus operandi* ao *opus operatum* representa, numa relação dialética, a passagem do produto para o princípio

⁹⁵ Tomando virtual, aqui, como aquilo que existe apenas como faculdade, sem consequência no nível dos atos.

de produção prática, ou seja, “o duplo processo de interiorização da exterioridade e de exteriorização da interioridade” (BOURDIEU, 2002, p.163).

Depreende-se, na teoria de Bourdieu, que por meio dessa noção de práticas (um processo relacional que apresenta regularidades, mas em constante mutação), ancorada no conceito de *habitus* – elemento gerador de práticas, que se atualiza concretamente numa lógica específica “de uma prática particular” (BOURDIEU, 2007, p.354), é possível apreender o jogo simbólico e de poder. Bourdieu retoma o conceito de *habitus* da teoria aristotélico-tomista, reformulando-a sob a perspectiva de um *habitus* como estrutura estruturante e estruturadora de *práticas*. Não se trata de uma mera reação mecânica, mas um produto de condicionamentos. Na perspectiva de Bourdieu, o *habitus* é o elemento que particulariza os grupos e classes condicionados às mesmas condições materiais de existência, diferenciando-os entre si (BOURDIEU, 1994). É por meio das práticas que se capta o *habitus*.

Nesse contexto, o campo social, sob a perspectiva de Featherstone (1995, p.125), deve ser abordado como um sistema, de tal modo que seus agentes e suas práticas “adquirem valores distintivos (...) em função de sua relação com outros elementos”.

Tal como apontou Featherstone (1995, p.126), na complexidade do campo social e na sua também complexa dinâmica relacional, no âmbito dos que detêm ou não alto capital cultural e econômico, as posições intermediárias “têm papel decisivo na produção do conjunto relacional das preferências estéticas de grupos específicos”. Conforme aponta o referido autor, na dinâmica relacional do campo, “(...) a introdução de novos gostos (...) decorre quando grupos de baixo imitam e usurpam os gostos dos grupos de cima, fazendo com que estes reajam adotando novos gostos que deverão restabelecer e conservar a distância original” (FEATHERSTONE, 1995, p.126).

O capital cultural, conforme aponta Featherstone (1995, p.126) “tem a sua própria estrutura de valor, que equivale à conversibilidade em poder social, independentemente da renda ou do dinheiro”. O referido autor destaca que “o domínio da cultura possui (...) lógica e moedas próprias, além de sua própria taxa de conversão em capital econômico” (op. cit.).

Bourdieu, ao descrever o espaço social global como um *campo*, expressa esse como sendo um campo de forças e um campo de lutas, simultaneamente. O campo de forças impõe a necessidade aos agentes que nele se encontram envolvidos, enquanto o campo de lutas, “no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo de forças”, contribui “para a conservação ou a transformação de sua estrutura” (BOURDIEU, 1996, p.50).

Conforme pontua Bourdieu, um determinado grupo social tem mais possibilidade de existir e de subsistir de forma duradoura “quanto mais os agentes que se agrupam para

constituí-lo estejam mais próximos no espaço social (...)” (BOURDIEU, 1996, p.51). O sociólogo francês nos mostra, ainda, que em todo campo social se fazem presentes jogos nos quais as relações de poder se entrecruzam com conjuntos heterogêneos de força.

Desse modo, a partir da teoria bourdieusiana e considerando que, socialmente identificáveis, os *habitus* “funcionam para estabelecer fronteiras entre grupos” (FEATHERSTONE, 1995, p.39), a Feira de Antiquidades da Praça XV é tomada, aqui, como um campo social. A análise das dinâmicas sociais da Feira de Antiquidades da Praça XV (suas *práticas*), empírica e experimentalmente observadas no *lugar* da Feira – a Praça XV de Novembro, lugar que conforma o espaço social da Feira -, descortina o campo da Feira de Antiquidades, que além de concentrar dentro dele outros campos (como o do colecionismo e o das artes), também relaciona-se a outros diversos campos, por exemplo, o intelectual, o musical, o artístico, o literário etc. Trata-se de uma esfera autônoma de produção e de circulação de bens simbólicos que define os “princípios específicos de percepção e de apreciação do mundo natural e social e das representações (...)” (BOURDIEU, 1989, p.297).

Os campos de produção cultural se aproximam uns dos outros por meio do capital simbólico⁹⁶ “como capital de reconhecimento ou de consagração” (BOURDIEU, 1990, p.170). E, conforme aponta Bourdieu, não é a partir do “sucesso comercial” ou a “consagração social” que se mensura o capital simbólico. Esse, muitas vezes se dá por meio de atributos cujas particularidades só fazem sentido no âmbito do próprio campo no qual são estabelecidos. Tais atributos definem as regras de funcionamento do campo; notadamente as regras que mais lhes interessam para conservar o seu *status quo*. Cada campo privilegia um *habitus* específico e em todo campo existem os dominantes conservadores e os dominados subversivos. Ou seja, em qualquer campo, os agentes sociais não “valem” a mesma coisa. Uns são mais autorizados que outros. E o campo se estrutura de uma tal maneira a concentrar cada vez mais o capital na mão de alguns que detém prestígio – os especialistas legitimados do campo. E, no campo,

O poder simbólico como poder de construir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico não reside nos ‘sistemas simbólicos’ em forma de uma ‘illocutionary force’ mas que se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhes estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a *crença*. O

⁹⁶ Na perspectiva Bourdieu (2002, p.256), o capital simbólico é uma “forma transformada e por isso dissimulada do capital ‘econômico’ e físico” e que “produz (...) o seu efeito próprio na medida, e apenas nessa medida, em que dissimula que essas espécies ‘materiais’ do capital estão no seu princípio e, em última análise, no princípio dos seus efeitos”.

que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras (BOURDIEU, 1989, p.14-15, grifos do autor).

Considerando que, conforme salienta Bourdieu, “(...) cada campo é o lugar de constituição de uma forma específica de capital” (BOURDIEU, 2004, p.26) e que “todo campo (...) é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças” (BOURDIEU, 2004, p.22-23), além do capital simbólico, os conceitos de capital cultural e de capital social, cunhados pelo sociólogo francês, auxiliam no entendimento das relações de poder num determinado campo. Tais conceitos estão relacionados às heranças culturais, práticas, posturas e conhecimentos que possibilitam o acesso ou a inserção de seus detentores em determinados campos, proporcionando a esses determinados poderes.

Enquanto o capital cultural diz respeito à carga cultural recebida, especialmente na primeira socialização, e que perdura ao longo da vida, o capital social se refere às redes de relações que favorecem ou facilitam a inserção do indivíduo em determinado campo – ou seja, àquilo que pode proporcionar o alcance de uma posição de prestígio ou de poder em determinado campo. É atribuído reconhecimento de certa competência aos detentores de determinado capital e, para além dos efeitos que tal competência produz, “proporciona autoridade e contribui para definir não somente as regras do jogo, mas também suas regularidades” (BOURDIEU, 2004, p.27).

No caso da Feira de Antiguidades, é possível identificar atores sociais que, em função do capital cultural, possuem maior prestígio e, conseqüentemente, maior poder (logo, competência para determinar as regras do jogo), e atores sociais que, ainda que desprovidos de capital cultural, obtiveram, no cotidiano da Feira, um capital social que lhes possibilitou a entrada no campo e, conseqüentemente, o alcance de maior prestígio ou maior poder. Os primeiros, podem ser representados, no âmbito da Feira de Antiguidades da Praça XV, pelos donos de antiquários ou os grandes colecionadores, cujas coleções demandam alto poder aquisitivo. Já os últimos, que adquiriram capital social no cotidiano da Feira e na convivência com esses primeiros, podem ser representados, por exemplo, pelos especialistas em um determinado seguimento que a Feira abarca: selos, moedas, postais, obras de arte, brinquedos, prataria, móveis antigos, metal, ferramentas, livros, revistas, gibis, jornais etc.; e que se fizeram especialistas na vivência da Feira e na convivência com seus pares. E há, ainda, aqueles que, apesar de não serem detentores de capital cultural e ainda se encontrarem, de certo modo, desprovidos de um capital social que os possibilite a inserção nesse campo, possuem um tipo de capital simbólico - isto é “um *crédito*, mas no sentido mais amplo do termo, quer dizer, uma espécie de adiantamento que o grupo e só ele pode

conceder aos que lhe dêem mais *garantias* materiais e simbólicas” (BOURDIEU, 2002, p.252) -, que os tornam importantíssimos na dinâmica da Feira. Nesse caso, podemos citar como exemplo, muitos catadores ou garimpeiros – são eles, na maioria das vezes, que garantem a sobrevivência de objetos de desejo de muitos atores da Feira (sobretudo os *mais autorizados*), integrantes dos outros dois grupos supracitados, e que, caso não houvesse a intermediação desse grupo, tais objetos poderiam desaparecer. Esses agentes, como vimos, detêm certos saberes urbanos de forma meticulosa – um exemplo de capital simbólico constituído por meio de atributos cujas particularidades só fazem sentido no âmbito da Feira de Antiquidades ou, no campo da Feira. São eles os responsáveis por literalmente colocarem as mãos nos lixos, em locais estratégicos da cidade, em busca de relíquias, ou melhor, de quinquilharias com potencial para se transformarem em relíquias nas mãos de agentes mais autorizados.

Cabe destacar que, embora nesta tese tenha se tratado mais das relações dialéticas das pessoas com os objetos, em detrimento de uma “vida social dos objetos” ou de uma biografia destes, evidenciou-se que, neste universo da Feira de Antiquidades da Praça XV, os objetos são usados também para marcar diferenças sociais.

Neste campo em questão (o da Feira), a estrutura das relações objetivas, pelo que vimos na etnografia apresentada no capítulo anterior, apesar de complexa, é bem definida. Posições intermediárias como a dos catadores e/ou garimpeiros urbanos, são decisivas na manutenção das dinâmicas relacionais da Feira de Antiquidades da Praça XV.

Conforme aponta Bourdieu,

É a *estrutura das relações objetivas* entre os agentes que determina o que eles podem e não podem fazer. Ou, mais precisamente, é a posição que eles ocupam nessa estrutura que determina ou orienta, pelo menos negativamente, suas tomadas de posição. Isso significa que só compreendemos, verdadeiramente, o que diz ou faz um agente engajado num campo (...) se estamos em condições de nos referirmos à posição que ele ocupa nesse campo, se sabemos “de onde ele fala” (...) – o que supõe que pudemos e soubemos fazer, previamente, o trabalho necessário para construir as relações objetivas que são constitutivas da estrutura do campo em questão – em vez de nos contentarmos em nos reportar ao lugar que supostamente ele ocupa no espaço social global, o que a tradição marxista chama de sua condição de classe (BOURDIEU, 2004, p.29-30, grifos do autor).

Na perspectiva de Bourdieu, a ideia de campo está vinculada a um determinado espaço social relativamente autônomo (microcosmo), que, como tal, pode estabelecer suas próprias regras, tomar suas próprias decisões, assumir determinadas posições. O campo é um universo social que obedece a determinadas “leis sociais mais ou menos específicas” (BOURDIEU, 2004, p.20). Trata-se de um microcosmo cuja autonomia é parcial ou menos acentuada; já que este “jamais escapa às imposições do macrocosmo” (BOURDIEU, 2004, p.

21). A autonomia do campo está diretamente ligada à sua estruturação: quanto mais estruturado o campo, maior o seu grau de autonomia.

Bourdieu salienta que “uma das formas mais visíveis de autonomia do campo é a sua capacidade de *refratar*, retraduzindo sob uma forma específica as pressões ou as demandas externas” (BOURDIEU, 2004, p.22). Desse modo, tomando a Feira de Antiquidades da Praça XV como um campo, pode-se perguntar, por exemplo, como um fenômeno externo (ou pressões externas), como uma mudança radical no lugar da Feira, ou como a crise econômica que agrava os índices de desemprego, ou como a escassez de objetos antigos vai/vão se retraduzir no campo da Feira? Ou seja, qual o poder de refração da referida Feira? Como essas pressões externas se transfiguram na Feira? Como vimos, por exemplo, a Feira se movimenta física e morfologicamente em resposta às mudanças que se processam no ambiente urbano.

O poder de refração é que determina o grau de autonomia de um campo, de tal modo que sua heteronomia “manifesta-se, essencialmente, pelo fato de que os problemas exteriores, em especial, os problemas políticos, aí se exprimem diretamente” (BOURDIEU, 2004, p.22). Para Bourdieu, a dificuldade de se alcançar uma grande autonomia, no âmbito das ciências sociais, está no fato de que pessoas pouco competentes, do ponto de vista de normas específicas, têm o poder de “intervir em nome de princípios heterônomos sem serem imediatamente desqualificadas” (BOURDIEU, 2004, p.22). Ou seja, no campo científico, a “politização” de uma determinada disciplina, em determinados contextos, pode ser indício de heteronomia. No que aqui é considerado o “campo da Feira”, importa compreender como essa heteronomia se manifesta. Há pistas.

Nos campos científicos, um dos grandes paradoxos apontados por Bourdieu é que eles, em grande parte, devem sua autonomia ao fato de serem financiados pelo Estado, o que os coloca em dependência ambígua (uma dependência na independência) que, se por um lado assegura autonomia, por outro, pode impor constrangimentos que geram heteronomia. Encontra-se aí, segundo Bourdieu, uma *falsa antinomia*: “poder-se adotar como estratégia servir-se do Estado para libertar-se da influência do Estado, para lutar contra as pressões exercidas pelo Estado, pode-se tirar partido das garantias de autonomia que o Estado dá (...)” (BOURDIEU, 2004, p.55).

No âmbito do que aqui é entendido como campo da Feira de Antiquidades, a patrimonialização da Feira pode ser um exemplo dessa “falsa antinomia”. Atores sociais *mais autorizados*, detentores de determinado capital cultural e social, ao solicitarem o reconhecimento da Feira como Patrimônio Cultural Imaterial da Cidade, se utilizaram do estatuto oficial de reconhecimento do patrimônio imaterial do município – um instrumento de

legitimação do patrimônio – não no sentido de estabelecer um processo de salvaguarda da tradição da Feira, mas para garantir a permanência dessa manifestação cultural num local que é legitimado pelo Estado como patrimônio cultural. E, na perspectiva do Estado, que empreendeu inúmeras tentativas de remoção do comércio popular da Praça XV, esse tipo de atividade – o comércio popular (ou mesmo o de antiguidades) - era um entrave às mudanças urbanísticas em curso ao longo dos anos. Nesse caso da Feira, o reconhecimento como patrimônio imaterial, além de garantir a permanência dessa na Praça XV, serviu, sobretudo, para a manutenção do *status quo* de seus agentes ‘mais autorizados’. No interior deste campo da Feira de Antiguidades, a posição dos agentes segundo o capital social, cultural ou simbólico de cada um conforma um campo de forças que contribui para a conservação ou a transformação da sua estrutura. E as mudanças na configuração urbana do lugar da Feira têm forte influência nesse campo de forças. Inclusive notou-se, por meio da empiria, que nessa esfera autônoma no campo da Feira, o espaço público renovado/revitalizado/requalificado também é transmissor e legitimador de um gosto cultural (nos termos de Bourdieu).

Um dos agentes responsáveis pela transformação no campo da Feira de Antiguidades da Praça XV é o poder público. De acordo com o teórico do poder simbólico,

o estado tem a capacidade de regular o funcionamento dos diferentes campos, seja por meio de intervenções financeiras (...), seja através de intervenções jurídicas (como as diversas regulamentações do funcionamento de organizações ou do comportamento dos agentes individuais) (BOURDIEU, 1996, p.51).

Neste ponto, e a partir da análise empírica e experimentalmente observadas no lugar da Feira, acrescentamos: seja por meio de intervenções urbanísticas. Conforme salienta o autor,

O espaço apropriado é um dos lugares onde o poder se afirma e se exerce, e provavelmente sob a forma mais sutil, a da violência simbólica como violência despercebida: os espaços arquitetônicos – cujas injunções mudas se dirigem diretamente ao corpo, obtendo deste, tão certamente quanto a etiqueta das sociedades de corte, a reverência, o respeito que, como diz o latim, nasce do distanciamento (*e longinquo reverentia*); ou melhor, do estar longe, a distância respeitosa – são sem dúvida os componentes mais importantes da simbologia do poder, em razão mesmo de sua invisibilidade (...) (BOURDIEU, 2013, p.135).

Sob a perspectiva do “poder simbólico”, determinados lugares das cidades, sobretudo nos centros históricos musealizados, dispõem “de um referencial sensorial importantíssimo, constituindo, por isso mesmo, terreno fértil para as manipulações das identidades” (MENESES, 1993, p.211/212). E, conforme destaca o referido autor, “Em suma, identidade e poder não se dissociam” (MENESES, 1993, p.209).

Neste cenário, onde a própria memória e a identidade são regidas sob a égide da ideologia dominante, o bem patrimonial público, como mostrado, muitas vezes é transformado em propriedade privada, a ser valorizado conforme o mercado. Consequentemente, o interesse público que deveria prevalecer sobre o privado, fica em segundo plano. Para além da paisagem urbana estetizada, repetitiva – que pode ser encontrada em diversos locais mundo afora –, o resultado das políticas urbanístico-culturais contemporâneas, pautadas nessas especificidades por hora apresentadas, transformam a demanda do cidadão (que é fruto de um construto político-mercadológico), numa demanda de consumidores.

No entanto, conforme visto no quarto capítulo desta tese, o poder se urbaniza e, ainda que os agentes disponham de oportunidades desiguais de acesso ou de apropriação material e simbólica; ainda que os agentes mais autorizados detenham o poder de definir a direção das mudanças nas cidades contemporâneas, conforme salientam Batista e Andrade (2015, p.135), “eles não são tão hegemônicos a ponto de imporem uma forma única de uso dos espaços públicos presentes em distintas partes da cidade” (idem, p.135).

É sabido que as políticas urbanístico-culturais, sob a lógica de mercadorização do espaço urbano, promovem uma reconstrução/renovação dos sentidos do espaço para usos culturais (usando a cultura como mercadoria). Transfigurando vastas áreas urbanas em “não-lugares” (lugares de passagem) (AUGÉ, 1994) – como aconteceu, por exemplo, com a Praça Marechal Âncora (no entorno do Albamar) - e repercutindo sobre o efeito da memória e o sentido do lugar, elas promovem operações muitas vezes baseadas na mobilização e no gerenciamento de populações (FORTUNA, 2002). Mas, por outro lado, vêm estimulando novas formas contra hegemônicas de afirmação de valores e identidades locais, como é o caso do Shopping-Chão que passou a se estabelecer na Praça Marechal Âncora, dando uma nova dinâmica àquele que agora é um ‘quase *lugar*’.

Assim, é num dinâmico jogo de forças simbólicas que surgem, num primeiro cenário, as políticas urbanístico-culturais que parecem seguir a dinâmica global de promoção do apagamento das diferenças, convertendo espaços públicos em modelos rentáveis para o mercado imobiliário privado. Onde as operações urbanas de conservação e preservação são subvertidas em operações de mercado. E num segundo cenário, essas políticas vêm promovendo o intercâmbio e a soma das diferenças, onde, como constatou Yúdice (2001), as reivindicações culturais locais e regionais crescem em vez de reduzir. Dessa forma, a exploração econômica dos bens patrimoniais abre espaço para a ação política, conforme pontuado por Harvey (2005), tornando-se um espaço “chave de esperança” para viabilizar uma globalização onde a cultura possa se apropriar do capital – especialmente nas ações de preservação, conservação e valorização do patrimônio - e não o contrário. O processo de patrimonialização da Feira de Antiquidades da Praça XV exemplifica esse segundo cenário.

Diante disso, faço coro ao alerta dado por Prêteceille (2015): é preciso considerar as consequências espaciais urbanas para além do ponto de vista das funções centrais ou dominantes. Há que as considerar, sobretudo, do ponto de vista das funções secundárias dominadas, hierarquizadas. Na pesquisa da qual resulta essa tese, o Shopping-Chão mostrou isso claramente.

É nesse segundo cenário supracitado que se vislumbram novas formas de afirmação contra-hegemônicas de valores e identidades locais. Onde os espaços imaginados e integrados se configurem em *lugares*, como a Praça XV – *lugar* da Feira de Antiguidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar de espaço público implica lidar com a ordem física e com a ordem simbólica das cidades que se expressam na realidade de suas ruas, de suas praças e de seus traçados urbanos. A Praça XV, como mostrou essa pesquisa, é uma espacialidade socioafetiva para os atores sociais da Feira de Antiquidades da Praça XV que, em função da Feira, transmitem a esse espaço uma enorme carga simbólica e afetiva, o que faz dele um *lugar*, um micro(território) onde se materializa o processo de territorialização do sensível, onde as reivindicações identitárias vêm à tona. E, em geral, conforme aponta Gonçalves (2012), reivindicações identitárias naturalmente envolvem interesses concretos de ordem social e econômica. E com a Feira de Antiquidades – aqui abordada como patrimônio ambiental urbano do Rio de Janeiro - não é diferente. E é esse o conjunto de fatores e categorias que compõem o campo da Feira de Antiquidades – um campo social dentro do qual são travadas “lutas eufemizadas”, num jogo onde relações de poder se entrecruzam com conjuntos heterogêneos de força (BOURDIEU, 1986).

Nesse recorte temporal da pesquisa, foi possível observar que a trajetória da Feira de Antiquidades da Praça XV no centro histórico do Rio de Janeiro se confunde com a trajetória do espaço urbano *Praça XV – lugar* da Feira. A Feira está conectada à Praça de forma simbiótica. E, como sugere a palavra simbiose, com vantagens mútuas – ambas recebem benefícios, ainda que em proporções desiguais. Uma dessas vantagens, para a Praça (as vantagens para a Feira já foram reveladas por meio da etnografia) é que a Feira reativa a esfera pública do espaço urbano da Praça. Como ressalta Leite (2001, p.367), “a essência *per se* dos espaços urbanos não assegura, a priori o seu sentido público”.

De modo geral, conforme pontua Santos (1986), a ocupação dos espaços urbanos nas cidades alude à simbiose espaço/população/atividades. No estudo de caso em questão, essa simbiose vai além. Há uma relação dinâmica e orgânica da Feira com o ambiente e o entorno da Praça XV: a Feira se movimenta física e morfologicamente em resposta às mudanças que se processam naquele ambiente urbano. E, conforme exposto ao longo desta tese, de fato as mudanças urbanísticas na Praça, ao gosto dos modelos de políticas neoliberais de consumo global dos espaços das cidades, comprometeram a riqueza e a diversidade da Feira de Antiquidades da Praça XV.

No escopo da análise aqui apresentada, foi possível evidenciar que nas grandes intervenções urbanístico-culturais implementadas na Praça XV de Novembro predominavam os interesses mercantis, o estímulo ao consumo cultural via espetacularização. Predominava uma visão de ‘cidade global a ser visitada’, em detrimento de uma cidade a ser vivida. E, no

âmbito das cidades, em se tratando de patrimônio ambiental urbano, não dá para se pensar em um patrimônio ressonante enquanto a sua reutilização mercantil se sobrepõe a uma utilização dotada de novos usos adaptados/adequados às demandas da sociedade contemporânea. Como alerta Choay (2011), “nós devemos arrancar sítios e edifícios antigos do seu gueto museológico e financeiro” (CHOAY, 2011, p.40).

A espetacularização social não é uma especificidade do nosso tempo – ela existe há centenas de anos, nos lembra Canclini (2008). No entanto, como também apontou esse autor, corremos um risco maior de nos desviarmos da satisfação das necessidades sociais, nessa época de industrialização da cultura, diante da hipertrofia dessa espetacularização; onde predomina dinamização econômica em detrimento da valorização do patrimônio, o marketing em detrimento da “captação de investimentos sobre o sentido social dos bens materiais e simbólicos” (CANCLINI, 2008, p.19).

Nas políticas urbanístico-culturais em tempos de capitalismo financeiro, prevalece uma visão de cidade como soma de fragmentos em detrimento de uma visão de cidade de “ordenamento integral” (CANCLINI, 2008, p.20). Ações isoladas em zonas de alto potencial econômico desencadeiam uma “urbanização que desurbaniza por sua expansão irracional e especulativa” (CANCLINI, 2008, p.21), debilitando a conexão entre as diversas partes da cidade e comprometendo a humanização e a socialização dos espaços públicos das cidades - “esses espaços concretos cujo conhecimento e o reconhecimento são ocultados pela hegemonia do espaço virtual” (CHOAY, 2011, p.39).

No entanto, como salienta Motta, os conjuntos urbanos têm um componente de vida, na medida em que se originam de processo histórico e social que ultrapassa os instrumentos das políticas de patrimônio (MOTTA, 1987), bem como das políticas de embelezamento urbano.

À luz do estudo de caso da Feira de Antiguidades da Praça XV, a OUC Porto Maravilha por exemplo, que, conforme apresentado, apesar de não circunscrever formalmente a Praça XV, promoveu alterações significativas no ambiente da Praça, teve como norte a valorização dos usos econômicos do patrimônio cultural, nos moldes das políticas de “programação lúdica” das cidades (BAPTISTA, 2005), de relocalização da tradição (LEITE, 2002). Realizada numa parceria entre o poder público e a iniciativa privada, essa operação urbana promoveu, conforme apontado nesta tese, uma refuncionalização do patrimônio cultural valorizado pelo olhar externo em que o consumo estético do bem patrimonial se sobrepõe ao seu uso social e democrático (LUCHIARI, 2006). Em contrapartida, a insatisfação dos grupos sociais identitários - como é o caso dos atores sociais da Feira de Antiguidades da Praça XV - promove formas de a cidade reinventar-se. A Feira se configura, portanto, como um fenômeno

de afirmação da diferença que altera o eixo de representação identitária e deslegitima modelos globais voltados para as demandas de mercado. A Feira de Antiguidades da Praça XV constitui-se, desse modo, como uma forma especializada (e espacializada) e simbólica de estabelecer singularidade, de expressar dissensões (LEITE, 2001). É a identidade urbana marcando fronteiras ou rompendo-as. A Feira de Antiguidades da Praça XV, ao assumir uma “característica popular” não legitimada, diferentemente, por exemplo, daquela feira pensada pela Secretaria de Turismo (a Feira do Albamar), torna-se, por vezes, um obstáculo aos “arranjos produtivos” que caracterizam os “projetos fetichizados de intervenção sociotécnica” (CORRÊA, 2012, p.75).

Os diversos atores sociais da Feira de Antiguidades (o que inclui comerciantes, frequentadores assíduos ou não, antiquários em geral, leiloeiros, turistas etc. e também o poder público), em seus eventos cotidianos e microscópicos no âmbito de uma metrópole, não estão dissociados de processos sociais maiores, seja em âmbito local ou global. A feira aqui estudada abrange um universo composto por pessoas que atuam de forma dispersa e multifacetada, que possuem histórias e realidades muito distintas (que traduz a sua esfera pública) mas que, não raras vezes, se entrecruzam naquele ambiente urbano, especialmente por meio das memórias coletivas - num processo de reelaboração permanente do passado no presente, mediado por objetos, e de reinvenção da tradição. O evento comercial sabatino no centro histórico da cidade do Rio de Janeiro - a Feira de Antiguidades - forma e conforma a Praça XV de Novembro, como foi possível demonstrar nesta tese, não se restringindo a um comércio que ‘usa a praça como suporte’. Na categoria nativa, o patrimônio referente à Feira de Antiguidades da Praça XV é ativado não apenas como uma autorreferência – uma categoria de pensamento - mas, sobretudo, como ferramenta de (re)ação que interfere nas tramas e mecanismos de poder dentro e fora da Feira. Trata-se de um fenômeno complexo, de uma realidade empírica ampla e plural, que abrange as mais variadas esferas da vida, e que é produto e produtor do ambiente urbano.

A partir desse contexto e tendo em vista que as transformações no espaço urbano das cidades redundam em complexos processos de mudanças de natureza político-social e econômica, entende-se aqui que o conceito de *patrimônio ambiental urbano*, nesse século XXI, ao enfatizar a imprescindibilidade de agregar as dimensões social e ambiental às políticas e ações voltadas para o patrimônio urbano, assume relevância no debate atual acerca do espaço urbano, notadamente quando esse é objeto de planejamentos que visam adequar as cidades às conjunturas macro e microeconômicas. Sua importância também fica ressaltada porque ele possibilita vislumbrar a humanização e a socialização das cidades por meio do patrimônio. O patrimônio ambiental urbano pressupõe compreender a cidade como produto de uma cultura, como corporificação urbana do interminável e complexo jogo da memória e

do imaginário social, realçando uma perspectiva de patrimônio, como processo histórico-social. Sob a perspectiva do *patrimônio ambiental urbano*, o que pesa na determinação de um bem patrimonial não é a preservação em si do monumento, da edificação, da ambiência ou do entorno, mas sobretudo a trama de interações históricas, políticas e afetivas que lhes confere significados. Afinal, como insiste Waldisa Rússio (2010, p.121), “[...] os bens se preservam quando se constituem em valor. Não em *valor* para uma minoria [...] mas num *valor social*”, de maneira que tanto o patrimônio cultural – em que o urbano é parte constitutiva desse patrimônio - quanto sua preservação estão diretamente ligados a uma consciência histórico-social. Desse ponto de vista, pode-se perguntar qual o sentido de políticas patrimoniais que não levam em consideração a realidade social, nem tampouco as demandas reais dos diversos segmentos que compõem a população; seja de um país ou de uma cidade?

A compreensão dos processos de usos e apropriações dos espaços públicos das cidades contemporâneas, onde o presente é composto por múltiplas temporalidades, requer uma reflexão acerca das sociabilidades, das representações, da dimensão simbólica impressa no espaço urbano.

Nesse sentido, com base em uma definição mais precisa, como aquela apontada por Yázigi (1977, 2006, 2012) e também por Meneses (2006), o advento do patrimônio ambiental urbano pode contribuir para o debate acerca das políticas públicas de preservação das cidades brasileiras, em especial, das grandes cidades, sobretudo em relação à valorização do elemento social e em prol da sustentabilidade sócio-urbana.

Uma retomada do conceito de *patrimônio ambiental urbano*, ao apontar para o sentido relacional de ambiente, poderá, sobretudo, favorecer mudanças paradigmáticas nas políticas públicas e nos instrumentos de preservação, especialmente por ter como um de seus pilares a necessidade de incorporar, seja em políticas públicas, seja em planejamentos urbanos, o até então quase ausente protagonista do patrimônio urbano, qual seja, o habitante.

A concepção contemporânea de patrimônio alude a congregar mecanismos de proteção que englobem a multiplicidade de usos e representações simbólicas – o que já foi sinalizado, como visto no segundo capítulo desta tese, em várias cartas patrimoniais. Uma concepção de patrimônio tido como estático ou apartado de suas dimensões material e imaterial, que ainda hoje vigora na maioria das políticas de preservação, não se sustenta. Não responde aos desafios das cidades contemporâneas, que vivem se reinventando e se refazendo (SANTOS, 1986). O patrimônio ambiental urbano implica uma noção de patrimônio que se contrapõe às perspectivas fragmentadas e autônomas, considerando o patrimônio a partir do contexto ambiental em que se insere.

Na maioria das intervenções urbanístico-culturais, questões econômicas e políticas costumam prevalecer. Emerge da concepção moderna e ampliada de patrimônio um caráter concomitante dessas questões de modo que não sejam as únicas prevalentes (KHÜL, 2019). O debate contemporâneo aponta para a integração dos patrimônios à luz do seu contexto ambiental (*do ir junto*), como estratégia de desenvolvimento. Há urgência de um novo modelo que leve em conta um patrimônio tão dinâmico como o patrimônio ambiental urbano e, conseqüentemente, um novo modelo de instrumento de preservação que abranja o material e o imaterial imbricados com o socioambiental, isto é, que abranja o ambiente urbano como um todo. Um modelo em que a cultura seja realmente entendida, em seu sentido amplo, como processo.

Nessa seara, a combinação de instrumentos legais que, de forma articulada, respeitem a diversidade na ocupação do espaço urbano, tais como: as operações urbanas, áreas de preservação especial, os megaprojetos e contrapartidas, as habitações de interesse social, dentre outros, têm mostrado resultados profícuos (MARICATO, 1994). Mas ainda há o predomínio não concomitante de questões econômicas e políticas (sobretudo político-midiáticas) e uma autonomia por vezes nociva da legislação e das políticas de patrimônio cultural, conforme destacado no segundo capítulo desta tese. Conforme exposto, há que se pensar políticas de patrimônio como formas de promover a melhoria da qualidade de vida, a salubridade, a dinâmica comercial, os espaços de fluxos, as dinâmicas socioculturais.... Enfim, a qualidade de vida na cidade em todos os seus aspectos. Isso implica mudanças de paradigmas. Implica pensar, como já ressaltado nesta tese, na integração da dimensão urbana nas políticas de patrimônio. E, nesse sentido, à luz do estudo de caso da Feira de Antiguidades da Praça XV, implica pensar, por exemplo, em moradia.

Muitas vezes, esses supracitados instrumentos legais no âmbito da preservação do patrimônio cultural são usados de forma fragmentada e promovem o desalojamento ou a expulsão de grupos sociais locais, abalando seus ecossistemas culturais, como aconteceu na Feira de Antiguidades da Praça XV, com a expulsão e as constantes perseguições ao Shopping-Chão. “Quer as leis que protegem os edifícios históricos sejam supranacionais, nacionais ou locais, são universalmente silenciosas em relação a manter inquilinos e usuários de longa data no local” (ZUKIN, 2017, p.30).

No estudo de caso em questão, vemos que a dinamização do centro histórico da capital fluminense é bandeira unânime dos grandes projetos de intervenção urbanística, implementados ou não. Nesse sentido, e a partir do que foi exposto nesta tese, depreende-se que sem uma política de habitação que restabeleça uma volta ao centro, promovendo o incentivo de moradias - programa de ocupação habitacional das áreas a reabilitar, e não pelo

contrário, expulsando os residentes, como se faz há décadas - não há como alcançar uma dinamização desejada, onde os residentes quase inexistem.

O conceito de patrimônio ambiental urbano expressa um avanço na compreensão da problemática ambiental. Sem uma necessária reforma urbana, por exemplo, que concentre esforços na área de habitação promovendo uma política habitacional municipal, o planejamento urbano e as políticas de patrimônio cultural e/ou as políticas urbanas de meio ambiente, bem como os seus instrumentos, se tornam praticamente inócuos. Há que se pensar no ambiente urbano de forma integral e integrada.

Certamente, nesta seara do patrimônio cultural, ainda há muito a ser construído. E é certo, também, que esse caminho passa necessariamente por um diálogo entre profissionais de diversos campos, dentre os quais, além do arquiteto e do antropólogo, inclui-se o sociólogo, o cientista social, o geógrafo, o ambientalista, o museólogo, os planejadores e gestores urbanos em geral; as instituições não-governamentais, além de segmentos sociais que os patrimônios pretendem representar. Para atender às demandas sociais da cidade, profissionais dos diversos campos científicos, em suas particularidades e vocações podem contribuir para a ampliação do repertório das práticas e de instrumentos de preservação, que no Brasil, até pouco tempo, se concentrava no tombamento. Um repertório que corrobore para um gerenciamento mais integrado das atividades urbanas, que promova qualidade de vida aos habitantes e favoreça a preservação do equilíbrio ambiental urbano.

Outro aspecto importante do conceito consiste no fato de o mesmo agregar verdadeiramente a noção de ambiente redefinido sob a ótica do urbano, tanto em sua dimensão local quanto global. Na concepção de patrimônio ambiental urbano tratada nesta tese, a preservação do patrimônio é tomada como fator de desenvolvimento. Uma abordagem tida como chave na promoção do desenvolvimento sustentável, em contraponto a um estilo de desenvolvimento que gera desigualdades sociais e desequilíbrio ambiental.

Conforme salientado no terceiro capítulo desta tese, no âmbito das intervenções em conjuntos urbanos, dentre os três modelos identificados por Castriota (2007) (preservação, conservação e reabilitação/revitalização), correspondentes a momentos específicos da trajetória das políticas de patrimônio, há no Brasil a predominância da perspectiva preservacionista. Devido à falta de uma integração da dimensão urbana nas políticas de patrimônio, a conservação integrada ou a revitalização ainda não se consolidaram no país (op.cit.).

Destarte, considerando os pontos fortes (e fracos) das perspectivas da conservação e da reabilitação/revitalização, e à luz do conceito de patrimônio ambiental urbano, acredita-se aqui, numa *terceira via*, mediana, alternativa a esses polos. Isso tendo em vista que o conceito

de patrimônio ambiental urbano, em se configurando como o ser e o porvir, pressupõe flexibilidade. Uma flexibilidade *na medida*, que viabilize a preservação sem o engessamento, sem as homogeneidades, e corrobore para manter vivos os lugares, promovendo a valorização social dos bens culturais. E que contribua, ainda, para “aproximar as políticas culturais dos contextos multiétnicos, multirreligiosos e extremamente heterogêneos”, característicos das sociedades contemporâneas (FONSECA, 2003, p.71).

À vista disso, ao ser efetivamente considerado o valor social dos bens culturais, e também à luz dos princípios do patrimônio ambiental urbano, qualquer política ou plano de proteção patrimonial urbana que não leve em conta as necessidades dos sujeitos da cidade, e cujos benefícios não revertam, em primeiro lugar, para a população local, estão fadados a não conseguir atingir o objetivo visado. Ou seja, enquanto as políticas urbanístico-culturais não se ancorarem numa perspectiva de um patrimônio ambiental urbano, em que a captação de investimentos sobre o sentido social dos bens materiais e simbólicos prevaleça ao seu uso como capital imobiliário, seguiremos, com “angústia e inquietação”, sentindo uma “saudade imensa de um futuro melhor⁹⁷”.

Para finalizar, é importante ressaltar que essa pesquisa buscou, nessa realidade plural e multifacetada do ambiente urbano das cidades contemporâneas, dar conta das práticas socioespaciais estabelecidas no movimento de produção de um espaço público urbano, frente aos processos de acumulação de capital que desencadeiam novos modos de apropriação do espaço e novos usos dos instrumentos de preservação. A sua continuidade sugere uma análise global e interconectada, por meio de comparação com outras feiras urbanas de antiguidades mundo afora, de modo a compreender as particularidades que as mudanças contemporâneas vêm impondo aos lugares nas mais diversas realidades.

⁹⁷ Excerto do texto “Aqueles portugueses do futuro”, de Fernando Pessoa (s/d).

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina. Chicletes eu misturo com bananas? Acerca da relação entre teoria e pesquisa em memória social. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (orgs). **O que é memória social**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2005. p.27-42.
- _____. Museus, ruínas e paisagens: patrimonialização e disputas de sentido. In: GUIMARAENS, Maria da Conceição Alves de. (Org.). **Museografia e Arquitetura de Museus**. V1. Rio de Janeiro: UFRJ, FAU, PROARQ, 2010. p. 190-212.
- _____. Patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no Brasil. In: TARDY, Cecile (org.); DODEBEI, Vera. (Org.). **Memória e novos patrimônios**. 1ª ed. Merseille: Open Edition Press, 2015. V.1, p.67-93.
- ABREU, Regina; FILHO, Manuel Ferreira Lima. A trajetória do GT de Patrimônios e Museus da Associação Brasileira de Antropologia. In: TAMASO, Izabela; FILHO, Manuel Ferreira Lima (orgs). **Antropologia e patrimônio cultural: trajetórias e conceitos**. Brasília, DF: Associação Brasileira de Antropologia, p. 25-57, 2012.
- ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. A Indústria Cultural: O esclarecimento como mistificação das massas. In: **Dialética do esclarecimento/ fragmentos filosóficos**. Max Horkheimer & Theodor Adorno. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1985.
- ALENCAR, José de. **A pata da gazela**. São Paulo: FTD, 1992.
- ALCANTARA, Denise de. Revisita ao Corredor Cultural: resgate do processo de revitalização no Centro Histórico do Rio de Janeiro. **Cadernos do PROARQ** (UFRJ), 2010.
- ALCÂNTARA(b), Dora. Praça XV e imediações. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** (n 20), 1984. p.114-120. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=RevIPHAN&PagFis=7637>>. Acesso em 23 abr/2017.
- ALTINO, Lucas. Assim como Bar Luiz, Ancoramam (antigo Albamar) anuncia fechamento na Praça Quinze. Jornal O Globo, 11 de setembro de 2019 (s/p). Disponível em <<https://oglobo.globo.com/rio/assim-como-bar-luiz-ancoramam-antigo-albamar-anuncia-fechamento-na-praca-quinze-23940933>>. Acesso em 07 out/2019.
- ALVES, Maria do Carmo. **Usos do território e rugosidades: fundamentos socioespaciais do patrimônio histórico do estado do Ceará**. 2017. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: < <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-12052017-153818/pt-br.php>>. Acesso em 26 mar/2019.
- AMSTERDÃ, Declaração de. In: CURY, Isabelle (Org.). **Cartas patrimoniais**. 3. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004, p.199-210.
- AMSTERDÃ, Manifesto de. In: CURY, Isabelle (Org.). **Cartas patrimoniais**. 3. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004, p.211-216.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. Reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo. Lisboa: Ed. 70, 2005.
- ANDRADE, Luciana Teixeira de; BAPTISTA, Luís Vicente. Espaços públicos: interações, apropriações e conflitos. **Sociologia**, v. 29, p. 129-146, 2015.
- ANDRADE, Luciana Teixeira de. Cultura, cidade e cidadania. In: **II Conferência Municipal de Cultura**, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: www.observatoriodasmetrolopes.ufrj.br. Acesso em 23 jun/2012.
- _____. Espaços semi-públicos como patrimônios imateriais. In: **SILACC 2008 - Simpósio latino americano de cidade e cultura: reflexões e projetualidade hoje**, 2008,

Santa Fé: Universidade do Litoral, 2008. v.1. p.1-9. Disponível em <http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/luciana_argentina.pdf>. Acesso em 06 set/2017.

ANTONIO, João. Praça XV, ai. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** (nº 20), p.123-127, 1984. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=RevIPHAN&PagFis=7637>>. Acesso em 23 abr/2017.

APPADURAI, Arjan. **A vida social das coisas**: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Tradução de Agatha Bacelar. Niterói: Editora da universidade Federal Fluminense, 2008.

ARANTES, Antonio A. O patrimônio cultural e seus usos: a dimensão urbana. **Revista Habitus**, v.4, n.1, p. 425-435, jan./jun.2006.

_____. Oportunidades globais para o patrimônio imaterial: novos desafios para as vidas locais. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, v. 1, n. 36, p.23-59, jan. 2017.

_____. Patrimônio cultural e cidade. In: FORTUNA, Carlos (org), LEITE, Rogério Proença (org). **Plural de cidade: novos léxicos urbanos, Coimbra, Almedina**, p. 11-24, 2009.

_____. Repensando os aspectos sociais da sustentabilidade: a conservação integrada do patrimônio ambiental urbano. Projeto História: espaço e cultura. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História**, Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, n.18, p. 121-134, 1999.

ARAÚJO, Suely Mara Vaz Guimarães de. **O Estatuto da Cidade e a questão ambiental**. (Estudos). Brasília: Câmara dos Deputados, 2003. Disponível em: <http://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/981/estatuto_cidade_vaz.pdf?sequence=4>. Acesso em 05 abr/2019.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares**. Papirus Editora, 1994.

BAPTISTA, Luís Vicente. Territórios lúdicos (e o que torna lúdico um território): ensaiando um ponto de partida. In: **Fórum Sociológico**. 2005. p. 47-58.

BAUDRILLARD, Jean. **O sistema dos objetos**. Trad. Zulmira Ribeiro Tavares. São Paulo: Perspectiva, 2004.

BAUMAN, Zygmunt; PENCHEL, Marcus. **Globalização**: as conseqüências humanas. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BITAR, Nina Pinheiro. Patrimônio, trabalho e tempo: o “novo” Mercado Municipal do Rio de Janeiro. **Iluminuras**, v. 15, n. 36, 2014. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/viewFile/52622/32578>>. Acesso em 05 mar/2019.

_____. Projetos urbanísticos, mercados populares e processos de patrimonialização na cidade do Rio de Janeiro. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.29, n.57, p.263-284, abr. 2016. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/59118/60263>>. Acesso em 15 abr/2019.

BORGES, Luiz C.; CAMPOS, Marcio D'Olne. Patrimônio como valor, entre ressonância e aderência. IN: SCHEINER, Tereza; GRANATO, Marcus; REIS, Maria Amélia de Souza; AMBROCY, Gladys Barrios (Orgs.). **IcomfomLam 2012**: termos e conceitos da museologia: museu inclusivo, interculturalidade e patrimônio integral. Rio de Janeiro: MAST, 2012. p.

112-123. Disponível em: <http://www.youblisher.com/p/736266-Livro-ICOFOM-LAM-2012/>. Acesso em 29 jan/2018.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. 2ª ed. – São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das trocas simbólicas**. Trad., org. e sel. de textos, Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. Algumas propriedades dos campos. In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p.89-94.

_____. **Coisas Ditas**. Tradução de Cássia Silveira e Denise Pegorin. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990.

_____. Esboço de uma Teoria da Prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). **A sociologia de Pierre Bourdieu**, São Paulo: Editora Ática, 1994, n. 39, p. 46-86. Coleção Grandes Cientistas Sociais.

_____. **Esboço de uma teoria da prática**: precedidos de três estudos de etnologia Cabila. Tradução de Miguel Serras Pereira. Oeiras-Pt: Celta Editora, 2002.

_____. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. **Estudos Avançados**, v. 27, n. 79, p. 133-144, 2013. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/68707>>. Acesso em 21 jun/2017.

_____. O campo intelectual: um mundo à parte. In: BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990. p.169-180.

_____. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989. 311 p.

_____. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. Tradução: Denice Bárbara Catani. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

_____. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996. 231p.

BRAGA, Andrea Costa. **Morfologia, transformações e co-presença em centros urbanos**: o caso do Centro do Rio de Janeiro/RJ. Dissertação de Mestrado, UFRS, 2003.

BRASIL, **Constituição Federal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao.Constituicao.htm>, 1988. Acesso em 12 mai/2018.

BRASIL. **Tribunal Regional Federal** (2. Região). Processo n. 0027412-14.2012.4.02.5101 - 14/01/2016 do TRF-2. Relator: Juíza Ana Paula Vieira de Carvalho. Rio de Janeiro, 07 de janeiro de 2016. JusBrasil (6a Vara Federal Criminal, Boletim: 2016000003). Disponível em: < <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/documentos/296491648/andamento-do-processo-n-0027412-1420124025101-14-01-2016-do-trf-2?ref=feed>>. Acesso em: 02 jan/2020.

BURRA, Carta de. In: CURY, Isabelle (Org.). **Cartas patrimoniais**. 2. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000, p.247-252.

BUSSO, Mariana. Las ferias comerciales: también un espacio de trabajo y socialización. Aportes para su estudio. **Trabajo y Sociedad**, n.16, p.105-123. Santiago del Estero - Ar, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?pid=S1514-68712011000100007&script=sci_arttext>. Acesso em 27 mai/2019.

CALDEIRA, Junia. **A praça brasileira**: trajetória de um espaço urbano: origem e modernidade. 2007. 423 f. Tese (Doutorado) - Departamento de História, IFCH, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

CANCLINI, Néstor Garcia. **A globalização imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2003.

_____. **Consumidores e cidadãos:** conflitos multiculturais da globalização. Tradução de Maurício Santana Dias. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

_____. **Culturas híbridas:** estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução: Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa; tradução da introdução Gênese Andrade. – 4ªed., 4 reimpr. – São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2008. (Ensaio Latinoamericanos, 1), 385p.

_____. **Diferentes, desiguais e desconectados:** mapas da interculturalidade. Tradução Luiz Sérgio Henriques. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2015.

_____. **Imaginários culturais da cidade:** conhecimento, espetáculo e desconhecimento. In: COELHO, T. (Org.). A cultura pela cidade. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2008. p.15-31.

_____. Los usos sociales del Patrimonio Cultural. In: Aguilar Criado, Encarnación. **Cuadernos Patrimonio Etnológico.** Nuevas perspectivas de estudio. Consejería de Cultura. Junta de Andalucía, 1999. p.16-33. Disponível em: <www.iaph.es/export/sites/default/galerias/documentacion_migracion/Cuaderno/1233838647815_ph10.nestor_garcia_canclini.capii.pdf>. Acesso em 31 jan/2018.

CANCLINI, Néstor Garcia *et al.* O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v.2, p.95-115, 1994.

CANDIDA, Simone. O sonho do arquiteto Oscar Niemeyer para a Praça XV, no centro: Nos anos 90, arquiteto fez projeto que valorizava estilo colonial e ao mesmo tempo previa shopping, teatro e prédios modernos. **O Globo**. Rio de Janeiro, s/p. 26 ago. 2015. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/o-sonho-do-arquiteto-oscar-niemeyer-para-praca-quinze-no-centro-17304101#ixzz5AVjVRTH7>>. Acesso em 15 fev/2018.

CARONE, Helena. Comprando na calçada. In: **Jornal do Brasil**, edição 264 de 1985. p.12-13.

CARVALHO, Amanda Lima dos Santos. O Rio de Janeiro a partir da chegada da Corte Portuguesa: Planos, Intenções e Intervenções no século XIX. In: PEIXOTO, Elane Ribeiro; DERNTL, Maria Fernanda; PALAZZO, Pedro Paulo; TREVISAN, Ricardo (Orgs.) Tempos e escalas da cidade e do urbanismo: **Anais do XIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. Brasília, DF: Universidade Brasília- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2014. Disponível em: <<http://www.shcu2014.com.br/content/rio-janeiro-partir-da-chegada-da-corte-portuguesa-planos-intencoes-e-intervencoes-no-seculo>>. Acesso em 14 dez/2017.

CASADO, José; SELEME, Ascânio. Um romance no cárcere: cartas mostram amor entre Olga Benário e Luís Carlos Prestes. In: **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 18 nov.2019. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/brasil/um-romance-no-carcere-cartas-mostram-amor-entre-olga-benario-luis-carlos-prestes-23241932#ixzz5oTEqSab>>. Acesso em 19 dez/2019.

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. Tradução de Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, (Coleção Pensamento Crítico; v. 48). Tradução de: La question urbaine, 1983.

_____. **A sociedade em rede.** (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.1; 14ª edição). Tradução: Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **O poder da identidade.** Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, (7ª edição), 2010.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Intervenções sobre o patrimônio urbano: modelos e perspectivas. **Fórum Patrimônio:** ambiente construído e patrimônio sustentável, v.1, n.1, p.9-31, 2007. Disponível em: <<http://www.forumpatrimonio.com.br/material/pdfs/d23192f049e13a93838d.pdf>>. Acesso em 01 dez/2017.

_____. Intervenções sobre o patrimônio urbano: modelos e perspectivas. Belo Horizonte: **Anais do Congresso Internacional de Patrimônio Cultural**, dez 2004.

_____. **Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume, 2009. 379p.

CASTRIOTA, Leonardo Barci (Org.). **Urbanização Brasileira: Redescobertas**. Belo Horizonte: IAB-UFMG. 2003.

CAVALIERI, Paulo Fernando. Plano diretor de 1992 da cidade do Rio de Janeiro: possibilidades e limites da reforma urbana. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos (orgs). **Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994. p.373-401.

CENIQUEL, Mario. Paisagem e configuração espacial no Rio de Janeiro: os espaços livres urbanos no século 19. **Paisagem e Ambiente**, n. 8, p. 233-275, 1995. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/paam/article/view/133832>>. Acesso em 21 jan/2018.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**, 18ª ed.; Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

_____. Caminhadas pela cidade (Cap.VII). In: **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 3ª ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1988 (3ª edição), p.169-191.

CHAUÍ, Marilena. **A ideologia da competência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Autêntica, 2014.

_____. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n.24, p.5-15, set/dez.2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02>>. Acesso em 10 mar/2018.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do Patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Editora Unesp, 2001. 282p.

_____. **O patrimônio em questão: antologia para um combate**. Tradução de João Gabriel Alves Domingos. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011. 183p.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 34, p. 147-165, 2012.

COLCHETE-FILHO, Antônio. **A Praça XV – Projetos do espaço público**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2008.

CORRÊA, Alexandre Fernandes. Novos dédalos da modernidade tardia: investimentos na sociotécnica da cultura, do patrimônio e dos museus. In: TAMASO, Izabela; FILHO, Manuel Ferreira Lima (orgs). **Antropologia e patrimônio cultural: trajetórias e conceitos**. Brasília, DF: Associação Brasileira de Antropologia, p.75-109, 2012.

CUNHA SANTOS, Jeana Laura da. Da casa da palavra ao olho da rua: a crônica como uma narrativa urbana. **Ilha Revista de Antropologia**, v. 14, n. 1, 2, p. 037-055, 2012.

CURY, Isabelle (Org.). **Cartas Patrimoniais**. 3. ed. Rio de Janeiro: Iphan, 2004. 407p.

CYMBALISTA, Renato et al. **Estatuto da Cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos**. São Paulo: Instituto Pólis, 2001. 273 p.

DA CUNHA, Neiva Vieira. O SAARA no centro do Rio de Janeiro: Ambiências Urbanas, Mercado e Etnicidade. In: **Anais do I ENANPARQ: Arquitetura, Cidade, Paisagem e Território: percursos e prospectivas**. Rio de Janeiro, PROURB, v.1, 2010. 14p. Disponível em:< <http://www.anparq.org.br/dvd-enanparq/simposios/105/105-693-2-SP.pdf>>. Acesso em 09 jan/2020.

DAVALLON, Jean. Memória e patrimônio: por uma abordagem dos regimes de patrimonialização. DODEBEI, Vera (Org.). **Memória e novos patrimônios**, v. 1, 2015. Disponível em: < <http://books.openedition.org/oep/866>>. Acesso em 08 mai/2018.

DE ALMEIDA, Daniel Vater. Plano agache: a cidade do rio de janeiro como palco do 1º plano diretor do país e a consolidação do urbanismo no Brasil. Universidade de São Paulo. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**, 2005./ Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiurbana/02.pdf>. Acesso em 06 fev/2019.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de Museologia**. Tradução: Bruno Brulon Soares, Marília Xavier Cury. ICOM: São Paulo, 2013.

DIAS, Marcia Tosta. Indústria Cultural. In WILLIAMS, Raymond. (1921-1988). **Palavras-chave**: um vocabulário de cultura e sociedade. Tradução de Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2007. 464p.

DOS SANTOS, Maria Helena Carmo; BENEVIDES, Ricardo. Porto maravilha: uma proposta de reinvenção do Centro do Rio pela ótica da requalificação do espaço urbano. **Eptic online**: revista eletrônica internacional de economia política da informação, da comunicação e da cultura, v. 16, n. 1, p. 105-119, 2014. Disponível em <http://www.seer.ufs.br/index.php/epitic/article/view/1864/1635> Acesso em 10 out/2015.

DOS SANTOS, João Henrique; SARNAGLIA, Marcela; DA VITÓRIA, Valquíria Cordeiro. A arquitetura como uma chave de leitura para o entendimento do Estado Novo. **Anais dos Encontros Internacionais UFES/PARIS-EST**, 2017.

DOS SANTOS, Nilton Silva. Conflitos sobre os usos do espaço urbano na cidade do Rio de Janeiro: a operação "Choque de Ordem". In: BARRETO, Alessandra S.; DUTRA, Rogéria C. de Almeida (orgs). Dossiê: Nas cidades: Antropologia em contextos urbanos contemporâneos. **Revista Teoria e Cultura**. Juiz de Fora, v. 8, n. 1, 2013. p.85-92.

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de consumo e pós-modernismo**. Studio Nobel, 1995.

FEIRA DE CAXIAS: Um comércio popular acima de qualquer suspeita. **Jornal do Brasil**, Caderno B, p.07, 07.11.1979. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pesq=feira%20de%20caxias&pasta=ano%201979\edicao%2000316>. Acesso em 10 out/2019.

FEIRA DE TROCAS abre amanhã. **Jornal do Brasil**: 1º Caderno - Cidade, 26 jan. 1979, p.5-5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pesq=albamar>. Acesso em 18 jan/2020.

FEIRA tem prévia na Praça XV. **Jornal do Brasil**: 1º Caderno. Rio de Janeiro, 06 ago. 1978. p. 26-26. Disponível em:< http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_09&pasta=ano%20197&pagfis=184372 >. Acesso em: 15 mai/2018.

FILGUEIRAS, Mariana. Raridades no lixo. In: Donos da memória. **Jornal do Brasil** (Caderno Cidade), edição 163 de 18 de setembro de 2005.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc-IPHAN, 2005.

_____. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, v. 28, 2003.

_____. **Referências Culturais**: Base para novas políticas de patrimônio. Políticas Sociais: acompanhamento e análise, 2001. p 111-120. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/referencia_2.pdf>. Acesso em 08 jun/2018.

FONTES, Adriana Sansão. O skateboarding na Praça XV e a intermitência de um lugar. In: **II Seminário Internacional Urbicentros – Construir, Reconstruir, Desconstruir: morte e vida de centros urbanos**. Maceió (AL), 2011. Anais (on-line). Disponível em: <https://www.academia.edu/25309202/O_skateboarding_na_Praça_XV_e_a_intermitência_de_um_lugar>. Acesso em 05 nov/2019.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização de Roberto Machado. 25 ed. São Paulo: Graal, 2012.

FORTUNA, Carlos. As cidades e as identidades: narrativas, patrimônios e memórias. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 12, n. 33, p. 127-141, 1997.

_____. Culturas urbanas e espaços públicos: Sobre as cidades e a emergência de um novo paradigma sociológico. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 63, 2002. p.123-148.

_____. George Simmel: a metrópole e a alegoria da ruína. In: PECHMAN, Robert M. (org.). **A pretexto de Simmel: cultura e subjetividade na metrópole contemporânea**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014. p. 231-255.

_____. (Micro) territorialidades: metáfora dissidente do social. **Terra Plural**, v. 6, n. 2, p. 199-214, 2012. Disponível em: <https://www.academia.edu/1918601/Microterritorialidades_Met%C3%A1fora_dissidente_do_social>. Acesso em 17 fev/2019.

_____. Por entre as ruínas da cidade: o patrimônio e a memória na construção das identidades sociais. In: **Oficina do Centro de Estudos Sociais**. Coimbra, 1995. p.1-19.

FORTUNA, Carlos & outros. Os novos espaços públicos: identidades práticas culturais. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n.º 54. Coimbra: jun. 1999, p. 137-170.

FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (orgs.). **Plural de cidade: novos léxicos urbanos**. Coimbra, Almedina, 2009.

FRANÇA, Carolina Rebouças; REZENDE, Vera. O desaparecimento do Mercado Municipal Praça XV, fator na formação do espaço público da Cidade do Rio de Janeiro. **I Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**, Rio de Janeiro, 2010.

_____. A permanência e o desaparecimento dos mercados municipais e feiras livres nos espaços urbanos centrais das cidades do Rio de Janeiro e de Salvador, Brasil. **Seminário Internacional Urbicentros**, Salvador, 2012.

FREITAS, Marcos. Fim da perimetral não extingue tradição da Feira da Praça XV. **Portal Puc Rio Digital**, 2013. Disponível em: <<http://puc-riodigital.com.puc-rio.br/Texto/Cidade/Fim-da-Perimetral-nao-extingue-tradicao-da-Feira-da-Praca-XV-23698.html#.V3w8Q9rLq5>>. Acesso em 29 jun/2016.

FILGUEIRAS, Mariana. Raridades no lixo. In: Donos da memória. **Jornal do Brasil** (Caderno Cidade), edição 163 de 18 de setembro de 2005.

GARCIA, Fernanda Ester Sánchez Garcia. O projeto de cidade para os megaeventos: atores, escalas de ação e conflitos no Rio de Janeiro. In: COSTA, Maria de Lourdes; SILVA, Maria Laís P. da (Orgs). **Produção e gestão do espaço**. Niterói: Faperj; Casa 8, 2014. p.359-372.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1 ed. [Reimpr.]. Rio de Janeiro: LTC, 2013. 323p.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Trad. Raul Fiker. 1º ed. Unesp, 1991.

_____. (1938). **Modernidade e identidade**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

GUIA DAS APACs. Corredor Cultural / Entorno da Rua da Candelária 2. IRPH – **Instituto Rio Patrimônio da Humanidade**, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/6433361/4172404/guia02.compressed.pdf>>. Acesso em 10 abr/2019.

GUIMARÃES, Roberta Sampaio. **A utopia da Pequena África**. Os espaços do patrimônio na Zona Portuária carioca. Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Antropologia). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro - PPGSA. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://www.academia.edu/37726818/A_UTOPIA_DA_PEQUENA_ÁFRICA._Os_espaços_do_patrimônio_na_Zona_Portuária_carioca>. Acesso em 19 nov/2019.

GONDAR, Josaida. Quatro proposições sobre memória social. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (orgs). **O que é memória social**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2005. p.11-26.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. As transformações do patrimônio: da retórica da perda à reconstrução permanente. In: TAMASO, Izabela; FILHO, Manuel Ferreira Lima (orgs). **Antropologia e patrimônio cultural: trajetórias e conceitos**. Brasília, DF: Associação Brasileira de Antropologia, p.59-73, 2012.

_____. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 264-275, dez. 1988. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2163>>. Acesso em 05 jun/2019.

_____. Os museus e a cidade. In: GONÇALVES, José Reginaldo Gonçalves (org.). **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios**. Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais, 2007, p.63-79.

_____. O patrimônio como categoria de pensamento. **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, p. 21-29, 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006, 224p.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 1. reimp. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HANSEN, R. S. El espacio público en el debate actual: Una reflexión crítica sobre el urbanismo post-moderno. **Eure**, v.28, n.84. Santiago, 2002.

HARVEY, David. A Arte de Lucrar – globalização, monopólio e exploração da cultura. In: MORAES, Denis (org.). **Por uma Outra Comunicação** – mídia, mundialização, cultura e poder. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. **A produção capitalista do espaço**. Tradução de Carlos Szlac. São Paulo: Anablume, 2005. 252p.

_____. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David; SOBRAL, Adail Ubirajara. **Condição pós-moderna**. Edições Loyola, 1992.

HIRATA, Daniel Veloso. Comércio ambulante no Rio de Janeiro e em São Paulo: grupos de poder e instrumentos de governo contemporâneos de governo. In: DE SÁ CARNEIRO, Sandra et al. **Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências**. Editora FGV, 2015.

_____. **Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida.** Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, 2010.

ICOMOS, 2006. **Declaração de Xi'an sobre a conservação do entorno edificado, sítios e áreas do patrimônio cultural** (Tradução ICOMOS Brasil, 2006). Adotada em Xi'an, China, em 21 de outubro de 2005. Disponível em: <<https://www.icomos.org/xian2005/xian-declaration-por.pdf>>. Acesso em 12 dez/2019.

INGOLD, Tim. O dédalo e o labirinto: caminhar, imaginar e educar a atenção. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 21, n. 44, p. 21-36, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v21n44/0104-7183-ha-21-44-0021.pdf> . Acesso em 25 set/2019.

INSTITUTO PÓLIS, CÂMARA DOS DEPUTADOS e outros. **Estatuto da Cidade - Guia para implementação pelos municípios e cidadãos.** Brasília: Centro de Documentação e Informação, 2001.

KIDDER, Daniel P. **Reminiscências de viagens e permanências no Brasil:** Rio de Janeiro e Província de São Paulo. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 62.

KÜHL, Beatriz Mugaya. Notas sobre a Carta de Veneza. **Anais Do Museu Paulista: História E Cultura Material**, 18(2), 2010. p.287-320. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5539>>. Acesso em 12 nov/2019.

_____. O papel do patrimônio arquitetônico no projeto da cidade contemporânea. In: RETTO JR., Adalberto da Silva; KÜHL, Beatriz Mugayar. **O papel do patrimônio arquitetônico no projeto da cidade contemporânea.** 1 ed. – Tupã: ANAP, 2019. p.34-73. Disponível em: <<https://bdpi.usp.br/item/002934773>>. Acesso em 12 nov/2019.

LEAL, Claudia Feierabend Baeta. Patrimônio e desenvolvimento: as políticas de patrimônio cultural nos anos 1960. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 24, n. 1, p. 99-136, 2016.

LEITE, Rogério Proença. A exaustão das cidades: antienobrecimento e intervenções urbanas em cidades brasileiras e portuguesas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 25, núm. 72, fev., 2010, pp. 73-88. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v25n72/v25n72a06.pdf>. Acesso em 24jun/2016.

_____. Cidades, consumo e enobrecimento urbano no Brasil e em Portugal. Latin American Studies Association - **LASA**, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v25n72/v25n72a06.pdf>. Acesso em 27jun/2016.

_____. **Contra-Usos da Cidade. Lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea.** Campinas, SP: Editora Unicamp; Aracaju-SE: Editora UFS, 2004. Disponível em <http://seer.ucg.br/index.php/habitus/article/viewDownloadInterstitial/221/175>. Acesso em 23jun/2016.

_____. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v.17, n.49, 2002, p.115-134. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092002000200008>. Acesso em 02 mar/19.

_____. Localizando o espaço público: Gentrification e cultura urbana. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 83, p. 35-54, 2008.

_____. Margens do dissenso: espaço, poder e enobrecimento urbano. In: FRÚGOLI, Heitor; ANDRADE, Luciana Teixeira; PEIXOTO, Fernanda Arêas (Org.). **A cidade e seus agentes: práticas e representações.** 1.ed. São Paulo/Belo Horizonte: PUCMINAS/EDUSP, 2006.p. 23-44.

_____. Patrimônio e consumo cultural em cidades enobrecidas. **Sociedade e cultura** 8.2, p.79-89, 2005. Disponível em

<http://h200137217135.ufg.br/index.php/fchf/article/viewFile/1013/1209>. Acesso em 06mai/2017.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Museu, Poder Simbólico e Diversidade Cultural. **Museologia e Patrimônio, Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, PPG-PMUS UNIRIO/MAST**. Rio de Janeiro, v.3, n.2, jul/dez de 2010, p.16-26.

Disponível em:

<<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/167/13>>.

Acesso em: 20 jun/2015.

LIMA, Evelyn Furquim Werneck. Corredor Cultural do Rio de Janeiro: uma visão teórica sobre as práticas da preservação do patrimônio cultural. **Fórum Patrimônio: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável**, v.1, n.1, 2007.

LIMA, Ludmilla de. Feira de Antiguidades da Praça Quinze voltará a ser realizada, mas sob fiscalização da prefeitura. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 15 set.2015. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/feira-de-antiguidades-da-praca-quinze-voltara-ser-realizada-mas-sob-fiscalizacao-da-prefeitura-17490738#ixzz5CqYcuDgl>>. Acesso em 30 jul/2017.

LORETTI, Pricila. **Do luxo ao lixo: A valorização de objetos a partir da Feira de Antiguidades da Praça XV**. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – IFCS/UFRJ. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em

http://lemetro.ifcs.ufrj.br/do_lixo_ao_luxo.pdf. Acesso em 8 mar/2016.

LUCENA, Felipe. História do Elevado da Perimetral. **Diário do Rio**, maio de 2016.

Disponível em <http://diariodorio.com/historia-do-elevado-da-perimetral/>. Acesso em 17 jun.2016.

LUCHIARI, M. T. D. P. **Patrimônio cultural: uso público e privatização do espaço urbano**. *Geografia* (Rio Claro. Impresso), Rio Claro - SP, v. 31, p. 47-60, 2006.

MACEDO, Joaquim Manuel de [1820-1882]. **Memórias da Rua do Ouvidor**. Brasília:

Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. Disponível em: <

<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1105>>. Acesso em 07 nov/2019.

MAGALHÃES, Mário. Cartas para Luiz Carlos Prestes que vão a leilão por R\$ 350 mil pertenceram a acervo público. **Jornal The Intercept Brasil**, 20 de novembro de 2018. Disponível em <http://theintercept.com/2018/11/20/cartas-prestes-leilao-acervo-publico/>. Acesso em 20 mai/2019.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. A antropologia, entre patrimônio e museus. **Ponto Urbe [Online]**. Revista do núcleo de antropologia urbana da USP, n. 13, 2013.

_____. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 17, n. 49, 2002. p.11-29. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092002000200002&lng=en&nrm=iso)

[69092002000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092002000200002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 14 out/2018.

_____. Etnografia urbana. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (orgs.).

Plural de cidade: novos léxicos urbanos. (Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra - Ces), Editora Almedina: Coimbra (Pt), 2009. p.101-114.

MARICATO, Erminia; FERREIRA, João Sette Whitaker. Operação urbana consorciada: diversificação urbanística participativa ou aprofundamento da desigualdade. In: OSÓRIO, Letícia (org), **Estatuto da Cidade e Reforma Urbana, novas perspectivas para as cidades brasileiras**. Porto Alegre: Sergio Fabris Editora, 2002. Disponível em:

<<http://www.suelourbano.org/wp-content/uploads/2017/09/MARICATO-E-FERREIRA-2002-operacoes-urbanas-consorcorciadas.pdf>>. Acesso em 04 abr/2019.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos e MARICATO, Ermínia (Org.). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Rio de Janeiro: Vozes, 3ª Ed, 2000, p. 121-192.

_____. Reforma urbana: limites e possibilidades uma trajetória incompleta. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos (orgs). **Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994. p.309-325.

MARTINS, Valter. **Mercados urbanos**, transformações na cidade, 2010.

MAUSS, Marcel. Da dádiva e, em particular, da obrigação de retribuir os presentes. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naif, 2003. p.185-210.

_____. Ensaio sobre a Dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**: precedido de uma introdução à obra de Marcel Mauss por Claude Lévi-Strauss. São Paulo: Cosac Naify, 2003. p.183-314.

MENEGAT, Rualdo; ALMEIDA, Gerson: Sustentabilidade, democracia e gestão ambiental urbana. In: MENEGAT, Rualdo; ALMEIDA, Gerson. **Desenvolvimento sustentável e estratégias para a gestão ambiental**. Porto Alegre, Edufrgs, 2004, p. 173-196.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A Cidade como Bem Cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio histórico urbano. **Patrimônio: atualizando o debate**. IPHAN, São Paulo, 2006, p. 34-77.

_____. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: IPHAN. I **Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: sistema nacional de patrimônio cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão**, Ouro Preto/MG, 2009. Brasília: IPHAN, 2012, p. 25-39.

_____. O patrimônio cultural entre o público e o privado. In: DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE SÃO PAULO. **O Direito à memória**; patrimônio histórico e cidadania. São Paulo, DHP, 1992, p.189-196.

_____. Repovoar o patrimônio ambiental urbano. In: **Revista Observatório Itaú Cultural** - N. 22 (maio/nov. 2017). - São Paulo: Itaú Cultural, 2007, p.196-207. Disponível em: <<http://www.itaucultural.org.br/secoes/observatorio-itaucultural/revista-observatorio>>. Acesso em 08 dez/2017.

MENEZES, Palloma Valle; DE NAZARETH EICHLER, Maria. Feira Hippie de Ipanema: reflexões sobre discursividade e materialidade em um espaço de sociabilidade, turismo e consumo. **26ª Reunião Brasileira de Antropologia**, 2008. Porto Seguro, Anais da 28ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2008,

MERGULÃO é solução e problema. **Jornal do Brasil**, Cidades, p.16, 10.01.2002. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_12&pesq=MERGULH%C3%83O>. Acesso em 10 out/2019.

MICELI, Bruna Santos. O desenvolvimento do espaço urbano do Rio de Janeiro: principais observações a partir do Paço da Cidade. **I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica**, Paraty-RJ, 2011.

MOLINA, Fábio Silveira. **Mega-eventos e a produção do espaço urbano no Rio de Janeiro: da “Paris dos Trópicos” à “Cidade Olímpica”**. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humana da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013. Disponível em: Acesso em 02 nov/2015.

MORAIS, Sara Santos; RAMASSOTE, Rodrigo Martins; NETO, Antonio Augusto Arantes. Trajetória e desafios do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC): Entrevista com Antonio Arantes. **Revista CPC**, n. 20, 2015. p.221-260.

MOTTA, Lia. A apropriação do patrimônio urbano: do estético-estilístico nacional ao consumo visual global. In: ARANTES, Antônio Augusto (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papius, 2000, p. 256-287.

_____. A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 22, p. 108-122, 1987.

_____. O patrimônio urbanístico e seus usos sociais. In: PAES, Maria Tereza Duarte (org.); SOTRATTI, Marcelo Antonio (org.). **Geografia, turismo e patrimônio cultural: identidades, usos e ideologias**. Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2010, p.89-113. Disponível em: <<https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/handle/10316.2/43435>>. Acesso em 27 jul/2018.

NAIRÓBI, Recomendação de. In: CURY, Isabelle (Org.). **Cartas patrimoniais**. 3. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004, p.259-563.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. Estação de Hidroaviões. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete).

NASCIMENTO, Flávia Brito do. A Praça XV do Rio de Janeiro como patrimônio cultural: história e materialidade em disputa. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, n.14. Rio de Janeiro 2018, p.297-324. Disponível em <http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/wp-content/uploads/2018/09/AGCRJ_revista14-297-324.pdf>. Acesso em 06 dez/2018.

NASCIMENTO, Leticia Lima do; TRENTIN, Fábica. Políticas públicas para o desenvolvimento do turismo cultural na Praça XV de Novembro - Rio de Janeiro, RJ. **Interações (Campo Grande)**, **Campo Grande**, v. 12, n. 2, p. 161-173, Dec. 2011. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122011000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23 abr/2018.

NARCISO, Carla Alexandrina Filipe. Espaço público: ação política e práticas de apropriação. Conceito e procedências. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 9, n. 2. Rio de Janeiro: UERJ, 2009, p.265-291. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/4518/451844629002/>>. Acesso em 26 out/2017.

NORA, Pierre et al. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-graduados de História**, v.10, 1993. p.7-28. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/viewFile/12101/8763>>. Acesso em 05 mai/2017.

OLIVEIRA, Márcio Piñon de. Projeto Rio Cidade: intervenção urbanística, planejamento urbano e restrição à cidadania na cidade do Rio de Janeiro. **Scripta Nova: revista electrónica de geografia y ciencias sociales**, v. 12, 2008. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/338.htm>>. Acesso em 14 nov/2019.

PARIS, Recomendação de. In: CURY, Isabelle (Org.). **Cartas patrimoniais**. 3. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004, p.97-103.

PEIXOTO, Paulo. Tudo que é sólido se sublima no ar: políticas públicas e gestão do patrimônio. In: CYMBALISTA, Renato; FELDMAN, Sarah; KUHL, Beatriz M. (orgs.). **Patrimônio Cultural: memórias e intervenções urbanas**. Annablume Editora: São Paulo, 2017. p.17-24.

PETRÓPOLIS, Carta de. In: CURY, Isabelle (Org.). **Cartas patrimoniais**. 3. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004, p.285-287.

PINHEIRO, Augusto Ivan de F. A permanência do espaço: intervenções urbanísticas na Praça XV. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** (n 20), pp. 127-134, 1984. Disponível em:

<<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=RevIPHAN&PagFis=7637>>. Acesso em 07 nov/2019.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989.

_____. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, v.5, n.10, p.200-215, 1992.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PRÉTECEILLE, Edmond. Cidades globais e segmentação social. In: **Globalização, fragmentação e reforma urbana [recurso eletrônico]: o futuro das cidades brasileiras na crise / organização Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, Orlando Alves dos Santos Júnior**. - [2. ed.] - Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles: INCT, 2015. (p.65-89).

PRIETO, Élisson Cesar. O Estatuto da Cidade e o Meio Ambiente. In: **IV Congresso Brasileiro de Direito Urbanístico**. São Paulo. 2006. Disponível em: <<http://www.ibdu.org.br/imagens/oestatutodacidadeeomeioambiente.pdf>>. Acesso em 18 mar/2018.

QUERO, Caio. Rio tem mais de um século de polêmicas e demolições. **BBC Brasil no Rio de Janeiro**, fev. 2013. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/02/130205_predios_antigos_rio_mm_cq.shtm>. Acesso em 10 nov/2017.

QUITO, Normas de. In: CURY, Isabelle (Org.). **Cartas patrimoniais**. 3. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004, p.105-122.

RANGEL, Marcio Ferreira. A cidade, o museu e a coleção| The city, the museum and the collection. **Liinc em Revista**, v. 7, n. 1, 2011.

REIS, Ana Carla Fonseca. **Cidades Criativas: análise de um conceito em formação e da pertinência de sua aplicação à cidade de São Paulo**. 2012. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, University of São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em www.teses.usp.br. Acesso em 15 fev/2018.

REIS, Patrícia Cerqueira. **Rio de Janeiro, uma cidade global? Uma reflexão sobre a construção da marca Rio**. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

REZENDE, Vera Lucia Ferreira Motta. Planos, Regulação Urbanística e Intervenções Urbanas no Rio de Janeiro: Diferenças entre Pensar e Produzir a Cidade. **Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**, v. 15, n. 1, p. 23, 2015. Disponível em: <<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgau/article/view/2015.1.Rezende/5560>>. Acesso em 05 abr/2019.

RÚSSIO, Waldisa. Bem e patrimônio cultural. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira. (Org.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. Vol. 1. São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado da Cultura: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010. p.119-122.

RIO DE JANEIRO, Diário Oficial do Município. Portaria nº N F/CFE Nº 150 de 08 de junho de 2017 (Secretaria Municipal de Transportes). **Transfere a localização da Feira Especial de Antiguidades da Praça Marechal Âncora. Rio de Janeiro**. Diário Oficial, p.24-24 (64p). Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/149618455/dom-rj-normal-09-06-2017-pg-24>>. Acesso em 07 out/2019.

RIO DE JANEIRO(a). **Decreto nº 15503 de 03 de fevereiro de 1997**. Institui a Feira de Antiquários da Cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://wpro.rio.rj.gov.br/decretosmunicipais/>>. Acesso em 30 nov/2019.

RIO DE JANEIRO(b). **Decreto nº 17746 de 22 de julho de 1999**. Dispõe sobre a regulamentação de uso das praças, parques e jardins da Cidade do Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <<http://smaonline.rio.rj.gov.br/ConLegis/pdf/reIPdf.asp?4657>>. Acesso em 14 nov/2019.

RIO DE JANEIRO. **Lei Complementar nº 101**, de 23 de novembro de 2009. Modifica o Plano Diretor, autoriza o Poder Executivo a instituir a Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio e dá outras providências, 2009.

RIO DE JANEIRO. **Lei Municipal complementar n.101/2009**. Disponível em http://www.portomaravilhario.com.br/media/legislacao/2010/06/LC101_-_23112009.pdf. Acesso em 02 abr/2019.

RIO DE JANEIRO. **Lei Ordinária nº 435**, de 10 de agosto de 1983. Autoriza o Poder Executivo a criar a Feira de Trocas do Rio de Janeiro, e dá outras providências, 1983. Disponível em: <<http://www.camara.rj.gov.br>>. Acesso em 20 ago/2019.

RIO DE JANEIRO, **Lei Ordinária nº 506**, de 17 de janeiro de 1984. cria a zona especial do Corredor Cultural, de preservação paisagística e ambiental do centro da cidade, dispõe sobre o tombamento de bens imóveis na área de entorno e dá outras providências, 1984. Disponível em: <<https://mail.camara.rj.gov.br/>>. Acesso em 08 nov/2019.

RIO DE JANEIRO. **Resolução nº 192**, de 04 de dezembro de 1978. Institui a Feira de Antiquários da Cidade do Rio de Janeiro – São Sebastião, 1987.

ROCHA-PEIXOTO, Gustavo. **Um patrimônio de palavras**. Plano Estadual de cultura Rio de Janeiro, ago., 2012. Disponível em: <http://www.cultura.rj.gov.br/publicacao-setoriais/um-patrimonio-de-palavras-1>. Acesso em 07 dez/2018.

ROLNIK, Raquel (Coord.). **Estatuto da cidade**: guia para implementação pelos municípios e cidadãos. 2. ed. Brasília: Instituto Pólis/Comissão/Câmara dos Deputados/Coordenação de Publicações, 2001.

ROLNIK, Raquel. Planejamento urbano nos anos 90: novas perspectivas para velos temas. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos (orgs). **Globalização, fragmentação e reforma urbana**: o futuro das cidades brasileiras na crise. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994. p.351-360.

SABOURIN, Eric. Marcel Mauss: da dádiva à questão da reciprocidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 66, p. 131-138, 2008.

SAHLINS, Marshall. **Cultura e razão prática**. Tradução de Sérgio Tadeu de N. Lamarão. Zahar, 2003.

SALVADOR, Compromisso de. In: CURY, Isabelle (Org.). **Cartas patrimoniais**. 3. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004, p.143-146.

SAMPAIO, Andréa da Rosa. Um olhar sobre a história do urbanismo da Área Central do Rio de Janeiro: entre a renovação e a conservação urbana. **Revista AGCRJ - Arquivo Geral Da Cidade Do Rio De Janeiro**, (10), 2016, p.193–212. Disponível em: <https://www.academia.edu/37795851/Um_olhar_sobre_a_hist%C3%B3ria_do_urbanismo_da_%C3%81rea_Central_do_Rio_de_Janeiro_entre_a_renova%C3%A7%C3%A3o_e_a_conserva%C3%A7%C3%A3o_urbana>. Acesso em 08 abr/2019.

SANT'ANNA, Márcia. Desafios e perspectivas da política federal de salvaguarda do patrimônio cultural. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**: Patrimônio: desafios e perspectivas, Brasília, v. 36, p.95-106, 2017. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revpat_36.pdf>. Acesso em 11 abr/2019.

SANTOS, Milton, **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção** / Milton Santos. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos; 1).

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. Preservar não é tombar, renovar não é pôr tudo abaixo. **Revista Projeto**, v. 86, p. 59-63, 1986.

SANTOS, Myrian S.; PEIXOTO, Paulo. Patrimônios mundiais: fragmentação e mercantilização da cultura. In: PONTES Jr., Geraldo R. [et. Al.] (Orgs.). **Cultura, memória e poder: diálogos interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2013. p. 47-67.

SCHNEIDER, Tereza Cristina. Repensando o museu integral: do conceito às práticas. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum.**, Belém, v.7, n.1, p.15-30, Apr. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81222012000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 05 jun/2020.

SEMANA Carioca de Turismo: Uma festa para paulista ver. Caderno Serviço. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 15 set. 1978. s/p. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=030015>>. Acesso em 15 jan/2020.

SERPA, Angelo. Espaço público e acessibilidade: notas para uma abordagem geográfica. **GEOUSP: Espaço e Tempo** (Online), n. 15, 2006. p.21-37.

_____. **O espaço público na cidade contemporânea**. Editora Contexto, 2007.

SOARES, Alberto Goyena. **Memórias de uma cidade paralela: o Rio Antigo nas montagens de uma confraria**. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – IFCS/UFRJ. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do?select_action=&co_auto_r=98128>. Acesso em 01 nov/2019.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede**. 5 ed. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2010.

SOUZA, Vitor Leandro de. **Mercado Central do Rio de Janeiro: modernidades e resistências cotidianas nas primeiras décadas da República**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de História, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

STEINBERGER, Marília. A (re)construção de mitos sobre a (in)sustentabilidade do(n) espaço urbano. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S.l.], n. 4, p. 9, maio 2001. ISSN 2317-1529. Disponível em: <<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/56/40>>. Acesso em 04 fev/2018.

TEIXEIRA, Simonne. Um olhar sobre o papel do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural/Inepac na construção da identidade no Estado do Rio de Janeiro. **IV Simpósio Nacional de História Cultural**, Goiânia-GO, 2008.

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura; MAGALHÃES, Felipe Nunes Coelho. A metrópole entre o neoliberalismo e o comum: disputas e alternativas na produção contemporânea do espaço. **Cadernos Metrópole**, v. 19, n. 39, p. 433-454, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cm/v19n39/2236-9996-cm-19-39-0433.pdf>>. Acesso em 18 jan/2019.

TOURINHO, Andréa de Oliveira; RODRIGUES, Marly. Patrimônio ambiental urbano: uma retomada. **Revista CPC**, São Paulo, n.22, p. 70-91, dec. 2016. ISSN 1980-4466. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/111915/122079>>. Acesso em 22 nov/2017.

VELHO, Gilberto. Antropologia e patrimônio cultural. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** (n 20), pp. 37-39, 1984. Disponível em:<<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=RevIPHAN&PagFis=7637>>. Acesso em 07 nov/2019.

VENEZA, Carta de. In: CURY, Isabelle (Org.). **Cartas patrimoniais**. 3. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004, p.91-95.

UNESCO. **Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais**. Brasília, 2006. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000150224>>. Acesso em 09 out/2019.

VIDARGAS ACOSTA, Francisco; LÓPEZ MORALES, Francisco Javier. Los Nuevos Paradigmas de la Conservación del Patrimonio Cultural. 50 años de la Carta de Venecia. "Patrimônio: Economía cultural y educación para la paz. **MEC-EDUPAZ**, v.1, n.7, 2104, p. 319-329.

VILELLA, Gustavo. Elevado da Perimetral foi inaugurado duas vezes: por JK, em 1960, e Geisel, em 1978. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 16 jul.2014, atualizado em 23 nov.2017. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/elevado-da-perimetral-foi-inaugurado-duas-vezes-por-jk-em-1960-geisel-em-1978-13279735#ixzz5fVbjsFdi>>. Acesso em 05 fev/2018.

YÁZIGI, Eduardo. A conceituação de patrimônio ambiental urbano em países emergentes. **Revista GeoINNOVA**, Nova Lisboa, n. 12, p. 65-81, 2006. Disponível em: <<http://geoinova.fcsn.unl.pt/revistas/files/n12-3.pdf>>. Acesso em 20 jun. 2018.

_____. O patrimônio ambiental urbano: uma conceituação ampliada e aperfeiçoada. **Revista Hospitalidade**, v. 9, n. 1, 2012. Disponível em: <<https://www.rev Hosp.org/hospitalidade/article/viewFile/471/499>>. Acesso em 03 mai/2018.

_____. **Patrimônio ambiental urbano: primeiras noções** (manual do professor). São Paulo: Coord. Ação Regional/Sec. de Economia e Planejamento/Gov. Estado de São Paulo, 1977.

YÚDICE, George. **A conveniência da cultura**: usos da cultura na era global. Tradução de Marie-Anne Kremer. Belo Horizonte: Editora UFMG; 2004.

_____. La Reconfiguración de políticas culturales y mercados culturales en los Noventa y Siglo XXI en América Latina. **Revista Iberoamericana**, Vol. LXVII, Núm. 197, Octubre-Diciembre 2001, p.639-659.

WASHINGTON, Carta de. In: CURY, Isabelle (Org.). **Cartas patrimoniais**. 3. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004, p.281-287.

WILLIAMS, Raymond. (1921-1988). **Palavras-chave**: um vocabulário de cultura e sociedade. Tradução de Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2007. 464p.

ZUKIN, Sharon. Patrimônio de quem? Cidade de quem? Dilemas sociais do patrimônio cultural na dimensão urbana. Tradução de Carlos Szlak. In: CYMBALISTA, Renato; FELDMAN, Sara, KHÜL, Beatriz M. (orgs.). **Patrimônio Cultural**: memórias e intervenções urbanas. 1ª ed. São Paulo: Annablume Editora, 2017. p.25-46.

_____. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: ARANTES, Antônio Augusto (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000, p.80-103.